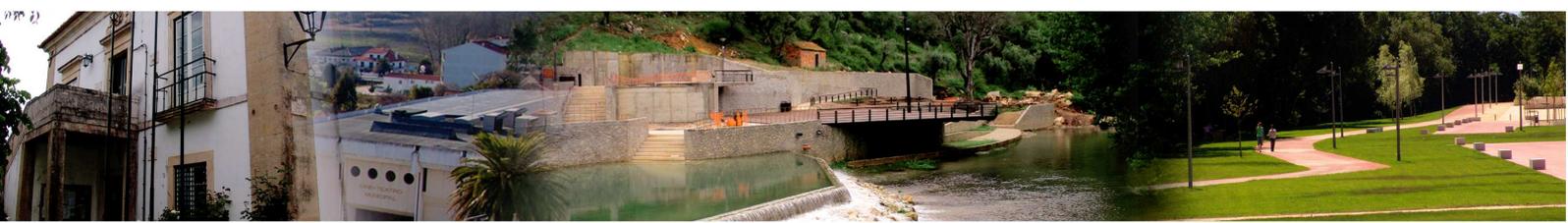


PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO ECONÓMICO DE 2010

RELATÓRIO DE GESTÃO



Índice

Nota Introdutória	5
1 - Conjuntura	7
<u>1.1 – Economia Mundial</u>	7
<u>1.2 – União Europeia e Zona Euro</u>	9
<u>1.3 – Nacional</u>	11
1.3.1 – Evolução Político-legal	11
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico	12
1.3.3 – Portugal no contexto global	17
<u>1.4 – Conjuntura na área do Município</u>	20
1.4.1 – Caracterização do Município	20
1.4.2 – Análise SWOT	21
1.4.2.1 – Pontos Fortes	21
1.4.2.2 – Oportunidades	22
1.4.2.3 – Pontos Fracos	23
1.4.2.4 - Ameaças	24
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município	24
2 – Enquadramento Interno	39
<u>2.1 – Alteração no órgão executivo</u>	39
<u>2.2 – Política de recursos humanos adoptada</u>	40
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal	41
2.2.2 – Evolução dos Recursos Humanos	41
<u>2.3 – Actividades desenvolvidas</u>	47
2.3.1 – Departamento de administração e Planeamento	47
2.3.1.1 – Divisão de Gestão Financeira	47
2.3.1.2 – Divisão de Planeamento Estratégico	64
2.3.1.3 – Divisão Administrativa e de Recursos Humanos	72
2.3.1.4 – Divisão de Apoio Jurídico	73
2.3.2 – Departamento do Território	76
2.3.2.1 – Divisão de Ambiente	76
2.3.2.2 – Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território	101
2.3.2.3 – Divisão de Estudos e Projectos	108
2.3.2.4 – Divisão de Obras Municipais	114
2.3.3 – Departamento de Cidadania	116
2.3.3.1 – Divisão de Educação, Desporto e Lazer	117
2.3.3.2 – Divisão de Assuntos Sociais	129
2.3.3.3 – Divisão de Acção Cultural	150

2.3.4 Divisão de Obras Particulares	153
2.3.5 – Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação	156
3 – Análise Orçamental	158
<u>3.1 – Evolução do Orçamento da receita por classificação económica</u>	158
<u>3.2 – Evolução do Orçamento da despesa por classificação económica</u>	166
<u>3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas</u>	173
3.3.1 – Evolução das GOP's	179
3.3.2 – Estrutura das GOP's	181
<u>3.4 – Evolução da execução orçamental</u>	181
3.4.1 – Orçamento da Receita	182
3.4.2 – Orçamento da Despesa	183
3.4.3 – Grandes Opções do Plano	185
<u>3.5 – Evolução dos resultados orçamentais</u>	
3.5.1 – Resultado corrente	
3.5.2 – Resultado Orçamental	187
4 – Fontes de Financiamento	189
<u>4.1 – Receitas Próprias</u>	189
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias	190
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	191
4.1.3 – Indicadores	191
<u>4.2 – Outros Financiamentos</u>	191
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	191
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	191
4.2.3 – Participação do município nos Impostos do Estado	192
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	194
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais	195
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	195
4.2.5 – Fundos Comunitários	196
4.2.6 – Endividamento Municipal	196
4.2.6.1 – Curto Prazo	196
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	197
4.2.7 – Indicadores	197
5 – Aplicação dos Recursos Financeiros	199
<u>5.1 – Despesas de Funcionamento</u>	199
5.1.1 – Estrutura das despesas de funcionamento	199
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento	200
5.1.3 – Indicadores	200
<u>5.2 – Despesas com o pessoal</u>	201

5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal	201
5.2.2 – Indicadores	201
<u>5.3 – Aquisição de bens e serviços</u>	201
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços	201
5.3.2 - Indicadores	202
<u>5.4 – Serviço da Dívida</u>	202
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida	202
5.4.2 - Indicadores	203
<u>5.5 – Apoios concedidos a terceiros</u>	203
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros	204
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	204
5.5.3 – Indicadores	204
<u>5.6 – Investimento Municipal</u>	205
5.6.1 – Investimento directo	205
5.6.1.1 – Evolução do investimento directo	205
5.6.1.2 – Indicadores	205
5.6.2 – Investimento total (directo e indirecto)	206
5.6.2.1 – Evolução do investimento total	206
5.6.2.2 – Indicadores	206
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	207
6 – Cumprimento legais da despesa	208
<u>6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com o pessoal</u>	208
<u>6.2 – Cumprimento do limite da capacidade de endividamento</u>	208
7 – Análise da Situação Económica	220
<u>7.1 – Análise da situação Económica</u>	220
7.1.1 – Condições Económicas	220
7.1.2 - Proveitos	222
7.1.2.1 – Estrutura de proveitos	222
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos	223
7.1.3 - Custos	227
7.1.3.1 – Estrutura de custos	227
7.1.3.2 – Evolução dos custos	228
7.1.4 – Resultados	234
7.1.4.1 – Resultado operacional	234
7.1.4.2 – Resultado financeiro	234
7.1.4.3 – Resultado Corrente	234
7.1.4.4 – Resultado Líquido do Exercício	234
<u>7.2 – Análise da Situação Financeira</u>	236

7.2.1 – Condições Financeiras	236
7.2.2 – Dívidas de terceiros	239
7.2.3 – Dívidas a terceiros	240
8 – Contabilidade de Custos	243
9 – Consolidação das contas do município com as empresas municipais	253
10 – Outras disposições	255
<u>10.1 – Proposta de aplicação de resultados</u>	255
<u>10.2 – Evolução previsível da actividade</u>	255
<u>10.3 – Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício</u>	255

Nota Introdutória

Continuamos a acreditar na capacidade dos funcionários municipais, no tecido económico e na determinação da população do concelho, apesar das contingências económicas a nível mundial e nacional.

A urgência de equilibrar as contas do Município, e a necessidade de efectivar algumas obras há muito reclamadas pelas nossas populações, levaram-nos, em termos económicos a honrar compromissos do passado que continuaram a surgir durante o ano económico de 2010.

Porém, avançámos com a orientação estratégica e política resultante das últimas eleições autárquicas, assente no lançamento de novas obras nas áreas das infra-estruturas sociais, educativas, desportivas, ambientais, de lazer e rede viária, consolidando, simultaneamente, a reorganização dos serviços e a realização de diversos eventos de reconhecida dimensão regional e nacional, com rigor e disciplina.

Em comparação com o relatório de contas do ano passado identificamos uma redução de custos reais, na maioria das rubricas com responsabilidade directa da gestão do executivo municipal.

O aumento dos valores da despesa centra-se na exploração das estações de tratamento de águas residuais, dos serviços de limpeza e resíduos sólidos, dos transportes escolares e do consumo da iluminação pública. O actual executivo encontra-se a efectuar estudos alternativos para as áreas dos transportes escolares, dos serviços de saneamento e das estações de tratamento de águas, o que a curto prazo resultará num equilíbrio orçamental das contas municipais, e num acréscimo da qualidade e rede dos serviços prestados aos cidadãos do nosso concelho.

Ainda que se registe um aumento de custos com recursos humanos, estes resultam da transferência dos funcionários das escolas do Ministério da Educação para o Município. Numa análise mais precisa, e isolando estes números, comparativamente ao ano anterior, o número de recursos humanos a trabalhar no Município de Ourém diminuiu.

No próximo ano económico obteremos uma redução com os custos da recolha dos resíduos sólidos urbanos, resultante já da renovação do contrato com a empresa prestadora deste serviço, que assumiu um acréscimo de serviços extraordinários no valor de 200 mil euros anuais.

Igualmente, e face ao valor elevado do consumo da iluminação pública, fruto do aumento do custo deste serviço, mas, paralelamente, resultante do acréscimo do número de postos de iluminação de vias do concelho, já iniciámos com a distribuidora eléctrica um plano de gestão dos mais de 30 mil postos de iluminação pública, com a implementação de um sistema de corte de energia durante 1 hora por dia, atenuando, assim, os valores globais, de entre outras medidas que se encontram em estudo.

Em termos de receitas em 2009 registou-se o apoio extraordinário do Estado, através do PREDE, para recuperação da dívida a fornecedores, o que em 2010 não ocorreu, não havendo por isso um balanço mais equilibrado, decorrente da dificuldade em amortizar esse mesmo apoio.

No âmbito das transferências de capital concedidas o valor sofreu um acréscimo derivado das transferências para a Empresa Municipal SRU para fazer face ao contrato programa de requalificação da estrada de Minde, e com o contrato programa da vinda de Sua Santidade o Papa Bento XVI, à nossa Cidade Santuário.

Também o pagamento dos Protocolos celebrados, pelo anterior executivo camarário, com as Juntas de Freguesia foi liquidado durante o ano económico de 2010, num valor total de 1 milhão e 381 mil euros.

É de destacar que no ano económico de 2010, existe na rubrica *Provisões do Exercício* o montante de 913 mil euros relativo a provisão para riscos e encargos de processos judiciais em curso, e que é estimado pelos serviços em perdas potenciais de 478 mil euros, acrescendo a este, o valor de 435 mil euros de provisão de cobrança duvidosa resultante de um elevado número de pequenos valores acumulados ao longo dos últimos anos junto dos consumidores que não pagam as taxas de recolha e tratamento dos resíduos sólidos e urbanos.

Ainda que se registre um passivo global com um ligeiro aumento, conseguimos reduzir o passivo bancário no valor de 2 milhões e 200 mil euros. O aumento do passivo resulta do pagamento da construção dos quatro centros escolares que se encontram em fase de conclusão, o que será reduzido com as transferências do financiamento do QREN para a nossa autarquia.

É de salientar que nas dívidas a terceiros, com valor elevado, encontra-se o terreno que teve de ser adquirido para a conclusão da rotunda da Avenida D. Nuno Álvares Pereira e as indemnizações das expropriações da Rua de Castela.

Efectuámos ainda a regularização de facturas que não se encontravam orçamentadas no valor de 536 mil euros, nomeadamente 73 mil com execução de projectos pela ASTAQ, 114 mil de honorários com o advogado Lorena de Séves, sendo o restante resultante do pagamento a empresas de obras públicas relativo a diversas empreitadas.

Para finalizar, e em jeito de conclusão, não deixamos de registar a herança económica que pesa na actual gestão camarária, limitando-a, significativamente, face às necessidades prementes do nosso concelho.

Todavia, reforçamos a determinação em continuar a construir o futuro, assente na capacidade de unir esforços, congregar contributos, e orientar todas as sinergias para o que juntos, e na defesa do interesse dos municípios, somos capazes de alcançar.

Ourém, Abril de 2011

O Presidente da Câmara Municipal



(Paulo Fonseca)

1. Conjuntura

1.1 Economia mundial

Após anos de robusto crescimento, a economia mundial começou a desacelerar rapidamente, face a uma crise financeira, iniciada no Verão de 2007, que se agudizou em Setembro de 2008, instalando-se o pânico nos mercados financeiros, tendo-se assistido a um aumento dos riscos sistémicos, com a relutância das instituições financeiras em se exporem entre si, circunstância que conduziu a uma exponencial subida das taxas de juro do mercado interbancário.

Face aos acontecimentos, verificou-se um aumento da desconfiança e a aversão ao risco estagnou totalmente a liquidez nos mercados de capitais, contribuindo significativamente para a paralisação do sistema financeiro e para a ocorrência de situações de insolvência, condições que forçaram os bancos centrais a assumirem-se como o único recurso para obter liquidez (*lenders of only resort*). Complementarmente, a selectividade na concessão do crédito foi substituída por um abrupto corte, contribuindo para que as perspectivas económicas se agravassem, pese embora estas já não manifestassem cenários positivos.

Com o objectivo de se debelarem os riscos decorrentes da crise financeira, numa acção concertada das autoridades a nível global, encetou-se uma descida das taxas de juro, nomeadamente nos EUA, Europa, Ásia e Austrália, acção complementada pela intervenção dos diferentes Estados nos respectivos financeiros, nomeadamente, injectando recursos, nacionalizando instituições, garantindo as operações de financiamento entre bancos e garantindo a dívida bancária.

A maioria das económicas avançadas, bem como algumas das economias de países emergentes ainda enfrentam ajustamentos significativos, sobretudo no que concerne ao equilíbrio das finanças e dívida pública, bem como a necessidade de se proceder a fundamentais reformas no sector financeiro. Numa parte considerável das economias referidas, o sector financeiro ainda demonstra manifestas vulnerabilidades face a eventuais choques, sendo de salientar que o crescimento económico parece estar a

abrandar à medida que as políticas extraordinárias de estímulo à economia vão diminuindo, acompanhadas por elevadas taxas de desemprego aos quais acrescem notórios desafios sociais.

Como contraste, as políticas adoptadas como resposta inicial à crise iniciada no Verão de 2007, agudizada em Setembro de 2008, por uma parte significativa dos países emergentes ou em vias de desenvolvimento, contribuíram para uma melhoria significativa das perspectivas de crescimento de médio prazo em relação às tendências verificadas em fase anterior à recessão global. No entanto, a actividade nas referidas economias, particularmente nos países emergentes da Ásia, permanecem dependentes da procura associada às economias mais avançadas.

Após um ano de 2009, pautado ainda pela recessão económica, embora com os uns primeiros indícios de retoma da economia global, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional)¹, o crescimento económico mundial, em 2010, deverá ter-se situado na ordem dos 5%.

Contudo, a recuperação permaneceu a duas velocidades, considerando que, nas economias avançadas, o crescimento tem sido moderado, persistindo elevados níveis de desemprego. Em oposição, nos países emergentes, denotam-se pressões inflacionárias e sinais de superaquecimento, impulsionado em parte pela forte entrada de capitais.

No decurso do segundo semestre de 2010, as condições financeiras mundiais melhoraram amplamente, embora num meio de persistentes vulnerabilidades. O mercado de acções subiu e as condições de empréstimos bancários nas principais economias tornou-se menos apertado, mesmo para as pequenas e médias empresas.

Contudo, o mercado imobiliário permaneceu débil na generalidade das economias avançadas e as preocupações sobre as perdas do sector bancário e a sustentabilidade fiscal, conduziram ao alargamento dos spreads praticados em alguns países.

¹ International Monetary Found, *World Economic Outlook* – October 2010, com actualização em Janeiro de 2011

Relativamente aos EUA, o PIB denotou um crescimento de 2,8%, depois de em 2009 ter registado uma quebra na ordem dos 2,6%. O Japão e o Canadá deverão ter crescido, 4,3% e 2,9%, respectivamente.

No que concerne às economias emergentes, estima-se que a China tenha crescido 10,3%, a Índia 9,7%, o Brasil 7,5% e a Rússia 3,7%. Segundo o FMI, o conjunto dos países emergentes ou em vias de desenvolvimento deverão ter crescido, em 2010, 7,1%, em oposição ao conjunto das economias avançadas, cujo crescimento se terá situado na ordem dos 3%.

Ao nível do comércio mundial e após uma acentuadíssima quebra verificada em 2009 (-10,7%), o ano de 2010 deverá ter registado um crescimento na ordem dos 12%, tendo os países emergentes sido os principais propulsores com comércio internacional.

No conjunto de 2010, o preço médio spot do petróleo *Brent* situou-se em 80,2 USD/bbl, em oposição aos 62,5 USD/bbl verificados em 2009.

No que concerne à taxa de câmbio do Eur/USD, verificou-se uma depreciação do euro face ao dólar, observado o valor médio verificado no decurso de 2010 (1,08), quando comparado como o valor médio ocorrido em 2009 (1,23).

1.2 União Europeia e Zona Euro

União Europeia

Depois de em 2009, se ter verificado uma quebra na ordem dos 4%, em 2010, o PIB da União Europeia (EU-27) apresentou um crescimento em termos homólogos reais de 1,7%.

O indicador de sentimento económico na UE27 denotou uma tendência para uma melhoria do seu índice ao longo do período em análise.

Ao nível do IHPC (Índice de Harmonizado de Preços do Consumidor), a variação homóloga foi de 1,6, tendo o último trimestre apresentado o valor mais elevado (2,0). A taxa de desemprego permaneceu em valores elevados, situando-se em 10%.

Quadro – Indicadores Avançados para a UE27

Indicador	Unidade	Fonte	2010	I T 10	II T 10	III T 10	IV T 10
União Europeia (EU-27) - PIB Real	VH	Eurostat	1,7	0,6	2,0	2,2	2,1
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,6	98,2	100,6	102,7	105,0
Área do Euro (AE-17) - PIB Real	VH	Eurostat	1,7	0,8	2,0	1,9	2,0
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,8	96,6	99,2	102,1	105,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	7,1	4,6	9,0	7,1	7,8
Índice de Vendas a Retalho	VH Real	Eurostat	0,7	0,5	0,6	1,3	0,3
Taxa de Desemprego	%	Eurostat	10,0	10,0	10,0	10,1	10,0
IHPC	VH	Eurostat	1,6	1,1	1,5	1,7	2,0

Área Euro

O PIB da Área do Euro a (AE-17) apresentou um crescimento em termos homólogos reais de 1,7%, ou seja, idêntico ao verificado para a EU-27.

No que concerne às políticas monetárias, o BCE (Banco Central Europeu), face ao agravamento da crise financeira, que conduziu a uma revisão em baixa das perspectivas para a actividade económica mundial, sendo ainda de salientar a diminuição das pressões inflacionárias associadas aos preços das matérias-primas, deliberou no dia 8 de Outubro de 2008, e numa acção concertada que envolveu a Reserva Federal, o Banco de Inglaterra, os bancos centrais do Canadá, Suíça e Suécia, reduzir as taxas oficiais em 50 pontos base. Desde então, a taxa de refinanciamento bancário (*main refinancing operations*) do BCE foi sofrendo quebras graduais, até ao dia 7 de Maio de 2009, data em que foi definida em 1%. O valor de referência em causa manteve-se inalterado no decurso do ano económico de 2010.

1.3 Nacional

1.3.1 Evolução Político-legal

No decurso de 2010 não se verificaram quaisquer actos eleitorais

Alterações legislativas

Apresenta-se quadro resumo das alterações legislativas ocorridas em 2010, com incidência nas autarquias locais, consideradas mais relevantes.

Quadro – Legislação do ano 2010 mais relevante, respeitante às autarquias

Data	Referência	Resumo
13-12-2010	Portaria n.º 1235/2010	Fixa o número máximo de estagiários a recrutar no âmbito da 4.ª edição do PEPAL.
13-12-2010	Portaria n.º 1236/2010	Regulamenta o novo Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL)
15-10-2010	Decreto-Regulamentar n.º 4/2010	Procede à simplificação do regime de concessão de apoios do Fundo Social Europeu, alterando pela segunda vez o Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro
11-06-2010	Decreto-Lei n.º 65/2010	Adapta à administração local o regime de estágios da Administração Pública
21-05-2010	Despacho Normativo n.º 12/2010	Alteração ao despacho normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro, que fixa a natureza e os limites máximos dos custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FSE, pelo FEDER, pelo FEADER e pelo FEP, para o período de programação de 2007-2013
19-03-2010	Decreto-Lei n.º 18/2010	Estabelece o novo regime do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública
04-02-2010	Portaria n.º 79/2010	Adopta o modelo de cartão identificativo para uso dos guardas-nocturnos no exercício da sua actividade e revoga a Portaria n.º 1118/2009, de 30 de Setembro

20-01-2010	Acórdão n.º 1/2010	Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: se, após a adjudicação de uma empreitada de obras públicas, o dono da obra não promover a celebração do contrato, o direito do adjudicatário a ser indemnizado pelo dano negativo (dano de confiança) abrange as despesas com a aquisição do processo
------------	--------------------	---

1.3.2 Enquadramento macroeconómico

Evolução

Desde o início deste século que Portugal tem vindo a registar um débil crescimento económico, sempre inferior à média da área do euro. Esta circunstância tem-se caracterizado por uma persistente baixa produtividade, por uma deterioração da competitividade, pelo crescimento do desemprego e por um considerável défice externo.

Segundo a CE (Comissão Europeia), a actual crise veio exacerbar as fraquezas já existentes, sendo de referir que alguns destes desequilíbrios apenas têm vindo a ser corrigidos de forma lenta e parcial. Efectivamente, com o crescimento dos níveis de incerteza e de aversão ao risco, observou-se uma queda abrupta e marcada das expectativas dos agentes, da actividade económica e do comércio internacional, pelo que os referidos choques adversos se propagaram rapidamente ao conjunto das economias integradas globalmente em termos reais e financeiros, incluindo Portugal, e amplificaram a dinâmica de desaceleração já presente em várias economias, nomeadamente, as que observavam correcções significativas nos mercados imobiliários.

Deste modo, o PIB começou a retrair-se no final de 2008, circunstância que permaneceu em 2009 com uma quebra de 2,5%.

No ano de 2010, segundo o Banco de Portugal, o PIB apresentou um crescimento de 1,4%, tendo o mesmo sido determinado pela evolução da procura interna (contributo para a variação anual do PIB de 0,9 p.p. após -3,2 p.p em 2009), mas também da procura externa líquida (contributo para a variação anual do PIB de 0,5 p.p. após 0,7 p.p. em 2009).

O comportamento da procura interna foi essencialmente determinado pela aceleração do consumo privado, mas também pela redução da queda da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) e um abrandamento da desaccumulação de existências.

Contudo, será relevante referir que, desde Junho de 2010, provavelmente reflectindo o impacto das medidas de austeridade tomadas pelo Governo a partir de meados do ano em análise que, a actividade económica está em queda. Note-se que a economia nacional apresentou um recuo de 0,3%, no último trimestre do ano passado, face ao trimestre do período anterior, segundo os últimos dados divulgados pelo INE, circunstância que, caso volte a verificar-se, no decurso do primeiro trimestre de 2011, identifica oficialmente uma recessão técnica.

Ao nível do Comercio Internacional, as exportações aumentaram 7,7%, induzidas pelo aumento da procura externa, bem como pelo dinamismo do consumo privado. Esta evolução da procura global induziu um crescimento não negligenciável das importações (5,2%), espelhando, em particular, os efeitos do crescimento das despesas de consumo com um elevado conteúdo importado.

Relativamente ao mercado de trabalho, de acordo com os elementos publicados pelo Banco de Portugal, a taxa de desemprego foi-se agravando ao longo de 2010, atingindo no quarto trimestre, 11,1%. (10,8%, a média anual de 2010).

No que concerne aos preços, o ano de 2010, denota uma variação do IHPC em 1,4% (-0,9% em 2009), tendo-se situado 0,2 p.p abaixo da Área do Euro.

No período de Janeiro a Dezembro de 2010, o défice conjunto das Balanças Corrente e de Capital diminuiu 1.849,9 milhões de euros face a igual período o ano anterior, situando-se em 15.119,9 milhões de euros, o que representa 8,7% do PIB em 2010 após 10,1% em 2009. Esta evolução reflectiu a diminuição do défice da Balança Corrente (em 1.302 milhões de euros, passando de 10,9% do PIB em 2009 para 9,9% em 2010) e do aumento do excedente da Balança de Capital (em 547,9 milhões, de 0,8% do PIB em 2009 para 1,1% do PIB em 2010). A redução do défice da Balança Corrente resultou da diminuição do défice da Balança de Rendimentos, aumento do

excedente da Balança de Serviços e da Balança de Transacções Correntes, que mais que compensou o aumento do défice da Balança de Mercadorias.

No que respeita às finanças públicas, numa fase inicial e embora o INE ainda não tivesse apresentado o valor final, o Governo esperava que o saldo orçamental ficasse quatro décimas abaixo dos 7,3% previstos. Note-se que para a referida circunstância teria contribuído a receita extraordinária obtida de 2,8 mil milhões de euros, resultante do fundo de pensões da PT. Contudo, após recente intervenção do Eurostat, sobre qual o modelo de registo a seguir nas contas públicas portuguesas, designadamente no que concerne a perdas suportadas pelo Estado português com o BPN, sabendo-se que o montante das imparidades é de cerca de 2 mil milhões de euros, o défice referente a 2010, sofreu uma alteração, estabelecendo-se em 8,6%.

Em 2010, o valor provisório para o défice global do Estado (referência antes da intervenção do Eurostat), na óptica da contabilidade pública, foi de 14.249 milhões de euros, o que representa um agravamento de 191 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 9.277 milhões de euros, 226 milhões acima do registado no ano anterior.

A execução orçamental do Estado, face a 2009, caracterizou-se por:

- Um aumento da receita fiscal em 5,5%, justificado pelo acréscimo de 9,2% na receita dos impostos directos e de 0,8% dos impostos indirectos. As rubricas que mais influenciaram a evolução dos impostos indirectos foram o IVA, com um crescimento de 11,7%, seguido do ISV e IS, com aumentos de 16,7% e 6,9%, respectivamente. Com um impacto menor na evolução da receita fiscal encontram-se, ainda o imposto de consumo sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (1,1%) e o imposto sobre os produtos petrolíferos (-1%). No caso dos impostos directos, verificam-se aumentos das receitas do IRC em 1,1% e do IRS em 0,8%.
- Um crescimento da despesa total em 3,7%, devido ao aumento da despesa corrente em 3,4% e da despesa de capital em 6,3%, fortemente influenciada pela regularização das responsabilidades financeiras associadas ao pagamento de dois submarinos. O principal contributo para a variação da

despesa corrente é dado pelo aumento em 6,9% das transferências correntes, corrigidas da compensação pelo pagamento de pensões da responsabilidade do Estado, reflectindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social e para o SNS.

- As despesas com pessoal registam um crescimento de 1,1% em termos comparáveis, denotando desde Julho uma desaceleração no seu crescimento, enquanto as outras despesas correntes aumentaram 2,7%. Nos subsídios observou-se novamente uma quebra, de 11%, assim como nos juros e outros encargos que diminuíram 0,7% em resultado da redução das taxas de juro de curto prazo em 2009 e em parte de 2010, com impacto nos encargos relativos a Certificados de Aforro e Bilhetes do Tesouro.

No final de Dezembro, a dívida directa do Estado situou-se em 157,8 mil milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida de Bilhetes do Tesouro e emissões ao abrigo do programa EMTN. Os saldos dos Certificados do Tesouro e CEDIC também contribuíram para o aumento do stock da dívida. Contrariamente, observou-se uma amortização líquida dos Certificados de Aforro. As variações cambiais verificadas em Dezembro contribuíram para a redução do stock da dívida em 53 milhões de euros.

Síntese de indicadores económicos nacionais

- Actividade Económica Nacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2009	2010
PIB - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	-2,5	1,4
Indicador de Clima Económico	INE	SRE-VE	-1,5	-0,4
Indicador de Confiança da Indústria	INE	SRE-VCS	-24,4	-12,1
Indicador de Confiança do Comércio	INE	SRE-VCS	-13,2	-5,0
Indicador de Construção dos Serviços	INE	SRE-VCS	-17,1	-8,9
Indicador de Construção da Construção	INE	SRE-VCS	-36,0	-42,1
Índice de Produção Industrial - Ind. Transf.	INE	VH	-9,9	2,2
Índice de Volume de Negócios - Ind. Transf.	INE	VH	-17,9	9,3
Índice de Volume de Negócios - Serviços	INE	VH	-11,8	2,4

- Consumo Privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2009	2010
Consumo Privado - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	-1,0	:
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-39	-41
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	INE	VH	-31	-11
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho	INE	VH	-1,9	-0,4
Bens alimentares	INE	VH	1,2	2,3
Bens não alimentares	INE	VH	-4,5	-2,9
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-24,5	38,8
Importação de Bens de Consumo (excl. mat. transp.)	INE	VH	:	3,3

- Investimento

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2009	2010
FBCF - CN Trimestrais	INE	VH (real)	-11,6	:
Indicador de FBFCF	INE	SRE-VE	-10,1	-3,0
Vendas de Cimento	Cimpor/Secil	VH	-15,5	-11,6
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	VH	-29,8	17,4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	VH	-39,4	-6,9
Volume de Vendas de Bens de Investimento	INE	SRE-VE	-34,3	-28,3
Licença de Construção de Fogos	INE	VH	-38,9	-9,9
Importação de Bens de Capital	INE	VH	-16,6	-11,8
Índice Vol. Neg. da IT de Bens. De Investimento	INE	VH	-12,7	-5,8

- Indicadores de Contas Externas

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2009	2010
Importações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	-11,7	:
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	-10,6	:
Saldo de bens e serviços	INE	%PIB	7,7	:
Necessid. De financiamento da economia	INE	%PIB	-9,3	:
Saídas de mercadorias	INE	VH (nominal)	-18,4	15,7
Entradas de mercadorias	INE	VH (nominal)	-20,0	10,5
Saldo Balança Corrente e de Capital	BP	10 ⁶ Euro	-16.969	-15.119
Saldo Balança de Bens	BP	10 ⁶ Euro	-17.794	-17.931
Saldo Balança de Serviços	BP	10 ⁶ Euro	5.985	6.709
Saldo Balança de Rendimentos	BP	10 ⁶ Euro	-8.688	-8.013
Saldo Balança de Transf. Correntes	BP	10 ⁶ Euro	2.135	2.175

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2009	2010
Taxa de Desemprego	INE	%	9,5	10,8
Emprego Total	INE	VH	-2,8	-1,5
Desemprego Registado (fim de período)	IEFP	VH	12,1	3,3
Desempregados Inscritos (ao longo do período)	IEFP	VH	14,3	-6,7
Ofertas de Emprego (ao longo do período)	IEFP	VH	3,3	4,9
Contratação Colectiva	MTSS	VHA	2,8	2,4
Índice do Custo do Trabalho	INE	VH	3,8	:

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2010
Índice de Preços no Consumidor	INE	VC	:
Índice de Preços no Consumidor	INE	VH	:
Índice de Preços no Consumidor	INE	VM12	1,4
IPC - Bens	INE	VH	1,7
IPC - Serviços	INE	VH	1,0
IPC - exd. aliment. não transf. e energéticos	INE	VH	0,2
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VH	3,7
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VH	1,4
Diferencial IHPC vs Área do Euro (VH)	Eurostat	p.p	-0,2

- Indicadores Monetários e Financeiros

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2009	2010
Yield OT 10 anos - Portugal (fim de período)	IGCP	%	4,0	6,6
Yield OT 10 anos - Spread-vis-à-vis Alemanha	IGCP	p.b.	65	365
PSI 20	CMVM	VC	33,5	-10,3
Empréstimos a particulares: - para consumo	BP	V.Anual	2,6	2,5
Empréstimos a particulares: - para habitação	BP	V.Anual	1,7	0,5
Empréstimos a empresas	BP	V.Anual	1,9	0,0
Taxas de juro de empréstimos p/habitação	BP	%	2,00	2,12
Taxas de juro de empréstimos p/empresas	BP	%	3,34	3,74

1.3.3 Portugal no contexto global

Remoção de obstáculos ao crescimento económico

Segundo o relatório do Banco Mundial “*Doing Business 2010: Doing Business 2010 report*”, o qual cobre o período de Junho de 2009 a Junho de 2010, Portugal subiu dois lugares, figurando agora na 31.^a posição do ranking mundial no que concerne ao ambiente de negócios. Este índice é apresentado como um ranking que compara 183 economias.

Nesta análise são considerados dez requisitos relacionados com facilidade/dificuldade em fazer negócios.

Os dados do Banco Mundial demonstram que os melhores indicadores respeitantes a Portugal respeitam ao Encerramento da Actividade (21.^a posição), Reforço dos Contratos (24.^a posição), Comércio Transfronteiriço (27.^a posição) e Registo de Propriedade (31.^a posição).

As posições menos favoráveis relacionam-se com os seguintes requisitos: Licenciamentos (111.^a posição), Obtenção de Crédito (89.^a posição), Pagamento de Impostos (73.^a posição) e Abertura de Negócio (59.^a posição).

Quadro – Ranking e indicadores do *Doing Business 2010*

Indicadores	2010	2009
Abertura de Negócio	59	59
Licenciamentos	111	112
Registo de Propriedade	31	51
Obtenção de Crédito	89	87
Protecção de Investidores	44	41
Pagamento de Impostos	73	78
Comércio Transfronteiriço	27	23
Reforço dos Contratos	24	24
Encerramento da Actividade	21	22
Ranking "Doing Business"	31	33

Fonte: Banco Mundial

Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros factores padronizados de modo a permitir a avaliação do bem-estar de uma população. Este índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

Em observância ao IDH apresentado em 2010 no relatório das Nações Unidas (dados relativos a 2008), Portugal surge em 40.º lugar, descendo seis lugares face à posição que ocupava no relatório de 2009, persistindo uma perda de posições no ranking, ano após ano.

Apesar de se manter no grupo dos países com “desenvolvimento humano muito elevado”, caiu de novo numa tabela que volta a colocar a Noruega no topo e Espanha em 20º lugar. No âmbito dos países que surgem no primeiro grupo (42), Portugal apenas surge em melhor posição do que a Polónia e os Barbados.

Dos 27 países da União Europeia, Portugal surge apenas mais bem classificado do que Polónia (41.º lugar), Letónia (48.º lugar), Roménia (50.º lugar) e Bulgária (58.º lugar).

Os portugueses têm uma esperança de vida à nascença de 79,1 anos, menos dois do que os espanhóis e menos três se comparados com o povo com maior longevidade: os japoneses, que têm uma esperança de vida de 83,2 anos. Comparando a realidade nacional com os dados da OCDE, Portugal também fica a abaixo da média de 80,3 anos, mas uma década acima da média mundial dos 69,3 anos.

No âmbito da escolaridade, a média em Portugal são 8 anos, contra os 10 dos espanhóis ou os 12,6 anos dos noruegueses. Quanto comparado com os 27 países da EU, Portugal é o país com a mais baixa média de anos de escolaridade.

Ao nível do Rendimento Nacional Bruto *per capita*, o valor português apurado é de 22.105 dólares, menos de metade do verificado na Noruega (58.810 dólares), ficando abaixo da média da OCDE, que é de 37.077 dólares.

No que diz respeito às despesas de saúde, Portugal gasta, por pessoa, menos de metade do que os Noruegueses. Em Portugal, a despesa na saúde *per capita* apurada é de 2.284 dólares anuais, enquanto que na Noruega este valor sobe para os 4.763 dólares. Contudo, são os americanos que investem mais neste sector (7.285 dólares). Nos itens sobre o número de médicos e de camas para cada cem mil pacientes a realidade nacional é muito aproximada à dos países que estão no topo da tabela: em Portugal há 34 médicos e 35 camas hospitalares, contra os 39 médicos e 39 camas na Noruega.

No capítulo do emprego, nove em cada dez portugueses diz estar satisfeito com a sua actividade profissional, mas mais de metade da população não gosta do padrão de vida que tem. Os portugueses consideram-se mais ou menos “bem com a vida em geral”: numa escala de zero a dez posicionam-se em 5,7. Numa análise por itens, percebe-se que o problema passa pelo “padrão de vida”, já que 90% dizem-se satisfeitos com o emprego e 80% com a saúde pessoal. No entanto, apenas 47% se considera satisfeito com o “padrão de vida” que tem. Ainda no âmbito do trabalho, 18,5% dos trabalhadores têm empregos vulneráveis, ou seja, estão “envolvidos em trabalho familiar não pago e trabalho por conta própria”.

1.4 Conjuntura na área do Município

1.4.1 Caracterização do Município

Ourém, cidade e sede de concelho do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39° 30´ N e 39° 50´ e a longitude 8° 30´ W e 8° 40´ W. O concelho desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda cercado pelos

concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria.²

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda, Vilar dos Prazeres e Olival, registando em 2001 (últimos censos), uma população superior a 46 mil habitantes distribuídos por 18 freguesias.

No que concerne a infra-estruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o sector terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do sector secundário (42%) e por fim o sector primário (3%).

O turismo e em particular o de cariz religioso, detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual próximo dos 6 milhões de visitantes.

1.4.2 – Análise SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à auto-estrada A1 e à linha ferroviária do norte;

² Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9

- Forte dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do sector da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do sector da construção civil no contexto regional e nacional;
- Taxa de desemprego que embora esteja em crescimento se mantém inferior à verificada na generalidade dos Municípios da região;
- Forte capacidade de atracção de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supra-municipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de uma escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com pólos nas duas cidades;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a actividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos dinossaúros, Santuário, Museus, Castelo, ...).

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do Município face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima), que poderão vir a reforçar a sua coesão e complementaridades, através da construção do IC9;
- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visita religiosa, que poderá constituir-se como uma âncora para a região.
- Igreja da Santíssima Trindade como pólo de atractividade de peregrinos;
- Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- A valorização do sector vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste sector na área deste município;

- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

1.4.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recessão demográfica de algumas freguesias: Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento da populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infra-estruturação e dinamização cultural;
- Agricultura em acentuado declínio e sub-aproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar pontos de urbanização (habitação e indústria)
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém;
- Reduzido aproveitamento turístico da sede de município face à proximidade de Fátima;
- Parque escolar desajustado;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade do serviço ferroviário;
- Centralidade do município dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da actividade turística, embora com tendências a se esbater;
- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).
- Excessiva dispersão de equipamentos e infra-estruturas induzindo elevados custos de exploração e manutenção.

1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infra-estruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- Atraso na construção do IC9, gerando problemas nas acessibilidades intra-municipais e inter-urbanas;
- Integração do município no sistema de saúde do Médio Tejo (com três hospitais), dificultando a concretização de investimentos adequados à realidade existente na área do Município e das duas cidades;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada.

1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em Dezembro de 2010 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro – 2009, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é fundamentalmente referente a 2008 e 2009.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se seguidamente um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

Quadro – Informação Estatística 2007 e 2008 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, publicado em Dezembro de 2010 pelo INE)

1. - TERRITÓRIO	
1.1 - Área, Perímetro e Altitude	
1.1.1 - Área (Km ²)	416,6
1.1.2 - Perímetro (Km)	131
1.1.3 - Altitude máxima (m)	677
1.1.4 - Altitude mínima (m)	95
1.2 - Ordenamento do território	
1.2.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)	
1.2.1.1 - Urbano	6.227,3
1.2.1.2 - Equipamentos e parques urbanos	345,7
1.2.1.3 - Industrial	1.197,6
1.2.1.4 - Turismo	49,3
1.3 - Estrutura territorial	
1.3.1 - Lugares	245
1.3.2 - Vilas	2
1.3.3 - Cidades	4
1.3.4 - Freguesias	18
1.4 - Indicadores de ambiente	
1.4.1 - População servida por (%)	
1.4.1.1- Sistemas de abastecimento de água	95
1.4.1.2 - Sistema de drenagem de águas residuais	57
1.4.1.3 - Estações de tratamento de águas residuais	55
1.4.2 - Consumo de água residencial e dos serviços por habitante (m ³)	--
1.4.3 - Proporção de águas tratadas (%)	--
1.4.4 - Abastecimento de água (em milhares de m ³)	
1.4.4.1 - Caudal captado	2.117
1.4.4.2 - Caudal tratado	2.117
1.4.5 - Consumo de água	
1.4.5.1 - Residência e serviços	2763
1.4.5.2 - Industrial	0
1.4.2.3 - Outros	0
1.4.6 - Drenagem e tratamento de águas residuais	
1.4.6.1 - Drenagem de caudais efluentes produzidos	1.638
1.4.6.2 - Tratamento de águas residuais em ETAR	1.073
1.5 - População	

1.5.1 - Densidade populacional (hab/km2)	122,8
1.5.2 - Taxa de crescimento efectivo (%)	0,48
1.5.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,29
1.5.4 - Taxa bruta de natalidade (%)	7,3
1.5.5 - Taxa bruta de mortalidade (%)	10,2
1.5.6 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	3,9
1.5.7 - Taxa bruta de divórcio (%)	1,6
1.5.8 - Taxa bruta de fecundidade geral	29,6
1.5.9 - Nados vivos fora do casamento (%)	23,3
1.5.10 - Proporção de casamentos católicos (%)	54,3
1.5.11 - Índice de envelhecimento	138,6
1.5.12 - Índice de dependência de idosos	29,9
1.5.13 - Índice de longevidade	50,6
1.5.14 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por hab.	0,42
1.5.15 - População residente por sexo	
1.5.15.1 - Homens	24.683
1.5.15.2 - Mulheres	26.450
1.5.15.3 - Total	51.133
1.5.16 - População residente segundo grandes grupos etários	
1.5.16.1 - Dos 0 a 14 anos	7.289
1.5.16.2 - Dos 15 a 24 anos	6.207
1.5.16.3 - Dos 25 a 64 anos	27.535
1.5.16.4 - 65 e mais anos	10.102
1.5.16.5 - 75 e mais anos	5.113
2 - EDUCAÇÃO	
2.1 - Indicadores de educação	
2.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	100,2
2.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
2.1.2.1 - Ensino Básico	130,2
2.1.2.2 - Ensino Secundário	152,6
2.1.3 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
2.1.3.1 - 1º Ciclo	2,2
2.1.3.2 - 2º Ciclo	2,8
2.1.3.3 - 3º Ciclo	7,8
2.1.3.4 - Total	4,3
2.1.4 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	
2.1.4.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	72,6
2.1.4.2 - Cursos tecnológicos	85,0

2.1.4.3 - Total	78,0
2.1.5 - Instituições de educação por nível e natureza	
2.1.5.1 - Educação Pré-Escolar	
2.1.5.1.1 - Público	39
2.1.5.1.2 - Privado	5
2.1.5.2 - 1º Ciclo	
2.1.5.2.1 - Público	48
2.1.5.2.2 - Privado	1
2.1.5.2.2 - Dos quais com menos de 10 alunos	0
2.1.5.3 - 2º Ciclo	
2.1.5.3.1 - Público	4
2.1.5.3.2 - Privado	3
2.1.5.4 - 3º Ciclo	
2.1.5.4.1 - Público	4
2.1.5.4.2 - Privado	3
2.1.5.5 - Secundário	
2.1.5.5.1 - Público	1
2.1.5.5.2 - Privado	4
2.1.4 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
2.1.4.1 - Educação Pré-Escolar	1.363
2.1.4.2 - 1º Ciclo	2.186
2.1.4.3 - 2º Ciclo	1.406
2.1.4.4 - 3º Ciclo	2.619
2.1.4.5 - Secundário	2.713
2.1.5 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
2.1.5.1 - Educação Pré-Escolar	92
2.1.5.2 - 1º Ciclo	160
2.1.5.3 - 2º Ciclo	139
2.1.4.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	441
2.1.6 - Pessoal não docente do ensino não superior	524
3. - CULTURA	
3.1 - Espectáculos ao vivo	
3.1.1 - Espectadores por habitante	0,3
3.1.2 - Valor médio dos bilhete vendidos (em euros)	24,7
3.1.3 - Sessões	45
3.1.4 - Espectadores	15.065
3.1.5 - Bilhetes vendidos	2.475
3.2 - Publicações periódicas por município	

3.2.1 - Publicações	34
3.2.2 - Edições	292
3.2.3 - Circulação Total	
3.2.3.1 - Total	2.335.230
3.2.3.2 - Jornais	1.311.878
3.2.3.3 - Revistas	455.820
3.2.4 - Exemplares vendidos	
3.2.4.1 - Total	857.991
3.2.4.2 - Jornais	274.403
3.2.4.3 - Revistas	439.288
3.3 - Caracterização e exibição do cinema	
3.3.1 Recintos utilizados	
3.3.2 Ecrãs	--
3.4 - Museus e galerias de arte	--
3.4.1 - Museus	
3.4.1.1 - Número	4
3.4.2 - Galerias de arte e outros espaços	
3.4.1 - Número	2
3.4.2 - Exposições realizadas	--
3.4.3 - Obras expostas	--
3.4.4 - Visitantes	--
4. - SAÚDE	
4.1 - Indicadores de saúde	
4.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	1,9
4.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	0,7
4.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,4
4.1.4 - Consultas por habitante	3,4
4.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2001/2005)	2,4
4.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2001/2005)	1,0
4.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,2
4.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	2,4
4.1.9 - Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória	--
4.2 - Hospitais	
4.2.1 - Número	0
4.3 - Centros de Saúde e suas extensões	
4.3.1 - Total	2
4.3.2 - Com internamento	0
4.3.3 - Extensões	16

4.3.4 - Pessoal ao serviço	
4.3.4.1 - Total	124
4.3.4.2 - Médicos	22
4.3.4.3 - Pessoal de enfermagem	35
4.3.4.4 - Outro	67
4.3.5 - Consultas médicas	
4.3.5.1 - Total	171.732
4.3.5.2 - Medicina geral e familiar/clínica geral	144.800
4.3.5.3 - Planeamento familiar	2.533
4.3.5.4 - Saúde infantil e juvenil/pediatra	21.356
4.3.5.5 - Saúde maternal/obstetrícia	2.144
4.3.5.6 - Outras especialidades	899
4.3.6 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
4.3.6.1 - Farmácias	14
4.3.6.2 - Postos farmacêuticos móveis	5
4.3.6.3 - Farmacêuticos de oficina	39
4.3.6.4 - Profissionais de farmácia	23
4.3.7 - Médicos com residência na área do município	34
5. - MERCADO DE TRABALHO	
5.1 - Indicadores do mercado de trabalho	
5.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	33,1
5.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	9,9
5.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	836,2
5.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	11,2
5.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	20
5.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por sector de actividade (%)	3,2
5.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	24,2
5.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o sector de actividade	
5.2.1 - Primário (CAE: A)	93
5.2.2 - Secundário (CAE: B - F)	4.193
5.2.3 - Terciário (CAE: G - U)	6.815
5.3 - Ganho médio mensal dos trab. por conta de outrem, por sector de actividade	
5.3.1 - Primário (CAE: A) (em euros)	623,30
5.3.2 - Secundário (CAE: B - F) (em euros)	815,00
5.3.3 - Terciário (CAE: G - U) (em euros)	852,10
5.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações	
5.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	200
5.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	2.484

5.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	2.426
5.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	2.679
5.4.5 - Ensino secundário	2.133
5.4.6 - Bacharelato	168
5.4.7 - Licenciatura	900
5.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por contra de outrem, segundo o nível de habilit.	
5.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	653,00
5.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	748,10
5.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	750,50
5.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	751,30
5.5.5 - Ensino secundário (em euros)	858,90
5.5.6 - Bacharelato (em euros)	1.387,90
5.5.7 - Licenciatura (em euros)	1.423,60
6. - PROTECÇÃO SOCIAL	
6.1 - Indicadores de protecção social	
6.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
6.1.1.1 - Invalidez	4.026
6.1.1.2 - Velhice	4.119
6.1.1.3 - Sobrevivência	2.241
6.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	2.711
6.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	188
6.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	747
6.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	51
6.1.6 - Valor médio das prestações familiares	--
6.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência	
6.2.1 - Invalidez	1.412
6.2.2 - Velhice	7.650
6.2.3 - Sobrevivência	3.090
6.4 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade	
6.4.1 - Menos de 24 anos	149
6.4.2 - 25 a 29 anos	236
6.4.3 - 30 a 39 anos	481
6.4.4 - 40 a 49 anos	446
6.4.5 - 50 a 54 anos	155
6.4.6 - 55 e mais anos	204
6.5 - Prestações familiares	
6.5.1 - Total de beneficiários	5.728
6.5.2 - Descendentes ou equiparados	9.069

6.6 - Subsídio por doença	
6.6.1 - Total de beneficiários	2.902
6.6.2 - Dias processados	147.597
6.7 - Subsídios de maternidade e paternidade e licença parental	
6.7.1 - Total de beneficiários de subsídio de maternidade	217
6.7.2 - Total de beneficiários de subsídio de paternidade e licença parental	107
6.8 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	735
7. - ACTIVIDADE ECONÓMICA	
7.1 - Indicadores das empresas	
7.1.1 - Proporção de emprego em sociedades anónimas (%)	15
7.1.2 - Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras (%)	2,1
7.1.3 - Proporção de emprego dos serv. em serv. intensivos em conhecimento (%)	22
7.1.4 - Proporção de emprego em actividades TIC (Tec. de Inf. e Comunic.) (%)	0,5
7.1.5 - Proporção de emprego da ind. transf. em indúst. de média e alta tecn. (%)	6
7.1.6 - Taxa de constituição de sociedades (%)	6,6
7.1.7 - Taxa de dissolução de sociedades (%)	1,9
7.1.8 - Densidade de estabelecimentos (N.º/Km2)	5,5
7.1.9 - Proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	86
7.1.10 - Proporção de pessoas em estabelec. cuja sede se situa no município (%)	92
7.1.11 - Pessoal ao serviço por estabelecimento	5,6
7.2 - Volume de negócios das sociedades segundo a CAE (em milhares de euros)	
7.2.1 - A + B	17.916
7.2.2 - C	6.223
7.2.3 - D	258.758
7.2.4 - E	0
7.2.5 - F	192.032
7.2.6 - G	438.470
7.2.7 - H	28.261
7.2.8 - I	65.878
7.2.9 - J	1.203
7.2.10 - K	52.902
7.2.11 - M a O	18.779
7.3 - Comércio internacional	
7.3.1 Saídas (em milhares de euros)	
7.3.1.1 - Expedições	23.874
7.3.1.2 - Exportações	18.396
7.3.2 - Entradas (em milhares de euros)	
7.3.2.1 - Chegadas	53.137

7.3.2.2 - Importações	11.910
7.4 - Agricultura e floresta	
7.4.1 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	
7.4.1.1 - Vinho licoroso com DOP	0
7.4.1.2 - Vinho com DOP	
7.4.1.2.1 - Branco	202
7.4.1.2.2 - Tinto/Rosado	502
7.4.1.3 - Vinho com IGP	
7.4.1.3.1 - Branco	372
7.4.1.3.2 - Tinto/Rosado	460
7.4.1.4 - Vinho sem certificação	
7.4.1.4.1 Branco	550
7.4.1.4.2 Tinto/Rosado	4970
7.4.2 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	
7.4.2.1 - Ameixieiras	777
7.4.2.2 - Cerejeiras	1.079
7.4.2.3 - Damasqueiros	389
7.4.2.4 - Diospereiros	703
7.4.2.5 - Laranjeiras	827
7.4.2.6 - Limoeiros	413
7.4.2.7 - Macieiras	1.481
7.4.2.8 - Nogueiras	334
7.4.2.9 - Pereiras	814
7.4.2.10 - Pessegueiros	2.162
7.4.2.11 - Tangerineiras	612
7.4.2.12 - Oliveiras	2.622
7.4.3 - Incêndios florestais e bombeiros	
7.4.3.1 - Ocorrência de incêndios florestais	38
7.4.3.2 - Área ardida (ha)	
7.4.3.2.1 - Total	35
7.4.3.2.2 - Povoamentos florestais	23
7.4.3.2.3 - Matos	11
7.4.3.3 - Corporações de bombeiros	3
7.4.3.4 - Número total de bombeiros	239
7.5 - Energia	
7.5.1 - Indicadores de consumo de energia	
7.5.1.1 - Consumo de energia eléctrica por consumidor (kWh)	
7.5.1.1.1 - Total	5306,6

7.5.1.1.2 - Doméstico	2175,4
7.5.1.1.3 - Agricultura	3183,7
7.5.1.1.4 - Indústria	60173,9
7.5.1.2 - Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (milhares de kWh)	1091,8
7.5.1.3 - Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.)	1,2
7.5.2 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
7.5.2.1 - Gás	1.968
7.5.2.2 - Gasolina	5.601
7.5.2.3 - Petróleo	11
7.5.2.4 - Gasóleo rodoviário	53.632
7.5.2.5 - Gasóleo colorido	5.910
7.5.2.6 - Gasóleo para aquecimento	3.032
7.5.2.7 - Fuel	6.504
7.6 - Construção e Habitação	
7.6.1 - Indicadores de construção e habitação	
7.6.1.1- Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
7.6.1.1.1 - Pavimentos por edifício	2,2
7.6.1.1.2 - Fogos por pavimento	0,7
7.6.1.1.3 - Divisões por fogo	5,1
7.6.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	20,3
7.6.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
7.6.1.2.1 - Pavimentos por edifício	2,3
7.6.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,6
7.6.1.2.3 - Divisões por fogo	5,7
7.6.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	21,5
7.6.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
7.6.1.3.1 - Urbanos transaccionados, em propriedade horizontal	89.748
7.6.1.3.2 - Urbanos transaccionados, total	88.192
7.6.1.3.3 - Rústicos transaccionados	13.795
7.6.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	110.775
7.6.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	111.542
7.6.1.3.6 - Rústicos hipotecados	198.553
7.6.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	826
7.6.2 - Edifícios licenciados para construção	
7.6.2.1 - Construções novas	
7.6.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	171
7.6.2.1.2 - Edifícios, total	294
7.6.2.1.3 - Fogos para habitação familiar	166

7.6.2.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
7.6.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	58
7.6.2.2.2 - Edifícios, total	146
7.6.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
7.6.3.1 - Entidade promotora	
7.6.3.1.1 - Pessoa singular	129
7.6.3.1.2 - Empresa privada	37
7.6.3.1.3 - Outras entidades	0
7.6.3.2 - Tipologia	
7.6.3.2.1 - T0 ou T1	14
7.6.3.2.2 - T2	40
7.6.3.2.3 - T3	80
7.6.3.2.4 - T4 ou mais	32
7.6.4 - Estimativas do parque habitacional	
7.6.4.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	23.799
7.6.4.2 - Alojamentos familiares clássicos	29.032
7.7 - Transportes	
7.7.1 - Indicadores de transportes	
7.7.1.1 - Veículos automóveis vendidos por 1000 habitantes	8,64
7.7.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes	2,2
7.7.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas auto-estradas (%)	4,1
7.7.2 - Veículos automóveis vendidos	
7.7.2.1 - Total	442
7.7.2.2 - Ligeiros de passageiros	242
7.7.2.3 - Ligeiros de mercadorias	141
7.7.2.4 - Pesados de passageiros	2
7.7.2.5 - Pesados de mercadorias	4
7.7.2.6 - Pesados, tractores de espécie diversa	30
7.7.2.7 - Tractores agrícolas	23
7.7.3 - Acidentes de viação e vítimas	
7.7.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	270
7.7.3.2 - Vítimas	
7.7.3.2.1 - Total	342
7.7.3.2.2 - Mortos	6
7.7.3.2.3 - Feridos graves	19
7.7.3.2.4 - Feridos ligeiros	317
7.8 - Comunicações	
7.8.1 - Indicadores de comunicações	

7.8.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	26,15
7.8.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	16,91
7.8.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	3,56
7.8.1.4 - Estações de correio por 100 000 habitantes	11,73
7.8.1.5 - Postos de correio por 100 000 habitantes	21,51
7.8.2 - Postos telefónicos	
7.8.2.1 - Total de acessos telefónicos	13.369
7.8.2.2 - Total de acessos telefónicos analógicos	11.179
7.8.2.3 - Total de acessos telefónicos digitais	2.190
7.8.3 - Estações e postos de correio	
7.8.3.1 - Estações de correio	
7.8.3.1.1 - Total	6
7.8.3.4.2 - Estações fixas	6
7.8.3.4.3 - Estações móveis	0
7.8.3.2 - Postos de correio	11
7.9 - Turismo	
7.9.1 - Indicadores de hotelaria	
7.9.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	2,2
7.9.1.2 - Estada média de hóspedes (número de noites)	1,9
7.9.1.3 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	114,2
7.9.1.4 - Hóspedes por habitante	5,3
7.9.1.5 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	59
7.9.1.6 - Proporção de dormidas entre Julho-Setembro (%)	36,5
7.9.1.7 - Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	987,6
7.9.1.8 - Taxa de ocupação-cama (líquida) (%)	25,1
7.9.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	
7.9.2.1 - Estabelecimentos	
7.9.2.1.1 - Total	40
7.9.2.1.2 - Hotéis	23
7.9.2.1.3 - Pensões	15
7.9.2.1.4 - Outros	2
7.9.2.2 - Capacidade de alojamento	
7.9.2.2.1 - Total	5.838
7.9.2.2.2 - Hotéis	3.812
7.9.2.2.3 - Pensões	1.824
7.9.2.2.4 - Outros	202
7.9.3 - Dormidas e hóspedes	
7.9.3.1 - Número total de dormidas	505.011

7.9.3.2 - Número total de hóspedes	271.306
7.9.4 - Dormidas nos estab. hoteleiros, segundo o país de residência habitual	
7.9.4.1 - Total geral	505.011
7.9.4.1.1 - Total UE 25	456.682
7.9.4.1.2 - Portugal	160.039
7.9.4.1.3 - Alemanha	14.817
7.9.4.1.4 - Espanha	127.410
7.9.4.1.5 - França	14.850
7.9.4.1.6 - Itália	70.945
7.9.4.1.7 - Países Baixos	4.636
7.9.4.1.8 - Reino Unido	7.947
7.9.4.1.9 - E.U.A.	13.698
7.10 - Sector Monetário e Financeiro	
7.10.1 - Indicadores do sector monetário e financeiro	
7.10.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	7,9
7.10.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	8,6
7.10.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	50,3
7.10.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	3.927
7.10.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	,,,
7.10.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
7.10.1.6.1 - Terminais de caixa automático Multibanco por 10 000 habitantes	11,9
7.10.1.6.2 - Operações por habitante	60
7.10.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	1.973
7.10.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	1.120
7.10.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	
7.10.2.1 - Bancos e caixas económicas	
7.10.2.1.1 - Número de estabelecimentos	35
7.10.2.1.2 - Pessoal ao serviço	195
7.10.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
7.10.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
7.10.2.2.2 - Pessoal ao serviço	18
7.10.3 - Movimentos estabelecidos por outra intermediação monetária	
7.10.3.1 - Depósitos	
7.10.3.1.1 - Total (milhares de euros)	805.168
7.10.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	69.624
7.10.3.2 - Crédito concedido	
7.10.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	764.732
7.10.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	384.999

8. - JUSTIÇA	
8.1 Indicadores de Justiça	
8.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
8.1.1.1 - Cíveis (meses)	25
8.1.1.2 - Penais (meses)	9
8.1.1.3 - Trabalho (meses)	0
8.1.1.4 - Tutelares (meses)	7
8.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (%)	7,7
8.1.3 - Proporção de não condenações onde não houve sentença (%)	53,3
8.1.4 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	66,7
8.1.4.1 - Crimes contra a integridade física	3,6
8.1.4.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	0,3
8.1.4.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	4,0
8.1.4.4 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	1,6
8.1.4.5 - Condução sem habilitação legal	0,9
8.1.5 - Principais actos notariais celebrados por escritura pública	
8.1.5.1 - Total de escrituras	1.939
8.1.5.2 - Compra e venda de imóveis	664
8.1.5.3 - Constituição de propriedade horizontal	29
8.1.5.4 - Constituição de sociedades com. e civis	...
8.1.5.5 - Doação	158
8.1.5.6 - Habilitação de herdeiros	295
8.1.5.7 - Hipoteca	46
8.1.5.8 - Justificação	366
8.1.5.9 - Mútuo	304
8.1.5.10 - Partilha	137
8.1.6 - Crimes registados pelas autoridades policiais	
8.1.6.1 - Total	1.500
8.1.6.2 - Contra as pessoas	
8.1.6.2.1 - Total	316
8.1.6.2.2 - Contra a integridade física	182
8.1.6.3 - Contra o património	
8.1.6.3.1 - Total	765
8.1.6.3.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	14
8.1.6.3.3 - Furto em veículo e em veículo motorizado	207
8.1.6.4 - Contra a vida em sociedade	
8.1.6.4.1 - Total	268
8.1.6.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	83

8.1.6.5 - Contra o Estado	11
8.1.6.6 - Legislação avulsa	
8.1.6.6.1 - Total	140
8.1.6.6.2 - Condução sem habilitação legal	48
9. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
9.1 - Câmara Municipal (2009)	
9.1.1 - Mandatos	
9.1.1.1 - PS	4
9.1.1.2 - PPD/PSD	3
9.2 - Assembleia Municipal (2009)	
9.1.2 - Mandatos	
9.1.2.1 - PS	9
9.1.2.2 - PPD/PSD	10
9.1.2.3 - PCP/PEV	1
9.1.2.4 - CDS/PP	1
9.3 - Assembleias de Freguesias (2009)	
9.3.1 - Presidências de Assembleias de Freguesias	
9.3.1.1 - PS	6
9.3.1.2 - PPD/PSD	10
9.3.1.3 - Lista independente	2

2. Enquadramento interno

2.1 Alterações no órgão executivo

No decurso de 2010, verificaram-se apenas alterações de distribuição de funções gerais do Órgão Executivo.

Desta forma, a composição dos membros do Órgão Executivo e as respectivas funções atribuídas apresentam-se no quadro abaixo exposto.

Quadro – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Função Atribuída
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Presidente	22/10 a 31/12	Coordenação Geral Desenvolvimento Económico Segurança e Protecção Civil Estudos e Projectos o Obras Municipais Relações Externas/Internacionais Apoio ao Investimento Apoio às Freguesias Relações Públicas /Imagem Prospectiva e Planeamento/Fundos Comunitários Gestão Financeira (excepto Taxas e Licenças)
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Presidente	01/01 a 21/10	Coordenação Geral Desenvolvimento Económico Segurança e Protecção Civil Estudos e Projectos o Obras Municipais Relações Externas/Internacionais Apoio ao Investimento Apoio às Freguesias Relações Públicas /Imagem Prospectiva e Planeamento/Fundos Comunitários
José Manuel Pereira Alho	Vice - Presidente	01/01 a 31/12	Ambiente Planeamento e Ordenamento do Território Desenvolvimento Rural e Florestas Educação, Desporto, Lazer Assuntos Sociais Acção Cultural

Quadro – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas (continuação)

Nome	Situação	Período	Função Atribuída
Nazareno José Menitra do Carmo	Vereador a tempo Inteiro	01/01 a 31/12	Representação da Câmara Municipal (no território de Fátima) Relacionamento Institucional Acompanhamento das políticas municipais sectoriais Desenvolvimento económico Obras Municipais Licenciamento e Autorização de Operações Urbanísticas Taxas e Licenças Fiscalização Contra-Ordenações
Maria Lucília Martins Vieira	Vereadora a tempo Inteiro	21/10 a 31/12	Administração e Planeamento Recursos Humanos Planeamento Estratégico Licenciamento e Autorização de Operações Urbanísticas (excepto p/ território da freguesia de Fátima) Taxas e Licenças (excepto p/ território da freguesia de Fátima) Apoio Jurídico Contra-ordenações (excepto p/ território da freguesia de Fátima) Fiscalização (excepto p/ território da freguesia de Fátima) Modernização Administrativa Tecnologias da Informação e comunicação
Maria Lucília Martins Vieira	Vereadora a tempo Inteiro	01/01 a 22/10	Administração e Planeamento Recursos Humanos Planeamento Estratégico Finanças e Património Contratação Pública e Aprovisionamento Taxas e Licenças (excepto p/ território da freguesia de Fátima) Apoio Jurídico Contra-ordenações (excepto p/ território da freguesia de Fátima) Fiscalização (excepto p/ território da freguesia de Fátima) Licenciamento e Autorização de Operações Urbanísticas (excepto p/ território da freguesia de Fátima) Modernização Administrativa Tecnologias da Informação e comunicação
Vítor Manuel de Jesus Frazão	Vereador	01/01 a 31/12	--
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Vereador	01/01 a 31/12	--
Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira	Vereadora	01/01 a 31/12	--

2.2 Política de recursos humanos adoptada

2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal

Em 2010 foram aprovadas uma nova estrutura orgânica e quadro de pessoal, com publicação em Diário da República, 2ª Série, n.º 113, em 14 de Junho de 2010 (Aviso n.º 11780/2010).

Posteriormente foi efectuada uma correcção, dando origem à Declaração de Rectificação n.º 2119/2010, publicada em Diário da República, 2ª Série, n.º 203, em 19 de Outubro de 2010.

2.2.2 – Evolução dos recursos humanos

No âmbito da análise à evolução dos recursos humanos exposta, importa considerar o efeito decorrente da transferência de competências, na área educativa, ou seja, o pessoal não docente transferido para o Município de Ourém, em 1 de Janeiro de 2010 (189 trabalhadores transferidos do Ministério da Educação para o Município de Ourém resultante de protocolo de Delegação de Competências).

Pessoal segundo o grupo profissional

Quadro – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

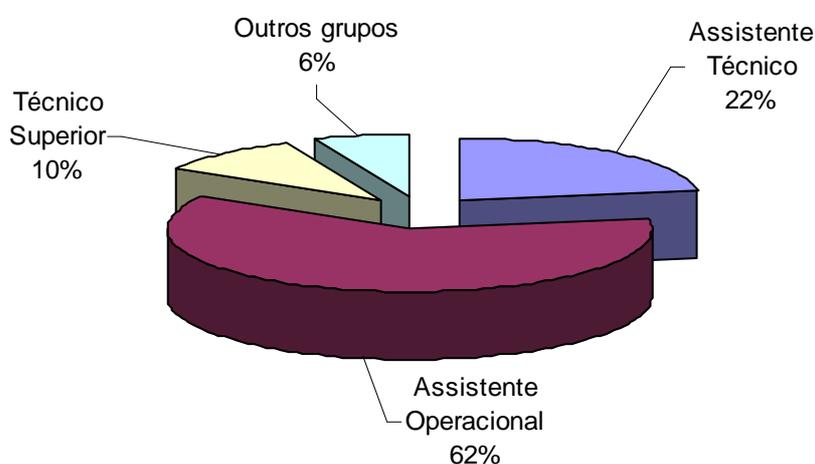
Designação	2008	2009	Var. Abs.	Var.(%)	2010	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	12	14	2	16,67	12	-2	-14,29
Técnico Superior	36	41	5	13,89	47	6	14,63
Informática	9	9	0	0,00	7	-2	-22,22
Assistente Técnico	72	80	8	11,11	106	26	32,50
Assistente Operacional	203	161	-42	-20,69	296	135	83,85
Outros Grupos	0	8	8	--	12	4	--
Total	332	313	-19	-5,72	480	167	53,35
Grau de Tecnicidade Superior	14,46	17,57	3,11	30,56	12,29	-5,28	-30,05
Grau de Tecnicidade Geral	38,86	46,01	7,15	20,98	35,83	-10,17	-22,11

O ano de 2010 demonstra uma variação positiva do número de funcionários da autarquia, na ordem dos 53%, que, em termos absolutos, significou um aumento em 167 funcionários. A variação ocorrida foi essencialmente influenciada pela variação

absoluta ocorrida ao nível dos assistentes operacionais (+135), assistentes técnicos (+26) e técnicos superiores (+6).

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afectos ao Município foi de 36, ou seja, aproximadamente 36% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, informática e assistente técnico. O grau de tecnicidade superior situou-se em torno dos 12,3%, tendo assinalado uma deterioração absoluta deste indicador em 5,28 pontos base.

Gráfico – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal assistente operacional (62%), assistente técnico (22%) e técnico superior (10%).

Escalão etário e sexo

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de mulheres manifesta uma dominância, significando estas, cerca de 65% do total dos recursos humanos disponíveis.

O escalão etário dos 50-59 é o mais representativo com 141 funcionários, com uma variação absoluta, relativa ao ano anterior, de 66.

Analisando o escalão etário segundo o grupo profissional, verifica-se que a predominância das idades mais baixas está adstrita ao pessoal de informática e técnico superior. Em oposição, a predominância escalões etários mais elevados ocorrem no pessoal assistente operacional.

Importa realçar que 182 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 40 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos.

Quadro – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2008	2009	Var. Abs.	Var.(%)	2010	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 18 anos	0	0	0	--	0	0	--
18-24	10	13	3	30,00	9	-4	-30,77
25-29	20	24	4	20,00	20	-4	-16,67
30-39	88	101	13	14,77	138	37	36,63
40-49	110	88	-22	-20,00	131	43	48,86
50-59	85	75	-10	-11,76	141	66	88,00
60-69	18	12	-6	-33,33	40	28	233,33
70 ou mais	1	0	-1	--	1	1	--
TOTAL	332	313	-19	-5,72	480	167	53,35
Número de Homens	204	161	-43	-21,08	169	8	4,97
Número de Mulheres	128	152	24	18,75	311	159	104,61
Média de Idades	40,78	40,78	0	0,00	40,78	0	0,00

Absentismo

Face a 2009, o ano de 2010 regista um substancial acréscimo do número de dias de ausência superior a 67%, apresentando uma variação absoluta positiva de 3.873,5 dias, sendo de salientar o efeito resultante do aumento do número de funcionários.

Deste modo, será de analisar o valor apurado *per capita*, o qual se situou ligeiramente superior a 20 dias, ou seja, verificando-se um aumento na ordem dos 9%.

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 7.577 dias (aumento de 84%) e a de protecção na parentalidade com um total de 1.872 dias (aumento de 54%).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 9.638 dias em detrimento dos 5.764,5 dias ocorridos em 2009.

Quadro – Evolução do Absentismo

Designação	uni: dias						
	2008	2009	Var. Abs.	Var.(%)	2010	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	44	30	-14	-31,82	89	59	196,67
Protecção na Parentalidade	937	1217	280	29,88	1872	655	53,82
Falecimento Familiar	146	112	-34	-23,29	0	-112	-100,00
Doença	4492	4111	-381	-8,48	7577	3466	84,31
Doença Prolongada	0	0	0	--	0	0	--
Assistência a Familiares	221	60	-161	--	100	40	66,67
Trabalhador Estudante	167	223,5	56,5	33,83	0	-223,5	-100,00
Cumprimento - Pena Disciplinar	80	10	-70	-87,50	0	-10	-100,00
Injustificadas	1	1	0	0,00	0	-1	--
Outras	0	0	0	--	0	0	--
TOTAL (dias de ausência)	6088	5764,5	-323,5	-5,31	9638	3873,5	67,20
Dias de ausência (per capita)	18,34	18,42	0,08	0,43	20,08	1,66	9,03

Acidentes ocorridos em serviço

O ano de 2010, demonstra a ocorrência do mesmo número de acidentes verificado em 2009, dos quais 14 sucederam no local de trabalho e 1 “*in itinere*”.

Já o número de dias perdidos com baixa sofreu um acréscimo absoluto em 402 dias, face ao verificado no ano anterior. Deste modo, verificou-se um total de 738 dias perdidos com baixa resultante de acidentes ocorridos no local de trabalho ou no percurso para o respectivo local.

Quadro – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2008	2009	Var. Abs.	Var.(%)	2010	Var. Abs.	Var. (%)
Acidentes ocorridos no local de trabalho							
Menos de 60 dias de baixa	17	14	-3	-17,65	11	-3	-21,43
60 dias ou mais de baixa	1	1	0	0,00	3	2	200,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a)	18	15	-3	-16,67	14	-1	-6,67
Acidentes "in itinere"							
Menos de 60 dias de baixa	1	0	-1	--	0	0	--
60 dias ou mais de baixa	0	0	0	--	1	1	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b)	1	0	-1	--	1	1	--
Total (a) + (b)	19	15	-4	-21,05	15	0	0,00
N.º de dias perdidos com baixa	904	336	-568	-62,83	738	402	119,64

Acções de formação

Quadro – Evolução das acções de formação realizadas

Designação	2008	2009	Var. Abs.	Var.(%)	2010	Var. Abs.	Var. (%)
Contagem das acções realizadas							
Menos de 30 horas	31	21	-10	-32,26	31	10	47,62
de 30 a 59 horas	6	0	-6	-100,00	20	20	--
de 60 a 119 horas	0	0	0	--	0	0	--
com 120 horas ou mais	0	1	1	--	0	-1	-100,00
Total	37	22	-15	-40,54	51	29	131,82
Número de participações	349	70	-279	-79,94	68	-2	-2,86
Participantes / funcionários	1,05	0,22	-0,83	-78,73	0,14	-0,08	-36,65

Observa-se que, em 2010, ocorreram 68 participações em 51 acções de formação, facto que face a 2009, representou uma diminuição do número de participações (-2), embora um aumento do número de acções de formação (+29).

Quanto à duração das acções de formação, continua a verificar-se que a maior preponderância corresponde à formação com duração inferior a 30 horas.

Concursos de pessoal

Quadro – Concursos internos

Designação	Qt.
Concursos internos de acesso limitado	
Fiscal Municipal Especialista Principal	1

Quadro – Ofertas de Emprego

Designação	Qt.
inexistentes	

Quadro – Concursos para cargos dirigentes

Designação	Qt.
Concursos para cargos dirigentes	
Director do Departamento Administrativo e de Planeamento	1
Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos	1
Chefe da Divisão de Apoio Jurídico	1
Chefe da Divisão de Gestão Financeira	1
Chefe da Divisão de Planeamento estratégico	1
Chefe da Divisão de Ambiente	1
Chefe da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território	1
Chefe da Divisão de Estudos e Projectos	1
Chefe da Divisão de Obras Municipais	1
Chefe da Divisão de Educação Desporto e Lazer	1
Chefe da Divisão de Assuntos Sociais	1
Chefe da Divisão de Acção Cultural	1

No decurso de 2010 verificou-se 1 concurso interno e 12 concursos para cargos dirigentes.

2.3 Actividades desenvolvidas

2.3.1 – Departamento de Administração e Planeamento

No decurso de 2010, as funções gerais administrativas estiveram sujeitas, essencialmente, ao Departamento de Administração e Planeamento, o qual é constituído pela Divisão de Gestão Financeira, Divisão de Planeamento Estratégico, Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e Divisão de Apoio Jurídico.

2.3.1.1 – Divisão de Gestão Financeira

Controlo Interno

A Administração Pública Local está hoje sujeita a um dilema funcional e conceptual que percorre transversalmente todo o sector público.

Por um lado, verificam-se fortes constrangimentos financeiros, induzidos pelo cumprimento do Plano de Estabilidade e Crescimento, ou mesmo pela crise conjuntural e estrutural que devasta e caracteriza o espectro económico nacional. Noutro sentido, deparamo-nos com uma sociedade civil cada vez mais ávida de mais e melhores serviços públicos e especialmente atenta ao binómio custo/benefício, impelindo a maximização do denominado “*value for money*”, em estreita observância pelo retorno legítimo e espectável, que os cidadãos relacionam ao tributo dos seus impostos.

Neste sentido, a gestão do risco assume-se como uma preocupação crescente no seio da Administração autárquica, o qual se encontra enleado numa complexa, vasta e desarticulada legislação que tornam a tornam burocratizante, obstaculizando a criatividade e impedindo uma correcta gestão dos meios materiais e dos recursos humanos, potenciando o risco do cometimento de irregularidades.

Porém, o contexto burocrático é um requisito essencial ao regular funcionamento das organizações nos Estados de Direito Democrático, sendo fundamental na definição do relacionamento estabelecido entre os cidadãos e a Administração, ou mesmo no adequado funcionamento das Instituições, circunstâncias que impelem a premência em se definirem e implementarem mecanismos de controlo interno.

Note-se que o controlo interno permite acompanhar, pilotar, corrigir e melhorar, em permanência a organização, pelo que é uma componente essencial da gestão do risco, funcionando como uma salvaguarda à rectidão da tomada de decisões, uma vez que permite prevenir e detectar situações anormais.

Note-se que os débeis sistemas de controlo interno existentes foram sendo concebidos para facilitar o trabalho dos “controladores”, ou seja, dos líderes, pelo que se tornava necessário e fundamental redireccioná-los, no sentido de optimizarem a economia, a eficiência, a eficácia e a qualidade dos bens e serviços produzidos pela organização.

Face ao exposto, no decurso de 2010, foi elaborada e proposta uma nova norma de controlo interno a qual mereceu a aprovação do Órgão Executivo, tendo entrado em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.

O referido documento parametriza os procedimentos internos nas seguintes áreas: Disponibilidades; Fundos de Maneio; Receitas; Despesas; Gestão Orçamental; Existências; Imobilizado; Investimentos Financeiros; Apoios Concedidos e Subsídios; Tribunal de Contas; Informática; Gestão de Recursos Humanos e Documentos Oficiais.

Regulamentos Municipais

As relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais foram objecto de uma importante alteração de regime, protagonizada pela publicação da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, cujo artigo 17º impõe a

adequação dos regulamentos municipais com vista a assegurar a compatibilidade dos mesmos com a estatuição inserta no referido corpo normativo de âmbito geral.

Complementarmente, o legislador veio consagrar, de uma forma expressa, diversos princípios que constituem a estrutura matricial de qualquer relação jurídico tributária, designadamente os princípios da justa repartição dos encargos e da equivalência jurídica, sempre sob o enfoque conformador do princípio da proporcionalidade.

Face às referidas circunstâncias elaborou-se, em período anterior, estudo económico que originou o Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais, o qual tendo sido aprovado pelo Órgão Deliberativo do Município, em 2009, entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010, pelo que o ano em reporte é o primeiro decorrente da sua aplicação, embora a sua aplicação ainda não tenha ocorrido na sua plenitude.

Sector Empresarial Local

No decurso de 2010 foi apresentada uma proposta de reestruturação ou extinção do sector empresarial local, em observância à racionalização e rentabilização de recursos municipais, estando a sua aplicação em curso.

Auditoria Externa

Com a entrega do relatório pela entidade de auditoria externa contratada, procedeu-se à sua análise tendo a Divisão de Gestão Financeira apresentado o seu parecer e conclusões.

Contabilidade

No decurso de 2010, tendo em vista ganhos operacionais, implementaram-se novas regras no atendimento a fornecedores, presencial ou telefónico: quarta-feira no período da tarde e sexta-feira no período da manhã.

Sendo a contabilidade de custos uma ferramenta de gestão que é útil na tomada de decisões e que poderá auxiliar a melhor direccionar os uso dos recursos públicos disponíveis, continuaram-se a desenvolver esforços de implementação desta valência (iniciada em 2009), procurando que as informações a obter sobre o ano económico de

2010, já se configurem como credíveis e detalhadas por funções, centros de responsabilidade, centros de custos e por serviços.

Tesouraria

Em 2010, por motivos de operacionalidade, controlo e comodidade, os pagamentos passaram a ser efectuados preferencialmente através de transferência bancária, ficando o uso do cheque cingido a situações muito pontuais.

Contratação Pública

Durante o ano de 2010 foram desenvolvidos vários procedimentos concursais de montantes avultados e de complexidade processual elevado, grande parte destes objecto de candidaturas ao QREN.

No segundo semestre de 2010 implementou-se uma nova plataforma de compras públicas (CONSTRULINK), circunstância que induziu uma poupança significativa, quando efectuada comparação com os encargos decorrentes da utilização da plataforma anterior (VORTALGOV), cuja adjudicação havia sido negociada no âmbito da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo).

Quadro – Procedimentos desenvolvidos no decurso de 2010

TIPO DE PROCEDIMENTO:	N.º DE PROCEDIMENTOS:
Ajuste Directo em Regime Simplificado	2295
Ajuste Directo (valor superior a 5.000,00 €)	101
Concurso Público	10
Concurso Público Internacional	1

Quadro – Proced. desenvolvidos (excluindo o ajuste directo - regime simplificado)

NOME	Fundamentação da Escolha do Procedimento		Preço Base (€)	Preço Contratual s/ IVA (€)
CMR - Construções Martins & Reis, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P001/2010/GCP - Rede de esgotos – Implantação de colector de águas pluviais em Óbidos – Olival – Ourém	1.688,39 €	1.674,12 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P002/2010/GCP - Remodelação de infra-estruturas de saneamento da cidade de Ourém - Rotunda do Ribeirinho - freguesia de Nossa Senhora da Piedade	38.818,90 €	38.675,11 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P003/2010/GCP - Rede de Esgotos Domésticos - Ampliação da Rede de Colectores - Rua do Carpinteiro - Abades - Freixianda	3.901,59 €	3.826,42 €
NML - Projectos e desenvolvimento turístico, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P004/2010/GCP - Assessoria técnica no âmbito da realização de plano de sinalização direccional para a Cidade de Fátima	42.000,00 €	35.000,00 €
Scalea - Combustíveis, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P005/2010/GCP - Aquisição de 10,000 litros de gasóleo rodoviário	9.500,00 €	9.500,00 €
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P006/2010/GCP - Fornecimento e aplicação de dois reservatórios para GPL (Gás Propano) a instalar nos Complexos Escolares da Gondemaria e Atouguia	14.000,00 €	
Ouripneus - Industria de Pneus, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P007/2010/GCP - Fornecimento e montagem de pneumáticos e serviços complementares, em regime de fornecimento contínuo	35.000,00 €	35.000,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P008/2010/GCP - Redes de Esgotos - Ampliação e Remodelação - Drenagem de Esgotos Domésticos da Rua de Santa Iria - Fátima	23.572,23 €	23.057,12 €
Batipor - Construções, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P009/2010/GCP - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Rua do Barroco - Bairro - N.ª S.ª das Misericórdias	1.248,20 €	1.230,59 €
CMR - Construções Martins & Reis, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P010/2010/GCP - Redes de Esgotos - Ampliação da Rede de Esgotos Domésticos na Rua da Imaculada Conceição, em Moita Redonda - Fátima	3.606,60 €	3.548,15 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P011/2010/GCP - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Rua Principal - Mata - Urqueira	2.226,10 €	2.177,80 €
Batipor - Construções, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P012/2010/GCP - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Rua Malhada - Bairro - N.ª S.ª Misericórdias	3.208,50 €	2.941,94 €
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P013/2010/GCP - Prestação de serviços para a manutenção de 18 impressoras da marca Kyocera, propriedade da autarquia	29.700,00 €	

Scalea - Combustíveis, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P014/2010/GCP - Aquisição de 10,000 litros de gasóleo rodoviário -2	9.083,34 €	8.025,00 €
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P015/2010/GCP - Prestação de serviços para aluguer de 8 fotocopiadoras	32.400,00 €	
CMR - Construções Martins & Reis, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P016/2010/GCP - Redes de Esgotos - Ampliação da Rede de Esgotos Domésticos na Rua dos Moinhos - Vilar dos Prazeres - Ourém	10.334,41 €	10.334,41 €
Batipor - Construções, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P017/2010/GCP - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Estrada das Galegas - Gondemaria	5.723,09 €	5.176,68 €
Batipor - Construções, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P018/2010/GCP - Sistema de Drenagem de Águas Residuais - Ampliação da Rede de Colectores - Lameira - Vilar dos Prazeres - N.ª. S.ª. Misericórdias - Ourém	7.011,23 €	6.670,82 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P019/2010/GCP - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água na Rua Pia de Fora - Eira da Pedra e Rua do Moinho Velho - Moita Redonda - Fátima	16.501,80 €	16.440,56 €
Constructora San José, S.A.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P020/2010/GCP - Edifício Paços do Concelho - Alterações no Parque de Estacionamento Subterrâneo	17.199,88 €	17.152,63 €
Abalada Matos, Lorena de Seves e Cunhal Sedim, S.A.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P021/2010/GCP - Elaboração de Petição Inicial para a responsabilização civil e contratual dos trabalhos a mais executados - Construção do novo edifício dos Paços do Concelho	9.500,00 €	9.500,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P022/2010/GCP - Redes de Esgotos Domésticos - Ampliação da Rede de Colectores - Rua dos Marmeleiros - Atouguia	4.831,08 €	4.263,10 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P023/2010/GCP - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Rua São Vicente - Casal da Igreja - Formigais - Ourém	9.243,78 €	9.100,00 €
Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P024/2010/GCP - Prestação de Serviço de "Lavagem de Ilhas Ecológicas - Fátima/Ourém	23.757,50 €	23.757,50 €
Scalea - Combustíveis, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P025/2010/GCP - Aquisição de 10,000 litros de gasóleo rodoviário -3	9.083,34 €	8.133,30 €
António Emílio Gomes, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P026/2010/GCP - Fornecimento continuado com e sem transporte de pó de pedra para diversas Obras a realizar por administração directa na área do concelho durante o ano de 2010	5.620,00 €	49.990,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P027/2010/GCP - Fornecimento continuado com transporte de cimento em saco para diversas obras a realizar por administração directa na área do concelho durante o ano de 2010	13.000,00 €	12.000,00 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P028/2010/GCP - Conservação e Reparação de Escolas - Reparação da Cobertura da Sala de Actividades da APDAF - N.ª S.ª da Piedade	22.353,23 €	19.329,34 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P029/2010/GCP - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramais Domiciliários - Rua Cova do Riolo - Murtal - Atouguia	4.000,40 €	3.235,73 €

ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P030/2010/GCP - Aquisição de equipamento informático - Aquisição de 4 Workstations e 8 monitores TFT para o Gabinete de SIG	9.643,68 €	
Scalea - Combustíveis, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P031/2010/GCP - Aquisição de 10,000 litros de gasóleo rodoviário -4	9.083,34 €	12.474,95 €
Datamóvel, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P032/2010/GCP - Aquisição e montagem de mobiliário para os gabinetes de apoio à presidência	11.340,00 €	11.340,00 €
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P033/2010/GCP - Depósitos Gás		
Américo Marques Duarte, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P034/2010/GCP - Iluminação pública - Rotunda da da Avenida Nuno - Rua dos Álamos - Rua 5 de outubro - Nossa Senhora da Piedade	44.217,90 €	43.703,70 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P035/2010/GCP - REDES E SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - Rua do Malhau - Alburitel	7.775,00 €	7.450,00 €
NextiraOne Portugal	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P036/2010/GCP - UPGRADE ao sistema de comunicações de voz existente nos serviços municipais	7.954,84 €	7.954,84 €
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P037/2010/GCP - Recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais - Pavimentação da rua do Casal da Aroeira, rua do Vale da Avelreira (Nossa Senhora da Piedade) e Estrada Principal de Moimento (Fátima)	47.842,94 €	
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P038/2010/GCP - Fornecimento continuado de lancil e manilhas de betão de diversas medidas para obras a realizar por administração directa na área do concelho durante o ano de 2010	24.210,45 €	24.037,00 €
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P039/2010/GCP - Fornecimento continuado de betão - pronto, para diversas obras a realizar por administração directa na área do Concelho de Ourém durante o ano de 2010	15.330,00 €	
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P040/2010/GCP - Rede Viária e Sinalização - Colocação de Guardas de Segurança - Vilões - Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	4.620,00 €	
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P041/2010/GCP - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação e Ramais - Rua do Tachão - Sobral - Nossa Senhora das Misericórdias	3.300,50 €	3.235,50 €
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P042/2010/GCP - Aquisição de lubrificantes, petróleos e outros produtos para a oficina	20.336,30 €	
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P043/2010/GCP - Fornecimento e Distribuição de Fruta Escolar		
Abalada Matos, Lorena de Seves e Cunhal Sedim, S.A.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P044/2010/GCP - Aconselhamento jurídico, telefónico e escrito, relativo ao processo Judicial nº. 1108/06BELRA e ao processo de licenciamento nº. 327/06/DOT, em que é requerente originária a Petrofátima - Carburantes e óleos, Lda.	9.860,00 €	9.860,00 €

Rodoviária do Tejo, S.A.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P045/2010/GCP - Prestação de serviços de Aluguer de autocarros necessários à realização das visitas de estudo dos alunos do Pré-Escolar e 1º. Ciclo	6.725,71 €	6.631,14 €
	----	P046/2010/GCP - Procedimento contratual para aluguer das lojas existentes no mercado Municipal		
ANULADO	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P047/2010/GCP - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação de Ramais Domiciliários - Travessa Florbela Espanca - Vilar dos Prazeres - Nossa Senhora das Misericórdias	3.254,10 €	3.254,10 €
Fersouper - Construções, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P048/2010/GCP - Beneficiação/Ampliação - Jardim Infância - Arranjos exteriores da escola do Pinheiro - Nª. Sª. da Piedade	2.186,00 €	2.186,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 19º do CCP	P049/2010/GCP - Redes de Esgotos - Ramais Domiciliários de Esgotos - Implantação de 7 ramais de ligação ao colector de esgotos domésticos e águas pluviais (Seis ramais domésticos de 125mm) em Moita Redonda-Fátima; Tacoaria-Seiça; R.Stª. Isabel-Fátima; Vale do Carro-Freixianda; R.Drº. Albano Rodrigues-Nª. Sª. Piedade; Moita Redonda-Fátima e 1 Ramal de 160mm-pluvial na R. STª. Isabel-Fátima	3.036,00 €	4.100,56 €
Base 2 - Informática e Telecomunicações, Lda.	Ajuste directo, alínea a), do artº 20º do CCP	P050/2010/GCP - Aquisição de equipamento informático - Aquisição de 4 Workstations e 8 monitores TFT para o Gabinete de SIG	9.386,40 €	8.255,00 €
Construções J. J. R. & Filhos, S.A.	Público	P051/2010/GCP - Aquisição de 100 toneladas de massas asfálticas de "desgaste" e 2.140 toneladas de massas asfálticas "Binder" para beneficiação de estradas e caminhos municipais - Ourém	100.000,00 €	70.081,20 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste directo	P052 - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação de Ramais Domiciliários - Beco dos Mendes - Rio de Couros e Rua dos Poços - Pêras Ruivas - Seiça	5.864,10 €	5.850,28 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste directo	P053 - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação de Ramais Domiciliários - Rua dos Caneiros - Maxieira, Fátima - Estrada Nacional 349, Vilar dos Prazeres, Nossa Senhora das Misericórdias	8.496,60 €	8.172,00 €
Batipor - Construções, Lda.	Ajuste directo	P054 - Arranjo de espaços públicos - Arranjo do largo do Rossio, Camalhões - Olival	7.943,53 €	8.340,71 €
Vendap	Ajuste directo	P055 - Limpeza e higiene - Aluguer de 54 Sanitários móveis para os dias 12 e 13 de maio	7.320,00 €	7.320,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste directo	P056 - Redes de Esgotos - Implantação de 11 Ramais de Ligação ao Colector de Esgotos Domésticos, em Várias Localidades do Concelho	5.762,00 €	5.762,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste directo	P057 - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água e Ramais Domiciliários - Rua do Bom Samaritano - Cova da Iria - Fátima	9.457,50 €	9.121,35 €
ANULADO	Ajuste directo	P058 - Redes de Esgotos - Substituição do ramal de ligação pluvial da Euromolding - Zona Industrial de Ourém - Nª. Sª. da Piedade	375,00 €	

ANULADO	Ajuste directo	P059 - Fornecimento e Montagem de Equipamentos de Ar Condicionado - Casa do Administrador - N. S.ª da Piedade	15.850,00 €	
Novelactron	Ajuste directo	P060 - Sistema integrado de mobilidade - Aquisição de equipamentos - Câmara de vigia e controlo de tráfego em Fátima	24.000,00 €	24.015,00 €
Rui Manuel Lopes Marques	Ajuste directo	P061 - Aquisição de serviços de assessoria de apoio à implementação do SIADAP no município de Ourém	17.880,00 €	17.880,00 €
ANULADO	Ajuste Directo	P062 - Aquisição de serviços de formação sobre o SIADAP no município de Ourém	6.545,45 €	
Josina - Comercio de materiais de construção, Lda.	Ajuste Directo	P063 - Fornecimento continuado de blocos de cimento de diversas medidas - para Obras a realizar por administração directa na área do concelho durante o ano 2010	5.612,00 €	5.612,00 €
Construções J. J. R. & Filhos, S.A.	Ajuste Directo	P064 - Rede Viária e Sinalização - Colocação de Guardas de Segurança - Vilões - Freguesia de N.ª. S.ª. da Piedade	4.620,00 €	4.620,00 €
ANULADO	Ajuste directo	P065 - Centro Escolar de Freixianda - Prestação de serviços de concepção de especialidades nos termos da portaria 701 H/2008	25.000,00 €	
ANULADO	Ajuste directo	P066 - Centro Escolar de Ourém Nascente - Prestação de serviços de concepção de especialidades nos termos da portaria 701 H/2008	22.000,00 €	
Fernanda Paula Oliveira	Ajuste Directo	P067 - Aquisição de serviços de consultadoria Jurídica no âmbito do direito do urbanismo e do direito do ordenamento do território	21.000,00 €	21.000,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P068 - Aquisição de manilhas de grandes dimensões para implantação de colector de águas pluviais junto à rua padre Faustino - Freixianda	6.150,00 €	6.100,00 €
Politérmica, Lda.	Ajuste Directo		15.850,00 €	14.410,49 €
Valente & Carreira, Lda.	Ajuste Directo	P070 - Obras de Remodelação - Trabalhos no Hall do Cine-teatro Municipal de Ourém	55.121,47 €	54.993,69 €
	Ajuste Directo	P071 - Festas de Ourém 2010 - Aquisição de Espaço Aventura e Parque Radical	8.000,00 €	
Ansitem	Ajuste Directo	P072 - Centro Escolar de Freixianda - Prestação de serviços de concepção de especialidades nos termos da portaria 701 H/2008	25.000,00 €	24.900,00 €
Ansitem	Ajuste Directo	P073 - Centro Escolar de Ourém Nascente - Prestação de serviços de concepção de especialidades nos termos da portaria 701 H/2008	22.000,00 €	21.920,00 €
Oficina da Ilusão, Lda.	Ajuste Directo	P074 - Prestação de serviços de Diversão de três concertos com: Classificados, Hands On Approach e Luís Represas, no âmbito das Festas de Ourém - 2010	30.000,00 €	30.000,00 €
Sons em Transito - Espectáculos Culturais, Lda.	Ajuste Directo	P075 - Prestação de serviços de Diversão de um concerto do Grupo Musical "Deolinda" dia 19 de Junho de 2010	17.000,00 €	17.000,00 €
H C & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P076 - Espectáculo Multimédia / Piro musical - Festas de Ourém 2010	10.000,00 €	10.000,00 €

ANULADO	Ajuste Directo	P077 - Prestação de serviços de Som, Luz e Palcos para os dias das Festas de Ourém-2010	16.150,00 €	
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P078 - Rede de Esgotos - Implantação de colector doméstico e um ramal na Travessa Frei Adelino (Fátima) e implantação de um ramal de esgotos domésticos na Rua de Santo Amaro em Laranjeiras (Nossa Senhora das Misericórdias)	3.909,07 €	3.728,48 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P079 - Redes e sistemas de abastecimento de água - Ampliação de ramais domiciliários - Estrada de Fátima / Casal Novo - Atouguia	3.315,50 €	3.174,18 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P080 - Redes e sistemas de abastecimento de água - Ampliação de ramais domiciliários - Rua Fonte Pavão - Carapita - Nossa Senhora das Misericórdias	2.966,00 €	2.949,75 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P081 - Redes e sistemas de abastecimento de água - Ampliação de ramais domiciliários - Rua das Quintas - Alcaidaria - Nossa Senhora da Piedade	4.872,00 €	4.860,00 €
Eurocálcio - Calcários e Inertes, S.A.	Ajuste Directo	P082 - Fornecimento continuado de 10.000 toneladas de tout-venant sem transporte para recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais	23.000,00 €	20.000,00 €
Aquino - Construções, S.A.	Público Internacional	P083 - Requalificação Urbana da Av.ª D. José Alves Correia da Silva - Parte B - Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul Inclusive	8.693.610,30 €	5.216.166,19 €
Scalea - Combustíveis, Lda.	Ajuste Directo	P084 - Aquisição de lubrificantes, petróleos e outros produtos para a oficina	20,336,30	12.896,90 €
Oliveira Imagem	Ajuste Directo	P085 - Prestação de serviço de reportagem em vídeo de qualidade HD Para as actividades de maior relevo do Município	7.200,00 €	7.200,00 €
ANULADO	Ajuste Directo	P086 - Prestação de serviços de Transporte colectivo de passageiros para a actividade "Passeia Comigo, Passeio dos Idosos 2010	10.000,00 €	
Rodoviária do Tejo, S.A.	Ajuste Directo	P087 - Prestação de serviços de Transporte colectivo de passageiros para a actividade "Passeia Comigo, Passeio dos Idosos 2010	7.500,00 €	7.500,00 €
	Ajuste Directo	P088/2010/GCP - Depósitos Gás		
Alpeso - Construções, S.A.	Público	P089/2010/GCP - Construção do Centro Escolar de Freixianda	1.853.348,35 €	1.460.321,18 €
Alpeso - Construções, S.A.	Público	P090/2010/GCP - Construção do Centro Escolar de Ourém Nascente	1.776.718,26 €	1.376.331,24 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P091 - Redes de esgotos - Execução de nove ramais domiciliários de esgotos domésticos e águas pluviais ao colector público	3.969,00 €	3.961,53 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P092 - Ramais Domiciliários de Esgotos - Ramal de Ligação de Esgotos Domésticos ao Colector Público - "Grupo Desportivo Sandoeirense" - Rio de Couros	1.005,00 €	999,80 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P093 - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação de Ramais domiciliários - Rua da Lameira - Vale do Porto - Nossa Senhora das Misericórdias	6.015,50 €	6.000,08 €

	Ajuste Directo	P094 - Aquisição de Equipamento Informático p/sector de Informática	5.500,00 €	
ANULADO	Ajuste Directo	P095 - Fornecimento continuado de betão-pronto	15.330,00 €	
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P096 - Sistema de Bombagem de águas residuais do Agroal	16.349,90 €	16.235,72 €
Compras Públicas	Ajuste Directo	P097 - Aquisição de serviços de uma plataforma de contratação electrónica para o Município de Ourém	24.000,00 €	3.450,00 €
Ceso CI Portugal, S.A.	Ajuste Directo	P098 - Prestação de Serviços de Consultadoria - Definição de uma Estratégia de Valorização e Internacionalização para o Concelho de Ourém	30.000,00 €	30.000,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P099 - Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação de Ramais Domiciliários - Rua Nossa Senhora do Patrocínio - Casal Menino - Matas - Ourém	2.891,00 €	2.881,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P100 - "Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação de Ramais Domiciliários - Rua Padre Feliciano - Casal dos Moleiros - Casal dos Bernardos - Ourém"	3.363,00 €	3.353,00 €
Ansiterm	Ajuste Directo	P101 - Centro Escolar de Olival - Prestação de serviços de concepção de especialidades nos termos da portaria 701 H/2008	25.000,00 €	25.000,00 €
Fenix - Security Group	Ajuste Directo	P102 - Serviços de vigilância humana para a recepção no edifício dos Paços do Concelho	22.174,80 €	21.801,04 €
Iriscópia, Lda.	Concurso Público	"P0103 - Fornecimento de produtos e serviços para cópia e impressão"	115.000,00 €	100.658,52 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.	Concurso Público	P104 - Construção do Centro Escolar de Olival	1.737.478,80 €	1.266.498,64 €
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P105 - Ampliação da Rede Pública de Abastecimento de Água - Estrada dos Arneiros - Urqueira - Ourém	2.532,00 €	2.515,00 €
ANULADO	Ajuste Directo	P106 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Ramais Domiciliários de Água - Rua Vitorino Silva - Moita - Fátima e Barreirinho - Cova da Iria - Fátima	13.895,50 €	
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P107 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Ramais Domiciliários de Água - Lagoinha - Painel - Nossa Senhora da Piedade - Ourém	12.201,00 €	12.160,00 €
ANULADO	Ajuste Directo	P108 - Ramais Domiciliários de Esgotos - 4 ramais - Fonte da Felizarda - Caxarias, Rua das Pipas - Moita Redonda - Fátima, Estrada Principal de Fátima - Fátima e Substituição Ramal pluvial da Euromolding - Zona Industrial de Ourém	2.200,00 €	
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P109 - Ramais Domiciliários de Esgotos - Implantação de Ramal de Esgotos Domésticos - Fontainhas - Seiça - Ourém	649,00 €	647,99 €
Trafiurbe, S.A.	Ajuste Directo	P110 - Rede Viária e Sinalização - Colocação de Guardas de Segurança - Palmaria - Formigais - Ourém	9.355,00 €	6.900,00 €

Plenavia - Construção e Conservação, Lda.	Ajuste Directo	P111 - Rede Viária e Sinalização - Recuperação e beneficiação de caminhos diversos - Pavimentação do troço no C.M. 1002 - lugar de Carvalhal - Freguesia de Espite	8.750,00 €	8.675,00 €
	Ajuste Directo	P112 - Redes e sistemas de abastecimento de água - Ampliação e Ramal domiciliário na Rua da Subida - Lameira - Fátima	642,40 €	
	Ajuste Directo	P113 - Fornecimento de Ilha Ecológica - Rua Jacinta Marto - Fátima	5.190,00 €	
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P114_ Rede Viária e Sinalização - Beneficiação do C.M. 1050/1051 - Repavimentação do troço entre o Ribeiro do Furadouro e a E.N. 113	3.946,14 €	3.866,04 €
Circo Chen, de Chen & Silva, Lda.	Ajuste Directo	P115_Prestação de serviços "Três Espectáculos de circo e aluguer de Tenda com capacidade para 2.500 pessoas - Encontro Nacional Eco-Escolas"	21.000,00 €	21.000,00 €
Ansitem	Ajuste Directo	P116 - Terminal Rodoviário de Ourém - Prestação de serviços de projectos de arquitectura e especialidades nos termos da portaria 701 H/2008	25.000,00 €	24.925,00 €
	Ajuste Directo	P117 _ Estabilização do Talude da Estrada da Lourinha - Freguesia de Nª. Sª. da Piedade	56.522,33 €	
Ansitem	Ajuste Directo	P118 - Centro Escolar Nª Senhora das Misericórdias - Vilar dos Prazeres -Certificação Energética	6.750,00 €	6.600,00 €
	Ajuste Directo	P119 - Fornecimento continuado de betão-pronto, para diversas obras a realizar por administração directa na área do concelho de Ourém durante 12 meses.	15.330,00 €	
Roberto Chichorro	Ajuste Directo	P120 - Idealização e concepção de escultura em memorial à Republica - Escultor Roberto Cichorro	20.000,00 €	
Trigenius - Sistemas Informáticos	Ajuste Directo	P121 - Aquisição de Mobiliário para a Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território	5.428,00 €	4.202,00 €
Fenix Higt Security, Lda.	Ajuste Directo	P122 - Serviços de vigilância humana para a recepção no edifício dos Paços do Concelho (3 meses)	16.380,00 €	16.380,00 €
	Público	P123 - Empreitada de "Pontão de Água Boa - Freguesia de Matas"	54.297,79 €	
Ansitem	Ajuste Directo	P124 -Pavilhão Gimnodesportivo do Olival - Projecto de especialidades nos termos da Portaria 701 H/2008	20.661,16 €	20.600,00 €
Construções Valtacão, Lda.	Público	P125 - Execução dos edifícios "A" e "B" de apoio à piscina no Agroal - Formigais	362.251,21 €	298.480,00 €
Alpeso - Construções, S.A.	Público	P126 - Construção do Pavilhão Desportivo do Olival - Ourém	1.972.751,07 €	1.539.794,98 €
	Público	P127 - Remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho de Ourém	879.030,07 €	
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P128 - Redes e sistemas de abastecimento de água - Ampliação e Ramais Domiciliários (Rua Vasco da Gama - Boleiros - Fátima e Rua de Baixo - Atouguia) - Ourém - Projecto de execução	7.951,00 €	7.939,50 €

Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P129 - Ramais Domiciliários de Esgotos - 4 ramais - Fonte da Felizarda - Caxarias, Rua das Pipas - Moita Redonda - Fátima, Estrada Principal de Fátima - Fátima e Substituição Ramal pluvial da Euomolding - Zona Industrial de Ourém	2.200,00 €	2.104,00 €
Leica, Sistemas para Geodesia e Topografia, S.A.	Ajuste Directo	P130 - Fornecimento de GPS de alta precisão	8.390,00 €	8.277,14 €
	Ajuste Directo	P131 - Fornecimento de Fardamento para o Centro Municipal de Protecção Civil	5.770,25 €	
	Público	P132 - Fornecimento gasóleo aquecimento para as escolas	52.000,00 €	
Atefla - João Luís Silva de Sousa	Ajuste Directo	P133 - Ensino básico - Aquisição de Equipamento Básico - Mobiliário para apetrechamento da biblioteca na EB 1 de Freixianda	7.590,61 €	7.389,80 €
	Público	P134 - Fornecimento e Transporte Continuado de 210.000 litros de gasóleo rodoviário	190.000,00 €	
	Ajuste Directo	P135 - Fornecimento continuado de betão pronto, para diversas obras a realizar por administração directa na área do Concelho de Ourém durante 12 meses	15.330,00 €	
Major, Santos & Filhos, Lda.	Ajuste Directo	P136 - Ramais Domiciliários de Esgotos - 8 Ramais - Implantação de 8 ramais de esgotos domésticos nas freguesias de Fátima e de Atouguia	4.010,00 €	3.970,00 €
	Público	P137 - Prestação de serviços de vigilância humana para a recepção no edifício dos Paços do Concelho e para o Mercado Municipal	139.000,00 €	
Sotkon Portugal, S.A.	Ajuste Directo	P138 - Fornecimento de Ilha Ecológica - Rua Jacinta Marto - Fátima	5.190,00 €	5.190,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P139 - Correção de Abatimentos - Repavimentação de Parque de Estacionamento - Rua de Santo António - Fátima	4.345,10 €	4.345,10 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P140 - Alargamento da Estrada - Rua do Bom Samaritano - Fátima	16.427,00 €	16.427,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P141 - Execução de Muro de Pedra de Grandes Dimensões - Protecção ao Desabamento de Terras - Vale da Aveleira -Ourém	2.670,00 €	2.670,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P142 - Remodelação da Rede de Esgotos - Edifício do Jardim Escola - Ribeira do Farrio	15.502,00 €	15.502,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P143 - Execução de Muro de Pedra de Grandes Dimensões - Aluimento de Estrada na Freguesia de Matas	15.061,25 €	15.061,25 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P144 - Remoção de Saibro em Vias de Comunicação - Aterro de Caminhos Danificados Pelas Intempéries - Pinhal do Rei - Ourém	15.804,00 €	15.804,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P145 - Pontão - Ponte de Parreira - Ourém	30.286,80 €	30.286,80 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P146 - Limpeza de Linha de água, Desabamento de Terras - Estabilização de Margens - Encosta dos Castelos	6.466,80 €	6.466,80 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P147 - Rede de Esgotos - Entupimento na Rede de Drenagem - Rio de Couros - Ourém	4.854,76 €	4.854,76 €

Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	Ajuste Directo	P148 - Rua A - Loteamento do Ribeirinho - Ourém	88.058,29 €	88.058,29 €
	Ajuste Directo	P149 - Iluminação de Natal - 2010	17.500,00 €	
Bodas e Festas - Actividades Turísticas, Lda.	Ajuste Directo	P150 - Jantar Natal funcionários da autarquia	8.250,00 €	8.250,00 €
Mega PC	Ajuste Directo	P151 - Aquisição de Sistema de Audiovisuais e Multimédia	10.872,33 €	9.310,00 €
Ecocisal - Empresa de Construções Cíveis da Sandoeira, Lda.	Ajuste Directo	P152 - Escola Primária de Sandoeira - Diversos Trabalhos de Construção	7.375,05 €	7.375,05 €
Oliveira Imagem	Ajuste Directo	P153 - Aquisição de um filme promocional do Município de Ourém	6.300,00 €	6.300,00 €
	Ajuste Directo	P154 - Redes de Esgotos - Drenagem de Águas Pluviais com Implantação de Poço Sumidouro- R.Colégio S. Miguel- Fátima	2.050,00 €	
	Ajuste Directo	P155 - Redes de Esgotos - Ampliação e Remodelação - Ampliação do Colector 22 e Colector 16 - Rua dos Galegos - Peras Ruivas - Seiça	29.206,84 €	
	Ajuste Directo	P156 - Aquisição de Reboque c/Gerador e Compressor ARICAS para o Centro Municipal de Protecção Civil	20.000,00 €	
	Ajuste Directo	P157 - Aquisição de Equipamento Básico - Fornecimento de Reboque e Gerador 55 Kva e Iluminação	20.000,00 €	
	Ajuste Directo	P158 - Redes de Esgotos - Ramais Domiciliários de Esgotos - Implantação de 7 Ramais de Esgotos Domésticos Nas Freguesias de Caxarias, Freixianda e Seiça	3.281,00 €	
Fénix High Security, Lda.	Ajuste Directo	P159 - Serviços de Vigilância Humana para Recepção no Edifício dos Paços do Concelho (Janeiro e Fevereiro de 2011)	10.900,52 €	10.900,52 €
	Ajuste Directo	P160 - Rede Viária e Sinalização - Recuperação e Beneficiação de Caminhos Diversos - Guardas de Segurança - Casais da Abadia - Caxarias	2.370,00 €	
	Ajuste Directo	P161 - Reforço de Iluminação de Natal em Fátima	36.500,00 €	

Taxas e Licenças

No que respeita a taxas e licenças gerais, apresenta-se quadro de caracterização dos processos, o qual foi objecto de levantamento no ano em análise.

Quadro – Caracterização dos processos reportados às Taxas e Licenças

Tipo de Receitas	Quantidade	Receita
Casa Mortuária		
Pedidos de utilização da casa mortuária	45	6.430,32 €
Cemitérios		
Cemitério – Inumação/Exumação	44	11.016,79 €
Cemitério - Terreno	13	16.773,88 €
Inspeção de elevadores, escadas mecânicas, tapetes rolantes e monta-cargas		
Elevadores - Empresas	167	17.048,07 €
Elevadores - Particulares	28	2.523,43 €
Feiras e mercados		
Terrado - Empresas	12	2.985,84 €
Terrado Particulares	493	80.627,74 €
Terrado Feira Santa Iria - Empresas	2	50,50 €
Terrado Feira Santa Iria - Particular	146	4.985,50 €
Feira de Santa Iria	27	12.424,00 €
Feira de Santa Iria-Caução s/consumo elect.	7	648,44 €
Feira de Santa Iria – Consumos Eléctricos	1	49,88 €
Mercado Semanal	30	31.865,50 €
Licenças de caça		
Renovação de Carta de Caçador – Dentro do Prazo	76	773,65 €
Exame – Carta de Caçador	35	1.365,21 €
Renovação de Carta de Caçador – Fora do Prazo	35	664,00 €
Segunda Via – Carta de Caçador	4	55,70 €
Substituição/alteração dados carta de caçador	44	230,16 €
Concessão de Carta de Caçador	11	111,75 €
Espectáculos e Divertimentos Públicos		
Imposto de Selo – Divertimento Públicos	25	75,00 €
Licença de Arraial	76	2.818,44 €
Licença de espectáculo e divertimento público	2	57,38 €
Licença Exploração - Anual	4	391,60 €
Licenciamento Venda de Bilhetes - Espectáculos	1	26,82 €
Licença Exploração - Semestral	9	502,80 €
Publicidade e ocupação da Via Pública		
Ocupação da Via Pública	5	214,28 €
Colocação Publicidade Temporária	14	1.439,48 €
Guia de Licença de Publicidade	789	78.678,46 €
Guia de Licença de Publicidade - DF	9	2.217,72 €
Publicidade Mensal	2	30,72 €

Quadro – Caracterização dos processos reportados às Taxas e Licenças (continuação)

Tipo de Receitas	Quantidade	Receita
Licenças de condução		
Segunda Via – Licença de condução de ciclomotor	17	288,60 €
Guia de Emissão de Licença de Condução	9	189,90 €
Guia de Renovação de Licença de Condução	123	2.957,19 €
Guia de 2º Via de Licença de Condução	2	48,26 €
Venda Ambulante		
Venda Ambulante de Lotarias	3	25,61 €
Guia de Renovação de Cartão de Vend. Ambulante	26	399,85 €
Guia de Emissão de Cartão de Vendedor Ambulante	9	239,34 €
Outros		
Rendas	62	4.185,68 €
Rendas – Lojas Mercados e quiosques	113	48.449,29 €
Rendas – Antenas de Telecomunicações c/iva	11	4.523,69 €
Rendas – Antenas de Telecomunicações s/iva	26	12.771,71 €
Rendas lojas mercado s/iva	2	1.778,00 €
Trabalho por conta de particulares	1	111,78 €
Vistorias – restauração e bebidas	3	244,16 €
Guia em Branco	5	607,97 €
Horário de Funcionamento	184	4.234,60 €
Licença Especial de Ruído	54	3.302,26 €
Concessão Circuito Turístico	11	3.004,87 €
Parcómetros	8	17.357,42 €
Provas Desportivas – Licenciamento	13	597,35 €
Contra-Ordenação	157	28.370,52 €
Alvará de Licenciamento Sanitário	3	64,26 €

Notariado

No âmbito da actividade desenvolvida no Notariado, destacam-se os seguintes elementos:

- 3 escrituras de alteração dos estatutos de empresas municipais;
- 1 escritura de cedência;
- 14 autos de expropriação das parcelas de terreno necessárias à construção da obra IC9 – Lanço Fátima (A1)/Ourém (Alburitel), em que a entidade expropriante é o Estado Português, representado nos referidos autos pela empresa BRISA – Engenharia e Gestão, S.A., tendo envolvido 25 outorgantes;

- 32 contratos avulsos;
- 14 contratos de empreitadas;
- 7 contratos de fornecimentos;
- 10 contratos de prestação de serviços;
- 1 contrato de cessão da posição contratual.

Património

Neste contexto, atendendo a que os Documentos de Prestação de Contas dispõem de detalhe pormenorizado sobre o inventário municipal, documento complementado pelas notas ao balanço à demonstração de resultados, não se dispõem elementos adicionais.

Metrologia

Quadro – Verificações efectuadas pelo serviço de metrologia municipal

	PV		VP		Total de Verificações	Taxa PV		Taxa VP		Taxa de Deslocação	Total Taxas
	S. Int.	S. Ext.	S. Int.	S. Ext.		S. Int.	S. Ext.	S. Int.	S. Ext.		
Janeiro	1		5	8	14	18.23		59.65	106.65	108.60	293.13
Fevereiro	1		17	17	35	18.23		227.84	246.65	183.11	675.83
Março	2		7	13	22	36.46		83.51	155.09	146.79	421.85
Abril	2	3	11	42	58	36.46	54.69	131.23	545.90	426.02	1194.30
Maior	1	2	30	24	57	18.23	36.46	398.52	338.15	218.21	1009.57
Junho	1		11	18	30	18.23		98.11	225.95	197.69	539.98
Julho			22	13	35			240.55	186.61	166.55	593.71
Agosto					Férias						
Setembro			21	35	56			141.49	459.50	314.22	915.31
Outubro	2		15	13	30			181.40	174.35	156.17	511.92
Novembro	1		31	47	79	18.23		216.83	692.02	478.42	1405.50
Dezembro			22	29	51			252.98	402.02	289.10	944.10
Total	11	5	192	259	467	164.07	91.15	2032.11	3532.89	2684.98	8505.20

No decurso do ano em análise, o serviço de metrologia municipal efectuou a verificação de 467 instrumentos de peso e medida, dos quais 16 se reportam à primeira verificação e 451 à verificação periódica.

Considerando que se trata do primeiro ano completo de prestação deste serviço, não é possível efectuar uma análise comparativa com o período homólogo anterior.

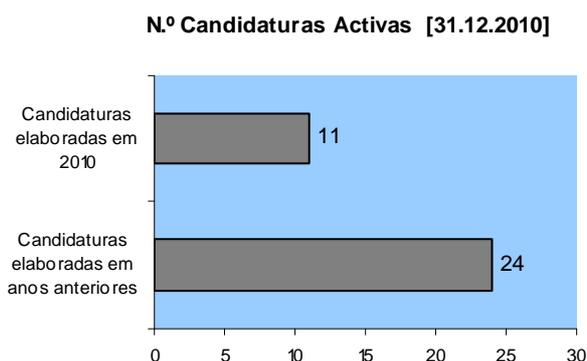
Importa ainda referir que, no ano em causa, a conduta dos serviços se pautou pela consciencialização dos diversos agentes económicos que dispõem de instrumentos de

peso e medida, sobre a necessidade em efectuarem as verificações legalmente estabelecidas, não tendo o Município de Ourém desenvolvido qualquer denuncia por incumprimento às autoridades competentes.

2.3.1.2 – Divisão de Planeamento Estratégico

Elaboração e acompanhamento de candidaturas

Em 2010, procedeu-se à elaboração de 11 candidaturas, a qual acresceu a execução física e financeira de 24 já elaboradas em anos anteriores.

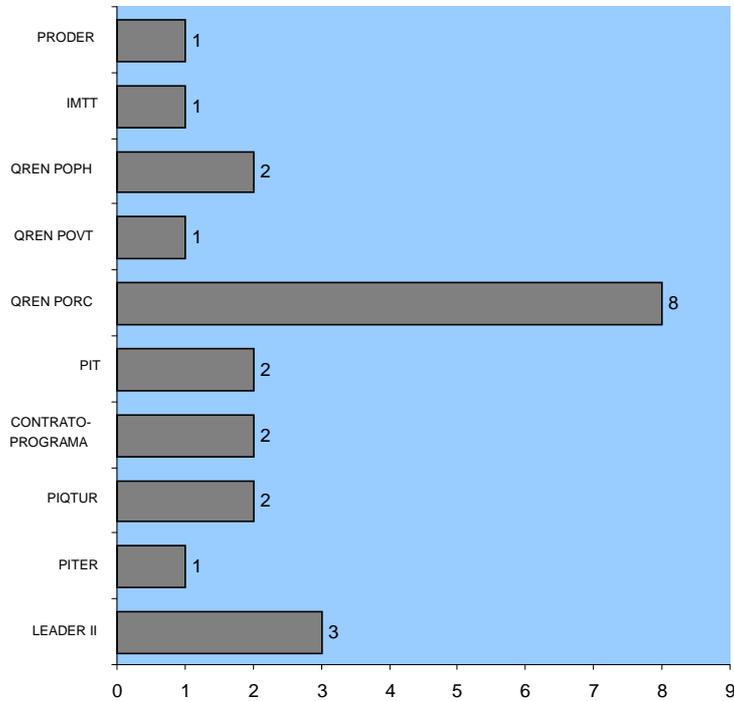


No que concerne ao tipo de financiamento/programa, destacam-se o QREN/PORC com oito candidaturas, surgindo o Leader + e o Leader II, igualmente com três candidaturas.

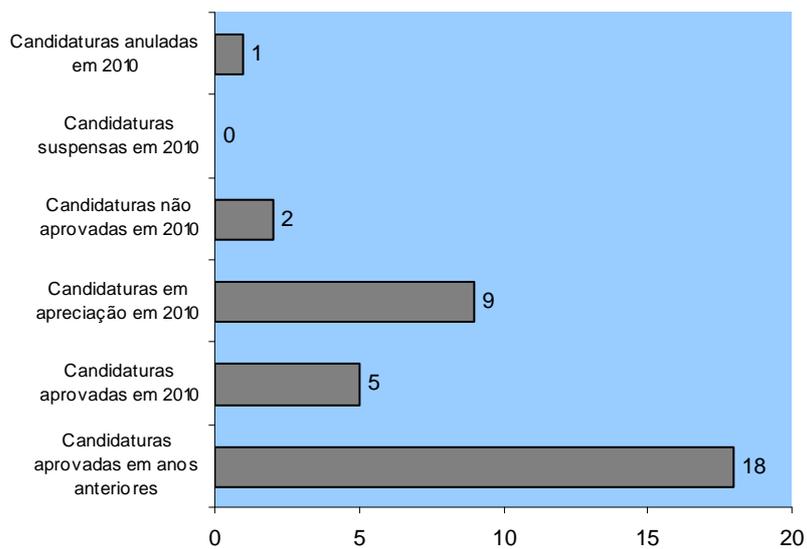
Face à situação das candidaturas em sede de análise, em 2010, verificou-se a aprovação de cinco candidaturas, não aprovação de duas e permanecendo nove em fase de apreciação.

Será ainda de salientar que das dezassete candidaturas aprovadas em anos anteriores, seis estão encerradas fisicamente.

Candidaturas Apresentadas_Tipo de Programa de Financiamento [31.12.2010]



Candidaturas_Face à análise | [31.12.2010]



Relatório de Gestão – 2010



Ano de Aprob.	Ano de Enc.	Programa	Nº Processo	Nº Projecto	Designação do projecto	Entidade promotora	Situação em sede de análise	Investimento Elegível (1)	Tx Comp. (2)	Montante de Financiamento (3) (4) x (5)	Despesa Justificada (6)	Financiamento atribuído à despesa Justificada (9) x (2) x (4)	Total financiamento recebido em anos anteriores (8)	2010 (7)	Total Recolhido (8) = (6) + (7)	Financiamento por Recolher da despesa Justificada (9)	Situação em termos de Situação	OBS
1997	1998	LEADER II / ADRN	---	183	Fabricação do Manual do Vinho Pabate	ADRN	Aprovada	13.317,90 €	85%	8.656,64 €	13.317,90 €	8.656,64 €	4.863,26 €	3.721,01 €	8.594,20 €	- €	Encerrada	
1999	1999	LEADER II / ADRN	---	308	Parque Aventura do Agral	ADRN	Aprovada	50.000,00 €	80%	30.000,00 €	50.000,00 €	30.000,00 €	5.000,00 €	25.000,00 €	30.000,00 €	- €	Encerrada	
1999	1999	LEADER II / ADRN	---	270	Apoio Social na área do Concelho	ADRN	Aprovada	124.699,47 €	85%	68.584,71 €	124.699,47 €	68.584,71 €	- €	68.584,71 €	68.584,71 €	- €	Encerrada	
2004	2005	PIQTUR	---	067/ITP/04	Requalificação do Agral	TP - Turismo de Portugal, IP	Aprovada	1.525.115,62 €	10%	152.511,56 €	1.283.403,87 €	128.340,39 €	- €	121.261,06 €	121.261,06 €	- €	Encerrada	
2006	2006	PIQTUR	---	011/ITP/06	Reedificação da Casa do Administrador e Núcleo Museológico	TP - Turismo de Portugal, IP	Aprovada	494.188,17 €	20%	98.833,63 €	450.741,38 €	90.148,28 €	- €	91.711,04 €	91.711,04 €	- €	Encerrada	
2002	2003	Conjunto Programático de Cooperação Técnica e Financeira	---	---	Construção do Novo Edifício dos Pagos do Concelho	CCDR/VT	Aprovada	4.827.983,00 €	15,93%	770.671,38 €	4.817.735,23 €	767.465,22 €	693.809,92 €	- €	693.809,92 €	73.655,30 €	Encerrada	Aguarda enquadramento por parte do CCDRC
2004	2007	PIFER	---	---	Lerária Fátima 2005 - Requal. do urbanismo comercial da 1ª Fátima	TP - Turismo de Portugal, IP	Aprovada	1.021.063,78 €	13%	132.736,89 €	1.021.053,78 €	132.736,89 €	119.384,57 €	- €	119.384,57 €	13.352,42 €	Encerrada	Aguarda enquadramento por parte do CCDRC
2008	2008	GREEN - POPH - Estágios na Administração Pública	---	130/03/2008/032	PEPAL II (1.º Jurista + 1.º Arquitecto)	POPH	Aprovada	23.064,34 €	70%	16.145,04 €	23.064,34 €	16.105,98 €	- €	- €	16.105,98 €	- €	Encerrada	
2008	2008	GREEN - PORC - Regulamento Específico de Requalificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	07/08/POPC/525	ID 726	Centro Escolar de Ourém (Gardade)	CCDR/C	Aprovada	1.926.697,46 €	80%	1.541.217,97 €	625.240,75 €	740.199,90 €	- €	347.017,35 €	347.017,35 €	383.182,45 €	Em execução	
2008	2008	GREEN - PORC - Regulamento Específico de Requalificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	06/08/POPC/525	ID 734	Centro Escolar Bento Nuno	CCDR/C	Aprovada	1.933.514,61 €	80%	1.546.811,69 €	363.263,01 €	290.610,41 €	- €	254.284,10 €	254.284,10 €	- €	Em execução	
2008	2008	GREEN - PORC - Regulamento Específico de Requalificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	08/08/POPC/525	ID 755	Ampliação da Escola do 1.º CEB de Cova da Iria	CCDR/C	Aprovada	1.284.849,54 €	80%	1.027.879,63 €	113.739,60 €	90.991,68 €	- €	78.377,03 €	78.377,03 €	- €	Em execução	
2008	2008	GREEN - PORC - Regulamento Específico de Requalificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	10/08/POPC/748	ID 744	Centro Escolar Nossa Senhora das Misericórdias	CCDR/C	Aprovada	1.368.177,28 €	70%	950.724,10 €	32.760,00 €	22.932,00 €	- €	19.110,00 €	19.110,00 €	- €	Em execução	
2008	2009	GREEN - POVT - Acção Inovadora para o Desenvolvimento Urbano	11/08/POVT/525	POVT-09-999/lede-00011	Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria	DSO/DOU/POVT	Aprovada	1.545.949,67 €	20%	309.188,93 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução	
2009	2010	PIF - Programa de Intervenção no Turismo	---	19/09/PIF/25	Gestão da Mobilidade da Cova da Iria	Turismo de Portugal	Aprovada	384.779,84 €	70%	25.534,48 €	20.009,62 €	20.306,73 €	924,19 €	17.444,86 €	18.380,05 €	- €	Em execução	Aguarda enquadramento por parte do POPH
2009	2009	GREEN - POPH - Estágios na Administração Pública	---	038/03/2009/0322	PEPAL III (1.º Arquitecto, 1.º Protecção Civil e 1.º Ciências Naturais)	DGAL/POPH	Aprovada	1.493.730,90 €	80%	1.194.984,72 €	1.433.295,01 €	1.146.636,01 €	- €	698.889,23 €	698.889,23 €	447.746,78 €	Em execução	Aguarda enquadramento por parte do CCDRC
2009	---	---	---	16/08/POPC/525	Reedificação da Casa do Administrador e Núcleo Museológico	CCDR/C/MT	Não Aprovada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	2009	GREEN - PORC - Regulamento Específico Património Cultural Ambiental	17/08/POPC/525	ID 1314	Requalificação do Agral	CCDR/C/MT	Aprovada	1.493.730,90 €	80%	1.194.984,72 €	1.433.295,01 €	1.146.636,01 €	- €	698.889,23 €	698.889,23 €	447.746,78 €	Em execução	
2009	2009	GREEN - PORC - Regulamento Específico de Protecção da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	18/08/POPC/525	ID 94586	Centro Municipal de Protecção Civil	CCDR/C/MT	Aprovada	271.124,78 €	80%	216.899,82 €	83.616,46 €	66.893,17 €	- €	66.893,17 €	66.893,17 €	- €	Em execução	
2009	2009	GREEN - PORC - Regulamento Específico "Mobilidade Territorial"	20/08/POPC/525	ID 1812	Beneficiário da EN 113-1	CCDR/C/MT	Aprovada	994.673,34 €	80%	797.378,67 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução	
2009	2010	GREEN - PORC - Regulamento Específico de Apoio à Regeneração Urbana	21/08/POPC/525	ID 2294	Congressos Fátima 2009	CCDR/C	Aprovada	65.984,11 €	80%	52.787,29 €	41.116,07 €	32.892,89 €	- €	22.965,49 €	22.965,49 €	- €	Em execução	
2009	2010	PRODER	---	22/07/15075/00009091	Rede de Pontos de Água do Concelho de Ourém	PRODER	Aprovada	99.338,40 €	80%	79.470,72 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2009	---	GREEN - PORC - Regulamento Específico de Equipamentos Culturais	---	23/08/POPC/748	Remoção do Cine-Teatro de Ourém	CCDR/C/MT	Destinada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	---	GREEN - PORC - Regulamento Específico de Equipamentos para a Coesão Local	---	24/08/POPC/748	Edifício Multiusos de Coarizas	CCDR/C/MT	Não Aprovada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Ano de Aprova	Ano de Aprova	Programa	N.º Processo	N.º Projecto	Designação do projecto	Entidade promotora	Status em sede análise	Investimento Elegível (1)	Tx Comp. (2)	Montante de Financiamento (3) = (1) x (2)	Despesa Justificada (4)	Financiamento atribuído à despesa justificada (5) = (4) x (6)	Financiamento recebido relativo à despesa justificada			Financiamento por Receber da despesa justificada (9)	Situação em termos de Execução	OBS
													Total financiamento recebido em anos anteriores (8)	2010 (7)	Total Recebido (8) = (8) + (7)			
2009	2009	Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres	25/09/MTT/525	---	Construção do Terminal Rodoviário	IMTT	Aprovada	1.626.984,35 €	88,48%	951.135,09 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	Projeto de financiamento em elaboração
2010	2010	Contrato-Programa de Cooperação Técnica e Financeira	01/10/CF/525	---	Beneficiação de infra-estruturas urbanas na cidade de Fátima - Preparação da visita do Papa	CCDR/LVT	Aprovada	700.573,00 €	30%	210.111,90 €	673.477,63 €	202.043,29 €	- €	- €	202.043,29 €	- €	Encerrada	Aguarda Reordenamento de financiamento
2010	2010	PII - Programa de Intervenção no Turismo	02/10/PII/25	---	Beneficiação de infra-estruturas urbanas na cidade de Fátima - Preparação da visita do Papa	Turismo de Portugal	Aprovada	752.570,56 €	30%	225.771,17 €	725.675,89 €	217.702,77 €	- €	67.731,35 €	148.871,42 €	- €	Encerrada	Aguarda Reordenamento de financiamento
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Específico Parcerias para a Regeneração Urbana	03/10/OPV/525	ID 2847	Requalificação da Av. D. José Alves Correia da Silva - PARTE B	CCDR/C	Em apreciação	6.361.655,29 €	80%	5.089.494,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	04/10/POR C/525	ID 3226	Centro Escolar da Freixalada	CCDR/C	Em apreciação	1.740.339,48 €	80%	1.392.271,58 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	05/10/POR C/525	ID 3230	Centro escolar Ourém Nacente	CCDR/C	Em apreciação	1.711.160,38 €	80%	1.368.928,30 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Equipamentos Cossão Local	06/10/PO R/525	ID 3415	Requalificação de Casa do Administrador a Núcleo Museológico	CCDR/C/ CMT	Em apreciação	484.347,41 €	80%	387.477,93 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	Aguarda aprovação da candidatura
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1.º CEB e Pré-Escolar	07/10/POR C/525	ID 3429	Centro Escolar de Olival	CCDR/C	Em apreciação	1.502.582,06 €	80%	1.202.065,65 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Específico Accões de Valorização e Qualificação Ambiental	08/10/POR C/748	ID 3823	Requalificação do Agral - 2ª fase	CCDR/C/ CMT	Em apreciação	331.832,16 €	80%	265.465,73 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Equipamentos Cossão Local	09/10/POR C/525	ID 3688	Pavilhão Desportivo de Olival	CCDR/C/ CMT	Em apreciação	1.736.891,15 €	80%	1.389.512,92 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2010	2010	OREN - PORC - Regulamento Equipamentos Cossão Local	10/10/POR C/525	ID 3906	Remodelação do Antigo Edifício dos Paços do Concelho	CCDR/C/ CMT	Em apreciação	751.603,80 €	80%	601.283,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
2010	2010	PRODER/ADREN - Medida 3.2 - Melhorar a Qualidade da Vida	11/10/PRO DER/525	0422/2010	Batalha @ Ourém - Parcerias em Rede Sénior	PRODER/ADAE	Em apreciação	222.410,10 €	75%	166.807,58 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	A executar	
TOTAL													840.087,82 €	2.291.967,70 €	3.132.055,62 €	1.279.985,66 €		



- SIGLAS**
- ADREN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
 - IP - Turismo de Portugal, IP
 - CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
 - CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
 - CMT - Comunidade Urbana do Médio Tejo
 - POPH - Programa Operacional Potencial Humano
 - CCDR/C - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
 - DGOTDU - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
 - IDP - Instituto Desportivo de Portugal
 - POVT - Programa Operacional Valorização do Território
 - IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
 - PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural
 - IMTT - Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP

UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa)

Quadro – Estatísticas de 2007 a 2009 no âmbito da UNIVA

N.º de Inscritos à Procura de Emprego	2010	2009	2008	Var (2010/2009)
<u>Por sexo:</u>				
H	166	189	161	-12%
M	627	588	631	7%
T	793	777	792	2%
<u>Por faixa etária:</u>				
15-19	45	52	64	-13%
20-24	220	242	225	-9%
25-29	203	179	197	13%
30-34	134	150	123	-11%
35-39	95	68	83	40%
40-44	47	47	43	0%
>45	49	39	57	26%
T	793	777	792	2%
<u>Por habilitação literária:</u>				
4º ano	13	27	29	-52%
6º ano	27	68	74	-60%
7º - 8ºano	10	17	21	-41%
9º ano	119	116	142	3%
10 - 11º ano	26	37	47	-30%
12º ano	311	262	268	19%
Bachelorato	10	11	12	-9%
Freq. Ensino Superior	0	1	2	-100%
Licenciatura	277	238	197	16%
T	793	777	792	2%
<u>Por freguesia:</u>				
Alburitel	25	19	15	32%
Atouguia	30	33	47	-9%
Casal dos Bernardos	5	10	6	-50%
Caxarias	43	37	45	16%
Cercal	11	10	6	10%
Espite	9	8	12	13%
Fátima	100	88	67	14%
Formigais	2	3	1	-33%
Freixianda	28	30	23	-7%
Gondemaria	30	30	27	0%
Matas	4	5	6	-20%
Nª Sª Misericórdias	80	99	93	-19%
Nª Sª Piedade	220	203	217	8%
Olival	32	19	31	68%
Ribeira do Fárrio	7	10	13	-30%
Rio de Couros	26	26	21	0%
Seiça	37	54	47	-31%
Urqueira	14	23	15	-39%
Outras	90	70	100	29%
T	793	777	792	2%

Em observância ao quadro exposto na página anterior, verifica-se que no decurso de 2010, este serviço registou 793 utentes (uma média de 66 pessoas por mês) denotando um aumento, face ao volume ocorrido em 2009, na ordem dos 2%. No âmbito da procura, salienta-se o facto de 79% dos utentes serem do sexo feminino.

Relativamente à faixa etária, o escalão mais representativo é o dos 20 aos 24 anos (28%), seguido dos 25 aos 29 (26%) e dos 30 aos 34 (17%), pelo que a faixa compreendida entre os 20 e os 34 anos, representam 71% do universo total de utentes do serviço em análise.

No que concerne às habilitações literárias, a maior representatividade é referente a utentes com o 12º ano e com licenciatura, os quais significam, respectivamente, 39% e 35% do total.

Atendendo ao local de residência dos utentes, destaca-se a Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade com 220 utentes, sendo ainda importante referir que 90 dos utentes que recorreram a este serviço no ano de 2010, não residiam na área territorial adstrita ao Município de Ourém.

Quadro – Caracterização das ofertas de emprego e colocação

Ofertas de Emprego	2010	2009	2008	Var (2010/2009)
N.º Total de Ofertas de Emprego:	498	328	438	52%
<u>Por área de actividades:</u>				
Serviços	57	50	79	14%
Construção Civil	107	82	73	30%
Restauração e Hotelaria	116	83	81	40%
Operários Fabris	104	25	95	316%
Téc. e Técnicos Superiores	75	53	71	42%
Outros	39	35	39	11%
T	498	328	438	52%
<u>Colocação de Pessoas ao serviço (Nº):</u>	240	232	230	3%

No que concerne à oferta verificou-se um acréscimo, em 52%, face ao volume verificado em 2009.

Cumprir analisar o número de colocação de pessoas ao serviço (240), por relação à procura de emprego (793), circunstância que resulta na taxa de colocação de pessoas ao serviço, ou seja, na percentagem de utilizadores que viram satisfeitas as suas pretensões em matéria de emprego. Neste contexto, verifica-se uma taxa de colocação na ordem dos 30%.

GIAC – Gabinete de Informação Autárquica ao Consumidor

A Lei n.º 24/96 de 31 de Julho, estabelece o regime aplicável à defesa dos consumidores e estatui a competência do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais na protecção do consumidor (art. 1º). Consequentemente, dando expressão às competências dos municípios, estabelecidas na Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, e particularmente em observância à Lei n.º 24/96, o Município de Ourém estabeleceu um protocolo de cooperação com a DECO, em 10 de Abril de 2006, dada a sua grande expressão nacional no que se refere à defesa do consumidor.

Desta forma, o referido gabinete iniciou o seu funcionamento em Junho de 2006, contando com uma técnica de apoio ao gabinete que se encontra afectada a tempo inteiro, bem como uma técnica de apoio jurídico da DECO, que se desloca a este gabinete, uma vez por mês.

Este serviço tem vindo a prestar informação económico-jurídica, efectuando ainda mediação de conflitos de consumo. No âmbito das suas atribuições e competências, poderá ainda promover mecanismos extra-judiciais para a resolução de conflitos de consumo, ou mesmo desenvolver acções de sensibilização relativas ao consumo, facultando aos consumidores maiores conhecimentos no que concerne aos seus deveres e direitos.

Quadro – Municípes atendidos e tipologia de informação

N.º Municípes atendidos	2010	2009	2008
<u>Por sexo:</u>			
H	120	110	81
M	132	116	80
T	252	226	161
<u>Por modalidade de atendimento:</u>			
Presencial	245	218	142
Telefone	5	7	16
Email	2	1	3
T	252	226	161
<u>Por faixa etária:</u>			
18-25	15	20	16
26-35	63	51	28
36-45	74	73	39
46-55	43	35	50
56-65	42	35	19
66-75	13	11	9
76-90	2	1	0
T	252	226	161
<u>N.º Pedidos de Informação</u> ²	228	205	146

No período de 2010, contactaram este gabinete 252 consumidores, dos quais 97% foram atendidos presencialmente. Caracterizando os utentes, denota-se uma maior predominância da faixa entre os 36 e os 45 anos.

Relativamente aos pedidos de mediação organizados no ano de 2010, 14 foram resolvidos a favor do munícipe, 4 contra a pretensão inicial, 1 permanece em curso e em 7 verificou-se a desistência.

Em 2010, desenvolveram-se as seguintes acções de informação:

- Os jovens e a gestão do seu orçamento;
- Poupar energia para bem consumir;
- Vendas desleais;
- Em feira: direitos e deveres.

2.3.1.3 – Divisão Administrativa e de Recursos Humanos

Expediente, Reprografia e Arquivo Geral

Nesta subunidade orgânica foram emitidas 431 certidões relacionadas com os seguintes pedidos: processos de obras; números de polícia; localização e respectiva licença; desmembramento de freguesia; habitações construídas antes de 07/08/1951; habitações construídas antes da entrada em vigor do DL n.º 166/1970; certificação de moradas; aumento do número de compartes e qualificação profissional de técnicos na elaboração de projectos.

Do ponto de vista estatístico será ainda de referir que se verificaram dois pedidos de autorização de destruição de revestimento florestal e re-florestação, foram elaboradas actas das 27 reuniões da câmara municipal realizadas no ano, procedeu-se à emissão de 1.195 plantas de localização e foram reproduzidas cerca de 185.500 fotocópias.

De referir que esta subunidade efectua o reencaminhamento do e-mail geral do Município, registando uma média diária de 100 e-mails, existindo a tendência para que, cada vez mais, este seja um canal de utilização preferencial de ligação entre cidadão e a autarquia.

Recursos Humanos e Formação

No decurso de 2010 verificou-se a necessidade de adequação do processamento de vencimento em consonância com as restrições impostas pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril (Lei do Orçamento de Estado) e n.º 12-A/2010, de 30 de Junho (PEC II). Complementarmente procedeu-se à adaptação do processamento do abono de família e outras prestações sociais de acordo com as novas regras impostas pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho.

Complementarmente ao regular funcionamento desta subunidade orgânica serão de destacar as seguintes actividades de carácter pontual desenvolvidas:

- Reformulação e normalização de todos os requerimentos/formulários em uso nos recursos humanos, num total de 66 modelos;

- Implementação e tratamento informático (em aplicativo de gestão documental) dos pedidos relacionados com a comparticipação da ADSE, circunstância que permitiu, não só a sistematização do tratamento desses pedidos, como ainda a disponibilização de informação aos trabalhadores sobre as comparticipações pagas;
- Elaboração de proposta de Regulamento Interno de Férias, Faltas e Licenças;
- Elaboração de proposta de Regulamento do Concelho Coordenador de Avaliação, no âmbito do SIADAP (Sistema de Avaliação de Desempenho);
- Elaboração de aplicação informática para apuramento dos rendimentos para efeitos de verificação das condições de acessos aos apoios sociais, nos termos do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho;
- Implementação do sistema de comparticipação da ADSE nos Agrupamentos de Escolas para os trabalhadores destes que foram transferidos para o Município no âmbito do contrato de execução celebrado com o Ministério da Educação. Contudo, face às orientações recentes emanadas pelo Ministério das Finanças, estes encargos passaram novamente a ser competência da Administração Central, pelo que, as respectivas despesas são processadas e pagas pela ADSE.
- Actualização do cadastro dos trabalhadores municipais na parte respeitante à contabilização de pontos para efeitos de alteração de posicionamento, sendo de referir a alteração de posicionamento obrigatório ocorrida em 21 trabalhadores.

2.3.1.4 – Divisão de Apoio Jurídico

No âmbito desta unidade orgânica apresenta-se quadro resumo das actividades desenvolvidas.

Quadro – Resumo das actividades desenvolvidas

Tipologia de trabalho	Quantidade	Observações
Informações elaboradas e registadas em sistema informático SGD e SPO (inclui pareceres técnico-jurídicos, informações da fiscalização e das administrativas)	1238	181 da Chefe da DAJ;
		119 do Contencioso (jurista e coordenadora técnica);
		938 da Fiscalização (4 brigadas, 1 coordenadora e 1 assistente técnica)
Pedidos de indemnização movidos contra a CMO por responsabilidade civil extracontratual	13	13 – pedidos feitos em 2010 contra a CMO, no montante total de €13.072,24.
		15 – total de pedidos decididos
		Total de importâncias pagas = €0,00
Pedidos de indemnização movidos pela CMO contra terceiros por responsabilidade civil extracontratual	2	2 – pedidos feitos no montante total de €905,08
		2 – total de pedidos decididos
		Total importâncias recebidas = €786,50 *
Processo de contra-ordenação em que é arguida a CMO	1	Decidido parcialmente (areeiro /Quinta do Carregal. Resultado: admoestação).
Autos de notícia levantados pela Fiscalização	171	32 por publicidade;
		139 restantes matérias
Notas de acusação elaboradas	78	Por estar incompleto o auto de notícia ou as participações recebidas externamente
Processos de contra-ordenação instaurados pela CMO contra terceiros	225	
Processos de contra-ordenação decididos	168	Inclui decididos expressamente, os arquivados por falta/insuficiente notificação ou resposta dos arguidos, e os prescritos (36) por ter decorrido o prazo para serem puníveis os arguidos.
Processos de contra-ordenação impugnados judicialmente	5	Processos em que foi fixada coima, o arguido não se conformou e recorreu judicialmente da decisão.
Processos de contra-ordenação remetidos a Tribunal para execução da coima e custas aplicadas pela CMO	19	
Inquirições de testemunhas / arguidos	101	Em processos de contra-ordenação

Importâncias cobradas a título de coima e custas em processos de contra-ordenação (por pagamento voluntário e por cobrança judicial); e outras situações	€28.482,30 *	€28.370,52 – em proc. Contra-Ordenação
		€111,78 – restantes situações (indenização recebidas por danos em infra-estruturas públicas; cobrança coerciva de trabalhos de demolição ou reposição).
Participações crime ao Ministério Público	2	Contra terceiros (um resultante de uma acção de fiscalização, outro resultante de danos em património municipal)
Organização e acompanhamento de processos contenciosos (internamente, com os mandatários da CMO e com Tribunais)	Diversos	
	(b))	36 – Proc.ºs em curso actualmente
		5 – Processos instaurados em 2010
		8 – n.º de procs. transitados em julgado em 2010
Autos de embargos efectuados	11	Por operações urbanísticas em desconformidade
Demolições e remoções efectuadas coercivamente	13	1 – por publicidade/ocupação de via
		12 – por obras
Autos de apreensão elaborados	8	Artigos religiosos na via pública
Processos de regularização instruídos	146	102 – por publicidade;
		44 – pelas restantes matérias
Visitas efectuadas a obras, no âmbito da fiscalização da sua execução	502	Em processos de licenciamento, de comunicação prévia e isentas de controle prévio pela CM
Obras implantadas	107	Edificações sujeitas a licença ou a comunicação prévia
Vistorias / visitas a obras ou outras situações cujo tratamento do procedimento carece de visita ao local	Diversos	
Despachos elaborados, assinados pelo executivo (PCM e Vereadores)	115	Ordem de regularização, embargos, intenção de demolição/remoção, ordem de demolição/remoção, posse administrativa, etc...)
Propostas / minutas de deliberações de CM	Diversas	Obras em ruína e perigo; em procs. da DOP, etc...

Propostas de regulamentos apresentadas	2	- Publicidade (redacção integral do regulamento, seus anexos e fluxograma de procedimentos)
		- Ocupação do domínio público (definição dos critérios de ocupação).
		Nota: aguarda-se publicação de nova legislação nacional para adequar as propostas supra a essa lei (“licenciamento zero”).
		- Apresentação de contributos escritos para a Norma de Controlo Interno, redigida pela DGF
Divulgação e análise de legislação	Diversos	Visto o DR diariamente e reencaminhado; nalguns casos reencaminhamento com índices dos diplomas e com notas interpretativas dos mesmos
Atendimento presencial e telefónico de requerentes, de mandatários de requerentes e de colegas da CMO para prestação de esclarecimentos	Diversos	Não contabilizados totalmente (inclui esclarecimentos jurídicos, explicação e acompanhamento de consulta de processos, prestação de informações presencial e telefonicamente por todas as pessoas da DAJ)
Elaboração de relatórios de actividades, relatórios de processos pendentes, etc.	Diversos	Relatórios para a Assembleia Municipal, listagens de procs. contenciosos, listagens de previsões de receitas e despesas para elaboração do orçamento, listagens e controlos de pagamento a mandatários judiciais, etc..

2.3.2 – Departamento de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras

2.3.2.1 – Divisão de Ambiente

Fiscalização Ambiental

A Fiscalização Ambiental tem por objectivo a protecção do meio ambiente, através da promoção das políticas ambientais do Município, sensibilizando constantemente os munícipes a práticas ambientais adequadas ao meio ambiente. Sempre que o comportamento exceda o bom senso e o previamente legislado, esta equipa tem competências para sensibilizar à sua correcção ou levantar autos de notícia, se for caso disso.

Neste âmbito verifica-se que o número de processos ocorridos em 2010 (52) representa um aumento em 68%, face ao volume verificado em 2009 (31), destacando-se as reclamações relacionadas com a insalubridade (15), os resíduos (12) e o saneamento (10).

Relativamente à área territorial, a maior incidência dos processos respeita às Freguesias de Caxarias e N.ª Sr.ª da Piedade.

Quadro – Evolução do número de processos 2009/2010

Tipo	2009	2010
Actividade Económicas	5	3
Ambiente	1	0
Animais	0	2
Insalubridade	6	15
Ocupação da Via Pública	1	0
Poluição Atmosférica	0	2
Protecção e Segurança	1	0
Recursos Hídricos	2	2
Resíduos	6	12
Ruído	1	2
Saneamento	8	10
Vegetação	0	4
Total	31	52

Relativamente às actividades de maior visibilidade será de destacar o projecto “Limpar Portugal” e à “Operação Fátima”.

No “Limpar Portugal”, procedeu-se à angariação de 70 parceiros e ao levantamento de aproximadamente 150 lixeiras espalhadas pela área territorial



Fig. Lavagem manual de arruamentos – Fátima

do Município de Ourém. Deste modo, no dia 20 de Março, embora com a chuva, mas com a participação de cerca de 1.000 voluntários, a envolvência das Freguesias e com

a colaboração de 228 entidades empresariais, procedeu-se à recolha de 770.000kg de resíduos, os quais foram conduzidos para destino final adequado.

No que concerne à “Operação Fátima”, procedeu-se a um planeamento com diversos agentes económicos relativamente à visita de Sua Santidade o Papa, com o propósito de se garantir que a cidade estaria sempre lavada e limpa, acção que inclusive foi objecto de reportagem televisiva.

Sistema de Abastecimento Público de Água

- Gestão do sistema de abastecimento de água

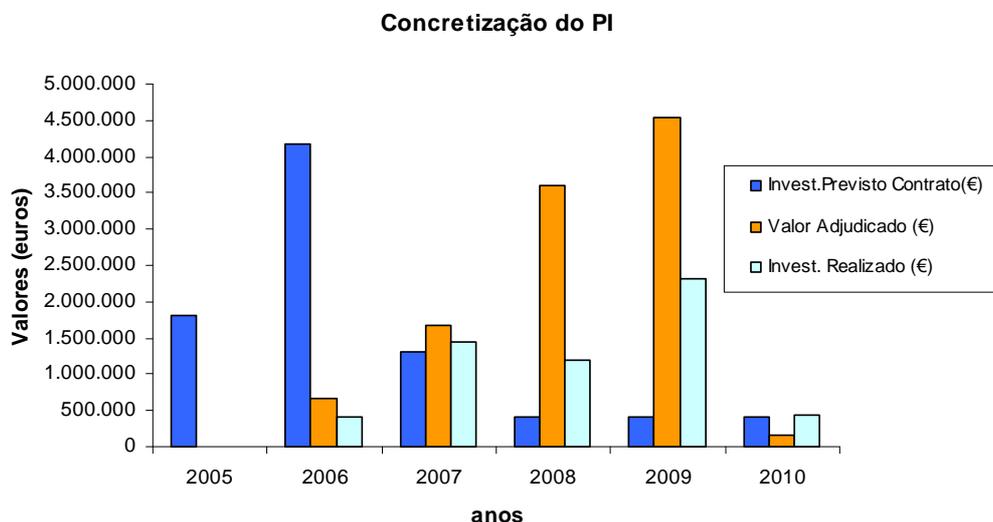
Na área do Município de Ourém, o abastecimento de água está concessionado à empresa CGE(P) desde 1996. Em 2005, verificou-se um aditamento ao contrato inicial, o qual prorrogou por mais 5 anos o período da concessão, transferindo-se simultaneamente para a concessionária responsabilidades em matéria de investimento, num montante total de 15 milhões de euros, actualizáveis, anualmente, em Janeiro de cada ano, com base na variação do IPC. Complementarmente, caso se verifique que a concessionária realizou, num determinado ano, Investimento Produtivo, a concessionária deverá ainda assumir a responsabilidade de um investimento adicional de 3% do referido Investimento Produtivo, em acréscimo à actualização ordinária baseada no IPC. Será de referir que o actual contrato de concessão vigora até 2027.

Quadro – Obras realizadas ou em curso em 2010 no âmbito do Plano de Investimentos

Ano	Investimento Previsto Contrato (€)	Valor Adjudicado (€)	Valor Facturado (€)
2005	1.815.000	0	0
2006	4.173.000	672.620	405.351
2007	1.304.000	1.675.774	1.441.286
2008	405.632	3.591.901	1.182.248
2009	405.632	4.540.863	2.309.709
2010	405.632	159.274	435.697

O montante total adjudicado no decurso de 2010 ascendeu a 159.274 euros, sendo o valor total facturado próximo de 436 mil euros.

Gráfico – Concretização do PI



Quadro – Obras realizadas ou em curso em 2010, no âmbito do Plano de Investimentos

Sistema	Empreitada	Valor Adjudicado	Valor Fact (2010)
Caridade	Rua Pinhal do Rei	7.661,00 €	
	Renovação da rede distribuidora na Rua 1.º Dezembro	70.159,73 €	
	Renovação de troços de rede adutora e/ou distribuidora na EN 349 (Espite/Cruz.Pinheiro)	422.433,80 €	
	Captações		
	Reservatórios Pimenteira		
	En 113 - Jardins de São Miguel(CMO)	70.939,14 €	
	Renovação de troços de rede na EN 113 e Regato		
	Av Bombeiros Voluntários	96.818,68 €	
	Remodelação da rede na zona dos paços do concelho	17.500,00 €	8.213,00 €
	Grupo Hidroressor no Alveijar		
	Rua Jose Vaz Faria de Almeida	16.941,81 €	16.941,81 €
	Rotunda de Pinhel	6.927,55 €	
	Favacal	14.003,01 €	
	Sobral VRP	20.487,64 €	20.487,64 €
	Quinta do Vale	944,19 €	
	Rua dos Alamos	77.612,00 €	77.613,24 €
Escola Secundária	9.943,76 €	4.353,84 €	

	Loteamento Fernão Lopes	7.661,00 €	
	Remodelação da rede de distribuição de cErcal e Outeiro das Matas	27.366,94 €	16.098,77 €
Fátima	Renovação da rede de distribuição de ambos os lados da estrada de Minde	310.040,24 €	
	Renovação da rede distribuidora rua Santa Joana Princesa e Santa Isabel (parte)	18.007,99 €	
	Rua 13 de Maio	27.341,74 €	
	Grupo Hidropressor reservatório da Eira da Pedra	10.780,00 €	
	Concepção/Construção de reservatórios na Fazarga	747.319,55 €	18.383,00 €
	Substituição do troço da conduta adutora Relveirinha/São Gens	221.444,29 €	
	Redes distribuição do reserv. da Fazarga à Rotunda Norte - ZI Batalha	366.511,22 €	
	Rua Aljustrel Rua Pastorinhos	121.323,13 €	
	Rua Cooperativa Estrada da NS Ortiga	124.358,70 €	
	Rua João Batista	120.320,85 €	
	Rua Forja Rua Fonte Nova	115.154,77 €	
	Rua Chões	122.941,70 €	
	Rua Padre António	117.901,42 €	260,00 €
	Estrada de Fátima Velha EN 356 - A	354.910,29 €	
	Estrada de Fátima Velha EN 356 - Lar de Idosos	64.992,49 €	
Rua Jacinta Marto	17.137,34 €	7.695,76 €	
Troço da Rua da Forja	1.097,82 €		
Rio de Couros	Pontão da Marta	5.643,31 €	
	Capatação Casal Ribeiro		
	ETA Casal Ribeiro	31.442,95 €	5.552,50 €
	Rede das Quebradas de Baixo	36.437,59 €	
Olival	Renovação de redes adutoras/distribuidoras Achada/Olival; Montalto/Soutaria; Gonde Maria/Tomareis	1.150.695,94 €	
Misto	Reservatórios - Concepção/construção - Reservatório Achada - Barrocaria	1.780.062,81	40.305,00 €
	Remodelação de vários pontões	21.453,00	3.519,82 €
Freixianda	Hidropressão de São Jorge	10.584,67 €	
Caxarias	Grupo Hidropressor	6.970,00 €	
	rede de distribuição na Chã	50.168,29 €	
	Rede de distribuição Balancho/ Urqueira	697.493,58 €	158.743,41 €
	Bay-pass no reservatório da Carvoeira e colocação de uma válvula redutora de pressão	9.100,00 €	
Misto	Terrenos Reservatórios		
	Projectos (CURADEMO)		37.059,00 €
	Ampliação da rede de água - Rua da Bolchilra		2.824,00 €

	Projectos Engidro		
	Fiscalização CMO		17.646,00 €
TOTAL			435.696,79 €

- Sistema em alta

O sistema de abastecimento de água na área do Município de Ourém possui cerca de 101 Km de rede para Adução (rede que se destina a abastecer os reservatórios, após ter sido submetida ao tratamento adequado nas ETAs).

Captações

O Município dispõe actualmente de 24 captações de água subterrânea activas, das quais 20 são exploradas pela concessionária para consumo público e as restantes são utilizadas pelo Município para rega ou uso industrial.

Armazenagem - Reservatórios

O sistema é constituído por 64 reservatórios, com uma capacidade total de 15.035 m³.

Tendo em vista reforçar a capacidade do sistema de abastecimento público de água do Município de Ourém, impelindo-se um aumento de eficiência e independência o Plano de Investimentos contempla novos reservatórios a executar.

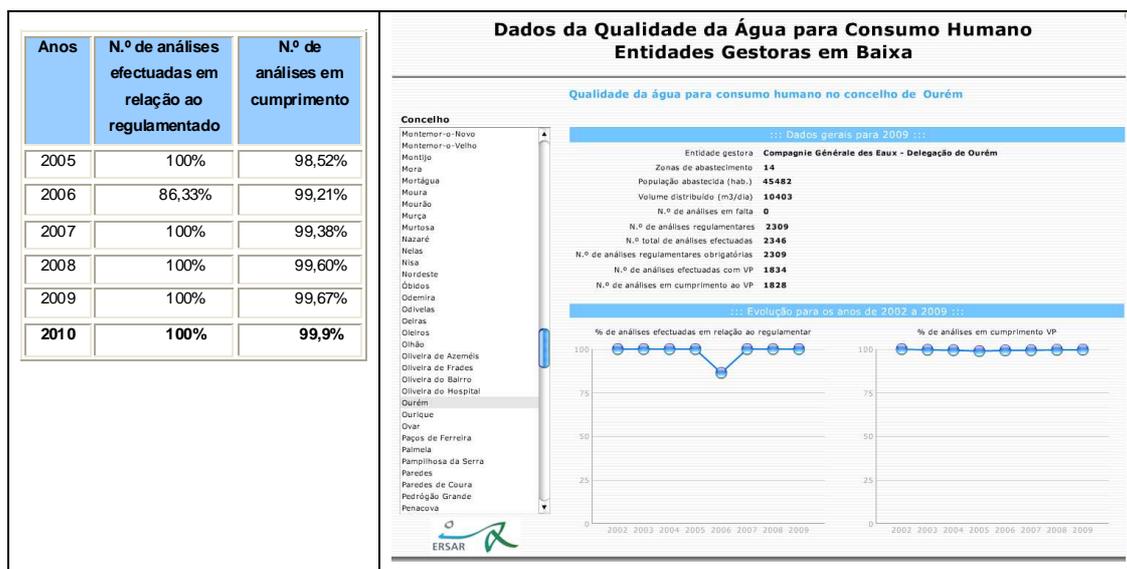
Quadro – Reservatório de água a executar

Sistema	Localização	Capacidade (m3)	Fase do processo
Fátima	Fazarga	6.000	Execução da empreitada concepção/execução
Olival	Achada	2.000	Em projecto
Casal dos Bernardos	Pedemeira	400	Em projecto
	Estreito	200 +200	Em projecto
Caridade	Pimenteira/São Gens	4000	Em projecto

Qualidade da Água

No que concerne à análise de água do abastecimento, a concessionária realizou regularmente análises em vários pontos de entrega, de modo a monitorizar e controlar a qualidade da água, tendo os resultados sido publicados trimestralmente, em conformidade com a alínea h) do artigo 8º, do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro.

A entidade reguladora ERSAR, também controla a qualidade de água, através de fichas de avaliação, cujos resultados constam dos seus relatórios anuais. Segue-se o registo da qualidade da água do concelho de Ourém disponível no site do ERSAR, onde é apresentada uma caracterização geral ao nível do concelho com dados específicos quer para os incumprimentos da frequência mínima de amostragem, quer para os incumprimentos dos valores paramétricos, especificados nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto.



Pela análise do gráfico anterior podemos concluir que a qualidade da água tem vindo a melhorar ao longo dos anos, dado que a percentagem de cumprimento dos parâmetros de controlo da qualidade da água passou de 99,65% em 2008 para 99,67% em 2009 e em 2010 o valor é de praticamente 100%, embora os dados de 2010 ainda não possam ser visualizados no site da ERSAR.

Conclui-se que a água distribuída no Concelho de Ourém cumpriu as disposições legais aplicáveis, nomeadamente as estipuladas no Decreto-Lei n.º 306/2007.

Reclamações

Em 2009 verificou-se um total de 163 reclamações, das quais apenas 28,22% foram considerados com fundamento. Já em 2010 houve um total de 67 reclamações, das quais apenas 22,39% foram consideradas com fundamento.

Quadro – Reclamações ocorridas por tipo

Por Família:	2009		2010	
	Quant.	%	Quant.	%
Ped. abast água	2	1,23	1	1,49%
Ramal	0	-	2	2,99%
Contratos	2	1,24	0	-
Facturação	83	50,92	35	52,24%
Interr. Abastecimento	3	1,84	0	-
Má prest serviço	47	28,83	12	17,91%
Uso abusivo	1	0,61	2	2,99%
Outros	9	5,52	7	10,45%
Qualidade água	7	4,29	3	4,48%
Avaria na rede	3	1,84	4	5,97%
Sinistros	6	3,68	1	1,49%
Totalizador	0	-	0	-
Total	163	100%	67	100%

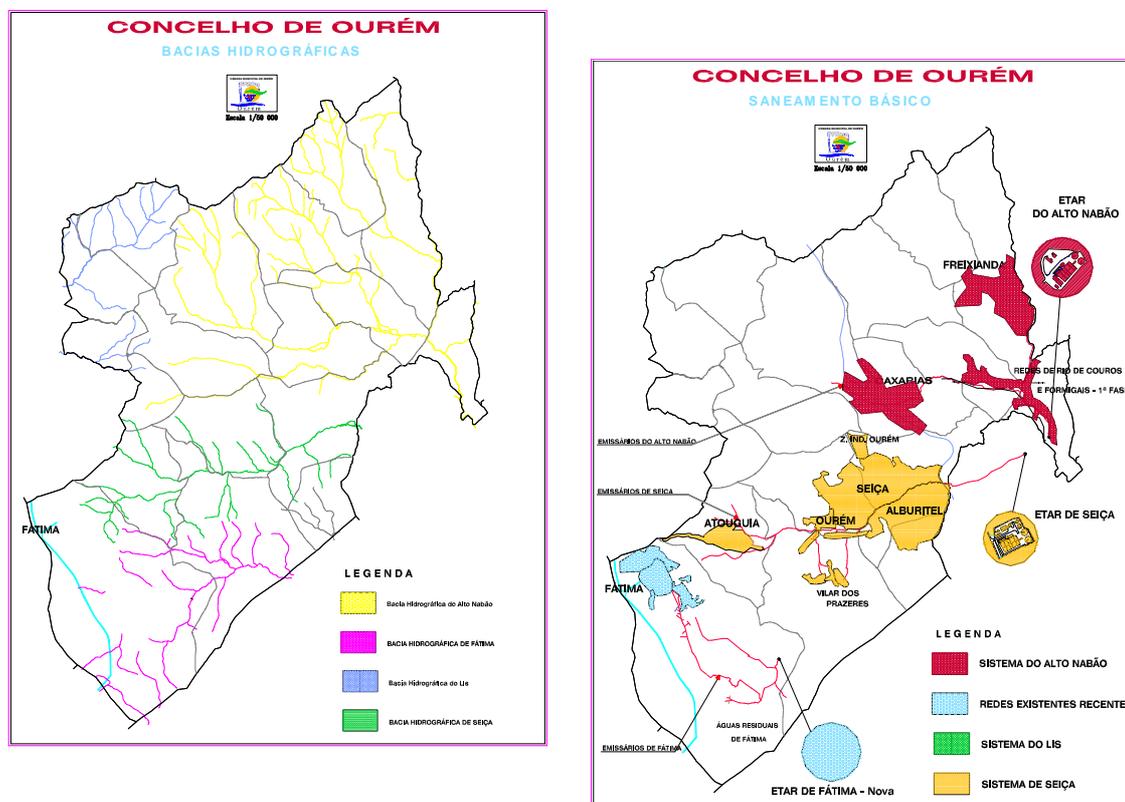
- Sistema em baixa

A rede total do sistema em baixa estende-se por cerca de 856 Km de distribuição. A taxa de cobertura é de aproximadamente 100%, estando disponível o acesso à rede de água em todas as povoações existentes na área do Município.

Saneamento e Águas Residuais

A área do Município de Ourém é constituída, basicamente, por quatro bacias (regiões ou zonas em que as linhas de água convergem todas para o mesmo lugar ou linha de água mãe): Bacia Hidrográfica do Alto Nabão; Bacia Hidrográfica de Fátima; Bacia Hidrográfica do Lis e Bacia Hidrográfica de Seiça.

Mapa – Bacias Hidrográficas



Os sistemas de saneamento são geridos pela Autarquia, desde a análise de pedidos de ampliação da rede, de ligação de esgotos domésticos e industriais e de despejo nas ETAR's, até à elaboração de projectos, fiscalização das obras e entrega das mesmas.

Para completar a gestão dos sistemas existem duas empresas que efectuam serviços complementares, nomeadamente:

- A Ambiourem que através do contrato de gestão efectua a manutenção e exploração das ETAR's, a manutenção das redes de saneamento e a limpeza e despejo de fossas.;

- A SIMLIS que através da concessão efectua a gestão do sistema multimunicipal em alta no Concelho de Ourém (Sistema em Alta de Fátima e do Lis, abrangendo as Freguesias de Fátima, Cercal, Espite e Matas.

Os investimentos na área do saneamento mais avultados foram realizados entre 1998 e 2005, tendo o Concelho de Ourém ficado com uma cobertura na ordem dos 43% e com todos os esgotos tratados, através da construção das ETAR's de Alto Nabão, de Seiça e de Fátima. As redes construídas foram as de Caxarias, Fátima, Freixianda, Vilar, Rio de Couros e Formigais, Seiça, Alburitel e Atouguia. Para a ligação às ETAR's foram construídos os emissários de Alto Nabão e os de Seiça. Paralelamente, o Município de Ourém resolveu aderir ao sistema multimunicipal da SIMLIS, tendo esta entidade efectuado avultados investimentos, na recuperação dos túneis de Fátima dos anos 60), na construção de emissários e na ETAR de Fátima (2004 e 2005).

Em 2003/2004 as ETAR's de Seiça e Alto Nabão entraram em pleno funcionamento, tendo sido feita uma prestação de serviços à empresa municipal Ambiorém. Em Junho de 2005, a ETAR de Fátima foi inaugurada, tendo a antiga sido desactivada, o que foi uma mais valia para a área territorial em causa, uma vez que a ETAR antiga já não tinha capacidade para o elevado caudal de Fátima.

Ramais domiciliários de esgotos

Quadro – Evolução dos ramais domiciliários de esgotos por rede

	Redes de Caxarias	Redes de Freixianda	Redes de Rio de Couros e Formigais – 1ª Fase	Redes da Bacia 49B - Fátima	Redes da Freguesia de Fátima	Redes da Bacia 49 - 1ª Fase (Atouguia)	Redes da Bacia 51 (Alburitel)	Redes da Bacia 47 (Seiça e Vale Travesso)	Redes da Bacia 50 1ª Fase (Vilar dos Prazeres)
Ligação até 2006	35,01%	29,40%	41,84%	28,42%	0,00%	36,79%	40,81%	40,11%	52,45%
Ligação até 2007	39,92%	52,35%	44,53%	42,92%	4,40%	67,88%	48,16%	59,89%	67,13%
Ligação até 2008	57,51%	55,96%	48,34%	47,95%	38,94%	70,33%	49,41%	65,98%	67,13%
Ligação até 2009	60,77%	56,85%	55,28%	53,87%	62,73%	72,19%	52,24%	67,94%	73,33%
Ligação até 2010	62,57%	58,16%	56,11%	63,08%	62,73%	72,84%	54,09%	70,01%	74,51%

Neste contexto será de referir uma estimativa superior a 2 mil ramais por executar, facto que significa uma receita municipal potencial na ordem de 1 milhão de euros, às quais acrescem perdas no âmbito das taxas de saneamento e de tratamento.

Note-se que a ligação à rede é uma obrigatoriedade de todos os munícipes, sempre que esta esteja disponível.

- Redes de águas pluviais

As redes de águas pluviais em zonas urbanas são praticamente inexistentes. À excepção das redes de Ourém e Fátima, as redes de Caxarias e Freixianda são de reduzida dimensão.

Numa parte significativa das redes, constata-se problemas de escoamento, resultantes essencialmente do facto de terem sido construídos imóveis e muros, sobre linhas de água.

- Plano Estratégico de Saneamento

O Plano Estratégico de Saneamento do Concelho de Ourém está a ser realizado com o auxílio de entidade externa. No ano de 2009, foi entregue o primeiro relatório o qual consistia na “Caracterização do Sistema de Saneamento de Ourém”. Para que fossem conhecidos os encargos da autarquia com os sistemas de saneamento foi elaborado, em 2010, um segundo relatório denominado “Diagnóstico da Situação Actual do Sistema de Saneamento de Ourém”.

Do referido relatório destacam-se as seguintes conclusões:

- Os sistemas de saneamento são economicamente deficitários em aproximadamente 700.000,00 €/ano;
- A tarifa média do sistema é de 0,43 €/m³;
- Para a verificação de sustentabilidade seria necessário aumentar os proveitos de exploração proveniente do tarifário, devendo a tarifa média situar-se na ordem dos 0,70 €/m³ (sem investimento);

O estudo define ainda as seguintes prioridades para a área territorial adstrita ao Município de Ourém:

- Bacia 48 – 1.^a e 2.^a Fases (periferia de Ourém);
- Bacia 49 – 2.^a Fase (freguesia de Atougua);
- Redes de Esgotos Seiça (Estremadouro);
- Redes de Esgotos de Urqueira, Mata e Cavadinha;
- Redes de Esgotos de Rio de Couros;
- Redes de Esgotos do Olival;
- Redes de Esgotos de Cercal, Espite e Matas;
- Redes da Freguesia de Fátima.

Para estas obras será necessário um investimento de cerca de 16 milhões de euros, com uma tarifa média de 1,10€ (valores preliminares).

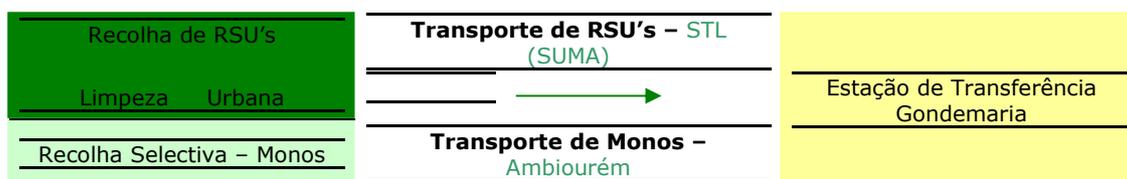
Resíduos e Limpeza

- Gestão do Sistema de Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's Indiferenciáveis e Recicláveis e Limpeza Urbana

Esquematização dos sistemas:

➤ Sistema em Baixa

A limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU's) até à Estação de Transferência de Gondemaria (ETG) é efectuada pela empresa STL – Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda., actualmente SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. A recolha e transporte de resíduos de grandes dimensões (monstros/monos) até ao Ecocentros de Gondemaria é desenvolvido pela Ambiourém – Gestão de Espaços Verdes e Inserção, E.M.



No decorrer dos anos, a área de limpeza urbana tem vindo a aumentar, em resultado da expansão dos núcleos urbanos. Consequentemente, em 2004, ocorreu a

necessidade de proceder à elaboração de um novo contrato de limpeza urbana com a entidade STL, estabelecendo uma extensão base de varredura de 205 Km por mês. Adicionalmente, este contrato permite aumentar ou diminuir a extensão mensal de varredura de limpeza urbana, de acordo com o aumento e diminuição das áreas urbanas e da variação populacional. Em 2006 foi incluída a limpeza do Parque Linear, passando a extensão total para os 207,19Km.

No ano de 2008 foi efectuado um levantamento da situação existente, em colaboração com a SUMA, de forma a se actualizarem as áreas de limpeza urbana, nomeadamente no que concerne aos centros urbanos de Ourém e Fátima.

Ainda no ano de 2008 foi alterado o horário de limpeza urbana, o qual se configurou do seguinte modo:

- 6:00 às 12:45 horas (Segunda, Terça, Quarta, Sexta e Sábado);
- 7.30 às 12:15 e das 14:00 às 17:00 horas (Quinta).

➤ Sistema em Alta

O transporte e tratamento de RSU's desde a ETG até ao Aterro Sanitário em Leiria é efectuado pela Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.



➤ Sistema da Recolha Selectiva

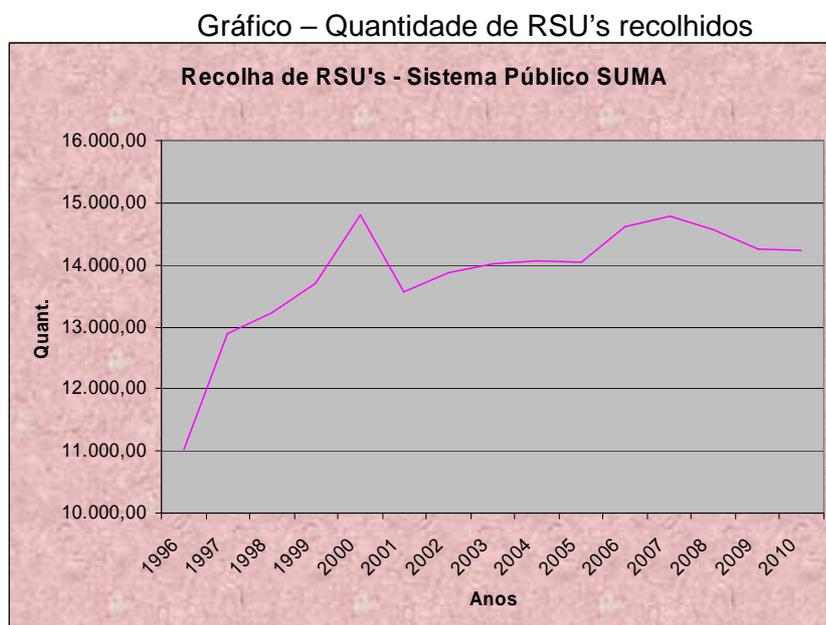
A recolha, transporte e valorização dos resíduos recicláveis até à Estação de Triagem de Leiria está a cargo da Valorlis, S.A.



➤ **Sistema de Resíduos Industriais e Fluxos Prioritários de Resíduos**

Este sistema respeita à recolha de óleos usados, pneus usados, veículos em fim de vida, resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, pilhas e acumuladores, resíduos de construção e demolição, ...)

• **Produção/Recolha de RSU's**



Verifica-se que a produção de RSU's tem vindo a evoluir a um ritmo considerável nos anos mais recentes, cuja tendência se inverteu no ano de 2008. O ano de 2010 assinala uma variação negativa em -0,27% , o que significou uma diminuição dos resíduos recolhidos em aproximadamente 38tn, face ao volume verificado no ano anterior.

Relativamente à produção mensal de resíduos, verifica-se que o mês de Agosto é o que apresenta um maior volume, ocorrência que estará relacionada quer com o afluxo de peregrinos e Fátima, quer com o regresso de emigrantes.

Quantidade/manutenção de contentores

Quadro – contentores por tipologia e freguesia (2010)

Freguesias	Quantidade e Tipologia dos Contentores							TOTAL
	1000 L	800 L	600 L	500 L	240 L	110 L	3000 L	
Alburitel	21	31	5	1	0	2	0	60
Atouguia	37	80	6	4	1	14	0	142
Casal dos Bernardos	4	63	4	8	0	5	0	84
Caxarias	30	79	13	8	0	11	0	141
Cercal	7	26	4	2	0	3	0	42
Espite	15	67	5	1	0	18	0	106
Fátima	222	205	6	5	2	12	21	473
Formigais	2	33	4	0	1	5	0	45
Freixianda	27	111	29	9	3	33	0	212
Gondemaria	11	47	4	7	0	3	0	72
Matas	5	31	5	1	2	10	0	54
Nª. Sr.ª Piedade	125	182	14	9	3	18	14	365
Nª. Sr.ª Misericórdia	65	148	21	22	9	18	2	283
Olival	24	95	7	6	1	16	0	149
Ribeira do Fário	7	21	5	2	0	8	0	43
Rio de Couros	25	68	15	10	0	22	0	140
Seiça	25	86	10	7	2	17	0	149
Urqueira	22	68	2	3	0	5	0	100
TOTAL GERAL	676	1441	159	105	24	220	35	2660

Quadro – Evolução da quantidade de contentores por tipologia

N.º de Contentores	Quantidade e Tipologia dos Contentores							TOTAL
	1000 L	800 L	600 L	500 L	240 L	110 L	3000 L	
2007	827	1066	116	123	13	382	23	2527
2008	685	1307	164	95	17	252	27	2547
2009	648	1382	164	104	26	235	32	2593
2010	676	1441	159	105	24	220	35	2660

A manutenção dos contentores é assegurado pela empresa SUMA, conforme estabelecido contratualmente. Em 2010 disponibilizaram-se 2.660 contentores conforme o quadro acima exposto.

Periodicidade de Recolhas

Nos centros urbanos de Ourém e Fátima a recolha é efectuada diariamente, excluindo os domingos e feriados no que concerne a Ourém. Nos restantes pontos do município a recolha é efectuada, em regra, duas vezes por semana.

Recolha consignada

Em 2005 foi implementada a recolha consignada, a qual respeita aos contentores adicionais disponibilizados de forma directa a uma entidade singular ou colectiva, situação que se manteve em 2010, existindo, neste âmbito, 158 clientes (+ 10 que os verificados em 2009).

Recolhas especiais – monos

O regulamento municipal inclui na categoria de “monos” ou “monstros”, todos os resíduos volumosos e/ou pesados , como electrodomésticos ou móveis que não podem, nem devem, ser colocados nos contentores existentes para a recolha indiferenciada de RSU's.

A recolha é efectuada pela empresa municipal Ambiourém, após solicitação do utente detentor do resíduo, sendo proibida a sua deposição na via pública ou em qualquer outro espaço público, com excepção dos casos em que foi dado prévio consentimento, com vista à sua posterior recolha. Verifica-se que os munícipes não solicitam este serviço com a frequência desejada, sendo prática corrente a sua deposição, sem aviso, na via pública, ao arrepio do estipulado.

No ano de 2007, a Valorlis deixou de cobrar ao peso a entrada na ETG deste tipo de resíduos que podem ser valorizados na maior parte das situações.

Recolha de recicláveis

Nos últimos tempos, têm-se disponibilizado novos sistemas de deposição de resíduos (contentores subterrâneos ou “ecotainers” de 3.000 litros), particularmente nas zonas urbanas das cidades de Ourém e Fátima. Este sistema tem a vantagem de tornar as ruas mais limpas e os contentores mais enquadrados. Note-se a existência de 105 ecopontos e 33 ilhas ecológicas.

Quadro – Ecopontos e ilhas ecológicas existentes por freguesia

Freguesias	Ecopontos	Ilhas Ecológicas	Outros Equipamentos			TOTAL
			Papelão	Vidrão	Embalão	
Alburitel	3	0	0	1	0	4
Atouguia	4	0	0	1	0	5
Casal Bernardos dos	2	0	0	0	0	2
Caxarias	5	0	0	2	0	7
Cercal	1	0	0	0	0	1
Espite	4	0	0	0	0	4
Fátima	29	23	1	19	3	75
Formigais	2	0	0	0	0	2
Freixianda	5	0		1	0	6
Gondemaria	2	0	0	1	0	3
Matas	2	0	0	1	0	3
Olival	4	0	0	0	0	4
N.ª Sr.ª da Piedade	18	6+2	0	7	0	33
N.ª Sr.ª das Misericórdias	10	2	0	5	0	17
Ribeira do Fárrio	2	0	0	0	0	2
Rio de Couros	4	0	0	1	0	5
Seiça	4	0	0	0	0	4
Urqueira	4	0	0	0	0	4
TOTAL	105	33	1	39	3	181

Quadro – Evolução dos resíduos reciclados (2004/2010)

Ano	Papel/Cartão		Vidro		Embalagens Plásticas e Metálicas	
	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)
2004	320,00	-	355,00	-	76,80	-
2005	408,00	21,57	419,00	15,27	106,00	27,55
2006	464,00	12,07	473,00	11,42	136,00	22,06
2007	598,00	22,41	574,00	17,60	190,00	28,42
2008	619,91	3,53	649,46	11,62	244,93	22,43
2009	632,38	1,97	1.027,21	36,77	314,48	22,12
2010	613,00	-3,16	1.044,00	1,61	339,00	7,23

No que concerne ao volume da recolha de recicláveis, até 2008, tem-se assistido a um crescimento progressivo das quantidades. Esta tendência foi invertida em 2009, com o papel e cartão a diminuir 46%, o vidro 22% e as embalagens plásticas e metálicas 17%. Em 2010 verifica-se uma redução na fileira do papel/cartão e um aumento no vidro e embalagens.

Em relação à periodicidade das recolhas, esta é efectuada em conformidade com o seguinte quadro:

Quadro – Periodicidade da recolha de resíduos recicláveis

	Papel/Cartão		Embalagens		Vidro
	Periodicidade	Dias	Periodicidade	Dias	Periodicidade
Ourém	3 vezes/semana	2. ^a , 4. ^a e 6. ^a feiras	2 vezes/semana	3. ^a e 6. ^a feiras	3 em 3 semanas
Fátima	3 vezes/semana	2. ^a , 4. ^a e 6. ^a feiras	2 vezes/semana	3. ^a e 6. ^a feiras	15 em 15 dias
		+ reforço 5. ^a feira		+ reforço 5. ^a feira	
Resto da área do Município	1 vez/semana	5. ^a feira	1 vez/semana	5. ^a feira	3 em 3 semanas
		+ reforço 3. ^a feira (Caxarias)			

Protocolos

- Protocolo estabelecido com o CRIF (Centro de Recuperação Infantil de Fátima)

No dia 26 de Julho de 2006 foi assinado um protocolo entre o Município de Ourém, a Freguesia de Fátima, o CRIF – Centro de Recuperação Infantil de Fátima e a Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. denominado “Passa Cartão ao CRIF”.

Este protocolo tem por objectivo promover a integração social e ocupacional dos utentes do CRIF e a salvaguarda do meio ambiente. Para isso, existe contentor de grandes dimensões localizado nas instalações do CRIF no qual a população da freguesia de Fátima pode depositar papel e cartão que posteriormente é valorizado pela Valorlis.



- Santuário de Fátima

A Valorlis, na sequência de imposição por parte do Instituto dos Resíduos, proibiu, desde 20 de Maio de 2006, a descarga de resíduos não municipais no Aterro Sanitário de Leiria, referindo que estes deveriam ser encaminhados para a RESILEI ou outro aterro licenciado para o efeito. As consequências desta decisão foram a proibição da descarga de resíduos na Estação de Transferência de Gondemaria por particulares, incluindo o Santuário de Fátima, para quem esta medida foi bastante penalizadora, visto que a referida entidade sempre recolheu os resíduos das suas propriedades.

Consequentemente, o Município de Ourém resolveu apoiar o Santuário de Fátima na resolução deste problema, atendendo à importância de uma boa gestão dos resíduos para ambas as entidades.

Assim sendo, desde Junho de 2006 que os resíduos do Santuário de Fátima são recolhidos pela empresa STL (SUMA) ou pelo próprio Santuário de Fátima e descarregados na Estação de Transferência de Gondemaria, onde são pesados e registados nas facturações mensais da Valorlis, suportando o Município de Ourém os custos associados, devendo posteriormente ser ressarcido pelo Santuário de Fátima, mediante o estabelecimento de protocolo, o qual ainda não veio a ocorrer.

Recolha selectiva de óleos usados

No ano de 2009 foram colocados quatro Oleões na área do Município de Ourém, dois na cidade de Ourém e dois na cidade de Fátima, na via pública, ao abrigo de um protocolo celebrado com a empresa Oleotorres.

Contudo cedo se verificou que os equipamentos eram mal utilizados, sendo depositados todo o tipo de resíduos e ocorrendo derrame de óleo no chão, colocando em causa, o asseio e a limpeza pública. A empresa Oleotorres quando era chamada para resolver os problemas não mostrava vontade de colaborar.

Por estes motivos no final de 2010, os equipamentos foram retirados da via pública, com o objectivo de serem cedidos às escolas inscritas no programa Eco-Escolas, através de um protocolo a celebrar entre escolas, Município de Ourém e a empresa Bioeste, considerando que as contrapartidas apresentadas, designadamente, a entrega à escola 150 euros para actividades escolares, após cada 1000 litros recolhidos.

Contudo, dada a importância destes equipamentos e por serem um importante veículo de sensibilização ambiental, a Autarquia disponibilizou o mesmo serviço, no Fundo Social da Câmara Municipal de Ourém, sito na Centro de Negócios, com o horário de funcionamento das 9h00 às 18h00, dias úteis.

Espaços Verdes, Cemitério e Canil

- Limpeza de Matos

A partir de 5 de Maio de 2005 entrou em funcionamento um serviço de atendimento ao público (todas as quintas-feiras). Este serviço presta apoio e esclarecimentos nas áreas da limpeza florestal, redução do risco de incêndio, pareceres no âmbito da arborização e reflorestação, queimas, queimadas e fogo controlado e participação e encaminhamento de processos de planeamento e ordenamento dos espaços rurais e florestais. Complementarmente, desenvolve acções de sensibilização florestal junto das populações, com o intuito de dinamizar a limpeza da vegetação herbácea e arbustiva em torno das edificações, protegendo-as, durante a época estival, dos incêndios florestais.

- Gestão de Espaços Verdes

A manutenção dos espaços verdes é desenvolvida, desde 5 de Julho de 2004, pela empresa municipal Ambiorém, a qual intervém, inclusivé, nos jardins afectos aos edifícios escolares.

Os espaços verdes de Fátima passaram a ser geridos pela SRU-Fátima no decorrer de 2010.

Sensibilização Ambiental

A empresa SUMA disponibiliza 1% das receitas provenientes do Município de Ourém para a realização de acções de sensibilização e educação ambiental. No ano económico de 2010 foram realizadas as seguintes acções:

- **Sabientar** - No mês de Abril, realizou-se a 2ª fase da Campanha “Sabientar”, que consistiu na auditoria dos estabelecimentos de 1º Ciclo de Ensino Básico aderentes a este projecto, com objectivo de observar se as rotinas ambientais se mantinham. No ano de 2010 verificou-se a adesão de mais 6 Escolas. No mês de Junho, efectuou-se

a terceira e última fase do projecto SABIENAR. No dia 16 de Junho, foram entregues os certificados e bandeiras às Escolas inscritas no projecto. Esta cerimónia foi realizada no Auditório do Edifício Sede do Município pelo Sr. Vice-presidente José Alho. Neste mês foi ainda desenvolvido nas Escolas de 1º Ciclo, a Campanha “Viagens Maravilhosas”, complementada com a entrega por turma de um CD de Jogos Interactivo. Esta acção foi desenvolvida nas Escolas inscritas no Projecto SABIENAR.

- **“SUMINHOS” e os números”** - Nos dias 10, 11, 24 e 27 de Maio, foi desenvolvido a Campanha de Sensibilização “SUMINHOS”, nos Jardins-de-infância do Concelho de Ourém. Estimular aprendizagens sobre o exercício da Cidadania, pela transmissão de regras ambientais de Sustentabilidade, no que aos Resíduos diz respeito, abordando, ao mesmo tempo, conteúdos curriculares pertinentes, é o principal objectivo desta campanha.



No ano de 2010 a Valorlis desenvolveu as seguintes campanhas, na área territorial adstrita ao Município de Ourém:

- Visitas à Valorlis – Nove visitas de estudo ao Aterro Sanitário de Leiria, envolvendo 126 participantes;
- Sessões de Sensibilização – Uma Acção de Sensibilização na EPO envolvendo 40 participantes;
- Feira do Livro – A Valorlis esteve presente na Feira do Livro com a dinamização de um atelier de papel reciclado direccionado às crianças do concelho;

- Dia Mundial da Criança – A Valorlis colaborou na semana da educação, nos dias 31 de Maio e 1 de Junho, dinamizando um atelier de reutilização de embalagens de cartão para alimentos líquidos;
- Dia Mundial do Ambiente – A Valorlis esteve presente nas comemorações do Dia Mundial do Ambiente que se realizaram no Parque Natureza do Agroal, onde esteve presente com um atelier de papel reciclado e com o puzzle gigante da reciclagem;
- Festas de Ourém – A Valorlis esteve presente nas festas de Ourém nos dias 19 e 20 de Junho, com a dinamização de um atelier de papel reciclado que atraiu crianças e adultos;
- Animação do CRIF – No âmbito do protocolo “Passa Cartão”;
- **Dia Eco-escolas** - A Valorlis esteve presente na cerimónia de entrega dos galardões Eco-Escolas, com a dinamização de dois ateliers alusivos à temática da Reciclagem: o tapete gigante da reciclagem e o atelier de papel reciclado;
- **Concurso de Presépios** - A Valorlis convidou todos os lares de idosos e centros de dia dos seis concelhos da sua área de intervenção, a fazer um presépio reutilizando materiais, nomeadamente materiais recicláveis como o papel, o cartão, o vidro, o metal e o plástico. Do concelho de Ourém participaram 2 instituições.
- **Compostagem** - O objectivo desta iniciativa centra-se na distribuição de compostores a residentes e escolas com jardins, de forma a reutilizar os resíduos orgânicos e deste modo promover a separação do lixo. A entrega de compostores é feita mediante a participação numa acção de formação. Desde o início do projecto em 2008 até final de 2010 foram realizadas 14 acções de formação/sensibilização no concelho de Ourém e entregues 921 compostores.

Projecto Limpar Portugal

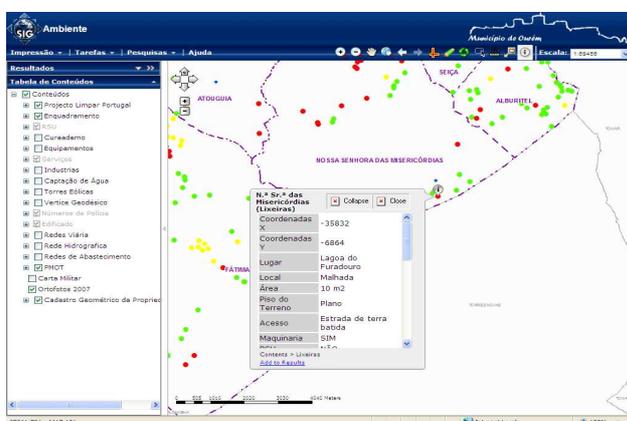
O Projecto Limpar Portugal (PLP) 2010 foi um movimento cívico que pretendeu, através da participação voluntária de pessoas particulares e de entidades privadas e públicas, promover a educação ambiental e reflectir sobre a problemática do lixo, do desperdício, do ciclo dos materiais e do crescimento sustentável, por intermédio da

iniciativa de limpar a floresta portuguesa no dia 20 de Março de 2010, removendo todo o lixo depositado indevidamente.

Apesar do projecto ter uma abrangência nacional, foram criadas equipas de coordenação regional, para que todos os concelhos do país se pudessem envolver e para que, no dia 20 de Março, fosse possível limpar todo o território nacional.

A iniciativa começou na Estónia em 2008 e com 50 mil voluntários conseguiu-se limpar o país em apenas cinco horas.

No Concelho de Ourém, esta iniciativa foi iniciada por um grupo de quatro alunos do Colégio de São Miguel – Fátima (Ana, Carolina, Marlene e Nuno), no âmbito da disciplina Área de Projecto, e dinamizada em colaboração com o Município de Ourém.



O Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica, preparou uma ferramenta de trabalho, permitindo a georeferenciação das lixeiras, bem como as suas características.



Celebração do Dia do Ambiente – 5 de Junho

Esta iniciativa teve lugar no Parque Natureza do Agroal, onde se realizaram algumas actividades para os 150 participantes tais como desfrutar de um passeio pedestre de 2,5km, pela mata do Agroal, houve ainda um espaço para exposições e ateliers infantis, e um colóquio sobre a Biodiversidade conduzido pelo orador Raimundo Quintal do Parque Ecológico do Funchal – Madeira.



Eco-Escolas

Todos os anos, a Associação Bandeira Azul da Europa promove o evento da entrega de galardões “Eco-escolas”, às escolas que demonstraram possuir a qualidade suficiente para, segundo os critérios da Foundation for Environmental Education (FEE) lhes ser atribuída a designação de Eco-Escolas. No ano de 2010, a SIMLIS convidou o Município de Ourém a aliar-se a este evento, tendo o mesmo decorrido a 24 de Setembro em parceria entre as três entidades.

A organização do evento ficou a cargo de uma comissão constituída para o efeito. Foram organizados 5.000 sacos de brindes, com material cedido pela ABAE (agenda, pin, caneta e lápis e um mini-pilhão) e pela SIMLIS (canetas, panfletos didácticos, porta-chaves, lápis de cores, lápis de carvão e copos) e preparados 4.500 lanches (uma barrita, um chocolate, água, um sumo e uma peça de fruta).



O Parque Linear foi o palco de recepção às entidades que participaram nas actividades de carácter ambiental, pedagógicas e lúdicas existindo bancadas para a cedência de materiais e de lanche. Estiveram presentes cerca de uma dezena de actividades, de onde se destacam: os insufláveis; a GNR (com uma viatura, um barco

e um cavalo); a torre de escalada com slide trazida pelo Exército; o Champimóvel; a Lixoteca; o Energy Bus; e vários jogos tradicionais promovidos pela Simlis.

No interior do Centro de Negócios estiveram expostos os Eco-Códigos, bem como ateliês das escolas participantes, Plantar Portugal, Projecto Rios, Simlis, GNR, etc.

Pela primeira vez, o evento foi realizado dentro de uma tenda de circo, tendo se iniciado com um espectáculo do Circo CHEN oferecido pela autarquia, sendo seguido pela cerimónia oficial e



entrega das bandeiras “Eco-Escolas”, que foi presidida pela Sra. Ministra do Ambiente, Eng.^a Dulce Pássaro.

O evento eco-escolas 2010 teve a participação de cerca de 1.041 escolas e 207 municípios, estando presentes 4303 crianças e 166 adultos, de acordo com os dados disponibilizados pela Protecção Civil.

2.3.2.2 – Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

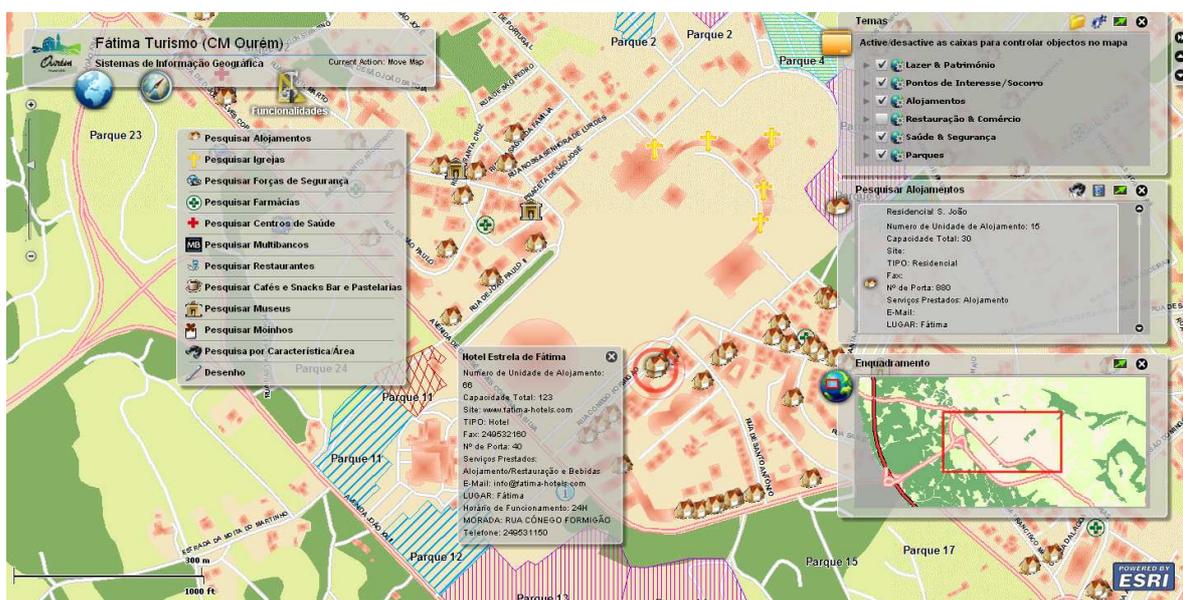
Sites Internos

No decurso de 2010 procedeu-se ao desenvolvimento dos 14 sites internos, com o intuito de melhorar a colaboração interna, desde a Gestão de Processos, à Emissão de Plantas de Localização, passando pelo Património e pelo Ambiente.

Com os referidos sites pretende-se que cada unidade orgânica fique encarregue de actualizar a informação que lhes compete, promovendo a existência de dados sempre completos e actualizados.

GeoFátima

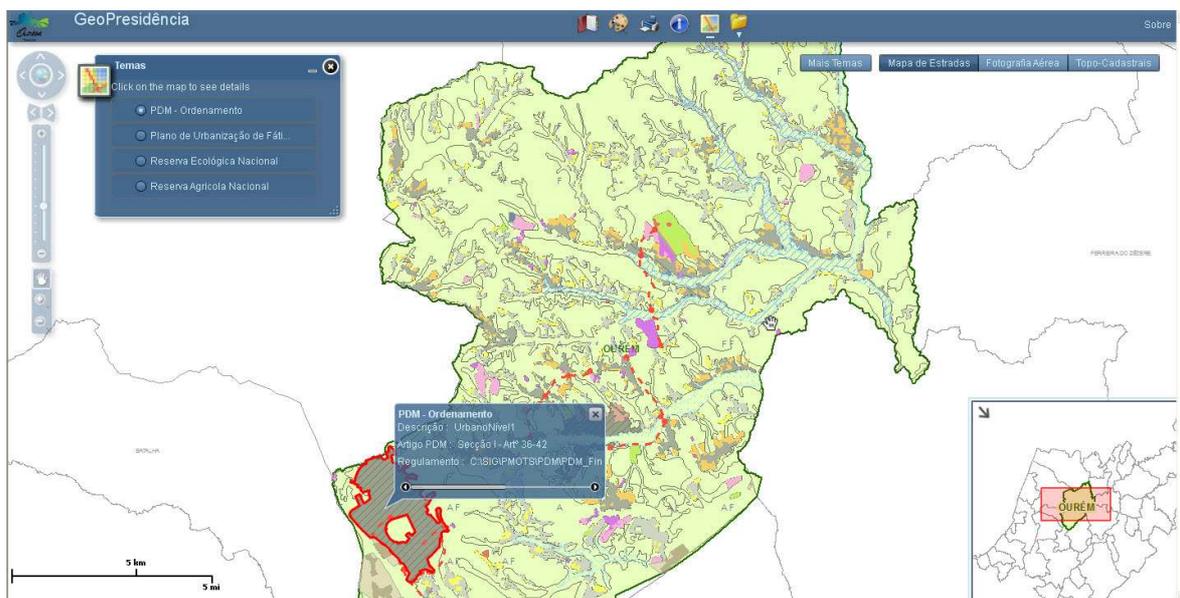
O GeoFátima foi inicialmente desenvolvido com o intuito de apoio aos peregrinos durante a visita do Papa Bento XVI a Fátima. Actualmente encontra-se como portal de turismo da cidade de Fátima, constituindo, deste modo, uma forma de publicitar a respectiva área territorial.



Planos Online e GeoPresidência

Os planos municipais estão disponíveis para consulta online, permitindo efectuar confrontações, aferir a área do terreno nos diferentes usos do solo, emitir plantas para o licenciamento e efectuar sugestões no âmbito do PDM.

Esta acção constitui uma importante ferramenta de apoio aos técnicos responsáveis pela apresentação de projectos



Revisão do PDM

Neste contexto foram criados 17 sites externos/internos, no âmbito da participação pública na revisão do PDM, com o objectivo de que as sugestões efectuadas nas Freguesias ou nos serviços municipais fossem imediatamente integradas na base de dados geográfica existentes.

Ainda relativamente a esta acção foram realizadas 19 sessões de esclarecimentos nas várias Freguesias conforme consta no quadro que se apresenta na página seguinte.

No período de participação preventiva, desenvolveu-se uma parceria privilegiada com as Juntas de Freguesias (JF) e criaram-se sites para permitir ao respectivo funcionário, mediante *login* e palavra-chave registar com os munícipes a identificação dos seus terrenos e apresentar as suas sugestões através do requerimento online, aí disponibilizado.

A concepção desta plataforma trouxe vários benefícios, dos quais se destacam: minimização de redundâncias (repetição de sugestões para o mesmo local); tratamento facilitado da informação; minimização da necessidade de deslocação dos

cidadãos e permite aferir diariamente o número de participações e a classificação de participações por tipologia.

De salientar que foram registadas 986 sugestões em 79 dias, das quais 295 (30%) foram integradas nas plataformas disponibilizadas pelas Freguesias, demonstrando co-responsabilização das referidas entidades e poupança de tempo e deslocações de munícipes.

Complementarmente foram efectuados cerca de 1300 atendimentos a munícipes, no âmbito da Participação preventiva, para registar as suas sugestões, relativas à revisão do PDM.

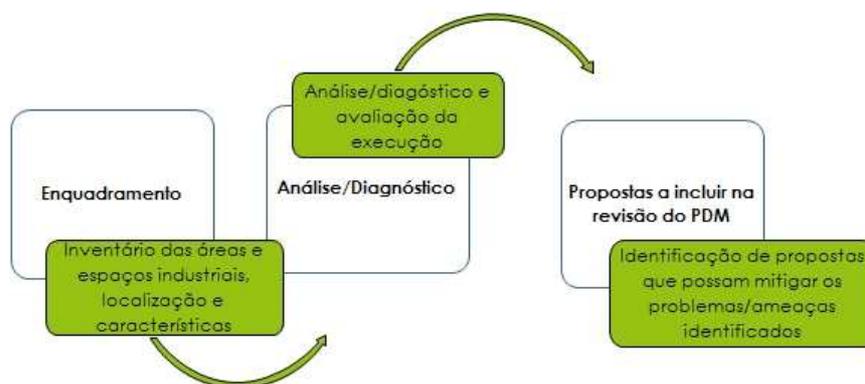
Neste âmbito foi elaborado um relatório referente à participação preventiva integrando a análise dos dados recolhidos no período de participação preventiva, o qual foi apresentado ao Órgão Executivo do Município.

Quadro – Sessões de esclarecimento no âmbito da Revisão do PDM

Sessões de esclarecimento	Número de participantes	Número de intervenções	Data da sessão
Alburitel	46	5	07/09/2010
Atougua	54	10	20/09/2010
Casal dos Bernardos	53	10	09/09/2010
Caxarias	67	8	23/07/2010
Cercal	43	4	16/09/2010
Espite	33	6	14/09/2010
Fátima	129	11	16/07/2010
Formigais	19	3	15/09/2010
Freixianda	91	4	19/07/2010
Gondemaria	89	15	27/09/2010
Matas	61	9	17/09/2010
N. ^a S. ^a da Piedade	107	9	03/07/2010
N. ^a S. ^a das Misericórdias	61	6	26/07/2010
Olival	66	6	30/07/2010
Ribeira do Fárrio	31	4	21/09/2010
Rio de Couros	38	6	23/09/2010
Seiça	89	15	24/09/2010
Urqueira	74	7	6/10/2010
Sessão Emigrantes	36	6	11/08/2010

Em adenda foi realizada uma **reunião com a Senhora Secretária de Estado de Ordenamento do Território**, na qual foi apresentado um relatório de trabalho com a identificação e caracterização das situações mais complexas detectadas nomeadamente ao nível dos espaços industriais em PDM.

Iniciou-se a avaliação do grau de execução do actual PDM, nomeadamente no que respeita às áreas industriais e áreas urbanas, tendo sido elaborada uma metodologia de análise a integrar no estudo relativo às áreas urbanas que integram os estudos sectoriais a desenvolver na revisão do PDM **“Metodologia para o Relatório de Avaliação e Censuração dos espaços industriais no PDM”**;



Alteração do PDM para o sítio de Pias Longas

Sobre esta matéria importa referir que foi adequada a proposta de alteração do PDM (Pias Longas) à alteração do mapa de perigosidade constante no PMDFCI (Relatório de Fundamentação da Revisão e Relatório Ambiental), de acordo com o parecer do ICNB.

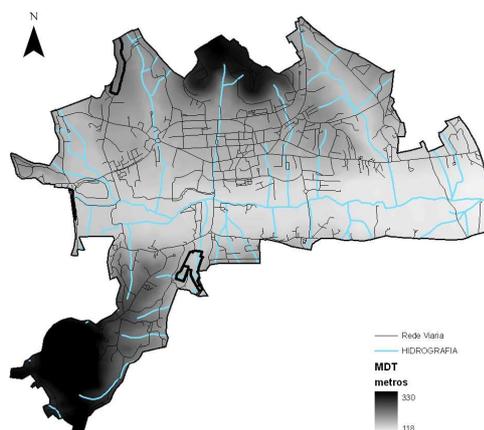
Alteração Parcial do PUF

Neste contexto, procedeu-se à elaboração das peças procedimentais relativas à de alteração parcial.

Elaboração do PUO

Relativamente a este plano foi realizada a análise e enquadramento de metodologias de avaliação ambiental estratégica e estruturou-se o relatório ambiental e de acordo com a Definição de âmbito.

Cumulativamente elaborou-se uma proposta de indicadores respeitantes aos critérios incluídos em cada Factor Crítico de Decisão de acordo com análise bibliográfica de referência, efectuou-se análise das diferentes estruturas do território em estudo (estrutura física; estrutura viária; estrutura funcional; estrutura populacional; estrutura económica e estrutura histórica) e desenvolveu-se estudo das zonas ameaçadas por cheias pela Ribeira de Seiça, no perímetro urbano de Ourém.



Informação do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica

Secções Cadastrais Prontas		
Freguesia	Nº Secções	Nº Prédios
Alburitel	13	3678
Atouguia	19	5743
Casal dos Bernardos	20	12955
Caxarias	21	4621
Cercal	11	1543
Espite	18	6890
Fátima	20	5530
Formigais	6	1385
Total	128	42345

Neste âmbito encontram-se concluídas 128 secções e 42.345 prédios (vectorização dos limites de folha das restantes secções; criação de mosaicos a partir de raster das secções cadastrais).

Números de polícia e topónimos

Quadro resumo – Números de polícia e topónimos

Números de Polícia		Placas Toponimicas	Toponimos		
Atribuidos	Geo-referenciado	Geo-referenciadas	Atribuidos	Geo-referenciados	Atualizados
301	990	159	35	48	31
Vias Publicas/Privadas	Edificado	Processosde obras Particulares	Plantas de localização		
Informações	Actualização	Integrados e enquadrados face aos IG	Elaboração		
8	8691	382	705		

Outras Acções diversas

No decurso de 2010 foi desenvolvido ainda um conjunto de outras acções diversas as quais seguidamente se passam a elencar:

- Inserção de processos e licenças de obras particulares;
- Integração do IC9 em ambiente SIG;
- Georeferenciação dos equipamentos sociais;
- Georeferenciação de moradas;
- Georeferenciação da rede viária (actualização);
- Actualização da BGRI 2011, enviada pelo INE, com base na cartografia digital actual, ortofotomapas de 204 e 2007, cartas topocadastrais e cartas militares de 2004, para os CENSOS 2011;
- Integração em dos equipamentos de ensino e percursos escolares em SIG;
- Integração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território em SIG (correção do PUF, face a problemas de geometria identificados; Plano Pormenor da Tapada, associando cada parcela ao nome do proprietário, artigo e área registada; Plano de Pormenor da Zona Industrial de Casal dos Frades e Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII.

2.3.2.3 – Divisão de Estudos e Projectos

Esta divisão, tem como principal missão realizar ou acompanhar o desenvolvimento por equipas exteriores aos serviços da Autarquia, de estudos e projectos em consonância com o interesse do município. Assim, enumeram-se os mais significativos:

- Actividades no âmbito da topografia
 - Fátima, Avenida D. José Alves Correia da Silva, (completagem);
 - Cercal, Junto à Igreja;
 - Vilar dos Prazeres, Envolvente ao Centro Escolar das Misericórdias;
 - Piedade, terreno para Implantação do Canil Municipal;
 - Freixianda, Terreno para Implantação do Centro Escolar;
 - Freixianda, zona de paragem para mini autocarro junto ao Jardim Infantil;
 - Nossa Senhora da Piedade, Vilões, reclamação apresentada por Victor Pereira da Silva; Nossa Senhora da Piedade, Lourinha, Loteamento;
 - Nossa Senhora da Piedade, Centro de Saúde;
 - Nossa Senhora da Piedade, Zona do Antigo Mercado / Terminal Rodoviário;
 - Terreno para Implantação do Centro Escolar da Freixianda;
 - Terreno para Implantação do Centro Escolar de Ourém Nascente;
 - Rua São João de Eudes / Lomba D' Égua, Fátima;
 - Escola EB1 de Carvalhal, Espite, Caxarias, Barreira, Matas, Olival, Óbidos, Rio de Couros, Cristovãos, Fontainhas da Seiça, Tacoaria, Casalinho, Salgueira do Meio Gaiola, Giesteira, Casal dos Bernardos, Escola Carvoeira (Velha);
 - Cemitério de Rio de Couros;
 - Calçadas Romanas, Nossa Senhora das Misericórdias;
 - Delimitação do terreno envolvente ao Quartel da GNR;
 - Boieiro, Olival, para elaboração de projecto de muro de vedação;
 - Zona envolvente à Capela do Caneiro, N^a Sr^a das Misericórdias;

- Muros e vedações na zona do Parque de Negócios de Fátima;
- Estremas para cálculo de expropriação EN 113-1, Seiça;
- Terreno, Vermoeira, Formigais;
- Casa em Ruínas, Vilar dos Prazeres, Nossa Senhora das Misericórdias;
- Limites de propriedade, Rio de Couros;
- Delimitação das zonas de leito de cheia no âmbito do novo PU de Ourém;
- Pontos de Apoio Coordenados Datum73 – Ourém.
- Estudos viários:
 - Arruamentos Centro Escolar das Misericórdias;
 - Rotunda, Rua Justiniano da Luz Preto, Nossa Senhora da Piedade;
 - Proposta de Traçado “Os caminhos de Fátima” no Concelho de Ourém;
 - Ligação de arruamento à zona da Creche de Ourém;
 - Eliminação de barreiras arquitectónicas em Ourém apresentadas pela associação Salvador.
- Planeamento e Desenho Urbano:
 - Arranjo Urbanístico nas Matas (loteamento com zonas de lazer e implantação do Centro Social);
 - Requalificação das ruas na envolvente do Centro Escolar de Ourém;
 - Definição do perfil da Rua das Covinhas, Fátima;
 - Requalificação de parque no Km 34 da E.N.113 em Alburitel;
 - Edifício porteiro Mata Municipal de Ourém;
 - Centro Escolar Ourém Nascente;
 - Arranjo urbanístico com propostas para colocação de Caixa de Multibanco no Cercal;
 - Remodelação do hall do Cineteatro Municipal de Ourém;
 - Remodelação para Sala de Leitura na Biblioteca Municipal de Ourém;
 - Estudo das ruas envolventes ao Centro escolar das Misericórdias;
 - Recuperação Edifício dos Paços do Concelho;
 - Centro Escolar da Freixianda;
 - Centro Escolar do Olival;
 - Impressão de cópias do processo do Túnel da Av. José Alves Correia da Silva;

- Realização e impressão de cartazes para a “semana da educação”;
- Desenho de Rede Eléctrica na variante da Freixianda;
- Rua Dr. Vaz Faria de Almeida;
- Flayers Ucharia do Conde;
- Arranjo Urbanístico da Envolvente do Centro Escolar do Olival e Pavilhão Gimnodesportivo;
- Cruzamento junto à E.R.349;
- Requalificação da Rua Santa Teresa de Ourém;
- Requalificação da Rua dos Combatentes da Grande Guerra;
- Edifício Multiusos de Caxarias;
- Pavilhão Gimnodesportivo do Olival;
- Praceta Francisco Paisana, Ourém;
- Estudo da nova implantação do canil/ gatil de Ourém;
- Propostas para Requalificação das Praças do Centro de Ourém;
- Cineteatro Municipal de Ourém, Projecto de tectos e Iluminação;
- Centro de Interpretação do Agroal;
- Estudo Prévio da Reconstrução do Moinho da Fazarga, Fátima;
- Rotunda da Rua Justiniano da Luz Preto e Paragem para autocarros;
- Projecto de Expositores para o Museu do Brinquedo;
- Aldeia Natal 2010 - organização dos limites e Casa do Pai Natal.
- Acompanhamento de obras de fiscalização:
 - Creche de Ourém;
 - Ampliação da E.B.1 de Cova da Iria, Fátima;
 - Centro Escolar de Nossa Senhora das Misericórdias, Vilar dos Prazeres;
 - Centro Escolar de Ourém, Ourém.

Portfolio de alguns dos projectos desenvolvidos:

- **Centro Escolar Ourém Nascente**

A implantação do todo, assenta numa plataforma articulada com espécies arbustivas e arbóreas, funcionando ambas com filtro de espaços exteriores, percorríveis entre vazios cuidados e vazios que resultam do limite e articulação dos sólidos que recatam

espaços de sombra e de recreio coberto. Um volume paralelepípedo central assume carácter de espaço público, assim como de rótula de posição dos sólidos menores e consequentes dessa mesma articulação, que suporta os restantes espaços privados de aulas. Composto por 7 salas de aula (4 do 1º ciclo do ensino básico e 3 de jardim de infância), servidas por espaço polivalente / ginásio, biblioteca, refeitório, instalações sanitárias, circulações entre espaços de apoio do conjunto assim como recreios cobertos que articulam o todo.

Imagem - Entrada



Imagem - Recreio



- **Centro Escolar do Olival**

A implantação do todo, assenta numa plataforma articulada com espécies arbustivas e arbóreas, funcionando ambas com filtro de espaços exteriores, percorriáveis entre vazios cuidados e vazios que resultam do limite e articulação dos sólidos que recatam espaços de sombra e de recreio coberto.

Um volume paralelepípedo central assume carácter de espaço público, assim como de rótula de posição dos sólidos menores e consequentes dessa mesma articulação, que suporta os restantes espaços privados de aulas. Composto por 7 salas de aula (4 do 1º ciclo do ensino básico e 3 de jardim de infância), servidas por espaço polivalente / ginásio, biblioteca, refeitório, instalações sanitárias, circulações entre espaços de apoio do conjunto assim como recreios cobertos que articulam o todo.

Imagem – Vista geral

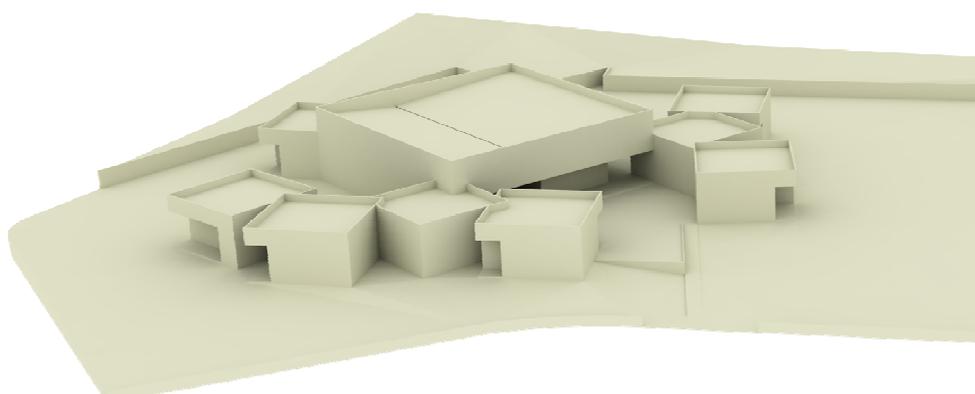


Imagem – Vista nocturna



- **Centro Escolar da Freixianda**

Imagem – Alçado posterior

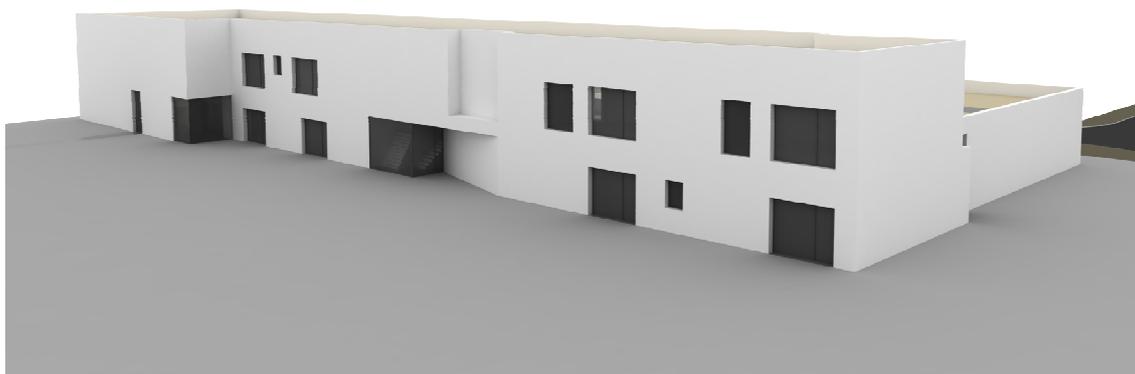
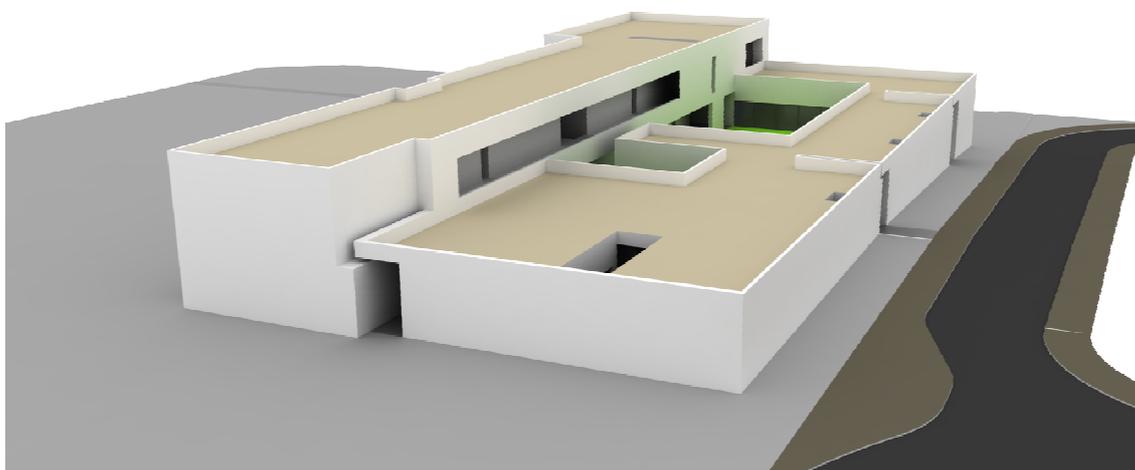


Imagem – Vista geral



A implantação de toda a estrutura, assenta numa plataforma articulada com espécies arbustivas e arbóreas, funcionando ambas como filtro dos espaços exteriores; percorriáveis entre galerias e recreios cobertos. Um sólido central, distribui assim a

relação funcional e programática dos restantes quatro, numa tentativa de manter constante a linha do terreno natural. Estrutura esta que define assim o modo de percorrer os espaços distintos uns dos outros, de forma que o jardim-de-infância funcione autónomo das restantes salas de aulas, bem como que o contrário também se verifique. Composto por 11 salas de aula (3 de jardim de infância e 8 de 1º ciclo do ensino básico), gabinetes, dormitórios, secretaria, bibliotecas, videoteca, instalação sanitárias.

2.3.2.4 – Divisão de Obras Municipais

Fiscalização

Fiscalização de empreitadas promovidas pelo Município:

- Requalificação da Rua Luís de Camões (N.ª Sr.ª da Piedade);
- Casa do Administrador – readaptação a núcleo museológico;
- Requalificação do Agroal – projecto de execução dos espaços exteriores;
- Parque de estacionamento do Agroal;
- Despoluição das Bacias Hidrográficas do Concelho – Ampliação e ramais de esgotos domésticos na estrada Principal de Fátima e Rua dos Caneiros – Fátima;
- Bens do domínio histórico, artístico e cultural – Beneficiação da Muralha do Miradouro dos Cónegos;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões – Alargamento de um pontão no lugar da Conceição – Freguesia do Olival;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões – Aqueduto das Contendas, Olival;
- Rede de Esgotos Domésticos - Sistema de Fátima - Sub-Bacia 26A - Moimento Fátima;
- Despoluição das Bacias Hidrográficas do Rio Lis e Ribeira de Seiça – Bacia 47 – Sub - Bacia 7 (parte) – Drenagem dos Esgotos Domésticos do Loteamento “Jardins de São Miguel;
- Muro da Perucha junto da rotunda;

- Instalação do serviço de Metrologia;
- Obra de construção e captação subterrânea para abastecimento de rede de rega;
- Pintura de prédios confinantes ao edifício Paços do Concelho;
- Ramal de esgotos domésticos no Favacal;
- Fiscalização do pontão das Fontainhas.
- Parque infantil da escola do Pinheiro;
- Arranjos das piscinas de Ourém e Caxarias;
- Construção do Centro Escolar de Nossa Senhora das Misericórdias;
- Ampliação do Centro Escolar da Cova da Iria;
- Construção do Centro Escolar de Ourém;
- Ampliação da Rede de Esgotos Domésticos – Estrada Principal – Fátima;
- Urbanização da sede do Município – Rotunda na Avenida D. Nuno Álvares Pereira/ Rua dos Álamos/ Rua 5 de Outubro – N^a Sra. da Piedade.
- Rede de esgotos – Ampliação da Rede de Esgotos Domésticos em Carvoeira, freguesia de Alburitel;
- Arranjo do Largo do Cambalhote, Olival;
- Arranjos exteriores da Escola de Casal dos Bernardos;
- Arranjos Exteriores da Escola do Pinheiro – Nossa Sr.^a da Piedade;
- Beneficiação da rede viária – Seiça, Alburitel, Ribeira do Fárrio, Caxarias.

Fiscalização de empreitadas promovidas pelas Freguesias:

- Beneficiação da rede viária das freguesias do concelho, por empreitada da CMO (Seiça, Caxarias, Freixianda, Atouguia) ou por protocolo com as juntas de freguesia (NSP, NSM, Rio de Couros, Urqueira, Casal dos Bernardos, Ribeira do Fárrio, Olival, Espite, Alburitel, Matas, Gondemaria);
- Recuperação e beneficiação de caminhos diversos – alteração de serventia Quinta de São Gens – Freguesia de N.^a Sr.^a Piedade;
- Construção do Edifício para o Mercado e Arranjos exteriores – Recinto da Feira – Casal dos Bernardos;
- Casa mortuária de Formigais;
- Muro de contenção de terras em Peras-Ruivas.

Fiscalização de empreitadas promovidas pela Veolia e acompanhamento de intervenções na via pública de várias entidades, Tagusgás, PT, EDP:

- Remodelação da rede de abastecimento de água da EN 356 – estrada Fátima Velha;
- Remodelação do sistema de abastecimento de água – sistema do Olival;
- Concepção / Construção do reservatório para água da Fazarga – Fátima;
- Remodelação da rede de abastecimento de água Fazarga / Rotunda Norte / Zona Industrial;
- Obra Veólia - Boca de Incêndio na Rua Espalha, N.Sr^a. Piedade;
- Ampliação da Rede de Abastecimento de Água – Loteamento da Ortiga – Ortiga – Fátima;
- Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água – EN 113 (Jardins de São Miguel/Olaia);
- Acompanhamento de obra Veólia, no Balancho;
- Remodelação da rede de abastecimento de água sistema de Caxarias, Urqueira;
- Ramal de águas Moita Redonda, Fátima;
- Acompanhamento de várias intervenções na via pública por parte da Tagusgás, PT e EDP.

Obras por administração directa

Trata esta vertente da acção da Divisão de Obras em que são executados os trabalhos com recurso aos meios humanos, de equipamento e de materiais do município, sendo talvez os trabalhos de beneficiação da rede viária, aqueles que mais visibilidade têm no público em geral, pela comodidade que geram na sua utilização e pela qualidade com que são realizados, dada a experiência que neste domínio tem vindo a ser acumulada ao longo dos anos.

2.3.3 – Departamento de Cidadania

2.3.3.1 – Divisão de Educação, Desporto e Lazer

- Educação

Programa “Semana da Educação”

Com o objectivo de criar promover e dar visibilidade às actividades das escolas, realizou-se a actividade a que foi dado o nome genérico de “Semana da Educação”. Com esta actividade, pensada para envolver os alunos de todos os níveis de ensino, procurou-se criar espaço de exposição de trabalhos das escolas, proporcionar troca de experiências e animações entre as escolas, os alunos e os professores e comemorar o dia internacional da criança.

Festival de Música Inter-Escolas

O Festival foi composto por dois espectáculos, um para Pré-escolar, 1º Ciclo e 2º Ciclo e outros para os alunos do 3º Ciclo, Secundário e Profissional, tendo-se realizado no Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima, com a presença de um número superior a 3.000 espectadores. Os espectáculos continuaram a ter um nível bastante bom, tendo havido a preocupação de, através dos convites a apresentadores, inculcar um ritmo vivo aos dois espectáculos, com características diferentes, em função das idades dos participantes.

O envolvimento das escolas é notório, criando nas crianças um grande entusiasmo, e nos alunos dos escalões mais elevados um nível de qualidade muito apreciável.

Trata-se de um evento que envolve muita preparação e reuniões com as escolas, a gestão de inscrições, a formação de júri, os ensaios, os convites e o acompanhamento dos representantes das cidades geminadas que participam (Plessis-Trevise e Czestochowa).

Assembleias de Escola / Conselhos Gerais de Agrupamentos

Por nomeação do Executivo Municipal, o Chefe da DEDL integrou as assembleias dos agrupamentos escolares existentes no concelho, em representação da autarquia.

Por imperativos decorrentes da entrada em vigor da nova legislação sobre estruturas directivas das escolas, o Município passou a integrar os conselhos gerais transitórios com três representantes, para o que foram designados o Chefe da DEDL, o Dr. José Fernandes e um Presidente de Junta de Freguesia, em cada um dos quatro agrupamentos. Esta representação implica a participação em reuniões, no mínimo, trimestrais, o que significa a possível participação em 4 reuniões de Conselho Geral Transitório em cada trimestre. Em todas essas reuniões, sempre temos procurado contribuir, de forma positiva, para que os estabelecimentos educativos respondam às necessidades educativas da população do concelho, procurando também defender os interesses da autarquia e da população que ela representa.

Serviços de apoio à Família – Pré-escolar

No âmbito do desenvolvimento da educação pré-escolar, foram desenvolvidos os serviços de apoio à família, tendo como objectivo criar condições para o alargamento de horário e o fornecimento de refeições às crianças daqueles estabelecimentos educativos.

Celebrado um acordo de cooperação entre o Ministério da Educação, a Segurança Social e a Autarquia, efectua-se anualmente a candidatura para a realização destes serviços e posterior transferência, por parte da DRELVT, das verbas correspondentes aos mesmos. Os serviços de apoio à família estão activos em todos os jardins de infância existentes na área territorial adstrita ao Município de Ourém.

Também a necessidade de instalações levou a autarquia a solicitar a algumas associações, Juntas de Freguesia e igrejas a cedência, mediante protocolo, das instalações necessárias à prossecução dos Serviços de Apoio à Família.

Serviços de refeições para o 1º ciclo

No início do ano lectivo de 2005/2006, foi apresentada candidatura à DRELVT para implementação de serviços de refeições para o 1º ciclo, tendo a candidatura sido aprovada. O sistema de refeições do 1º ciclo foi desenvolvido em articulação com as entidades com as quais já existiam protocolos para os Serviços de Apoio à Família do Pré-escolar.

Todo o processo carece de candidatura anual, tendo-se introduzido uma vertente de apoio às crianças carenciadas, de acordo com normativos recebidos da DRELVT.

No âmbito deste processo, todos os alunos do 1º ciclo passaram a pagar as refeições nas mesmas condições que já eram praticadas nos outros ciclos de educação (1,38 €), sendo o restante custo assumido em partes iguais pelo Município e pela DREL (0,56 € cada uma das entidades). Relativamente a este assunto, foi ainda prevista a atribuição do pagamento de refeições a alunos carenciados (Escala A – 1,38€; Escala B – 0,69€), valores que o Município assume. Entretanto, os valores foram actualizados nos anos lectivos de 2007/2008 e 2008/2009, pagando actualmente os alunos 1,46€ (não subsidiados), 0,73€ (escala B) e 0,00€ (escala A), continuando o Município a suportar os diferenciais de apoio social.

Internet nas Escolas

Quando da instalação de equipamentos de acesso à Internet em todas as escolas do 1º ciclo, efectuámos o acompanhamento da respectiva instalação e gestão de avarias, de forma a tornar o sistema tão eficaz quanto possível.

Controlo alimentar

Com a colocação na DEDC de uma técnica de controlo alimentar, passou a ser possível efectuar um acompanhamento do processo de controlo da qualidade alimentar dos serviços de apoio à família e das cantinas escolares, assim como a concepção de documentos de apoio e sugestões de ementas, conducentes à segurança e ao equilíbrio alimentar das crianças. Os procedimentos relacionados com este acompanhamento devem ser contínuos, sendo analisadas todas as ementas de

todas as instituições que prestam serviço de refeições ao Pré-Escolar e ao 1º Ciclo e emitidos relatórios de controlo e correcção para as mesmas instituições.

Em virtude da obrigatoriedade de implementação do sistema HACCP, a Técnica responsável elaborou uma proposta de implementação do sistema em todos os serviços prestadores de serviços de alimentação escolar, prevendo-se a revisão todos os protocolos celebrados com as várias entidades, com vista à criação de obrigações sobre esta matéria. Foram ainda preparadas propostas de acções de formação, quer para manuseadores de alimentos, quer para auxiliares e assistentes de acção educativa.

A Técnica de Controlo Alimentar participou ainda na Comissão de Vistorias de estabelecimentos de restauração e bebidas e efectua acções de sensibilização na comunidade, nomeadamente nas escolas.

Manutenção de estabelecimentos educativos

A realização de pequenas reparações em edifícios escolares tem representado, para o Município de Ourém, uma preocupação constante, quer pela vontade sempre presente de proporcionar aos alunos boas condições de aprendizagem, quer pelo grande número de estabelecimentos existentes, quer ainda pela dificuldade de ter ao dispor equipas multifacetadas que possam responder, em tempo útil, às inúmeras solicitações que chegam quase todos os dias. Para procurar resposta eficaz a este problema, e procurando diminuir os circuitos burocráticos sempre existentes, o Município apostou na realização deste tipo de reparações através da Ambieurém, EEM.

Entretanto, por decisão superior, estes serviços foram transferidos para a Verourém EEM, cuja acção plena se realizou a partir de Julho de 2010.

A DEDL acompanha estes procedimentos, cujos pedidos são enviados pelos agrupamentos directamente para a empresa municipal.

Actividades de Enriquecimento curricular - 1º CEB

Em Agosto de 2006, demos seguimento à proposta do Ministério da Educação, no sentido de organizar as aulas de enriquecimento curricular para todos os alunos do 1º CEB. A candidatura foi aprovada, tendo sido necessário articular com os agrupamentos de escolas e com várias entidades prestadoras de serviços novos horários para todas as turmas, o que implicou uma sobrecarga de trabalho sem precedentes no início do ano lectivo.

Para o ano lectivo de 2008/2009, a responsabilidade de elaboração de horários foi atribuída aos agrupamentos de escolas. Ao contrário do que antes tinha acontecido, e tendo em conta a inevitabilidade de flexibilizar os horários, como sempre tínhamos afirmado, os agrupamentos aumentaram a flexibilização de horas para o dobro do que antes tinham aceite, conseguindo assim horários razoáveis para todas as AEC e uma muito maior estabilidade dos docentes das actividades.

Para os anos lectivos de 2009/2010 e 2010/2011 foram organizadas as seguintes actividades: Ensino do Inglês (incluindo os alunos de 1º e 2º ano, que antes não tinham esta actividade), Ensino da Música, Actividade Física e Desportiva e Animação Sócio-Cultural. A última das disciplinas foi introduzida para criar alguma variedade nas actividades, para preenchimento de 2 horas semanais disponíveis e para compensar a diminuição de tempos das outras actividades (de 135 minutos para 90 minutos semanais). Havendo maior flexibilidade de horários, foi ainda possível introduzir de novo a utilização de piscinas para todos os alunos do 1º ciclo (1 trimestre), no âmbito da Actividade Física e Desportiva, e da Animação Sócio-Cultural.

Para o ano lectivo de 2010/2011, as actividades foram organizadas à semelhança do ano anterior, tendo sido corrigidos alguns aspectos negativos detectados.

Apresentados os planos de pagamentos, apenas foi alterado o valor do pagamento da Animação Socio-cultural, cujo valor passou para 850,00€ por turma/ano. Foram constituídas 103 turmas.

Transportes (Escolares e Outros)

O programa de transportes escolares implica os pedidos mensais de vinhetas para todos os alunos dos 2º, 3º ciclos e Ensino Secundário do concelho, assim como o processamento, verificação e informação sobre toda a facturação relativa a esta matéria, assim como o tratamento dos casos especiais de alunos do ensino secundário residentes no concelho que frequentam cursos em outros concelhos (Pombal, Tomar, Entroncamento, Leiria), por não existirem os cursos pretendidos no concelho de Ourém.

Para além destes transportes, são ainda realizados outros, decorrentes da suspensão de escolas do 1º ciclo, transportes para locais de refeição, transportes de crianças do Pré-Escolar e casos de crianças com necessidades educativas especiais, sem esquecer alguns transportes em táxi para alunos que frequentam escolas especiais.

O início do ano lectivo de 2008/2009, revestiu-se de particular complexidade a organização de novos circuitos de transporte de crianças do Pré-Escolar e 1º Ciclo, decorrente da substituição das viaturas de 9 lugares por autocarros de 20 e de 28 lugares. Este processo implicou a organização de circuitos, a contratação de motoristas e acompanhantes, através da Verourém. Os transportes efectuam-se para os alunos das escolas suspensas para as escolas de acolhimento, das escolas para as piscinas e de algumas escolas para os locais de refeições.

Para além dos transportes escolares regulares, os serviços processam ainda toda a organização de visitas de estudo de escolas e outros transportes em autocarros municipais, nomeadamente das colectividades culturais e desportivas. Para o ano lectivo de 2010/2011, foi ainda necessário realizar protocolos com o Centro Social da Atougia e com a Freguesia de Ribeira do Fárrio, para complementar os circuitos existentes, tendo em conta as escolas que foram encerradas.

Telefones das Escolas (Pré-Escolar e 1º Ciclo)

A facturação de telefones dos estabelecimentos educativos é controlada pela DEDL, que recebe e informa toda a documentação dos agrupamentos e da PT relativa a este assunto.

- Desporto

Durante o ano de 2010, foram organizadas e levadas à prática várias actividades físicas e desportivas, designadamente provas de BTT, passeios pedestres por todo o concelho e outras actividades.

Em todas estas actividades foi necessário articular a participação de vários clubes e apoios das juntas de freguesia (BTT, passeios pedestres, por exemplo), o que levou à realização de inúmeras reuniões preparatórias em horário pós-laboral. Também a realização das provas se efectua necessariamente fora do horário normal de trabalho, o que representa um esforço acrescido de todos os colaboradores.

Percursos pedestres

Respondendo a um desafio da delegação distrital do Instituto do Desporto de Portugal, propus a realização, a partir de 2003, de percursos pedestres.



No desenvolvimento do programa, em 2010 foram efectuados vários percursos pedestres, distribuídos por todo o concelho e apoiados pelas Freguesias. Estas actividades contaram com a participação total de 975 pessoas.

Jornadas de Futsal

Tendo em conta o recente desenvolvimento desta modalidade, e de forma a dar aos clubes praticantes mais um impulso, realizaram-se as segundas jornadas de futsal, que contaram com a realização de um torneio com 12 jogos, realizados no Pavilhão Desportivo do Caneiro, entre 7 de Maio e 11 de Junho.

Sábados activos

Ao longo dos meses de Maio, Junho e Julho foi desenvolvido no concelho de Ourém um programa de actividades de Fitness, ao ar livre, designado Sábados Activos. Este

programa foi realizado ao longo de 13 sábados em diversos locais, tais como Parque Linear, Piscina Municipal de Ourém, Estádio de Fátima, tendo sido registados cerca de 350 participantes. Os principais parceiros deste programa foram os ginásios do concelho de Ourém (Sportgim, Korposano e O2), os quais disponibilizaram os monitores (10 monitores) das diversas modalidades. Os principais objectivos foram: proporcionar aos OUREENSES uma oferta válida de ocupação dos sábados à tarde; Incentivar o convívio e alertar para os benefícios de uma prática desportiva regular; Promover as modalidades de Ginásio no concelho de Ourém; Fomentar a prática desportiva saudável à comunidade residente do concelho de Ourém; Criar uma prática regular de actividade física dando dinamismo à cidade. De uma forma geral, os resultados alcançados foram bastante positivos.

Páscoa em Acção

O Projecto Páscoa em Acção é pensado sobretudo para a ocupação dos tempos livres dos jovens, de uma forma saudável. Através da prática desportiva e da realização de actividades desportivas, as Férias Desportivas pretendem inculcar nos jovens os valores da camaradagem, entreaajuda e espírito de grupo, promovendo assim a dimensão ética que toda a actividade desportiva e cultural deve conter. Participaram 20 Jovens, tendo em conta a limitação de condições existente.

Verão em Acção

O Projecto Verão em Acção é pensado sobretudo para a ocupação dos tempos livres dos jovens, de uma forma saudável. Através da prática desportiva e da realização de actividades desportivas, as Férias Desportivas pretendem inculcar nos jovens os valores da camaradagem, entreaajuda e espírito de grupo, promovendo assim a dimensão ética, já enunciada para as actividades da Páscoa em acção. Nesta actividade também participaram 20 Jovens.

Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Tendo o Município de Ourém celebrado vários contratos-programa de desenvolvimento desportivo com clubes desportivos do concelho, o respectivo acompanhamento é efectuado pela DEDL.

Durante o ano de 2010, foi preparado e proposto um novo contrato com o Centro Desportivo de Fátima, no sentido de introduzir melhorias no Estádio Municipal de Fátima, em conjunto com a Liga Portuguesa de Futebol Profissional, sendo os valores repartidos igualmente entre o Município e a Liga.

Projecto Giravolei

Em colaboração com a Federação Portuguesa de Voleibol, foi implementado o projecto Giravolei, que implicou a distribuição de material de voleibol por todas as escolas do 1º ciclo que se inscreveram no programa. Neste âmbito, foi ainda possível realizar em Ourém um Encontro Nacional Giravolei, que envolveu crianças e jovens de vários pontos do país.

- Cultura e Lazer

Carnaval 2010

Em 2010 foi reactivado o Desfile de Carnaval, cuja preparação foi efectuada em muito pouco tempo e com recursos humanos mínimos. Apesar disso, a actividade revelou-se um êxito, trazendo à cidade milhares de assistentes.

Este evento contou com 1.247 figurantes, 22 carros e uma assistência na ordem das 6 mil pessoas.

Via-Sacra ao Vivo

Esta actividade, que veio a revelar-se de grande impacto para a recuperação de tradições religiosas e para a promoção do burgo medieval de Ourém, contou, nos primeiros três anos, com a encenação do Arquitecto Norberto Barroca, do Teatro Experimental do Porto e é desenvolvida com a colaboração de várias entidades (Município de Ourém, Paróquia de Nossa Senhora das Misericórdias, Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias e Região de Turismo de Leiria-Fátima) e de cerca de 100 figurantes.

Em 2010, esta actividade envolveu despesas de materiais, trabalho de operários municipais e das empresas municipais Verourém e Ambiourem. O serviço de sonorização, sempre muito difícil de realizar devido às condições físicas do terreno, funcionou melhor do que nunca, devido ao empenhamento e profissionalismo da empresa contratada. Esta actividade contou também, como habitualmente, com a participação da Sociedade Filarmónica Oureense e dos Escuteiros.

A visibilidade externa do concelho devida a esta actividade foi muito significativa, não só pelos visitantes que atraiu, mas também pela cobertura jornalística de que foi alvo,



como já se verifica há doze anos. Em 2010, procedemos à reformulação de algumas cenas e de algum guarda-roupa, aumentando também a

participação da Sociedade Filarmónica Oureense.

Durante a “Semana Santa de Ourém” realizou-se ainda um concerto alusivo à Páscoa, com a participação conjunta da Sociedade Filarmónica Oureense e do Corol do Olival.

CENOURÉM

Durante o ano de 2010, a CENOURÉM contou com a participação de 4 grupos de teatro na 1ª fase (escolas) e 6 grupos (associações) na segunda fase. Foram apresentados 20 espectáculos, a que assistiram um total de cerca de 4.700 espectadores. Como sempre tem acontecido, os vários grupos trouxeram espectáculos com características diferentes. No entanto, verificou-se que não será



necessário efectuar dois espectáculos semanais, já que os espectáculos de quinta-feira têm habitualmente assistências reduzidas.

Em desenvolvimento da arte teatral iniciada pela Cenourém, o grupo de teatro Apollo, com o apoio dos serviços municipais, manteve em cena durante vários meses, num dos torreões da Zona histórica de Ourém, uma peça de teatro. Este grupo tem desenvolvido uma actividade notável, com espectáculos em vários locais, incluindo espectáculos de rua de sua própria iniciativa.

Festas da Cidade e do Concelho

Em 2010, as Festas da Cidade de Ourém continuaram a ser uma das referências culturais do ano, contando com as tasquinhas e as exposições de artesanato.

Propostas de apoios financeiros às associações

Durante o ano de 2009, foi apresentada uma proposta de Regulamento de atribuição de apoios às associações, cuja aprovação e publicação ocorreu em Novembro de 2010.

Por este motivo, os apoios às associações foram preparados ainda com base no método anterior, tendo a proposta sido aprovada já em Janeiro de 2011, após análise efectuada ainda em 2010.

Juventude

Desde 1999, foram realizadas várias semanas da Juventude, em que os jovens tiveram oportunidade de participar em debates, discutir e trocar opiniões sobre os assuntos que mais directamente lhes dizem respeito, assim como participar em actividades especialmente preparadas para ir ao encontro dos seus interesses. Poderá dizer-se, além disso, que todas as actividades que envolvem as escolas são dirigidas aos jovens. Assim é com os festivais de música, com as provas desportivas e com muitos dos espectáculos, nomeadamente os concertos de bandas rock.

A área da juventude envolve também a preparação de candidaturas e acompanhamento de OTL, assim como todos os contactos necessários com o Instituto da Juventude. Habitualmente, efectuam-se candidaturas para Ocupação de Tempos Livres na zona histórica, na Biblioteca, nas Piscinas e, mais recentemente, no Espaço Internet da Biblioteca.

Durante o ano de 2008, foi efectuada a abertura da LojaPontoJá, em colaboração com o Instituto Português da Juventude. Aberto todos os dias úteis, este espaço dispõe de acesso à Internet e informações do interesse dos jovens sobre vários programas que lhes são dedicados.

Relações internacionais

Desde 1999, Ourém tem-se feito representar em Festivais de Música realizados em Czestochowa, na Polónia, assim como foi promovida a participação de jovens daquela cidade no Festival Inter-Escolas realizado em Ourém.

Tal como nos anos anteriores, em 2010 esteve em Portugal uma delegação de Czestochowa (Polónia), para participar no Festival de Música Inter-Escolas, além de uma delegação de Le Pléssis-Trevisé (França), que também se fez representar.

Em Maio de 2010, os representantes de Ourém no Festival de Música “Maiowa Nutka”, realizado na cidade de Czestochowa (Polónia), acompanharam a visita efectuada pelo Senhor Presidente da Câmara à referida cidade.

Perspectivas

Efectuado o levantamento das instalações desportivas existentes, os clubes foram já alertados para a necessidade de cumprimento dos normativos legais, sendo necessário proceder à vistoria das referidas instalações. Será ainda necessário proceder ao levantamento e correcção de eventuais anomalias nas instalações desportivas municipais, para que as mesmas possam ser objecto de vistoria por parte do Instituto de Desporto de Portugal.

Aprovado o Regulamento de apoio às colectividades, a sua entrada em vigor implica uma acção pedagógica junto das associações, no sentido de imprimir o maior acompanhamento e transparência na aplicação dos apoios concedidos, não só financeiros como também materiais e logísticos, de forma a encorajar as boas práticas.

Ainda na área do desporto foi já proposta a elaboração da Carta Desportiva, que deverá ser desenvolvida nos próximos tempos, articulando-se depois com a Carta Nacional de Equipamentos Desportivos, a implementar pela Administração Central.

Na área da educação, merecem atenção especial as alterações decorrentes do alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, pelo que isso implica em termos de custos para o Município em transportes escolares. Nesta área são urgentes e inadiáveis as intervenções nas escolas 2,3 Conde de Ourém, Caxarias e Freixianda, nos termos do contrato de execução de transferência de competência em matéria de educação para a autarquia, de acordo com o consignado no contrato. É ainda preocupação central o processo de reorganização das escolas em função da abertura dos Centros escolares, com o que tal operação implica em e o reforço de transportes para os alunos das escolas que vão ser suspensas.

O apetrechamento de escolas com quadros interactivos e a formação de professores nessa área está em preparação, sendo necessária uma articulação estreita entre o Município, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e os Agrupamentos de escolas.

2.3.3.2 – Divisão de Assuntos Sociais

- **Rede Social**

Actividade corrente da Rede Social

O Núcleo Executivo reuniu periodicamente para a emissão de pareceres sobre várias candidaturas que são depois abordadas em Plenário. É enviada sistematicamente informação aos parceiros. A Rede está preparada e disponível para difundir pela parceria qualquer assunto considerado pertinente. Foi relançado o convite para que as entidades que ainda não integram a Rede Social possam fazer parte dela, com vista a um trabalho social mais articulado e cada vez mais mobilizador.

Comissões Sociais de Freguesia.

Foi retomado o processo de constituição das Comissões Sociais de Freguesia. Para o efeito foi realizada uma reunião de sensibilização destas autarquias locais.

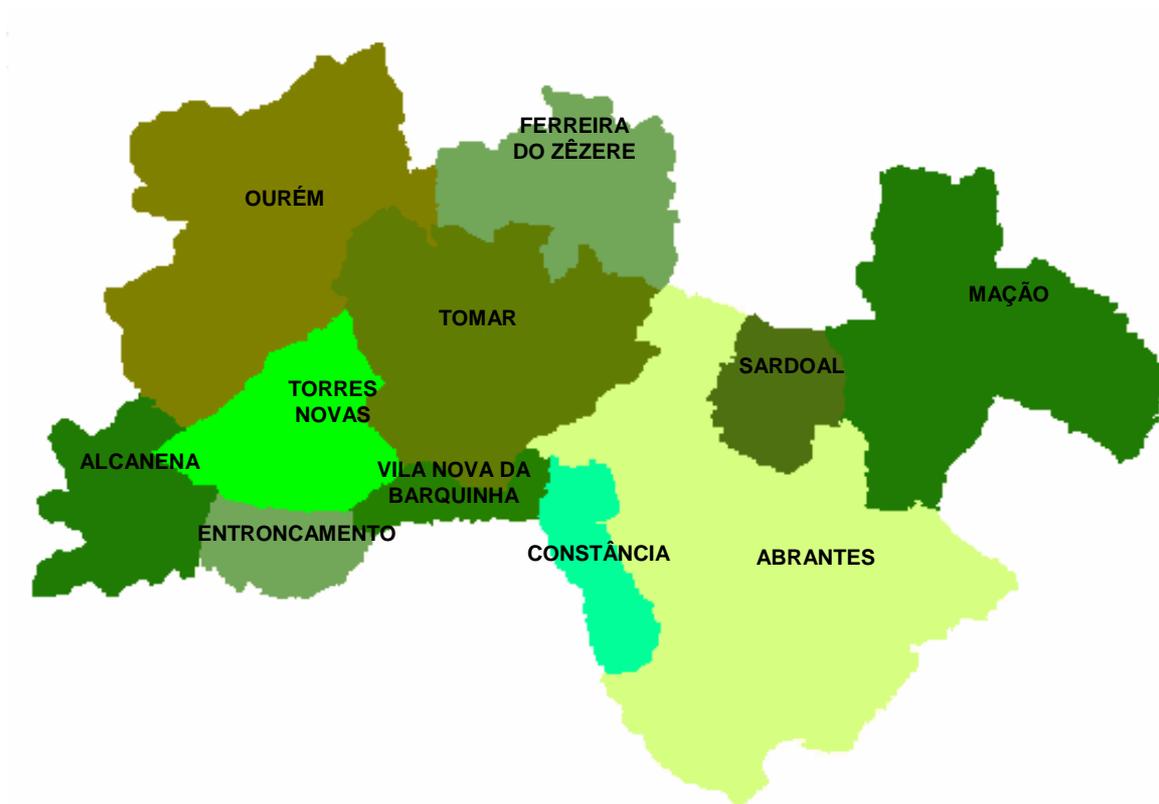
No âmbito do projecto “Redes do Tejo” a autarquia providenciou transporte aos autarcas das freguesias que participaram no “1º Fórum das Comissões Sociais de Freguesia do Médio Tejo” no sentido de formar os autarcas para o cumprimento do previsto na legislação da Rede Social, designadamente no Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de Junho.

Guia de Recursos dos Municípios do Médio Tejo

O Guia de Recursos Médio Tejo 2010 – consiste num trabalho de recolha, organização e compilação sobre as Instituições existentes nos Municípios do Médio Tejo – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. Tem como objectivo a melhoria do acesso à informação sobre as instituições, os serviços e equipamentos que disponibilizam à comunidade através da referida centralização de informação bem como da fácil consulta e manuseamento.

O Guia de Recursos é um instrumento fundamental no trabalho em parceria, tendo como finalidade fornecer informações actualizadas e válidas sobre os diferentes agentes que intervêm na dinâmica do desenvolvimento social, permitindo que, cada um se reconheça dentro do colectivo e possa identificar as potencialidades dos restantes.

Mapa – Município envolvidos na elaboração do Guia de Recursos



Modelo de Intervenção Integrada: fase de preparação do projecto

Em 2010, iniciou-se o trabalho supra-concelhio de definição do modelo integrado de atendimento, estando prevista a sua conclusão e implementação ao longo do ano 2011.

Diagnóstico Social

Tratamento estatístico da informação recolhida para efeitos de diagnóstico social e elaboração do Diagnóstico Social (versão preliminar).

Ano Europeu da Pobreza e Exclusão Social 2010

Em conformidade com a decisão do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, em instituir o ano de 2010 como o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, todos os parceiros sociais,



nomeadamente as Autarquias Locais, Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos, Organismos da Administração Pública, Voluntários, Empresas e Agentes Políticos são convidados a participarem activamente numa intervenção articulada e concertada, com vista à erradicação da pobreza e da exclusão social e à promoção de uma sociedade inclusiva.

Tendo presente este contexto, os municípios do Médio Tejo e a União das IPSS do distrito de Santarém, acederam ao desafio colocado e, numa perspectiva inovadora, criativa e assertiva, desenvolveram o projecto *Redes do Tejo*, que visa promover a articulação das Redes Sociais, como fóruns de efectivo combate à Pobreza e à Exclusão Social. Neste âmbito o Município de Ourém assinou o Acordo de Parceria (em Abrantes).

Com o projecto *Redes do Tejo* pretendeu-se impulsionar e sensibilizar os parceiros sociais do Médio Tejo para uma atitude mais participativa e solidária, mobilizadora de uma nova cultura que foque a sua intervenção nas potencialidades das parcerias, que contribuem efectivamente para uma intervenção que minimize os efeitos nefastos das famílias que se encontram numa situação de vulnerabilidade social.

Neste sentido, os parceiros do projecto *Redes do Tejo* assumiram o compromisso de assegurarem e contribuírem activamente para o seu desenvolvimento, que tem como principais objectivos:

- Desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica que articule a actuação dos diferentes agentes sociais;

- Promover o planeamento integrado do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos;
- Garantir maior eficácia nas respostas sociais ao nível dos concelhos e freguesias;
- Formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local.

Nesta lógica de articulação, perspectivando uma acção integrada nos domínios supra e infra-municipal entendemos que o projecto municipal é de todos por isso deve integrar as iniciativas que ao longo do ano sejam desenvolvidas com estes objectivos.

Para que possamos envolver o maior número de parceiros possível foi elaborado um Programa do Município que integrou a realização de diversas acções:

- a) Dinamização e constituição das comissões sociais de freguesia;
- b) Divulgação do trabalho realizado na Rede Social;
- c) Elaboração da faixa do AEPES e colocação da mesma em cada concelho
- d) Colocação do logótipo do AEPES no sítio da CMO, juntamente com o programa das iniciativas, sendo o mesmo “alimentado” com o registo fotográfico das actividades;
- e) Realização de programa de rádio local
- f) Seminário “Inovação Social/animação territorial”;
- g) Mês da Solidariedade: Dezembro. Neste período realizaram-se iniciativas de carácter social, de que é exemplo “Os gestos solidários”.
- h) A Feira Social, que integrou a exposição de trabalhos elaborados pelas instituições particulares de solidariedade; realizou-se em Torres Novas.
- i) Integrar nos Ciclos de Cinema deste mês filmes e documentário alusivos à pobreza e exclusão social (situação acordada previamente com a DCD).
- j) Criação do Guia de Recursos Inclusivos;
- k) Realização de um concurso destinado a premiar a iniciativa mais inovadora das que integram o Programa Municipal de comemoração do AEPES:



O projecto “Redes do Tejo”, também com a grande participação e dinamismo de Ourém, entre várias dezenas de projectos, foi o escolhido para representar Portugal em Bruxelas no encerramento do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, visto ter sido reconhecido a nível nacional o esforço que lhe concedeu um carácter empreendedor e inovador, possível graças ao trabalho de parceria muito acentuada entre os municípios.

Seminário de Inovação Social

A 17 de Novembro realizou-se o Seminário “Inovação Social”, no âmbito do projecto “Redes do Tejo”, no âmbito do “Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social”, que contou com a participação de 150 pessoas.



Gestos Solidários

Gestos Solidários contou com a participação das instituições particulares de solidariedade social do Município e da Veolia e decorreu de Novembro a Dezembro de 2010. O mesmo integrou diversas actividades de que são exemplo: Dia das bruxas, Dia aberto, Convívio intergeracional de S. Martinho, Sorri com o ambiente, Santa Casa com Vida, A saúde sem diferenças, De mãos dadas com o jardim de Infância, Campanha do banco alimentar contra a fome, Encontro intergeracional “reviver o passado”, Hora do conto, Abrir portas, Torneio concelhio de jogos de mesa e tradicionais, Exposição “retalhos do passado, esboço do futuro”, Exposição “O poder da Imagem”, Água é vida e Abastecimento para todos.

Minuto Social

O “Minuto Social” foi uma actividade desenvolvida com a colaboração dos diversos parceiros e actores sociais, através do qual se pretendeu partilhar com o público as diferentes perspectivas sobre os desafios que se colocam ao combate à pobreza e exclusão social, no mundo e, em concreto, em Ourém. Simultaneamente, cada participante indicou ainda o contributo que poderia facultar, como cidadão, neste

processo. O Minuto Social passou na ABC Portugal, no mês de Dezembro, às 11, 16 e 22 horas.

- Intervenção Social, Equipamentos Sociais, Bem-estar e Saúde

Intervenção Social

No âmbito da intervenção social, pretende-se promover melhoria de qualidade de vida dos Munícipes numa óptica de trabalho integrado, pluridisciplinar e interinstitucional, apoiar os mais desfavorecidos e desprotegidos, proteger as famílias, as crianças, os jovens e os idosos nas suas diversas problemáticas.

Realizaram-se consultas de psicologia, entrevistas, visitas domiciliárias. Receberam-se pedidos relacionados com a acção social escolar, integração em respostas sociais, intervenção social, tarifas sociais, recuperação habitacional, apoio ao arrendamento e à recuperação habitacional, tarifas sociais, transportes escolares especiais, entre outros. Elaboram-se informações e pareceres técnicos que suportam decisões superiores, tanto internamente como externamente, junto dos tribunais ou outros serviços da administração central.

Subsídios escolares

Na sequência do que tem ocorrido em anos anteriores, e no âmbito das competências previstas na alínea d) do n.º3 do art. 19.º da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, o Município promoveu o processo de candidatura aos benefícios no âmbito da acção social escolar (comparticipação de livros e material escolar), destinado aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (CEB).

Numa primeira fase efectuou-se a distribuição dos boletins de candidatura através dos Agrupamentos de Escolas que, para o efeito, os descentralizaram às do 1.º CEB da sua competência, bem como a respectiva recolha. Os processos foram numerados e informatizados. Solicitou-se a entrega da documentação necessária para a instrução do processo aos encarregados de educação cuja candidatura estava incompleta.

Realizaram-se entrevistas às famílias cuja situação económica não era clara. Seguidamente procedeu-se à análise e apresentação dos resultados.

As normas de atribuição dos auxílios, adoptadas nesta avaliação, foram as previstas no art.º 8.º, o que significa que têm direito a beneficiar dos apoios previstos no referido despacho os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimento, determinados para efeitos do abono de família nos termos do Decreto-lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, nos Escalões A e B de acção social escolar, respectivamente.

Aos processos dos alunos que não fizeram prova dos rendimentos, através da declaração comprovativa do abono de família, foi aplicada a fórmula e critérios previstos no Decreto-lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, de modo a que os mesmos não fossem prejudicados.

Os processos:

- a) que não foram instruídos com a documentação necessária à respectiva análise consideram-se «excluídos».
- b) cujo abono de família se situa num escalão superior ao 3.º inclusive foram considerados «não subsidiados».
- c) que se referem a alunos do pré-escolar ou de estabelecimentos escolares privados foram considerados «excluídos».

Considerando a deliberação de Câmara de 31.08.2009, através da qual se deliberou que ao escalão A corresponderia um subsídio de 45€ e ao B um de 28,60€, e concluído o processo de análise das 1123 candidaturas, apresentamos os seguintes resultados:

Resultado da análise das candidaturas	N.º de candidaturas	Valor por escalão (€)	Total (€)
Escalão A	284	45,00 €	12.780,00 €
Escalão B	448	28,60 €	12.812,80 €
Excluídos	43	_____	_____
Não Subsidiados	348	_____	_____
TOTAL	1123	_____	25.592,80 €

Complementarmente, o Município tem a competência do pagamento da refeição³ de alunos subsidiados pela acção social escolar. A comparticipação das refeições escolares é efectuada da seguinte forma:

- ✓ Preço máximo por refeição – 2,50€;
- ✓ Preço a pagar pelos alunos – 1,46€;
- ✓ Comparticipação do município – 0,52€;
- ✓ Comparticipação do Ministério da Educação – 0,52€.

Quando os alunos beneficiam da acção social escolar e lhes é atribuído escalão A – o município paga a totalidade da comparticipação que cabe ao aluno, isto é, 1,46€ e o valor correspondente à comparticipação comum, aquela que é facultada a todos os alunos independentemente da sua condição económica (0,52€). Quando os alunos beneficiam da acção social escolar e lhes é atribuído escalão B – o município paga 50% da comparticipação que cabe ao aluno, isto é, 0,73€ e o valor correspondente à comparticipação comum, aquela que é facultada a todos os alunos independentemente da sua condição económica (0,52€).

Bolsas de estudo para o ensino superior

No sentido de promover uma Política Social efectiva de apoio a estratos sociais desfavorecidos retomou-se o processo de atribuição de Bolsas de Estudo, destinado a alunos residentes do concelho que frequentam estabelecimento do ensino superior. A finalidade desta política é a de que, através de critérios de discriminação positiva inerentes ao processo de selecção dos candidatos ao benefício, se criem mecanismos correctores das desigualdades sociais que permitam a estes jovens ter as condições mínimas para prosseguimento de estudos, contribuindo, desta forma, para a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Reconhece-se que a educação é fundamental para o crescimento e desenvolvimento da sociedade pelo que se considera que o município deve ter um papel fundamental na promoção educativa da população que integra o seu território.

³ Despacho n.º 18987/2009, de 17.08.2009, art.º 4.º

No ano lectivo 2007/2008, em reunião do dia 3 de Setembro de 2007, a Câmara Municipal de Ourém tinha deliberado, por unanimidade, cancelar o programa de atribuição de Bolsas de Estudos, considerando para o efeito que "os estabelecimentos de ensino superior têm sistemas próprios de acção social escolar". No entanto, o agravamento dos problemas sociais justificou uma reflexão sobre a possibilidade de retomar este processo, procedendo-se à abertura do procedimento concursal de bolsa de estudo conforme previsto no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo em vigor no Município (publicado no Diário da República - II Série, a 11 de Dezembro de 1997), sem prejuízo da elaboração de um outro instrumento regulador mais actualizado e adaptado ao processo de Bolonha, a ocorrer em 2011. Pelos fundamentos descritos reiniciou-se o processo tendo-se recebido 11 candidaturas.

Hortas Biológicas Sociais

O Projecto Hortas Biológicas Sociais resulta de uma parceria entre a Agrobio-Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (promotor), o Centro de Recuperação Infantil de Ourém, Quinta do Montalto e, numa fase posterior a Ambiorém EEM. O mesmo destina-se a pessoas com deficiência mental e visa:



- a) Promover a capacitação de Pessoas com Deficiência Mental para aplicação das praticadas agrícolas utilizadas em horticultura biológica;
- b) Promover a participação activa na sociedade das pessoas com deficiência mental, através da prática da Agricultura Biológica;
- c) Promover a alteração de comportamentos discriminatórios a nível individual e colectivo em relação à deficiência.

Projecto CAIS

O Município celebrou um protocolo com a Associação Cais para a implementação do Programa: “Centro de acompanhamento e venda da revista Cais” destinado a apoiar pessoas sem-abrigo. O protocolo foi assinado a 26 de Junho de 2010.

O objectivo do programa é, acima de tudo, proporcionar às pessoas que estão a ser acompanhadas pela Acção Social uma fonte de rendimento e uma actividade laboral, para que, pelo menos enquanto aguardam o melhor encaminhamento da sua situação, possam estar ocupadas e, ao mesmo tempo, beneficiarem de algum tipo de rendimento. As contrapartidas são as seguintes: 70 por cento do valor de capa da revista “Cais” ao vendedor integrado no projecto; 15 por cento das vendas totais à entidade promotora do acompanhamento social; 15 por cento das vendas totais à Associação Cais.

Conselheira Local para a Igualdade

Enquadrada no quadro da Estratégia Nacional de promoção da Igualdade de Género e Cidadania, designadamente no capítulo respeitante à integração da igualdade de género a nível do desenvolvimento local, no âmbito Resolução do Conselho de Ministros”, N.º 39/2010, de 25.05.2010, foi nomeada, *pelo presidente da Câmara Municipal*, para o cargo de Conselheira local para o Município de Ourém, através do Despacho 14783/2010, de 24 de Setembro, a *Dr.ª Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição*.

Nos termos da referida Resolução, que define o estatuto aplicável, por iniciativa dos municípios, aos conselheiros/as locais para a igualdade, adiante designados por Conselheiro/a, cuja atribuição é “acompanhar e dinamizar a implementação das políticas locais para a cidadania e a igualdade de género”, cabendo-lhe ainda as competências previstas no número 3 do referido documento. Note-se que o exercício

deste cargo não confere direito a remuneração (n.º 3 do art.º5.º). O apoio técnico e logístico adequado ao exercício de funções são assegurados pelo Município. A mesma será ainda integrada no Conselho Local de Acção Social de Ourém, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-lei n.º 115/2006, de 14 de Junho.

Comissões Municipais de Protecção de Pessoas Idosas

O Município aprovou a proposta de criação das Comissões Municipais de Protecção de Pessoas Idosas por diversos motivos, designadamente pelo facto de se enquadrar na lógica de funcionamento do Conselho Local de Acção Social e pelo facto de as Comissões visarem a articulação das políticas municipais de apoio à pessoa idosa, reforçando a importância da prevenção de maus-tratos, da sinalização de situações e do seu encaminhamento para as entidades competentes através de respostas alternativas à negligência e abandono. Integram a participação de 3 níveis de intervenção social: Administração Central, Administração Local e Sociedade Civil e reforçam a noção de que a política social assume um papel crescente na dinâmica dos municípios, aos quais são atribuídas mais competências. A proposta de lei está estruturada à semelhança da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, isto é, verificamos elementos similares, com objectivos focalizados em problemática distinta, mas com uma filosofia análoga. Estes aspectos podem ser reconhecidos na organização prevista neste projecto de diploma, de que salientamos o estatuto dos membros, o consentimento, o apoio logístico, a colaboração e, com as devidas adaptações, os objectivos e a composição. De um modo geral entende-se que constitui um instrumento fundamental para a promoção dos direitos e prevenção das situações de perigo das pessoas idosas.

- **Equipamento Sociais**

Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

O Município acompanha o cumprimento dos protocolos em vigor no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais.

- **Bem-estar e saúde**

Projecto “Diz não a uma seringa em segunda mão”

O Município de Ourém assinou um protocolo entre a Associação Nacional de Farmácias/Ministério da Saúde, cujos registos processuais remontam a 1999. O seu objecto prende-se com a recolha de seringas utilizadas por toxicodependentes para troca de outras esterilizadas. Este projecto tem como objectivo a entrega de um Kit, que inclui uma seringa esterilizada, um toalhete embebido em álcool, um preservativo (prevenção da transmissão do VIH ou outras doenças) e um folheto informativo, a pessoas que façam consumos de drogas. Este kit é facultado pelas Farmácias, no acto da entrega da seringa velha, que é colocada num contentor lacrado, e posteriormente recolhido por uma empresa especializada na recolha de material “perigoso” – Canon Higiene (Leiria).

O papel do município é o de mediador, entre as farmácias e a empresa responsável pela entrega dos Kit's. Com carácter mensal solicita-se informação às farmácias sobre a existência de contentores de seringas para recolha para posteriormente se informar a empresa da necessidade de entrega dos kit's.

Unidade de Cuidados Continuados

O Município participa em diversas reuniões de trabalho equipa da unidade de cuidados continuados, efectua a referenciação de processos e articula os projectos de intervenção individual ou familiar com a área da saúde.

- **Candidaturas na área da Acção Social**

Candidatura ao Projecto Batalha@Ourém_parceiros em rede sénior

Neste âmbito foi elaborada candidatura ao projecto financiado pelo PRODER - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, ABORDAGEM LEADER-Medida 3.2 – Melhoria da Qualidade de Vida, Acção, a) Serviços Básicos à população rural – Respostas Sociais. A candidatura ao projecto Batalha@Ourém_parceiros em rede

sénior visa a implementação de um sistema de comunicação on-line entre os idosos que beneficiam de serviço de apoio domiciliário (beneficiários directos, residentes na área de intervenção da ADAE), as IPSS parceiras do presente projecto, os utentes que beneficiam de outras respostas sociais promovidas pelas instituições, designadamente centro de dia, centro de convívio e lar, os recursos humanos das respectivas IPSS, e as famílias dos idosos (perspectiva intergeracional). Tem como principal finalidade a criação de uma rede interactiva, designadamente e nesta fase, entre seniores nos Municípios de Ourém e Batalha, permitindo facilitar a comunicação on-line através de vídeo e voz entre a população sénior que ainda reside em casa, mediante, o apoio na assistência, o acompanhamento por vídeo-conferência, o envio de mensagens de voz e a integração em rede com outros seniores.

Candidatura ao Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local Médio Tejo

A Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação de Pessoas com Deficiência n.º 38/2004 de 18 de Agosto, estabelece o princípio da não discriminação e reconhece o meio como factor de discriminação ou facilitador de práticas discriminatórias. A forma como as cidades têm sido construídas e estruturadas, tem constituído, muitas vezes, um factor de exclusão dos cidadãos que se encontram em desvantagem no que diz respeito à mobilidade, capacidade de orientação e acesso à informação.

O município reconhece que é fundamental que os espaços e edifícios públicos das cidades sejam pensados para todos os cidadãos, ou seja, tenham em conta as necessidades e os direitos das pessoas com mobilidade condicionada ou necessidades especiais, cidadãos de pleno direito. Deste modo, entendeu proceder à candidatura ao Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local Médio Tejo financiado Programa RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade, do Programa Operacional Potencial Humano, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Para a parceria o Município convidou a União das Misericórdias Portuguesas – Centro de Apoio a Deficientes Profundos João Paulo II por ser um parceiro local com uma vasta experiência na problemática da deficiência.

Projecto Primari Moreni

O Projecto PRIMARIA MORENI é um projecto estratégico para a Roménia, que terá como beneficiário o Município de Pitesti, uma ONG denominada Salva Copii e o Município de Ourém. O projecto terá a duração de 3 anos e pretende contribuir para a integração na sociedade de públicos desfavorecidos, diminuindo a possibilidade de marginalização e exclusão social dos mesmos, através de actividades diversas e da colaboração activa da comunidade.

- **Actividades**

Passeio Sénior 2010

Considerando as atribuições do Município em matérias relacionadas com os tempos livres, acção social, cultura, turismo, esta autarquia realizou o Passeio Sénior 2010, cujo destino escolhido foram os Municípios de Bombarral, Caldas da Rainha e Peniche. Ao longo dos 8 dias do mês



de Julho (12, 14, 16, 19, 21, 23, 26 e 28) participaram na actividade 2947 cidadãos.



Com a colaboração das Freguesias, centros de saúde de Ourém e Fátima e outras estruturas da sociedade que se mobilizaram para o efeito, foi possível proporcionar aos seniores momentos de lazer e convívio, aliados à oportunidade de conhecer espaços culturais, promovendo-

se a qualidade de vida no processo de envelhecimento.

Sessão de informação sobre a stress pós-guerra

O Município organizou a sessão de informação sobre stress pós-guerra, promovida pela Associação APOIAR.

Sessão sobre Parkinson

No dia 26/06/2010 realizou-se uma sessão sobre Parkinson promovida pela Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson, com a colaboração do Município.

Semana de actividades dirigida a crianças especiais

Em parceria com a Segurança Social e o Jardim Infantil de Ourém, desenvolveu-se um programa de actividades dirigido a crianças cujas famílias beneficiam de Rendimento Social de Inserção ou que são acompanhadas pela referida Comissão. O mesmo foi focalizado em dinâmicas que permitiram reduzir a desigualdade de oportunidades de acesso a actividades culturais e de lazer das crianças oriundas das classes sociais mais desfavorecidas; promover actividades lúdicas que englobem uma prática pedagógica; desenvolver competências sócio-emocionais; e fomentar o desenvolvimento inter e intrapessoal. De 9 a 13 de Agosto de 2010, participaram nesta iniciativa 16 crianças que, para além de visitarem espaço de interesse natural e cultural, beneficiaram de momentos divertidos nas piscinas municipais e no Parque natural. O feedback foi positivo, salientando-se o testemunho de uma das crianças “gostei das pegadas e das piscinas...estou mais feliz” (criança de 11 anos).



Dia Internacional do Idoso

Comemoração do Dia Mundial do Idoso: visita às IPSS's com respostas sociais na área do envelhecimento com o objectivo de proporcionar momentos de partilha de histórias e experiências de vida dos utentes.

Exposição conjunta CPCJ/RSI

Na sequência da Semana de actividades para crianças, realizada em Agosto, a CPCJ Ourém e a Equipa de Rendimento Social de Inserção, realizaram uma exposição conjunta, denominada “*Retalhos do Passado, esboço do Futuro*”, onde foram dadas a conhecer à comunidade as actividades realizadas durante a referida semana.

Foi também organizada uma sessão, em horário pós-laboral, para as famílias das crianças que participaram nesta semana. Nesta sessão, as crianças, bem como os seus pais e irmãos, viram as fotografias e receberam uma lembrança (registo fotográfico da actividade).

Aldeia de Natal

O Município participou na preparação do espaço de animação e de recolha de bens, integrada na Campanha dinamizada por alunos o Agrupamento de Escolas de Ourém, “Dar e receber”.

Festas Seguras 2010

A autarquia participou na organização das Festas seguras 2010 com a entrega de brinquedos a 25 crianças, uma iniciativa da PSP, em parceria com o Hipermercado Modelo.

- **Campanhas de Solidariedade**

Um Olhar por São Filipe

No enquadramento da política externa de solidariedade realizou-se a actividade “Um Olhar por São Filipe”, através da qual se desenvolveu uma campanha de recolha de material escolar. No entanto a iniciativa



contemplou ainda a selecção e organização do vestuário facultado pela Conferência de S. Vicente de Paulo. O resultado desta iniciativa permitiu remeter um total de 6535 artigos, dos quais 1727 referentes a livros e material escolar e 4808 peças de vestuário e calçado.

Distribuição de produtos do LIDL às IPSS'S

Em 2010, entregámos às IPSS's que colaboraram na Feira Social, produtos dados pelo supermercado LIDL.

Campanha Permanente de recolha de bens

A autarquia mantém a campanha de recolha de bens, efectuando o respectivo encaminhamento para as estruturas locais que procedem à distribuição dos mesmos, de que são exemplo a Conferência de S. Vicente de Paulo e a Fundação Arca da Aliança.

Campanha “Mimos de Natal”

A Campanha “Mimos de Natal” pretendeu despertar o espírito de partilha e solidariedade que existe em cada um de nós. Deste modo convidaram-se todos os colaboradores do Município a participar na iniciativa através da entrega de roupa, jogos didácticos, livros, brinquedos, mobiliário infantil e electrodomésticos. Neste ano apostou-se na recolha de bens úteis para as crianças e jovens, designadamente os que constituem necessidades nos três primeiros anos de vida das crianças. Trata-se de um contributo que foi muito útil para as famílias acompanhadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, pela Intervenção Precoce e pelo Núcleo Local de Inserção. No dia 18 de Dezembro foram recolhidos 235 bens úteis na Festa de Natal do Município. Do total dos bens recolhidos, a grande maioria eram novos (comprados propositadamente para a ocasião) e os restantes usados, 29 dos quais não se encontravam em condições aceitáveis para serem reutilizados. A 23 de Dezembro foram entregues 28 bens a famílias carenciadas e os restantes são entregues ao longo do ano pelas diversas equipas concelhias de intervenção social.

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial, não judiciária, que visa proteger e promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar o seu desenvolvimento (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro).

De acordo com a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) é obrigada a actividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança e o seu equilíbrio emocional;
- f) assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;

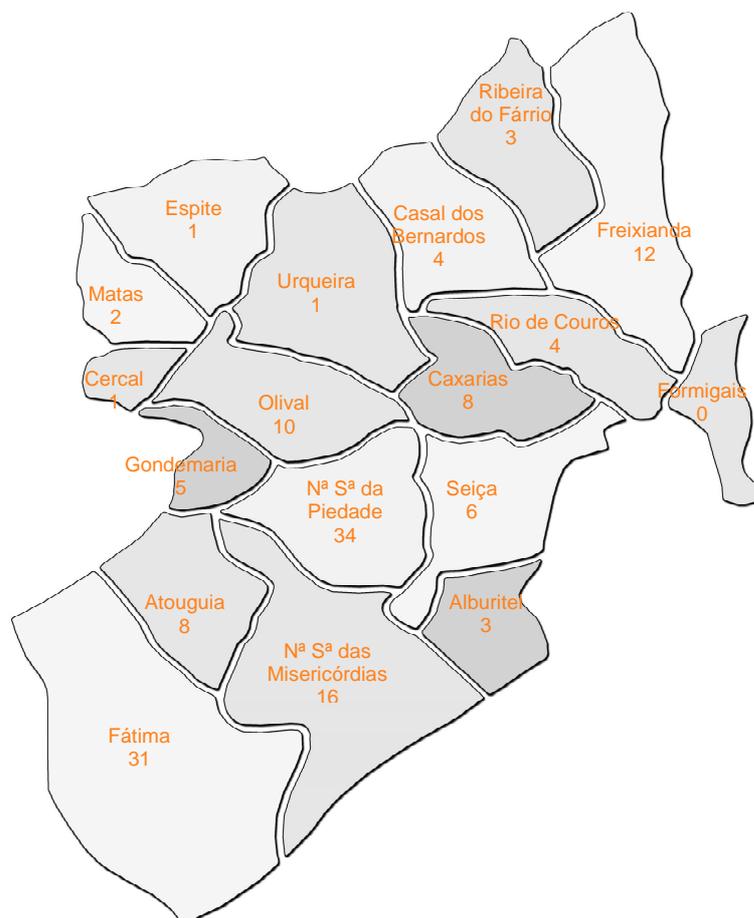
Neste âmbito, considera-se criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos.

A CPCJ teve uma média mensal de 142 processos activos (gráfico 1), tendo-se registado o seu pico em Novembro e Dezembro.

Em termos de arquivamento do processo podemos referir que o ano 2010 fechou com um total de 68 processos tendo-se verificado que Junho foi o mês mais expressivo

neste momento processual atingindo um total de 12 Em média arquivaram-se 6 processos/mês.

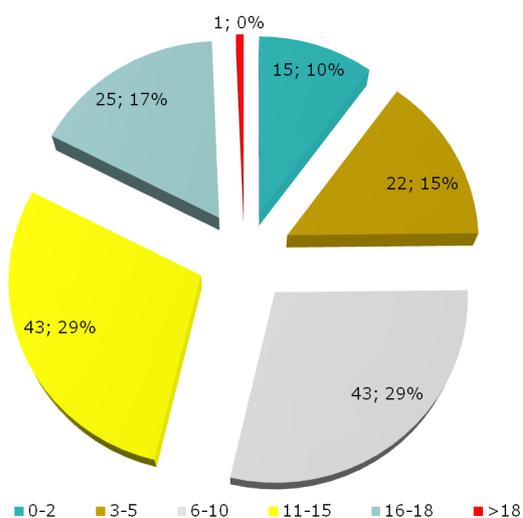
Distribuição do número de processos por freguesia



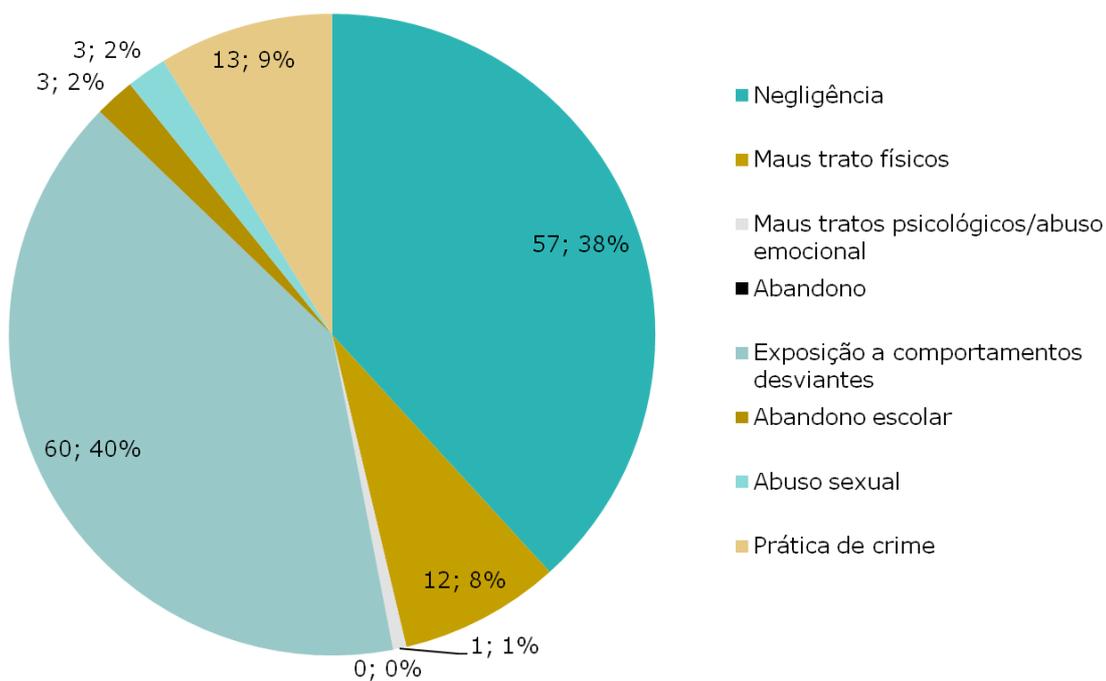
A faixa etária predominante está compreendida entre os 6 e os 11 anos, as quais totalizam 58% dos casos verificados.

Relativamente às problemáticas, a predominância vai para a exposição a casos desviantes (40%), seguindo-se a negligência (38%), a prática de crime (9%) e os maus tratos físicos (8%).

Crianças e jovens por faixa etária



Problemáticas associadas à sinalização



2.3.3.3 – Divisão de Acção Cultural

Biblioteca Municipal

A Biblioteca registou, regista 3.420 leitores inscritos dos quais 1.870 com a validade caducada, pelo que se salienta a existência de 1.550 leitores activos.

Neste âmbito serão ainda de referenciar as seguintes acções:

- Catalogação de aquisições e ofertas à BMO;
- Catalogação de livros e outros suportes de informação da Biblioteca Escolar de Atougua;
- Projecto mensal de livros em itinerância – Bibliomóvel;
- "Fora da estante" - destaque temático de livros (mensal);
- Permuta de publicações com outras entidades;
- Conclusão do registo de livrarias/pontos de difusão de livros na região (para posterior difusão da bibliografia do Município);
- Rubrica "(Con)tributos" (tertúlias com escritores convidados), de 2 em 2 meses;
- Projecto de Verão "A Biblioteca vai à Piscina";
- Programação da reestruturação do espaço físico da Biblioteca Municipal e de novas áreas funcionais;
- Preparação conjunta do regulamento de constituição do Grupo de Trabalho Concelhio da Rede de Bibliotecas do Município de Ourém, no dia 25 de Outubro;
- Recolha e distribuição de livros do som da tinta pelas bibliotecas/postos de leitura do Município;
- Nova cotação/Etiquetagem de material não livro já tratado (conversão retrospectiva).

Arquivo Histórico

Neste sector, foi levado a cabo bastante trabalho de tratamento, organização e classificação de documentos, o que se resume do seguinte modo:

- Número de utilizadores registados: 81;
- Número de requisições de documentos. 103;
- Selecção, tratamento e descrição dos documentos a integrar a publicação relativa à República no Concelho de Ourém. Lançamento da Publicação no dia 5 de Outubro;
- Recolha, incorporação e registo do espólio documental proveniente da Casa de Ourém.
- Preparação das Comemorações do Centenário da República, em equipa com o Museu Municipal.
- Elaboração de regulamento do Arquivo Municipal, conforme exigência do PARAM (Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais);
- Lançamento de plataforma digital do Arquivo Municipal, acto ocorrido em 5 de Outubro;
- Recenseamento, inventário, classificação e digitalização do acervo documental da Freguesia de Espite, no âmbito do protocolo de cooperação celebrado entre a Autarquia e a referida Freguesia.

Museu Municipal, Galeria e Património Cultural

O Museu Municipal e a Galeria Municipal registaram um total de 1.788 e 3.085 visitantes, respectivamente.

Principais actividades desenvolvidas:

- Programação e acompanhamento das exposições mensais na Galeria Municipal;
- Implementação da Rubrica “Acontece no Museu” - 6 edições;
- Inventário e tratamento conservativo de brinquedos e peças etnográficas do acervo do MMO;
- Tratamento conservativo de documentos do Fundo do Administrador;
- Produção da exposição temporária do Museu Municipal “OUREMPUBLICA”;

- Programação e 1.ª fase dos trabalhos da reabilitação e interpretação das Calçadas Históricas - Centro Histórico;
- Acompanhamento das escavações arqueológicas em curso no Centro Histórico (de iniciativa privada – Projecto hoteleiro);
- 5ª edição das Férias Arqueológicas que decorreram no Centro Histórico de Ourém, de 5 a 9 de Abril;
- Visitas guiadas a patrimónios do Município;
- Fornecimento de informação e apoio técnico a públicos/estudantes/investigadores, sobre o Património, a História e as expressões culturais de Ourém;
- Emissão de pareceres técnicos em matéria de intervenções no domínio patrimonial, designadamente elaboração de parecer/proposta técnica de intervenção na Capela da Perucha – Freixianda.
- Realização das oficinas ludico-pedagógicas produzidas pelo serviço educativo do Museu Municipal (foram realizadas aproximadamente 30 oficinas);
- Acolhimento de Oficinas realizadas por especialistas em vários domínios do saber (Teatro, Vídeo, Literatura, Línguas estrangeiras...);
- Acompanhamento dos procedimentos inerentes à concepção e produção da escultura “Memorial à República”, inaugurada em de Outubro
- Programação da exposição de Brinquedos no MMO - 2011;
- Levantamento patrimonial de Oratórios e cruzeiros no Município;
- Apoio à Junta de Freguesia de Espite na conservação e acondicionamento de livros de actas e correspondência do século XIX/XX.

Acção cultural

Principais actividades desenvolvidas:

- Preparação 25 de Abril (cerimónia oficial, concertos, sessões temáticas...);
- Preparação e realização da Feira do Livro (Oficinas pedagógicas, hora do conto, teatro, encontros com escritores e ilustradores, venda de livros, sessões de autógrafos);
- Divulgação das actividades culturais (distribuição de cartazes);

- Organização da maratona fotográfica;
- Preparação das iniciativas inscritas no projecto “Ciência Viva no Verão”;
- Preparação em curso da exposição de fotografia “sensibilidades”;
- Preparação das Jornadas de Etnobotânica e Biodiversidade;
- Ciclos de cinema, com sessões semanais no Museu Municipal - Casa do Administrador e (durante Julho e Agosto) no Largo Dr. Agostinho Albano de Almeida.
- Elaboração do documento fundador/normas de funcionamento da Oficina de Artes na Escola antiga de Vale da Perra.

2.3.4 – Divisão de Obras Particulares

Gestão de Qualidade:

A Divisão de Ordenamento do Território encontrava-se certificada pelo IQNET, desde Março de 2005, ao abrigo da Norma NP EN ISSO 90001:2000. Este trabalho de implementação da qualidade baseia-se nos seguintes vectores: satisfação do munícipe, cumprimento da legislação, formação, inovação e modernização.

No decurso de 2010, face aos custos inerentes à manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade, comunicou-se à APCER a decisão da cessação da prestação dos serviços de certificação.

Atendimentos efectuados pelos colaboradores da DOT:

Os técnicos da DOT efectuam atendimento às quintas-feiras, perfazendo um total aproximado de 485 atendimentos (dados retirados das agendas de atendimentos), facto que indica uma diminuição absoluta em 495 atendimentos, face ao volume verificado em 2009 (980 atendimentos).

Relativamente aos atendimentos efectuados pelo Balcão de Atendimento da DOT (2 postos), apurou-se um total de 12.022 atendimentos, tendo-se apurado um tempo médio de atendimento de 11m42s, obtido através do programa Mswait.

Quadro – Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DOP

Requerimentos por tipo de Pedido (totais)	Qt.
501 - Pedido de Destaque	7
503 - Ocupação da Via Pública	23
506 - Pedido de Informação Prévia - edificação	20
508 - Pedido de Autorização de Utilização	261
512 - Pedido de Licenciamento Op. Loteamento	5
513 - Pedido de Licenciamento	352
515 - Projectos de Especialidade	221
528 - Pedido Licenciamento Instalação Combustíveis	5
533 - Pedido de Substituição	79
535 - Anexação de Elementos ao Projecto	9
538 - Prorrogação Alvará/Comunicação Prévia	77
543 - Pedido de Vistoria - Combustíveis	1
549 - Pedido de Emissão de Alvará de Utilização	273
558 - Pedido de área de Parcela Edificável	5
560 - Obras de Urbanização	1
561 - Comunicação Prévia - Obras	27
567- Remodelação de Terrenos	12
568 - Pedido de Emissão de Alvará	301
572 - Pedido de Averbamento - Combustíveis	1
574 - Pedidos Vários - Licenciamento Industrial	10
575 - Pedido de Vistoria -Licenciamento Industrial	1
576 - Registo de Alojamento Local	26
582 - Pedido Autorização Localização - Pedreiras	4
583 - Pedido de Licenciamento de Pedreiras	5
586 - Pedido Auditoria Empreendimento Turístico	3
700 - Pareceres Entidades	30
701 - Ficha Técnica de Habitação	30
702 - Declaração Prévia - DL - 259/07	30
703 - Declaração Prévia - Restauração e Bebidas	81
706 - Pedido Certidão Propriedade Horizontal	4
707- Pedido de Vistoria	2
708 - Pedido de Recepção Provisória/ Definitiva	2
709 - Informação Técnica	2
711 - Pedido de Emissão de Licença de Exploração	1
712 - Pedido de Vistoria a Obras Degradadas	2
713 - Declaração de Impacte Ambiental	8
714 - Declaração de Interesse Público	1
715 - Entrada SGD	31
716 - Pedido Autorização Instalação - Industrias	6
718 - Exposição	467
Pedido Autorização Alteração de Utilização	12
Pedido Emissão Alvará Loteamento/Urbanização	4
Pedido de Averbamento de Requerente	22

Pedido de Emissão de Alvará - DL 555/99	32
Prorrogação Alvará - 445/91	3
Pedido Emissão Alvará Loteamento/Urbanização	4
Pedido de Averbamento de Requerente	22
Pedido de Emissão de Alvará - DL 555/99	32
Prorrogação Alvará - 445/91	3
Total	2560

Quadro – Processos por tipo de pedido

Processos por tipo de Pedido (totais)	Valores
501 - Pedido de Destaque	7
503 - Ocupação da Via Pública	18
506 - Pedido de Informação Prévia - edificação	20
508 - Pedido de Autorização de Utilização	3
512 - Pedido de Licenciamento Op. Loteamento	5
513 - Pedido de Licenciamento	344
528 - Pedido Licenciamento Instalação Combustíveis	5
558 - Pedido de área de Parcela Edificável	5
560 - Obras de Urbanização	1
561 - Comunicação Prévia - Obras	27
567- Remodelação de Terrenos	12
574 - Pedidos Vários - Licenciamento Industrial	3
576 - Registo de Alojamento Local	3
582 - Pedido Autorização Localização - Pedreiras	1
583 - Pedido de Licenciamento de Pedreiras	3
586 - Pedido Auditoria Empreendimento Turístico	1
702 - Declaração Prévia - DL - 259/07	6
703 - Declaração Prévia - Restauração e Bebidas	21
706 - Pedido Certidão Propriedade Horizontal	2
707- Pedido de Vistoria	1
712 - Pedido de Vistoria a Obras Degradadas	2
716 - Pedido Autorização Instalação - Industrias	2
718 - Exposição	1
Pedido Autorização Alteração de Utilização	12
Total	505

Quadro – Alvarás emitidos (por tipo)

Alvarás Emitidos por Tipo	Número de Alvarás
Ocupação de Via Pública	21
Obras	292
Demolição	14
Utilização	268
Utilização de Fracção Autónoma (Licença de exploração industria	5
Loteamentos sem obras de Urbanização	1
Trabalhos de remodelação de terrenos	4
Especial de Acabamentos (artigo 88)	5
Combustíveis	3
Título de Exploração – Licença Industrial	4
Certidão de Destaque	1
Total	618

2.3.5 – Divisão de Tecnologias da Informação e Comunicação

As principais actividades desenvolvidas pela DTIC foram as seguintes:

1) Pelos próprios serviços:

- Em 2010 foram desenvolvidos pela Divisão de Tecnologias de Informação e Comunicação (DTIC) alguns sítios de Internet:
 - O sítio para o I Congresso de Ourém;
 - O sítio para a Entidade Empresarial Municipal AMBIOUREM;
 - Novo portal municipal.
- No âmbito do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) foi criado o projecto SIMÃO (Simplificação e Modernização Administrativa de Ourém). Este projecto está a ser implementado nos serviços da autarquia tendo-se realizado a fase de levantamento dos processos da Secção de Taxas e Licenças em 2010.
- Elaboração de diversos estudos, dos quais se destacam:
 - Comunicações Móveis – Que conduziu a uma renegociação com a operadora móvel Vodafone, donde se espera uma redução na factura mensal na ordem dos 15% a verificar-se em 2011, uma vez que o novo contrato apenas entrou em vigor em Dezembro de 2010.
 - Fibra óptica – Este estudo serviu para apurar a melhor solução para instalar fibra óptica na estrada nacional N.º 113-1. O objectivo para a instalação desta rede em fibra óptica é, em primeiro lugar, poder aumentar a largura de banda existente no centro de dados do Município de Ourém para velocidades acima dos 10Mbps, tanto no canal de *upload*, como no canal de *download*; em segundo lugar, poder estabelecer ligação às Freguesias de modo a suportar os Serviços de Atendimento ao Múncipe.
 - Impressão e cópia – Deste estudo resultou o concurso público para aquisição de serviços de impressão e cópia, onde a DTIC participou de forma activa, tanto na elaboração do caderno de encargos, como na avaliação das propostas.

- Durante o ano de 2010, foram registados e resolvidos mais de 2800 pedidos de assistência técnica aos utilizadores dos meios informáticos do Município de Ourém.
- Elaboração de diversos manuais para ajudar os utilizadores dos meios informáticos a utilizarem melhor e de forma mais eficiente as tecnologias de informação e comunicação.
- Implementação de um novo sistema de comunicações de voz sobre IP.

2) Por serviços externos:

- Instalação da nova central Cisco Call Manager 7 (um dos elementos do novo sistema de comunicações de voz sobre IP).

3. Análise Orçamental

3.1 Evolução do orçamento da receita por classificação económica

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

Descrição da Receita Liquidada	uni: Euro				
	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Impostos directos	7.180.533,47	6.729.334,47	-6,28	7.020.215,66	4,32
Imposto municipal sobre imóveis	3.134.090,77	3.195.538,91	1,96	3.736.265,59	16,92
Impostos municipal sobre veículos	555.598,08	647.956,36	16,62	681.181,17	5,13
Impostos municipal sobre transmissões	2.653.165,65	1.950.456,64	-26,49	2.040.682,08	4,63
Derrama	799.637,96	863.312,54	7,96	527.631,23	-38,88
Impostos abolidos	35.993,51	72.070,02	100,23	34.455,59	-52,19
Impostos diversos	2.047,50	0,00	--	0,00	--
Impost. indirectos, taxas, multas ...	1.883.458,76	1.850.803,20	-1,73	1.727.585,23	-6,66
Mercados e feiras	133.098,25	130.998,64	-1,58	121.081,30	-7,57
Loteamentos e obras	698.619,22	731.620,28	4,72	441.947,56	-39,59
Ocupação da via pública	1.640,74	5.205,94	217,29	2.408,00	-53,75
Publicidade	36.087,09	45.843,92	27,04	78.337,08	70,88
Saneamento	793.167,98	758.910,37	-4,32	934.240,38	23,10
Multas	102.357,69	75.666,09	-26,08	59.545,89	-21,30
Outras	118.487,79	102.557,96	-13,44	90.025,02	-12,22
Rendimentos de Propriedade	1.411.135,11	1.471.534,99	4,28	1.751.147,67	19,00
Transferências correntes	9.677.085,10	9.785.214,96	1,12	12.332.614,58	26,03
Administração Central - Estado	9.434.530,58	9.448.057,73	0,14	12.152.171,01	28,62
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	58.101,18	129.952,03	123,67	50.983,49	-60,77
Outras (transferências correntes)	184.453,34	207.205,20	12,33	129.460,08	-37,52
Venda de bens e serviços correntes	1.918.826,37	1.849.307,18	-3,62	1.824.644,98	-1,33
Venda de bens	25.440,07	15.914,34	-37,44	10.429,57	-34,46
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	880,00	6.440,60	631,89	10.036,00	55,82
Saneamento - Ligação	177.205,69	122.283,90	-30,99	79.633,54	-34,88
Resíduos Sólidos	1.390.932,87	1.431.123,67	2,89	1.455.754,80	1,72
Trabalhos por conta de particulares	41.478,01	22.309,79	-46,21	45.332,14	103,19
Cemitérios	20.180,00	11.211,50	-44,44	27.759,43	147,60
Parques de estacionamento	47.088,98	82.591,69	75,39	13.357,42	-83,83
Rendas	109.849,02	84.616,65	-22,97	79.412,97	-6,15
Outras (venda de bens e serv. correntes)	105.771,73	72.815,04	-31,16	102.929,11	41,36

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Outras receitas correntes	250.650,43	279.833,33	11,64	302.065,45	7,94
Venda de bens de investimentos	4.875.838,00	4.856.520,80	-0,40	4.805.480,00	-1,05
Transferências de capital	5.291.719,24	5.263.245,09	-0,54	7.878.792,08	49,69
Administração Central - Estado	4.378.142,90	4.575.416,20	4,51	4.551.719,30	-0,52
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	913.576,34	687.829,89	-24,71	3.321.597,78	382,91
Outras (transferências de capital)	0,00	0,00	--	5.475,00	--
Activos financeiros	755.414,15	0,00	--	0,00	--
Passivos financeiros	2.557.125,00	12.970.000,00	407,21	2.652.552,69	-79,55
Outras receitas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	37.314,27	395,46	--	3.311,74	737,44
Total	35.839.099,90	45.056.189,48	25,72	40.298.410,08	-10,56
Total ¹	28.406.136,90	27.229.668,68	-4,14	32.840.377,39	20,61

Impostos directos

Compreende as receitas advindas dos impostos directos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o imposto municipal sobre imóveis, o imposto municipal sobre veículos, o imposto municipal sobre transmissões e a derrama.

As receitas relativas a estes impostos, as quais apresentaram, nos últimos anos, uma notória tendência para o acréscimo, excepção efectuada ao ano económico de 2009, apresentam um aumento na ordem dos 4,3%, que em termos absolutos significa um aumento das receitas desta natureza na ordem dos 290 mil euros. Contudo, será de referir que o volume destas receitas municipais, pese embora o aumento registado, situou-se inferior ao volume total obtido no ano de 2008.

Para a referida circunstância contribuíram os aumentos verificadas no imposto sobre imóveis (16,9%), imposto municipal sobre veículos (5,1%) e no imposto municipal sobre transmissões (4,6%).

Em sentido oposto será de registar a quebra verificada na derrama (-38,9%), que em termos absolutos significou um decréscimo destas receitas num valor ligeiramente superior a 335,7 mil euros, reflectindo a conjuntura económica nacional adversa.

Impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades

Os impostos indirectos compreendem as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais, nomeadamente as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Estas receitas denotam um decréscimo ligeiramente próximo de 6,7%, essencialmente por influência da quebra das receitas reportadas a mercados e feiras (-7,6%), loteamentos e obras (-39,6%), ocupação da via pública (-53,8%) e multas (-21,3%). Ao invés, observa-se um aumento das receitas com publicidade (+70,9%) e saneamento (+23,1%).

As receitas desta natureza com maior representatividade são as resultantes do saneamento (934,2 mil euros) e de loteamentos e obras (441,9 mil euros).

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de activos não produtivos, nomeadamente terrenos e activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam um aumento, face ao período homólogo do ano anterior, na ordem dos 19%, atingindo um valor próximo de 1,8 milhões de euros.

A expressividade destas receitas é decorrente, essencialmente, do contrato de concessão em curso com a EDP, no âmbito da distribuição de energia em baixa.

Neste âmbito será de referir o impacto resultante de parte da renda de concessão da EDP relativa ao 4º trimestre de 2009, apenas ter ocorrido no início de 2010.

Destacam-se as receitas inerentes a torres eólicas instaladas na área territorial adstrita ao Município, circunstância que derivou pela primeira vez em receitas municipais, tendo estas ascendido a um montante ligeiramente superior a 110,5 mil euros.

Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram um acréscimo em 26% face ao ano anterior, essencialmente reflectindo a variação positiva verificada no âmbito das transferências da Administração Central – Estado (28,6%). Esta circunstância surge influenciada pela captação de um montante ligeiramente superior a 2,8 milhões de euros, inerentes à delegação de competências assumida pelo Município na área da educação.

Deste modo, excluindo o impacto decorrente da delegação de competências anteriormente referida, verifica-se uma diminuição destas receitas em aproximadamente 2,8%.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Estas receitas evidenciavam, nos últimos anos, uma forte tendência para o crescimento. Contudo, a exemplo do já verificado em 2009 (-3,6%), 2010 apresenta uma quebra (-1,3%). Este facto repercute, essencialmente, a diminuição das receitas resultantes da venda de bens (-34%), ligação ao saneamento (-35%) rendas (-6,2%) e parques de estacionamento (-84%), esta última quebra, resultante da transferência desta competência para uma empresa do sector empresarial local. Contrariamente à tendência exposta, registou-se um aumento nas receitas inerentes a resíduos sólidos (1,7%), serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto (56%), trabalhos por conta de particulares (103%) e cemitérios (148%).

Outras receitas correntes

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas sofreram um aumento em 7,9% que, em termos absolutos, significou uma variação positiva de 22,2 mil euros.

Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam uma variação absoluta negativa na ordem dos 51 mil euros.

Salienta-se que esta receita liquidada repercute a alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém, à entidade Maisourém, S.A (entidade na qual o Município de Ourém participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada.

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui ainda cauções e depósitos de garantia que revertam a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2010 denota um acréscimo em 50%, que em termos absolutos significa um aumento destas receitas na ordem dos 2,6 milhões de euros.

Neste capítulo, importa referir o aumento de 383%, verificada ao nível da captação de fundos comunitários para apoio ao investimento. Será de referir que, embora o QREN esteja estabelecido para o período de 2007 a 2013, apenas no ano de 2010 se sentiram efeitos decorrentes da captação de financiamentos neste âmbito, face a um notório atraso face às programações por parte das entidades gestoras destes fundos.

As transferências de capital advindas da Administração Central – Estado, apresentaram uma ligeira variação negativa (-0,52%), que em termos absolutos significou um decréscimo em 23,7 mil euros.

Activos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação.

O ano de 2010, não apresenta qualquer receita neste capítulo.

Passivos Financeiros

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto, a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas cujo efeito é extraordinário, registou-se uma diminuição em aproximadamente 80%, que em termos absolutos significa uma quebra em 10,3 milhões. Contudo, será de referir que o ano de 2009 se encontra manifestamente influenciado pelas receitas provenientes do PREDE (Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado).

Note-se ainda no que no que concerne ao empréstimo de curto prazo, não transita qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, pelo que se reflecte igual montante no orçamento da despesa, inclusive no pagamento.

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual onde se incluem receita, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de know-how.

Durante o ano de económico de 2010, não se verificaram quaisquer receitas desta natureza, em similaridade com o ocorrido no ano anterior.

Reposições não abatidas aos pagamentos

Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam.

No decurso do ano em reporte, registaram-se reposições abatidas aos pagamentos, ligeiramente superiores a 3,3 mil euros.

Resumo das Receitas Liquidadas

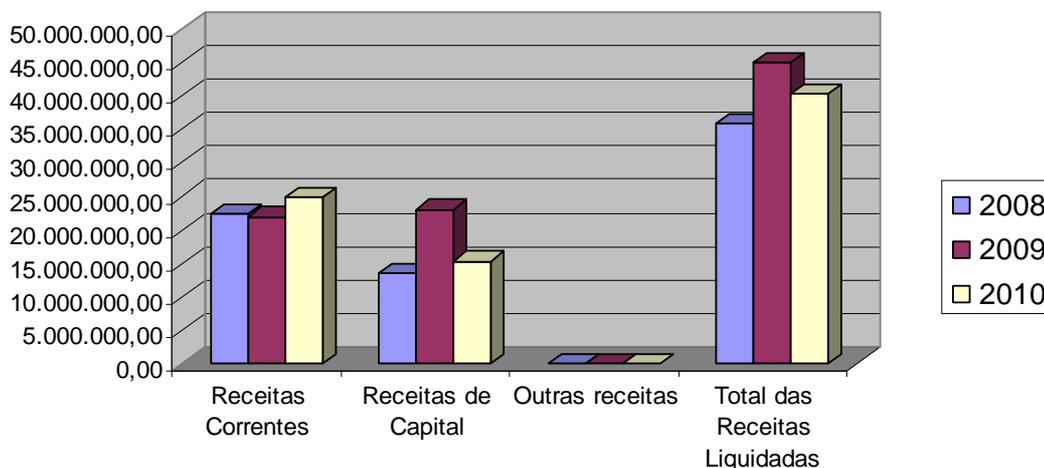
Quadro – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Receitas Correntes	22.321.689,24	21.966.028,13	-1,59	24.958.273,57	13,62
Receitas de Capital	13.480.096,39	23.089.765,89	71,29	15.336.824,77	-33,58
Outras receitas	37.314,27	395,46	-98,94	3.311,74	737,44
Total das Receitas Liquidadas	35.839.099,90	45.056.189,48	25,72	40.298.410,08	-10,56

No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifesta uma diminuição em 10,6%. Contudo, será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se associam às receitas resultantes da venda de bens de investimento e de passivos financeiros, face a 2009, verificou-se um aumento das receitas liquidadas em 20,6% que em termos absolutos representou um aumento ligeiramente superior 5,6 milhões de euros.

Gráfico - Resumo das Receitas Liquidadas



Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam um decréscimo próximo de 4,8 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor na ordem dos 40,3 milhões de euros.

3.2 Evolução do orçamento da despesa por classificação económica

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Despesas com pessoal	5.164.306,08	5.836.747,29	13,02	8.103.437,80	38,83
Remunerações certas e permanentes	4.082.918,03	4.566.232,42	11,84	6.514.493,05	42,67
Abonos variáveis ou eventuais	88.973,35	160.870,28	80,81	129.465,13	-19,52
Segurança social	992.414,70	1.109.640,32	11,81	1.459.479,62	31,53
Aquisição de bens	2.051.471,72	2.541.342,04	23,88	1.893.236,43	-25,50
Matérias-Primas e subsidiárias	509.932,75	751.421,47	47,36	413.067,00	-45,03
Combustíveis e lubrificantes	422.579,18	650.477,97	53,93	339.742,06	-47,77
Material de escritório	127.419,83	107.699,43	-15,48	75.792,27	-29,63
Alimentação - refeições confeccionadas	651.766,37	642.719,30	-1,39	797.254,16	24,04
Material de transporte-peças	73.823,70	91.371,72	23,77	53.406,26	-41,55
Outros bens	265.949,89	111.947,27	-57,91	100.685,13	-10,06
Aquisição de serviços	9.839.810,69	10.572.595,27	7,45	10.233.640,36	-3,21
Encargos das instalações	465.635,23	441.018,42	-5,29	463.153,83	5,02
Limpeza e Higiene	144.633,23	165.419,78	14,37	128.128,83	-22,54
Conservação de bens	403.999,27	475.590,31	17,72	403.913,97	-15,07
Locação de edifícios	179.445,64	183.111,44	2,04	132.644,83	-27,56
Comunicações	87.593,91	85.256,87	-2,67	83.425,49	-2,15
Transportes	1.165.464,39	1.342.694,75	15,21	1.418.081,12	5,61
Seguros	70.132,66	83.827,54	19,53	61.565,60	-26,56
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	359.563,45	280.659,31	-21,94	439.004,20	56,42
Publicidade	64.301,41	63.715,22	-0,91	51.651,67	-18,93
Vigilância e segurança	161.816,17	180.712,47	11,68	218.868,14	21,11
Assistência Técnica	50.118,61	52.580,89	4,91	28.821,80	-45,19
Encargos de cobrança	160.553,01	238.293,29	48,42	207.940,73	-12,74
Manutenção de espaços verdes	575.117,57	559.145,75	-2,78	546.767,06	-2,21
Exploração e manutenção de ETAR's	616.673,86	895.884,94	45,28	874.994,88	-2,33

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Despesa	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Recolha, transp. e tratam, RSU's	2.223.681,94	2.426.407,43	9,12	1.781.878,86	-26,56
Iluminação Pública	740.254,72	660.603,29	-10,76	1.118.565,08	69,32
Outros serviços	2.370.825,62	2.437.673,57	2,82	2.274.234,27	-6,70
Juros e outros encargos	1.104.920,53	848.789,57	-23,18	310.075,83	-63,47
Transferências correntes	1.178.904,07	1.624.243,56	37,78	966.893,34	-40,47
Administração Local	372.410,44	608.957,88	63,52	136.855,11	-77,53
Instituições sem fins lucrativos	793.113,46	980.051,16	23,57	770.657,55	-21,37
Outras (transferências correntes)	13.380,17	35.234,52	163,33	59.380,68	68,53
Subsídios	358.848,89	548.849,10	52,95	685.500,57	24,90
Outras despesas correntes	649.561,86	443.401,68	-31,74	551.601,79	24,40
Aquisição de bens de capital	17.697.211,96	14.308.259,35	-19,15	9.597.101,09	-32,93
Investimentos	10.577.505,86	8.126.186,98	-23,17	6.249.618,30	-23,09
Locação financeira	187.151,84	156.352,39	-16,46	149.520,41	-4,37
Bens de domínio público	6.932.554,26	6.025.719,98	-13,08	3.197.962,38	-46,93
Transferências de capital	2.654.539,27	3.472.594,98	30,82	4.676.509,96	34,67
Administração Local	351.756,92	736.797,57	109,46	2.126.370,20	188,60
Instituições sem fins lucrativos	890.020,78	1.075.721,31	20,86	433.936,36	-59,66
Empresas Públicas	1.412.761,57	1.660.076,10	17,51	2.116.203,40	27,48
Empresas Privadas	0,00	0,00	--	0,00	--
Outras (transferências capital)	0,00	0,00	--	0,00	--
Activos financeiros	674.250,00	0,00	-100,00	0,00	--
Passivos financeiros	2.455.059,98	3.099.053,96	26,23	4.132.673,17	33,35
Outras despesas de capital	100.000,00	100.532,44	0,53	100.000,00	-0,53
Total	43.928.885,05	43.396.409,24	-1,21	41.250.670,34	-4,94

Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela

autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem contudo serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza apresentam um acréscimo na ordem dos 38,8% que, em termos absolutos, significou um aumento próximo de 2,3 milhões de euros. Excluindo o impacto decorrente da delegação de competências na área da Educação (2,8 milhões de euros), verifica-se uma quebra nas despesas com pessoal na ordem dos 9,5%.

Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2010 regista um decréscimo destas despesas em 25,5%, influenciadas pela quebra verificada nas matérias-primas e subsidiárias (-45%), nos combustíveis e lubrificantes (-48%), no material de escritório (-30%) e no material de transporte-peças (-42%). Em sentido inverso, destacam-se os aumentos verificados nas despesas com alimentação – refeições confeccionadas (+24%), as quais respeitam a encargos inerentes às refeições escolares.

Em termos absolutos totais, a aquisição de bens significa um valor na ordem de 1,9 milhões de euros.

Aquisição de serviços

Compreende as despesas efectuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como,

encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras despesas com serviços.

Face a 2009, o ano económico de 2010 regista uma variação negativa em 3,2%, traduzindo, essencialmente, a diminuição verificada nas despesas relacionadas com limpeza e higiene (-23%), conservação de bens (-15%), locação de edifícios (-28%), seguros (-27%), publicidade (-19%), assistência técnica (-45%), encargos de cobrança (-13%) e recolha, transporte e tratamento de RSU's (-27%),

Em oposição, verifica-se um acréscimo das despesas relativas a estudos, pareceres, projectos e consultadoria (56%), vigilância e segurança (21%) e iluminação pública (69%). De referir que o acréscimo referente à iluminação pública decorre do facto de o ano económico de 2011, estar onerado com parte dos encargos referentes ao 4.º trimestre de 2009, os quais do ponto de vista orçamental, apenas obtiveram registo em 2010, em resultado de atraso no reporte da EDP.

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representam um valor superior a 10,2 milhões de euros.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam uma quebra na ordem dos 63%, atingindo em 2010, um valor na ordem dos 310 mil euros. A diminuição verificada, repercute, a quebra ocorrida nas taxas de juro de referência, as quais se mantiveram historicamente baixas em todo o período.

Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza sofreram um decréscimo de 40%, reflectindo a diminuição das transferências correntes efectuadas para a administração local (-77%), agregado em que se inserem as freguesias, bem como para as instituições sem fins lucrativos (-21%). No total, estas despesas representaram aproximadamente 967 mil euros.

Subsídios

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou factores de produção.

Estas despesas sofreram um aumento em 23% e reportam na sua totalidade a indemnizações compensatórias concedidas a empresas municipais, resultantes da vigência de preços sociais (inferiores aos custos), em determinados equipamentos, cuja responsabilidade de gestão incide sobre uma empresa do sector empresarial local, nomeadamente no âmbito das Piscinas Municipais e Equipamentos Desportivos.

Em termos absolutos, as despesas reportadas a subsídios atingiram um valor na ordem dos 685,5 mil euros.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo sofrido uma variação positiva em 24,4%.

Em termos absolutos, estas despesas atingiram um valor de 551,6 mil euros.

Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do activo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2010, por comparação ao ano anterior, verifica uma quebra de 33%, que em termos absolutos representa uma variação na ordem dos 4,7 milhões de euros, para um total de despesas desta natureza próximas de 9,6 milhões de euros.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas continuaram a tendência de forte crescimento já verificada no ano de 2009. Deste modo, verificou-se uma variação absoluta próxima de 1,2 milhões de euros.

Neste contexto, destacam-se o aumento ocorrido para a Administração Local (188,6%), onde assumem particular relevo as Freguesias e para as empresas do sector empresarial local (24%). Em sentido inverso regista-se uma diminuição das transferências de capital para as instituições sem fins lucrativos (-60%).

Estas despesas assinalaram um valor total próximo de 4,7 milhões de euros.

Activos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação.

No ano de 2010, não se verificou qualquer despesa neste capítulo, a exemplo do já ocorrido no ano anterior.

Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas apresentam um aumento em 33%. Em termos totais, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo representou um valor ligeiramente superior a 3 milhões de euros.

Outras despesas de capital

Nesta rubrica, encontra-se afecto o pagamento de 100 mil euros referente à liquidação de uma das prestações consignadas à aquisição à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria dos créditos referentes à Cooperativa Agrícola de Ourém, CRL.

Resumo das Despesas Realizadas

Quadro – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

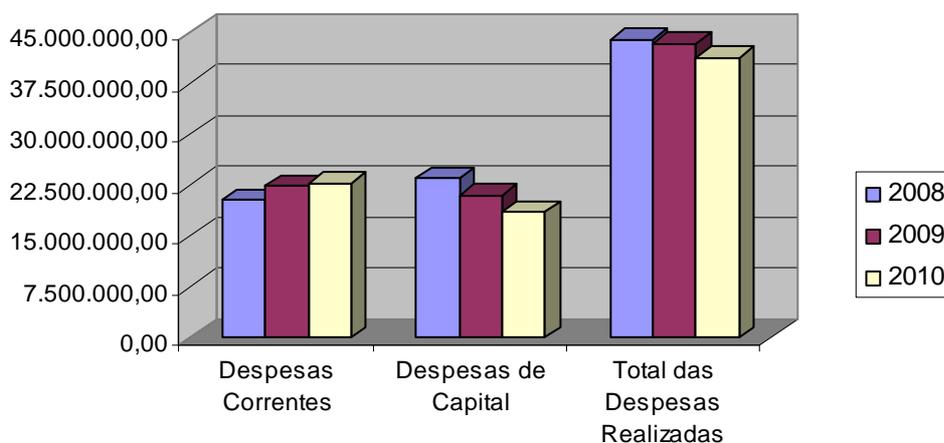
uni: Euro

Descrição da Despesa	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Despesas Correntes	20.347.823,84	22.415.968,51	10,16	22.744.386,12	1,47
Despesas de Capital	23.581.061,21	20.980.440,73	-11,03	18.506.284,22	-11,79
Total das Despesas Realizadas	43.928.885,05	43.396.409,24	-1,21	41.250.670,34	-4,94

No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem uma diminuição em 4,9% face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor total obtido na ordem dos 41,3

milhões de euros. As despesas correntes continuam a manifestar uma tendência de crescimento (1,5%), agora com uma expressividade manifestamente inferior à verificada nos períodos anteriores. Complementarmente, as despesas de capital apresentam um decréscimo em 12%. Em suma, as despesas totais realizadas denotam uma variação absoluta negativa superior a 2,1 milhões de euros.

Gráfico - Resumo das Despesas Realizadas



3.3 Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas

3.3.1 Evolução das GOP's

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

Descrição	2008	2009	var. (%)	uni: Euro	
				2010	var. (%)
Educação	5.209.993,86	6.384.664,91	22,55	8.859.078,06	38,76
Ensino Básico	2.521.020,81	4.045.009,21	60,45	5.193.858,00	28,40
Ensino Secundário e Profissional	759.295,01	759.295,01	0,00	125.000,00	-83,54
Ensino Superior	0,00	0,00	--	0,00	--
Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino	1.929.678,04	1.580.360,69	-18,10	3.540.220,06	124,01

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Freguesias	935.322,45	1.258.822,92	34,59	2.243.652,52	78,23
Apoio ao Investimento	523.735,18	318.110,76	-39,26	469.649,17	47,64
Deleg. de competências - âmbito do Invest.	82.953,83	384.665,92	363,71	1.653.741,67	329,92
Apoio a despesas correntes	49.423,23	12.494,57	-74,72	68.439,44	447,75
Deleg. de compet. - âmbito de desp. corr.	279.210,21	543.551,67	94,67	51.822,24	-90,47
Instalações e Serviços Municipais	6.457.758,51	3.288.641,41	-49,07	393.233,85	-88,04
Edifícios	6.213.588,33	3.096.722,34	-50,16	254.241,98	-91,79
Medidas de Modernização e Eficiência	208.980,72	154.751,40	-25,95	84.652,53	-45,30
Outros investimentos	35.189,46	37.167,67	5,62	54.339,34	46,20
Total	31.169.812,81	28.692.494,27	-7,95	24.863.123,73	-13,35

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano sofreram uma diminuição na ordem dos 13,4%, face ao valor ocorrido em 2009. O volume total realizado situou-se próximo de 24,9 milhões de euros.

Educação

No decurso de 2010, as despesas realizadas no presente objectivo manifestam um aumento em 39%, circunstância que deriva, essencialmente, dos aumentos verificados nos programas “Educação Ensino Básico” (28%) e “Acções de Cooperação e Apoio ao Ensino” (124%).

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Construção do Centro Escolar de Ourém;
- Ampliação da Escola do 1º CEB de Cova da Iria – Fátima;
- Centro Escolar de N.ª Sr.ª das Misericórdias;
- Centro Escolar Beato Nuno – Fátima;
- Aquisição do edifício dos Monfortinos em Fátima (aquisição por fases);
- Acordos de prolongamento de horários;

- Generalização de refeições escolares;
- Actividades de enriquecimento curricular;
- Transporte escolar;
- Serviços de manutenção de escolas;
- Acção social escolar;
- Protocolos no âmbito do PARES (Centro de Bem Estar de Bairro e APDAF).

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objectivo evidencia uma quebra (-44%), face ao valor verificado no ano transacto, verificando-se quebras no “Desporto e Lazer” (-58%) e no “Património” (-83%), em oposição ao aumento verificado no programa “Cultura” (36%). O total das despesas inerentes a este objectivo ascendeu a um valor próximo de 1,7 milhões de euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Remodelação do Cine-Teatro Municipal;
- Edições e publicações municipais;
- Programa Cultural;
- Apoios correntes e de capital atribuídos a diversas associações culturais, desportivas e recreativas com sede na área do Município de Ourém;
- Arranjos Exteriores relativos ao Pavilhão do Caneiro (realização financeira);
- Construção do Estádio Municipal – Fátima (realização financeira);
- Indemnizações compensatórias (preços sociais praticados nas piscinas municipais em equipamentos desportivos municipais e na Galeria e Museu Municipal);
- Beneficiação do Pavilhão Gimnodesportivo em Freixianda;
- Aquisição à ADIRN do Edifício de Apoio ao Parque Aventura do Agroal.

Acção Social

O ano de 2010 registou um aumento das despesas verificadas ao nível deste objectivo em 7,5%. Neste âmbito, as despesas ascenderam a aproximadamente 205,7 mil

euros, as quais se reportam, na sua quase totalidade, a apoios ao investimento concedidos a Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objectivo denota uma aumento destas em 20%, atingindo um valor total na ordem dos 4,1 milhões de euros. Neste contexto salientam-se os aumentos verificados nos programas de “Iluminação” (45%) e “Urbanização” (14%), em oposição à quebra ocorrida no programa “Planeamento Urbanístico (-36%).

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Iluminação Pública (remodelação, ampliação e consumos);
- Requalificação das 4 principais vias de entrada em Fátima (Estrada de Minde) (realização financeira)
- Sistema Integrado de Mobilidade;
- Requalificação do Centro Urbano de Fátima (obras associadas à visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI);
- Requalificação da Rua de Castela (expropriações/aquisições de terrenos);
- Construção de Rotunda (Av. D. Nuno/Álamos/5 de Outubro – Ourém) (execução financeira);
- Diversas intervenções de urbanização das cidades e vilas existentes na área do Município.

Saneamento e Salubridade

Este objectivo sofreu um decréscimo e 25%, mantendo um valor de despesas realizadas bastante significativo (\pm 3,7 milhões de euros).

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação de esgotos;

- Manutenção das redes de esgotos (limpeza/desobstrução, ...);
- Ramais domiciliários de esgotos;
- Exploração e manutenção de ETAR's;
- Implantação de Ilhas Ecológicas;
- Recolha, tratamento e transporte de RSU's..;
- Limpeza urbana.

Protecção Civil

As despesas inseridas neste objectivo sofreram uma diminuição em 28%, apresentando um valor total realizado de 272,1 mil euros. Os programas “Serviços Municipais de Protecção Civil” e “Bombeiros” denotam uma variação negativa em 3,9% e 35%, respectivamente.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objectivo, apresenta um decréscimo, o qual se situa na ordem dos 61%, reportando um valor total das despesas realizadas ligeiramente superior a 754,6 mil euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação das redes e sistemas de abastecimento de água;
- Aquisição de equipamentos para a Casa do Administrador – Núcleo Museológico;
- Congresso Internacional do Turismo Religioso;
- Gestão do Agroal e promoção do turismo de natureza;
- Vigilância, limpeza e conservação da Feira e Mercado Municipal;
- Acções de apoio ao emprego;
- CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Teko) – Quotização e comparticipação do Município nos projectos em que aderiu;

Comunicações e Transportes

O ano de 2010 apresentou uma diminuição das despesas afectas a este objectivo em 26%. Em termos totais, estas despesas situavam-se num valor ligeiramente superior a 2 milhões de euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Beneficiação da E.R. 356 Ourém – Alvaiázere (realização financeira);
- Beneficiação do C.M. 1001 (Espite/Freiria – Limite do Concelho);
- E.N. 113-1 (Seiça);
- Sinalização viária do concelho;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões;
- Beneficiação de diversos caminhos municipais;
- Aquisição de equipamentos de transporte (execução financeira – locação financeira).

Defesa do Meio Ambiente

As despesas realizadas e inseridas neste objectivo denotam um decréscimo em 47%, essencialmente resultante da quebra verificada no “Acção Integrada – Valourém” a qual, em 2009, ainda dispôs de execução financeira inerente ao projecto de investimento designado de Parque Linear.. O valor total de despesas realizadas no presente objectivo foi na ordem dos 602 mil euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Manutenção de espaços verdes públicos;
- Vigilância de espaços verdes públicos;
- Gestão da Mata Municipal.

Freguesias

O presente objectivo denota um aumento expressivo das despesas realizadas em 78%. As despesas totais realizadas neste âmbito ascenderam a um montante superior a 2,2 milhões de euros.

Neste contexto, importa destacar o apoio concedido para construção/beneficiação de cemitérios (316,6 mil euros), construção/beneficiação de casas mortuárias (100,2 mil euros), delegação de competências no âmbito da rede viária (1,5 milhões de euros), parque escola (121 mil euros), ou ainda o “Apoio Técnico às Freguesias e Promoção do Desenvolvimento Rural” (61,4 mil euros).

Instalações e Serviços Municipais

O ano de 2010 assinala uma assinalável quebra nas despesas realizadas adjacentes a este objectivo (-88%). Estas despesas totalizaram um valor superior na ordem dos 393,2 mil euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Aquisição de equipamento administrativo para o Novo Edifício dos Paços do Concelho (essencialmente execução financeira);
- Aquisição de equipamento informático;
- Aquisição de software informático;
- Aquisição de diverso equipamento básico e administrativo.

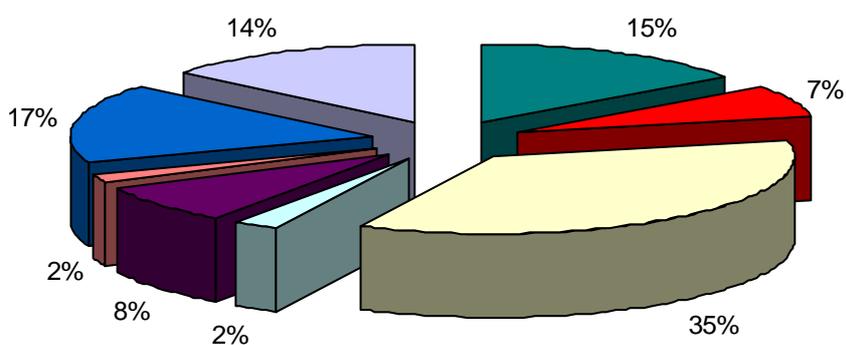
3.3.2 Estrutura das GOP's

Conforme decorre da leitura do quadro e do gráfico seguidamente apresentado, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's, no ano de 2010, reporta-se aos objectivos de “Educação” , “Habitação e Urbanismo” e “Saneamento e Salubridade”, tendo um peso no cômputo total das despesas em GOP's de, respectivamente, 35%, 17% e 15%.

Quadro – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

Descrição	Uni:Euro	
	2010	Peso (%)
Educação	8.859.078,06	35,63
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.667.306,32	6,71
Acção Social	205.664,82	0,83
Habitação e Urbanismo	4.110.357,23	16,53
Saneamento e Salubridade	3.696.496,25	14,87
Protecção Civil	272.192,31	1,09
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	754.638,88	3,04
Comunicações e Transportes	2.058.329,07	8,28
Defesa do Meio Ambiente	602.174,42	2,42
Freguesias	2.243.652,52	9,02
Instalações e Serviços Municipais	393.233,85	1,58
Total	24.863.123,73	100,00

Gráfico - Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's



 Saneamento e Salubridade	 Cultura, Desporto e Tempos Livres
 Educação	 Defesa do Meio Ambiente
 Comunicações e Transportes	 Instalações e Serviços Municipais
 Habitação e Urbanismo	 Outros

3.4 Evolução da execução orçamental

3.4.1 Orçamento da Receita

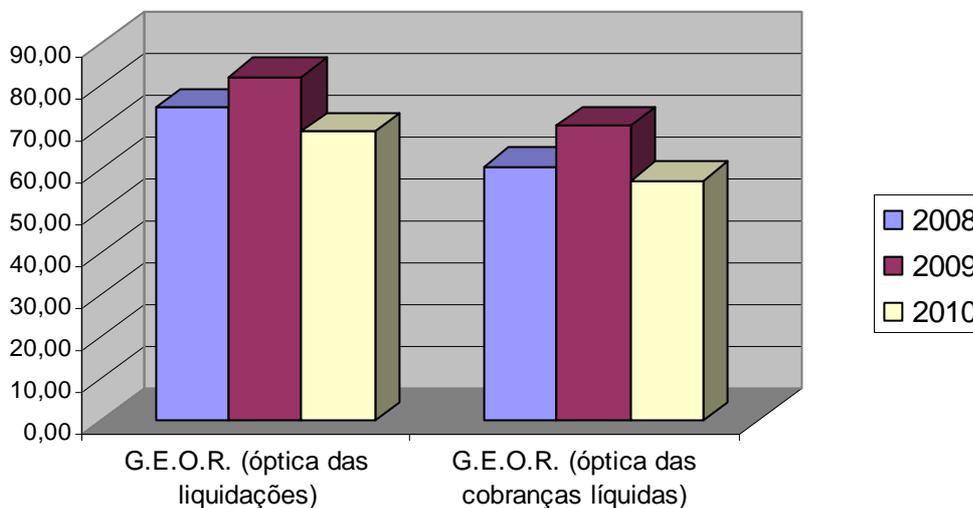
Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

Uni: Euro

Descrição	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
<i>(óptica das liquidações)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	106,29	90,40	-14,95	100,13	10,77
G.E.O.R (Capital)	50,07	75,37	50,52	45,93	-39,05
G.E.O.R. (Total)	74,79	82,02	9,67	69,11	-15,74
<i>(óptica das cobranças líquidas)^a</i>					
G.E.O.R (Corrente)	102,46	85,85	-16,22	96,82	12,78
G.E.O.R (Capital)	28,07	58,36	107,91	27,93	-52,15
G.E.O.R. (Total)	60,77	70,52	16,05	57,38	-18,63

^{a)} considera os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições

Gráfico - Grau de Execução do Orçamento da Receita



O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada líquida (óptica das cobranças líquidas) na qual se consideram os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições e da receita liquidada (óptica das

liquidações), ambos os factores comparativamente ao valor total previsto no orçamento da receita num determinado ano económico.

Na óptica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita obtido foi na ordem dos 69%, sofrendo uma variação negativa em 12,91 p.p. face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente na óptica das liquidações foi ligeiramente superior a 100%, ou seja, verificando-se a integralidade das receitas inicialmente definidas em observância às regras previsionais estabelecidas no POCAL. Em oposição, o grau de execução da receita de capital quedou-se pelo 46%.

3.4.2 Orçamento da Despesa

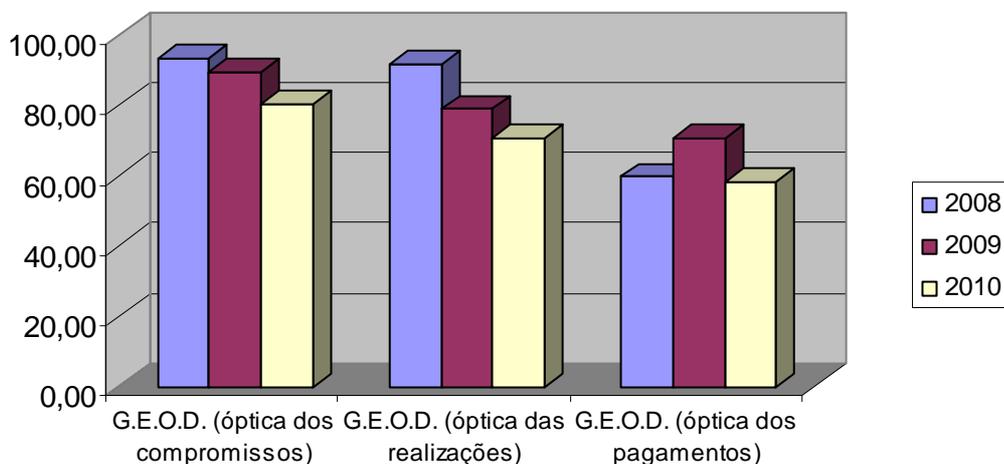
O grau de execução orçamental da despesa visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Uni: Euro

Descrição	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
<i>(óptica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	96,24	94,17	-2,15	97,61	3,65
G.E.O.D (Capital)	91,11	85,52	-6,14	68,46	-19,95
G.E.O.D. (Total)	93,39	89,34	-4,34	80,41	-9,99
<i>(óptica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	95,41	92,42	-3,14	95,11	2,91
G.E.O.D (Capital)	88,66	68,38	-22,87	53,80	-21,33
G.E.O.D. (Total)	91,67	79,00	-13,82	70,74	-10,45
<i>(óptica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	70,03	87,66	25,16	84,16	-3,99
G.E.O.D (Capital)	51,37	57,18	11,32	40,10	-29,87
G.E.O.D. (Total)	59,68	70,64	18,37	58,17	-17,65

Gráfico - Evolução do Grau de Execução do Orçamento da Despesa



Os graus de execução referidos denotam, na óptica dos compromissos e na óptica das realizações, uma diminuição do grau de execução orçamental da despesa. Na óptica dos compromissos, o grau de execução orçamental foi de aproximadamente 80,4%. Na óptica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado demonstra que se executaram, aproximadamente, 79,1% das despesas previstas. Na óptica dos pagamentos, o grau de execução situou-se pelos 58%, denotando uma variação negativa em 12,47 p.p. face ao valor ocorrido no ano anterior.

3.4.3 Grandes Opções do Plano

O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Actividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

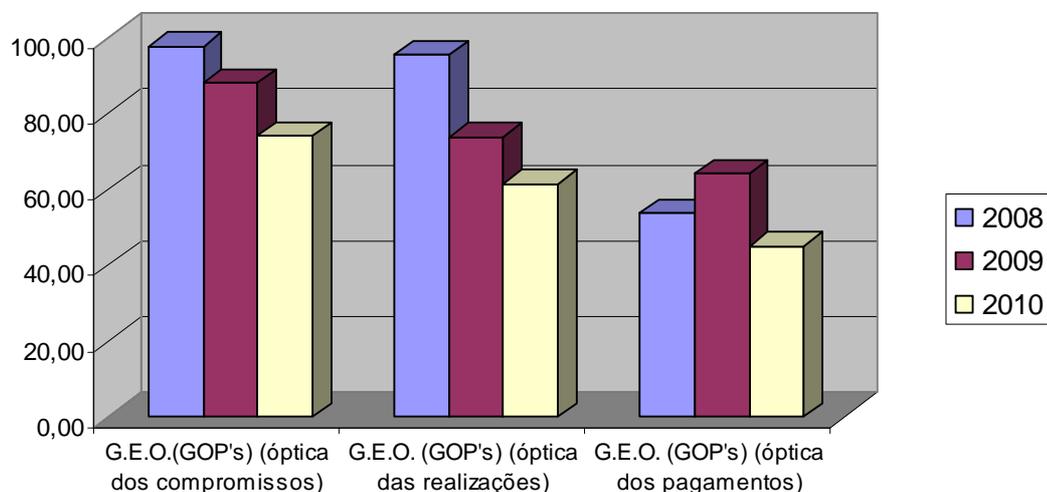
Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Uni: Euro

Descrição	2007	2008	var. (%)	2009	var. (%)
<i>(óptica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	97,59	88,00	-9,83	74,18	-15,70
G.E.O. (PPI)	92,65	84,85	-8,41	63,14	-25,58
G.E.O. (AMR's)	97,51	91,29	-6,38	87,19	-4,49
<i>(óptica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	95,47	73,86	-22,64	61,31	-16,99
G.E.O. (PPI)	90,54	71,95	-20,53	43,73	-39,22
G.E.O. (AMR's)	95,54	75,86	-20,59	82,06	8,17
<i>(óptica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	53,73	64,09	19,27	45,14	-29,57
G.E.O. (PPI)	43,32	56,47	30,36	29,03	-48,59
G.E.O. (AMR's)	64,66	72,07	11,47	64,13	-11,02

Gráfico - Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



A análise do gráfico anteriormente exposto permite aferir que o grau de execução orçamental anual das GOP's, nas diversas ópticas, sofreu no decurso de 2010, uma diminuição face aos valores apurados em 2009.

Assim, importa mencionar que, na óptica dos compromissos, na óptica das realizações e na óptica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi, respectivamente, de 74%, 61% e 45%.

No que concerne ao PPI, este apresenta um grau de execução orçamental na óptica das realizações de 44%, quedando-se na óptica dos pagamentos para os 29%.

As AMR's apresentam um grau de execução orçamental, na óptica das realizações de 82% e na óptica dos pagamentos de 64%.

3.5 Compromissos assumidos para anos seguintes

Quadro – Mapa resumo dos compromissos assumidos⁴

Descrição	Uni: Euro				
	2012	2013	2014	Seguintes	TOTAL
Compromissos para anos seguintes	26.817.662,53	6.254.218,77	2.399.810,07	1.629.787,61	37.101.478,98

No término do ano económico em relato, verificava-se a existência de um total de 37,1 milhões de euros de compromissos (actos que ainda não conferem dívida por ainda não estarem realizados pela outra parte interveniente).

Do montante reportado, e de acordo com os contratos assumidos, e face à sua potencial realização, os encargos irão incidir, essencialmente, nos anos económicos de 2012 (26,8 milhões euros) e de 2013 (6,3 milhões de euros).

Note-se que os compromissos assumidos reportados não contemplam a dívida sobre a qual já existe realização, designadamente os empréstimos bancários (amortização que ocorre no médio longo prazo) mas somente os actos assumidos perante terceiros, os quais apenas após cumprimento pela outra parte interveniente, do estabelecido se podem constituir como uma dívida municipal.

⁴ Compromissos assumidos ainda sem realização, pelo que ainda não conferem dívida

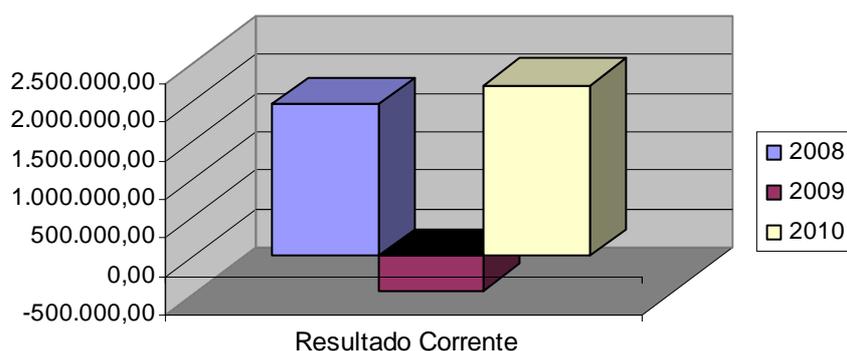
3.6 Evolução dos resultados orçamentais

3.6.1 Resultado corrente

Quadro – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

Descrição	uni: Euro				
	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	22.321.689,24	21.966.028,13	-1,59	24.958.273,57	13,62
Despesas correntes realizadas	20.347.823,84	22.415.968,51	10,16	22.744.386,12	1,47
Resultado Corrente	1.973.865,40	-449.940,38	-122,79	2.213.887,45	-592,04
Nota Orçamental	poupança corrente	défice corrente		poupança corrente	

Gráfico - Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2010 evidencia a ocorrência de um superavit corrente na ordem dos 2,2 milhões de euros, ou seja, as despesas correntes realizadas foram superiores às receitas correntes liquidadas, permitindo a ocorrência de uma poupança corrente.

Contudo, importa observar dois factores que influenciam a análise ao valor disposto e que contextualizam uma análise mais efectiva ao resultado apresentado.

O primeiro factor reporta-se às receitas liquidadas e às despesas realizadas que transitam de ano económico e que, deste modo, têm uma influência directa no resultado apurado.

Consequentemente, tendo por referência a influência decorrente do primeiro factor enunciado e extraíndo a sua influência do apuramento do resultado em análise, verifica-se que o resultado corrente se situa próximo de 2,3 milhões de euros, manifestando uma variação absoluta negativa em 1,9 milhões de euros face ao volume apurado para o ano económico de 2009 (na ordem dos 4,1 milhões de euros).

Quadro – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do anterior a p.c.

uni: Euro

Descrição	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Resultado corrente obtido	-461.565,73	--	2.213.887,45	-579,65
Receitas liquidadas correntes que transitaram de ano	802.693,02	--	1.105.127,31	37,68
Despesa realizadas correntes que transitaram de ano	5.412.391,51	--	1.154.907,58	-78,66
Resultado corrente, excluindo o impacto derivado do ano anterior	4.148.132,76	--	2.263.667,72	-45,43

Como segundo factor, salienta-se ainda o impacto da despesa corrente inerente à aquisição de matérias-primas, a qual ascendeu a 413 mil euros, na medida em que as referidas despesas são transformadas em investimento, através da execução de obras por administração directa.

3.5.2 Resultado orçamental

Quadro – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	35.839.099,90	45.056.189,48	25,72	40.298.410,08	-10,56
Total das Despesas Realizadas	43.928.885,05	43.396.409,24	-1,21	41.250.670,34	-4,94
Resultado Orçamental	-8.089.785,15	1.659.780,24	-120,52	-952.260,26	-157,37
Nota Orçamental	Défice Orçamental	Superávit Orçamental		Défice Orçamental	
(%) Total da Receita	22,57	-3,68	-116,32	2,36	-164,15
(%) Total da Despesa	18,42	-3,82	-120,77	2,31	-160,36

O ano de 2010 regista um défice orçamental ligeiramente superior a 952,3 mil euros. Em termos de representatividade, o défice ocorrido significa 2,4% do total das receitas liquidadas.

Importa contudo, considerar o efeito resultante da alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém e Fátima, à entidade Maisourém, S.A. (entidade na qual o Município participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada, cujo montante ascende a 4,8 milhões de euros.

Excluindo o impacto decorrente das receitas liquidadas e das despesas realizadas que transitam de ano económico, verificou-se a ocorrência de um resultado orçamental negativo próximo de 2,7 milhões de euros. Na análise comparativa com o valor apurado em 2009, será relevante referir a influência decorrente da contratação do PREDE no ano em causa, o qual se sistematizou numa receita extraordinária, a qual configura um mútuo bancário na ordem dos 12,6 milhões de euros.

Quadro – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do anterior a p.c.

Descrição	uni: Euro			
	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Resultado orçamental obtido	1.659.780,24	--	-952.260,26	-157,37
Receitas liquidadas que transitaram de ano	6.718.850,26	--	6.316.128,62	-5,99
Despesa realizadas que transitaram de ano	15.331.310,31	--	4.590.697,54	-70,06
Resultado orçamental, excluindo o impacto derivado do ano anterior	10.272.240,29	--	-2.677.691,34	-126,07

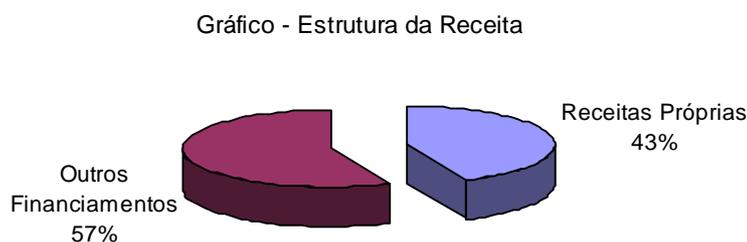
4. Fontes de Financiamento

4.1 Receitas Próprias

4.1.1 Estrutura das Receitas Próprias

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia em gerar, localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objectivos propostos.



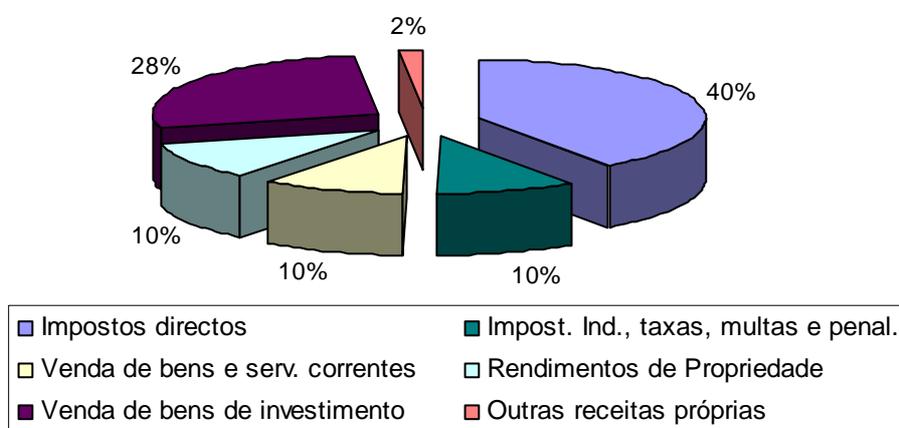
O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município representam 43% das receitas totais, valor que indicia, que esta autarquia, no ano de 2010, esteve maioritariamente dependente de financiamentos externos.

Será ainda de referir que o valor apresentado, denota uma melhoria deste indicador em 5 p.p, face ao valor obtido no ano anterior, em parte, dada a influência inerente ao elevado volume de receitas resultantes de passivos financeiros verificada em 2009, dado o impacto do empréstimo contraído ao abrigo do PREDE (Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado).

Os impostos directos, onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 40%, seguidos da venda de bens de investimento (28%).

Os impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, a venda de bens e serviços correntes e os rendimentos de propriedade, representam individualmente 10% do total das receitas próprias.

Gráfico - Estrutura das Receitas Próprias



4.1.2 Evolução das Receitas Próprias

Quadro – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

Receitas Próprias	uni: Euro				
	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	18.275.856,29	17.037.333,97	-6,78	17.431.138,99	2,31

Em 2010, as receitas próprias assinalam um valor de 17,4 milhões de euros, denunciando uma variação positiva na ordem dos 2,3% face ao volume verificado no ano anterior.

Não obstante o disposto, o montante obtido em 2010 é inferior ao valor já obtido em 2008, apresentando, face ao ano referenciado, uma variação absoluta negativa em 844,7 mil euros.

4.1.3 Indicadores

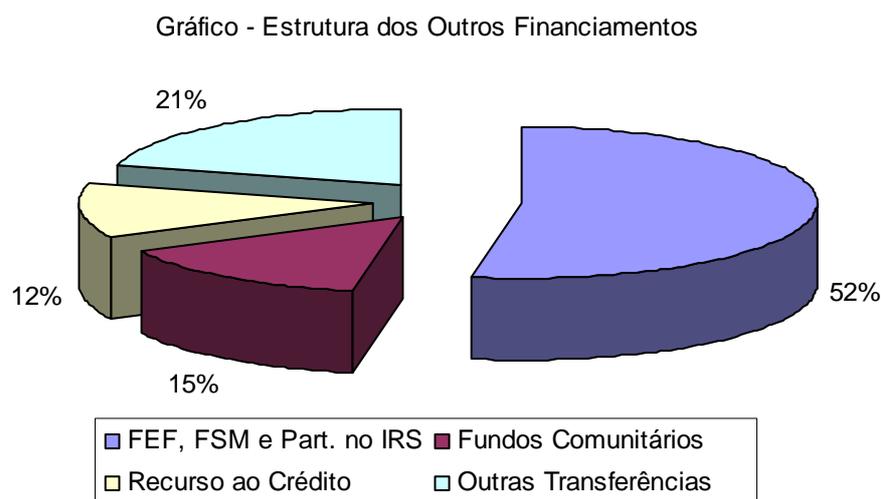
Quadro – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,51	0,38	-25,83	0,39	2,31
Receitas Próprias / Despesa Total	0,42	0,39	-5,63	0,42	7,63
Receitas Próprias por Km2	43.921,79 €	40.945,29 €	-6,78	41.891,71 €	2,31
Receitas Próprias <i>per capita</i>	364,18 €	336,81 €	-7,52	340,90 €	1,21

Através da análise dos indicadores acima expostos, podemos verificar que as receitas próprias aumentaram a sua representatividade nas receitas totais em 2,3%. O grau de cobertura das despesas pelas receitas próprias é de 42%. As receitas próprias, *per capita*, foram na ordem dos 340,90 euros (+1,2%), e, por Km², de 41.891,71 euros (+2,3%).

4.2 Outros Financiamentos

4.2.1 Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico apresentado, em 2010, o maior recurso financeiro relativo aos “Outros Financiamentos”, provém da participação do município

nos impostos do Estado (52%), de transferências da Administração Central (21%), e dos Fundos Comunitários (15%).

As receitas provenientes do recurso ao crédito representam 12% dos outros financiamentos.

4.2.2 Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

Outros Financiamentos	uni: Euro				
	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	17.563.243,61	28.018.855,51	59,53	22.867.271,09	-18,39

Os “Outros Financiamentos” manifestam um decréscimo na ordem dos 18,4%, sendo o volume total verificado, em 2010, próximo de 22,9 milhões de euros.

4.2.3 Participação do Município nos Impostos do Estado

No decurso de 2010, a participação do município nos impostos do Estado consubstanciou-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento sendo a sua distribuição efectuada com base nos seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão directa da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente nas Regiões Autónomas ponderada pelo factor 1.3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:
 - os primeiros 5000 habitantes – 3;
 - de 5001 a 10000 habitantes – 1;
 - de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;

- de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;
- de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
- > 80001 – 1.
- 25% na razão directa da área ponderada por um factor relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão directa da área afectada à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou
- 20% na razão directa da área ponderada por um factor de amplitude altimétrica do município e 10% na razão directa da área afectada à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afectado à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social, sendo a sua repartição anual efectuada proporcionalmente por cada município, de acordo com os seguintes indicadores:

- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
 - 4% na razão directa do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
 - 12% na razão directa do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;

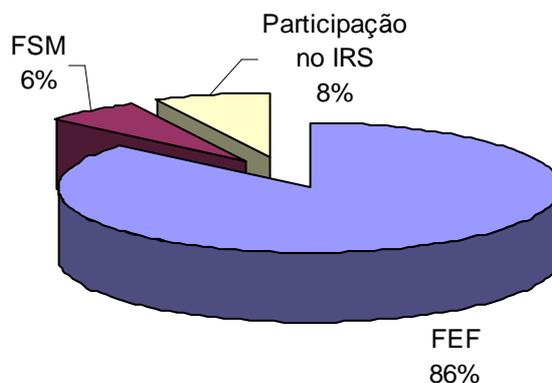
- 19% na razão directa do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:
 - 10,5% na razão directa do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;
 - 22% na razão directa do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, jardins de infância, lares, centros de dia e programas de acção social de cada município:
 - 5% na razão directa do número de inscritos em programas de apoio à toxicoddependência;
 - 12,5% na razão directa do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
 - 15% na razão directa do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial e uma participação variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com a deliberação do órgão deliberativo do município. Neste contexto, o município de Ourém deliberou manter a participação de 5%.

4.2.3.1 Estrutura dos Fundos Municipais

O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que representa cerca de 86% do total dos três fundos. O Fundo Social Municipal, o qual é um financiamento consignado a algumas despesas no âmbito da educação, saúde e acção social, constitui 6% dos fundos municipais, cabendo os restantes 8% à participação no IRS.

Gráfico - Estrutura dos Fundos Municipais



4.2.3.2 Evolução dos Fundos Municipais

Por observação do quadro abaixo exposto, verifica-se que o FEF sofreu um aumento em 2,4%. Já o FSM e a participação no IRS apresentaram quebras em 3,1% e 9,8%, respectivamente. No cômputo geral, face a 2009, os Fundos Municipais apresentaram, em 2010, um acréscimo na ordem de 1%, que em termos absolutos significaram uma variação absoluta próxima de 122,3 mil euros.

Quadro – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

Descrição dos Fundos Municipais	2008	2009	var. (%)	uni: Euro	
				2010	var. (%)
FEF	9.862.971,00	10.172.014,00	3,13	10.416.409,60	2,40
FSM	653.783,00	740.079,00	13,20	717.292,00	-3,08
Participação no IRS	844.801,00	1.017.540,00	20,45	918.217,00	-9,76
Total	11.361.555,00	11.929.633,00	5,00	12.051.918,60	1,03

4.2.4 Cooperação Técnica e Financeira

Quadro – Evolução da Cooperação Técnica e Financeira a preços correntes

					uni: Euro
Cooperação Técnica e Financeira	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	432.954,90	506.610,20	17,01	73.655,30	-85,46

Em 2010 verificou-se uma diminuição destas receitas em 85% que, em termos de variação absoluta, significam um valor na ordem dos 73,7 mil euros. O volume total registado situa-se em cerca de 433 mil euros.

4.2.5 Fundos Comunitários

Quadro – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

					uni: Euro
Fundos Comunitários	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	971.677,52	817.780,92	-15,84	3.372.550,56	312,40

No decurso de 2010, verificou-se um aumento substancial das receitas relativas a fundos comunitários em 312%. Estas receitas ascenderam a um valor próximo de 3,4 milhões de euros, constituindo um importante recurso de financiamento, indispensável à realização de um vasto conjunto de infra-estruturas e equipamentos públicos.

4.2.6 Endividamento Municipal

4.2.6.1 Curto Prazo

Em 2010, utilizou-se um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo esse valor sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, nomeadamente reflectindo igual valor, quer no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, este empréstimo acaba por apresentar um efeito nulo.

4.2.6.2 Médio e Longo Prazo

Quadro – Evolução do financiamento reportado a empréstimos de m.l.p a preços correntes

Empréstimos de m.l.p	uni: Euro				
	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	1.507.125,00	11.360.000,00	653,75	1.552.552,69	-86,33

Como se verifica no quadro acima exposto, o recurso a empréstimos de médio e longo diminuiu 86% face ao valor ocorrido no ano anterior. Deste modo, o volume total de empréstimos de médio e longo prazo, contraídos no decurso de 2010 situaram-se em 1,6 milhões de euros e corresponde à utilização de empréstimo excepcionado do endividamento, contraído para financiar os quatro centros escolares iniciados ainda no decurso de 2009.

4.2.7 Indicadores

O quadro que se apresenta na página seguinte permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita diminuiu cerca de 18%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 55% das despesas totais realizadas em 2010. Os outros financiamentos, *per capita*, foram na ordem dos 447,21 euros e, por Km², de 67.336,83 euros.

Em 2009, os fundos municipais representaram 26% do total das receitas e cobriram 27% das despesas totais realizadas. Estas receitas significaram, *per capita*, um valor de 235,84 euros e, por Km², de 54.956,19 euros.

Será de salientar que os fundos comunitários significaram 7% do total das receitas e financiaram 8% das despesas realizadas, tendo sido obtido um valor de financiamento, *per capita*, de 65,96 euros.

O recurso ao crédito de médio e longo prazo contribuiu para aproximadamente 3% das receitas totais e suportou 4% das despesas realizadas, representando, *per capita*, um valor de 30,36 euros e, por Km², de 3.731,20 euros.

Quadro – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,49	0,62	26,93	0,51	-18,39
Outros Financ. / Despesa Total	0,40	0,65	61,49	0,55	-14,14
Outros Financiamentos por Km2	42.209,19 €	67.336,83 €	59,53	54.956,19 €	-18,39
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	349,98 €	553,91 €	58,27	447,21 €	-19,26
Fundos Municipais / Receita Total	0,32	0,26	-16,46	0,27	1,03
Fundos Municipais / Despesa Total	0,26	0,27	6,29	0,29	6,28
Fundos Municipais por Km2	27.304,87 €	28.670,11 €	5,00	28.964,00 €	1,03
Fundos Municipais <i>per capita</i>	226,40 €	235,84 €	4,17	235,70 €	-0,06
Coop. Técn. Financ. / Receita Total	0,01	0,01	-6,90	0,00	-85,46
Coop. Técn. Financ. / Despesa Total	0,01	0,01	18,45	0,00	-84,70
Coop. Técn. Financeira por Km2	1.040,51 €	1.217,52 €	17,01	177,01 €	-85,46
Coop. Técn. Financeira <i>per capita</i>	8,63 €	10,02 €	16,08	1,44 €	-85,62
Fundos Comunitários / Receita Total	0,03	0,02	-33,04	0,07	312,40
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,02	0,02	-14,81	0,08	333,85
Fundos Comunitários por Km2	2.335,20 €	1.965,35 €	-15,84	8.105,14 €	312,40
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	19,36 €	16,17 €	-16,51	65,96 €	307,97
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,04	0,25	499,71	0,03	-86,33
Empréstimos m.l.p / Despesa Total	0,03	0,26	663,00	0,04	-85,62
Empréstimos m.l.p por Km2	3.622,03 €	27.301,13 €	653,75	3.731,20 €	-86,33
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	30,03 €	224,58 €	647,78	30,36 €	-86,48

5. Aplicação dos Recursos Financeiros

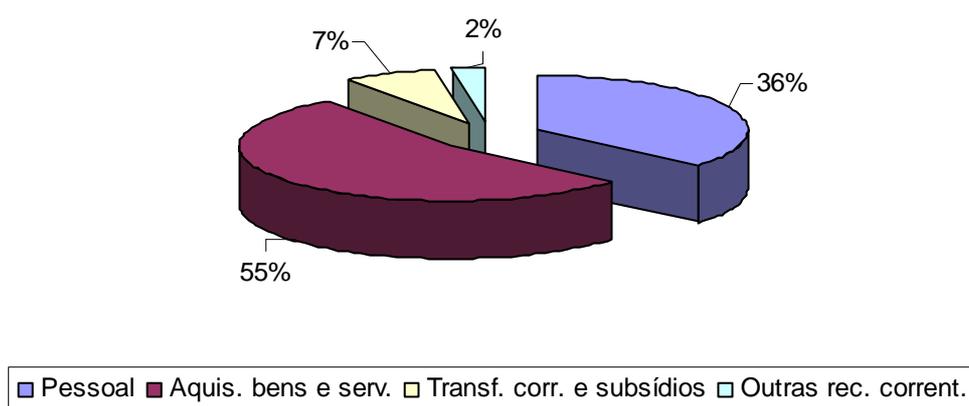
5.1 Despesas de Funcionamento

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projectos por administração directa que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas na conta residual, designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 Estrutura das despesas de funcionamento

Gráfico - Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2010 reporta-se à aquisição de bens e serviços (55%). As despesas com pessoal e as despesas relativas às transferências

correntes e subsídios, representam respectivamente 36% e 7% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 Evolução das despesas de funcionamento

Quadro – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

uni: Euro

Despesas de Funcionamento	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	19.242.903,31	21.567.178,94	12,08	22.434.310,29	4,02

As despesas de funcionamento sofreram um aumento de 4%, o qual ainda é agravado, face à ocorrência um IPC positivo (Índice de Preços no Consumidor) no decurso de 2010.

No entanto, importa atender aos efeitos internos, relacionados com a disponibilização de novas infra-estruturas e conseqüentemente de novos serviços públicos, os quais induzem um crescimento natural das despesas de funcionamento.

5.1.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,86	0,98	13,89	0,90	-8,45
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,86	0,98	13,89	0,99	0,46
Desp. Func. / Despesas Totais	0,44	0,50	13,45	0,54	9,43
Despesas de Funcionamento por Km ²	46.245,86 €	51.831,72 €	12,08	53.915,67 €	4,02
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	383,45 €	426,36 €	11,19	447,50 €	4,96

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento registou um aumento em aproximadamente 8,5%. No ano em análise, estas despesas representam 54% das despesas totais. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram na ordem dos 447,50 euros, e, por Km², de 53.915,67 euros.

5.2 Despesas com pessoal

5.2.1 Evolução das despesas com pessoal

Quadro – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

uni: Euro					
Despesas com Pessoal	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	5.164.306,08	5.836.747,29	13,02	8.103.437,80	38,83

Estas despesas sofreram um acréscimo em aproximadamente 39%, reflectindo, essencialmente, a transferência de competências assumida pelo Município de Ourém no âmbito da Educação.

5.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,23	0,27	14,85	0,32	22,19
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,25	0,26	2,59	0,36	36,83
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,12	0,13	14,41	0,20	46,06
Despesas de Pessoal por Km ²	12.411,21 €	14.027,27 €	13,02	19.474,74 €	38,83
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	102,91 €	115,39 €	12,12	161,64 €	40,08

As despesas com pessoal consumiram 32% das receitas correntes liquidadas, evidenciando um valor superior ao ocorrido no ano anterior em 5 pontos percentuais. A representatividade das despesas com pessoal no total das despesas correntes foi de 20% e significou *per capita*, um valor na ordem dos 161,64 euros e por Km² de 19.474,74 euros.

5.3 Aquisição de bens e serviços

5.3.1 Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços

Quadro – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	11.891.282,41	13.113.937,31	10,28	12.126.876,79	-7,53

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se um crescimento destas face ao ano anterior, em aproximadamente 7,5%.

5.3.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,53	0,60	12,07	0,49	-18,61
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,58	0,59	0,11	0,53	-8,86
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,33	0,29	-12,28	0,29	1,00
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	28.577,94 €	31.516,31 €	10,28	29.144,14 €	-7,53
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	236,96 €	259,25 €	9,41	241,89 €	-6,69

Em 2010, 49% das receitas correntes foram afectas às despesas com a aquisição de bens e serviços, valor que significa uma diminuição deste factor em aproximadamente 18,6%. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi respectivamente de 53% e 29%. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram de 241,89 euros e, por Km², de 29.144,14 euros.

5.4 Serviço da dívida

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da actividade municipal no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 Evolução do serviço da dívida

Quadro – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

Serviço da Dívida	uni: Euro				
	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	3.559.980,51	3.947.843,53	10,90	4.442.749,00	12,54
(excluindo a amortização do emp. de curto prazo)	2.509.980,51	2.328.621,13	-7,23	3.334.341,77	43,19

Estas despesas sofreram um aumento em aproximadamente 13%. No entanto, esta circunstância está influenciada pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo o mencionado factor de influência (empréstimo a curto prazo), o qual assume um efeito nulo no âmbito orçamental (relação receita/despesa), estas despesas apresentam um aumento na ordem dos 43% e resultam, essencialmente, da amortização de parte do empréstimo contraído ao abrigo do PREDE e pese embora as taxas de juro tenham permanecido em níveis historicamente baixos, ao longo de todo o período.

5.4.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

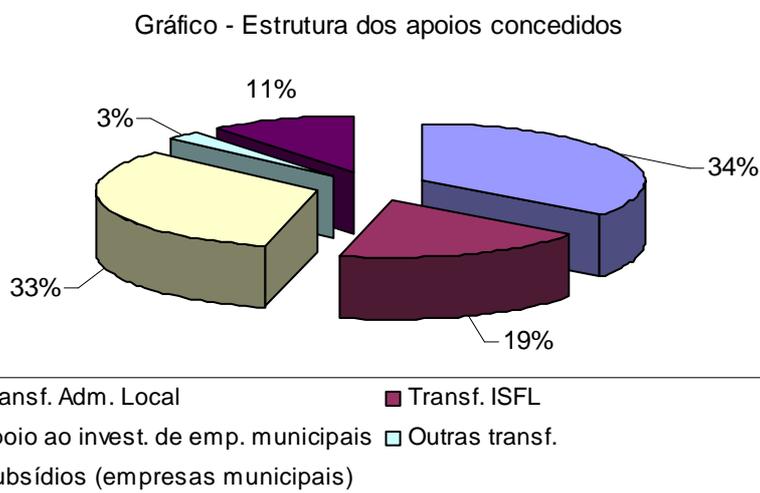
Indicadores	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,07	0,05	-26,20	0,08	60,10
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,06	0,05	-6,09	0,08	50,64
Serviço da Dívida por Km ²	6.032,16 €	5.596,30 €	-7,23	8.013,32 €	43,19
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	50,02 €	46,03 €	-7,96	66,51 €	44,48

Nos indicadores acima expostos, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

Deste modo, o serviço da dívida representa 8% das despesas totais e absorve 8% do cômputo das receitas. As despesas com o serviço da dívida, *per capita*, foram de 66,51 euros e , por Km², de 8.013,32 euros.

5.5 Apoios concedidos a terceiros

5.5.1 Estrutura dos apoios concedidos a terceiros



Aproximadamente 34% dos apoios concedidos são respeitantes a verbas cedidas à Administração Local (essencialmente, Freguesias), e 33% reportam-se ao apoio ao investimento de empresas municipais. Note-se ainda o peso relevante dos apoios concedidos às instituições sem fins lucrativos, os quais absorveram 19% destas despesas.

5.5.2 Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Quadro – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

Apoios Concedidos	uni: Euro				
	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	4.192.292,23	5.645.687,64	34,67	6.428.903,87	13,87

No decurso de 2009, os apoios concedidos a terceiros significaram um valor na ordem dos 5,6 milhões de euros, denotando um aumento em 35%, face ao valor verificado no ano anterior, invertendo o decréscimo verificado no ano anterior.

5.5.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,12	0,13	7,12	0,16	27,32
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,10	0,13	36,32	0,16	19,80
Apoios concedidos por Km2	10.075,20 €	13.568,10 €	34,67	15.450,38 €	13,87
Apoios concedidos <i>per capita</i>	83,54 €	111,61 €	33,60	128,24 €	14,90

Os apoios concedidos afectam cerca de 16% das receitas totais, significam 16% do somatório das despesas realizadas totais e uma capitação por habitante de 128,24 euros.

5.6 Investimento Municipal

5.6.1 Investimento directo

5.6.1.1 Evolução do investimento directo

Quadro – Evolução do Investimento Directo Municipal a preços correntes

Investimento Directo Municipal	2008	2009	var. (%)	2010	uni: Euro
					var. (%)
Total	17.697.211,96	14.151.906,96	-20,03	9.447.580,68	-33,24

O período em análise evidencia uma diminuição do volume de investimento directo municipal em 33%, cujo montante realizado ascendeu a um valor na ordem dos 9,4 milhões de euros.

5.6.1.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Directo

Indicadores	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Investimento Directo / Receitas Totais	0,49	0,31	-36,39	0,23	-25,36
Investimento Directo / Despesas Totais	0,40	0,33	-19,05	0,23	-29,77
Investimento Directo por Km ²	42.531,15 €	34.010,83 €	-20,03	22.705,07 €	-33,24
Investimento Directo <i>per capita</i>	352,65 €	279,77 €	-20,67	188,45 €	-32,64

Em 2010 o investimento directo municipal realizado absorveu 23% das receitas totais e significou 23% das despesas totais. O volume de investimentos directos, *per capita*, foi de 188,45 euros e, por Km², de 22.705,07 euros.

5.6.2 Investimento total (directo e indirecto)

Nesta análise, considerar-se-á como investimento do município não só o investimento por este realizado, denominado por investimento directo, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 Evolução do investimento total

Quadro – Evolução do Investimento Total Municipal (directo e indirecto) a preços correntes

Investimento Total Municipal	uni: Euro				
	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	20.351.751,23	17.937.206,72	-11,86	14.273.611,05	-20,42

O investimento directo total reporta um decréscimo em 20% e representa um volume próximo de 14,3 milhões de euros.

5.6.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (directo e indirecto)

Indicadores	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,57	0,40	-29,89	0,35	-11,03
Investimento Total / Despesas Totais	0,46	0,41	-10,78	0,35	-16,29
Investimento Total por Km2	48.910,72 €	43.107,92 €	-11,86	34.303,32 €	-20,42
Investimento Total <i>per capita</i>	405,55 €	354,60 €	-12,56	284,71 €	-19,71

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento totais registou uma diminuição em aproximadamente 5 pontos percentuais. No ano em análise, estas despesas representaram 35% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total foi na ordem dos 284,71 euros, e por Km², de 34.303,32 euros.

5.6.3 O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento

Quadro – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

Designação	uni: Euro					
	2008	Peso (%)	2009	Peso (%)	2010	Peso (%)
Investimento Total a)	20.351.751,23	--	17.937.206,72	--	14.273.611,05	--
Receitas de Capital (1)	13.480.096,39	110,86	23.089.765,89	189,88	15.336.824,77	118,96
Venda de Bens de Investimento	4.875.838,00	40,10	4.856.520,80	39,94	4.805.480,00	37,27
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	3.945.188,00	32,44	4.068.806,00	33,46	4.166.561,00	32,32
Cooperação Técnica e Financeira	432.954,90	3,56	506.610,20	4,17	73.655,30	0,57
Fundos Comunitários (Capital)	913.576,34	7,51	687.828,89	5,66	3.321.567,78	25,76
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso ao Crédito	1.507.125,00	12,39	11.360.000,00	93,42	1.552.552,69	12,04
Outras Receitas de Capital	1.805.414,15	14,85	1.610.000,00	13,24	1.417.008,00	10,99
Poupança Corrente (2)	1.973.865,40	16,23	-461.565,73	-3,80	2.213.887,45	17,17
Total das Fontes de Financiamento (b)	15.453.961,79	127,09	22.628.200,16	186,09	17.550.712,22	136,13
Fontes de Financiamento / Investimento	0,76	--	1,26	--	1,23	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	-4.897.789,44		4.690.993,44		3.277.101,17	

a) Investimento directo e indirecto

b) (1) + (2)

Através da análise efectuada ao quadro apresentado, verifica-se que, no ano de 2010, as fontes de financiamento de capital foram superiores ao investimento total em aproximadamente 3,3 milhões. Para esta circunstância contribuiu, nomeadamente, a poupança corrente verificada.

6. Cumprimentos legais na despesa

6.1 Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal

As despesas municipais com pessoal eram limitadas pelas disposições constantes no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro.

Contudo, o Decreto-Lei 305/2009, de 23 de Outubro, o qual estabelece o regime jurídico dos serviços das autarquias locais, veio revogar a legislação referida no parágrafo anterior, pelo que, actualmente, não vigora qualquer limite legal no âmbito das despesas municipais com pessoal.

Contudo, neste âmbito importa observar à regra dos 2 para 1 (duas saídas para uma entrada), a qual é cumulativa com a verificação da obtenção de encargos inferiores resultantes do recrutamento de novos trabalhadores, comparativamente aos encargos inerentes às saídas (vide Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e Lei 3-B – OE/2010).

6.2 Cumprimento do limite da capacidade de endividamento

A nova Lei das Finanças Locais estabelece novos princípios orientadores em matéria de endividamento autárquico, redefinindo quer o conceito de endividamento, quer o modelo de apuramento dos limites.

Consequentemente, define-se que o montante de endividamento líquido municipal, o qual é compatível com o conceito transposto no SEC95, é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores e a soma dos activos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em

que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o sector empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local.

No âmbito do limite de endividamento líquido municipal, refere-se que o montante deste endividamento, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa no IRS e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Já o limite geral dos empréstimos a médio e longo prazo refere que o montante em dívida não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa de participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Endividamento municipal em 31 de Dezembro de 2010

Da análise do quadro apresentado nas páginas seguintes, conclui-se que, o Município de Ourém, a 31 de Dezembro de 2010, não se encontrava em excesso de endividamento líquido, considerando que, neste âmbito, disponha de uma margem de endividamento na ordem dos 4,9 milhões de euros, cumprindo, deste modo, o estabelecido na Lei das Finanças Locais. De referir que, face ao verificado em 31 de Dezembro de 2009, o Município diminuiu a sua margem de endividamento líquido num valor próximo de 1,3 milhões de euros.

Relativamente ao endividamento de médio, longo prazo, esta autarquia excedeu o seu limite legal em quase 1,4 milhões de euros. O excesso apurado resulta da aplicação do montante inerente ao PREDE, em 2009 (Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado), pelo que constitui uma acção legalmente prevista e permitida.

Ainda no âmbito do limite de endividamento de médio e longo prazo, será de referir que o excesso registado, face ao verificado em 2009, assinala uma quebra



ligeiramente superior a 2,2 milhões de euros, atendendo à curta cadência de amortização dos empréstimos inerentes ao PREDE (5 e 10 anos).

Porém, salienta-se que, actualmente, este município não poderá encetar a contratualização de nenhum novo empréstimo de médio e longo prazo, condição não aplicável a empréstimos que legalmente sejam excepcionados dos limites de endividamento municipal.

Será de referir que à data de 31 de Dezembro de 2010, esta autarquia disponha de um valor na ordem dos 5,9 milhões de euros, respeitante a empréstimos excepcionados.

1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL DE CURTO PRAZO - 2010

(€)

RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)	Observações
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	5.866.021,93	178.173,87	5.687.848,06	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	3.195.538,91	81.983,75	3.113.555,16	* Valores anuais, os quais devem corresponder aos inscritos no formulário Receitas Municipais, relativo a 2009
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	1.950.456,64	93.485,66	1.856.970,98	
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	647.956,36	724,10	647.232,26	
Contribuição Autárquica	3.634,58	1.980,36	1.654,22	
Imposto Municipal de Sisa	68.435,44		68.435,44	
DERRAMA*	863.312,54		863.312,54	
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	6.729.334,47	178.173,87	6.551.160,60	(A)
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*	-	-		(B)
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010)	-	-	11.334.626,60	(C)
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	17.885.787,20	(D) = (A) + (B) + (C)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	1.788.578,72	(E) = 10% x (D)

** Inclui o montante de receitas arrecadadas a título de Imposto Único Circulação (IUC).

2. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(€)

CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
1 DISPONIBILIDADES	852.421,92		
11 Caixa	1.726,68		
12 Depósitos em instituições financeiras	850.695,24		
13 e 14 (...)			
15 Títulos negociáveis			
18 Outras aplicações de tesouraria			
2 TERCEIROS	11.289.447,53	53.678.810,85	
21 Clientes, contribuintes e utentes	574.314,32	27.567,83	
211 Clientes, c/c	15.876,99		
212 Contribuintes, c/c			
213 Utentes, c/c	115.441,48		
214 a 216 (...)			
217 Clientes e utentes c/ cauções		27.567,83	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	442.995,85		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
22 Fornecedores	0,00	3.915.248,26	
221 Fornecedores, c/c		2.395.843,80	
222 a 227 (...)			
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		1.519.404,46	
229 Adiantamentos a fornecedores			
23 Empréstimos obtidos		24.958.486,51	
231 Em moeda nacional		24.958.486,51	
2311 De curto prazo		0,00	
23111 Empréstimos bancários			
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo		24.958.486,51	
23121 Empréstimos bancários		24.958.486,51	
23123 Outros empréstimos obtidos			



CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
24 Estado e outros entes públicos		196.407,63	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores	6.070.225,24	8.311.053,81	
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	4.865.640,36	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		1.871.963,69	
2612 a 2617 (...)		2.183.812,71	
2618 Facturas em recepção e conferência		809.863,96	
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
262 Pessoal		36,10	
263 Sindicatos		677,53	
264 Administração autárquica	0,00	282.602,94	
2641 Associações de municípios		17.998,80	
2642 Municípios			
2643 Serviços municipalizados			
2644 Federações de municípios			
2645 Associações de freguesias			
2646 Freguesias		264.604,14	
2647 Empresas municipais e intermunicipais			
2648 e 2649 (...)			
265 e 266 (...)			
267 Consultores, assessores e intermediários			
268 Devedores e credores diversos	6.070.225,24	3.162.096,88	
269 Adiantamentos por conta de vendas			
27 Acréscimos e diferimentos	4.644.907,97	16.270.046,81	
271 Acréscimos de proveitos	4.621.072,91		
272 Custos diferidos	23.835,06		
273 Acréscimos de custos		1.629.401,59	
274 Proveitos diferidos		14.640.645,22	
2741 a 2744 (...)			



CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
2745 Subsídios para investimentos*		14.640.645,22	* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proveitos diferidos*			
28 Empréstimos concedidos			
4 IMOBILIZAÇÕES			
41 Investimentos financeiros	3.786.469,68		
411 Partes de capital	3.786.469,68		
412 Obrigações e títulos de participação			
413 (...)			
415 Outras aplicações financeiras			
TOTAL	15.928.339,13	53.678.810,85	
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	15.928.339,13	39.038.165,63	(A)

3. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

(€)

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para fazer face a prejuízos decorrentes de calamidades públicas (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	1		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	2		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para pagamento de dívidas à EDP (Orçamentos do Estado para 1992, 1993, 1994 e 1995)	3		

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.1		
Empréstimos contraídos em 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.2		
Outros empréstimos contraídos em 2002 destinados à habitação social (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração ao OE/2002)	4.3		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries de Dezembro de 1995 e Janeiro 1996, criadas pelo Decreto-Lei n.º 47/96, de 15.05 (n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 10-B/96, de 23.03 - OE/1996)	5		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criada pelo Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 8.02 (artigo 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 8.02)	6	2.067.135,48	
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, ao abrigo do Programa de Reabilitação Urbana, apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (artigo 22.º da Lei n.º 52-C/96, de 27.12 - OE/1997 e artigo 22.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	7		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito criada pelo Decreto-Lei n.º 345/97, de 05.12 para apoio à reparação dos danos causados em infra-estruturas e equipamentos municipais (artigo 23.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	8		
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, para execução de projectos participados por fundos comunitários (artigo 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo artigo 28.º do OE/2000)	9.1	412.546,55	
Empréstimos contraídos em 2002, para execução de projectos participados por fundos comunitários (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	9.2		

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos durante 2002 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	10.1		
Empréstimos contraídos durante 2003 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30.12 - OE/2003)	10.2		
Empréstimos contraídos no âmbito da linha de crédito bonificado para apoio à reparação dos danos causados pelos incêndios ocorridos desde 20 de Julho de 2003 em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público (artigo 3.º da Lei n.º 107/2003, de 10.12)	11		
Empréstimos contraídos em 2004, para execução de projectos participados por fundos comunitários (Despacho Conjunto n.º 177/2004, de S. Ex.as os Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado na II Série do D.R. n.º 71, de 27.03.2004)	12		
Empréstimos contraídos em 2005, até 29.07, para execução de projectos participados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12-OE/2005	13		
Empréstimos contraídos em 2005, a partir de 30.07, para execução de projectos participados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 – OE/2005, na redacção da Lei n.º 39-A/2005, de 29.7 (1.ª alteração à OE/2005)	14	820.676,91	
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de projectos participados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 7 do artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30.12 - OE/2006	15		
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo n.º 9 do artigo 33.º do OE/2006 (Despacho 22 262/2006, de 3/11)	16		
Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana, abrangidos pelo n.º 5 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	17	1.002.125,00	

Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Empréstimos contraídos, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários, abrangidos pelo n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	18	1.552.552,69	
Empréstimos contraídos para execução de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública, abrangidos pelo n.º 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	19		
Empréstimos contraídos para a conclusão dos PER cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até 1995 (alínea b) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	20		
Empréstimos contraídos em 2008/09 destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa Operações de Requalificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (art.º 27.º OE/2008; art.º 51.º, n.º 1 OE/2009)	21		
Outros empréstimos de médio e longo prazos (não excepcionados e não incluídos nos pontos anteriores)	22	19.103.449,88	
	TOTAL	24.958.486,51	

Outras dívidas de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final do trimestre	Observações
Dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988 (alínea c) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	1		

RECAPITULATIVO			
Designação	N.º	Montante	Observações
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal (somatório das linhas 1 a 21 do quadro de empréstimos mlp)	A	5.855.036,63	
Outras dívidas de médio e longo prazos excepcionadas dos limites de endividamento municipal (dívidas EDP 1988)	B	0,00	

4. APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO TRIMESTRE

(€)

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	24.958.486,51	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	23.109.826,50	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	18.853,23	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	7.001,69	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	5.855.036,63	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	19.122.303,11	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	17.261.791,56	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)



Limites endividamento municipal (recapitulativo)			
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		1.774.071,46	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		17.740.714,60	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		22.175.893,25	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites			
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	1.774.071,46	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	1.381.588,51	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem		
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	4.914.101,69	

7. Análise Económico-Financeira

7.1 Análise da Situação Económica

7.1.1 Condições Económicas

Quadro – Mapa de Condições Económicas

Designações	Exercícios	
	2010	2009
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	-3,30%	-1,71%
1.2 Económica	-2,46%	-1,28%
1.3 Vendas	-344,14%	-180,43%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	-0,032	-0,013
2.2 Alavancagem	-0,06	-0,03
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	-0,02	-0,01
3. Rotações		
3.1 Rotação do Activo	0,007	0,007
3.2 Rotação do Activo Corrente	0,19	0,18
3.3 Rotação do Activo Imobilizado	0,007	0,008
4. Gestão		
4.1 de Matérias	3,24	5,36
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	34,2	164,4
4.3 Fomecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	136,5	122,1

(a) Entendeu-se adoptar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na actividade.

Os indicadores de rendibilidade denotam uma deterioração destes indicadores, estritamente relacionadas com o facto de o exercício de 2010 apresentar um resultado líquido do exercício negativo, bastante mais expressivo que o ocorrido no ano anterior. Assim, a rendibilidade financeira situou-se em -3,30%, reflectindo a negatividade do resultado líquido do exercício obtido.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu activo. Este rácio regista um valor negativo (-0,03), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2010 (-1,34) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos negativa.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do activo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da actividade do Município.

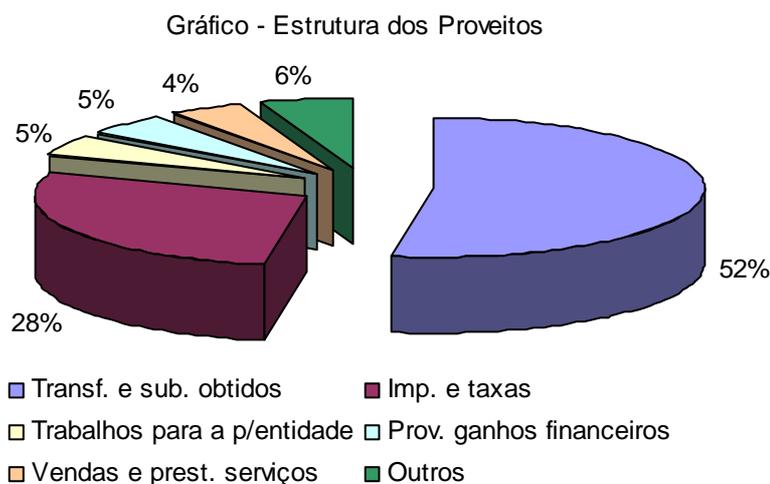
Gestão

O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista um aumento substancial. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso em dias situou-se na ordem dos 34 dias, essencialmente decorrentes de algumas dificuldades de cobrança no que concerne às áreas do saneamento e dos resíduos sólidos.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c, indica uma deterioração deste indicador, pelo que o prazo médio de pagamentos, no decurso de 2010, situou-se em torno dos 137 dias (122 dias em 2009).

7.1.2 Proveitos

7.1.2.1 Estrutura dos proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 52% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Os impostos e taxas representam 28 % dos proveitos totais. Os trabalhos para a própria entidade e os proveitos e ganhos financeiros, significam, igualmente, 5% do cômputo total dos proveitos. As vendas e prestações de serviços significam 4% dos proveitos totais.

7.1.2.2 Evolução dos proveitos

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes

uni: Euro

Proveitos	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Vendas e prestações de serviços	1.481.765,23	1.361.367,38	-8,13	1.399.551,07	2,80
Vendas	21.020,90	12.853,95	-38,85	9.304,17	-27,62
Prestação de serviços	1.460.744,33	1.348.513,43	-7,68	1.390.765,02	3,13
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	880,00	5.370,47	510,28	8.609,39	60,31
Saneamento - Tarifa de Ligação	147.490,04	101.903,16	-30,91	66.367,57	-34,87
Resíduos Sólidos	1.181.730,67	1.098.922,14	-7,01	1.175.748,05	6,99
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	9.418,48	26.223,82	178,43	29.487,86	12,45
Trabalho por conta de particulares	24.349,21	92,70	-99,62	22.462,17	24131,04
Cemitérios	20.180,00	11.211,50	-44,44	27.759,43	147,60
Parques de Estacionamento	39.093,22	73.793,60	88,76	9.497,33	-87,13
Outros	37.602,71	30.996,04	-17,57	24.948,38	-19,51
Impostos e taxas	8.324.710,85	7.994.722,06	-3,96	8.815.582,44	10,27
Impostos directos	6.675.472,94	6.417.822,55	-3,86	7.443.325,75	15,98
Imposto municipal sobre imóveis	2.653.111,23	3.082.831,09	16,20	4.037.353,00	30,96
Impostos municipal sobre veiculos/IUC	605.812,84	646.317,91	6,69	687.639,07	6,39
Imposto municipal sobre transmissões	2.587.114,87	1.777.692,78	-31,29	1.991.998,96	12,06
Derrama	799.637,96	831.475,25	3,98	695.471,89	-16,36
Impostos abolidos	29.796,04	79.505,52	166,83	30.862,83	-61,18
Impostos indirectos e taxas	1.649.237,91	1.576.899,51	-4,39	1.372.256,69	-12,98
Mercados e feiras	134.176,32	130.626,78	-2,65	124.767,39	-4,49
Loteamentos e obras	697.112,62	721.504,17	3,50	434.740,40	-39,75
Ocupação da via pública	1.640,74	4.928,94	200,41	2.432,20	-50,65
Publicidade	36.087,09	45.843,92	27,04	79.339,47	73,06
Saneamento (Conserv. e tratamento)	662.834,08	574.336,06	-13,35	659.436,88	14,82
Outros	117.387,06	99.659,64	-15,10	71.540,35	-28,22

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Proveitos	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Proveitos Suplementares	124.623,53	132.566,21	6,37	169.346,71	27,75
Transferências e subsídios obtidos	13.384.429,30	13.885.585,94	3,74	16.660.438,17	19,98
Outros proveitos e ganhos operac.	7.769,16	663,52	--	0,00	-100,00
Trabalho para a própria entidade	242.159,38	2.801.335,16	1056,81	1.498.833,42	-46,50
Proveitos e ganhos financeiros	1.485.212,26	1.538.726,43	3,60	1.603.501,57	4,21
Juros obtidos	14.071,54	14.014,30	-0,41	4.363,26	-68,87
Rendimentos de participações de capital	10.064,83	0,00	-100,00	0,00	--
Rendimentos de imóveis	1.461.075,89	1.514.970,30	3,69	1.593.500,91	5,18
Proveitos e ganhos extraordinários	3.513.297,73	1.350.794,92	-61,55	1.638.840,95	21,32
Ganhos em imobilizações	2.618.555,81	7.081,48	-99,73	240,47	-96,60
Benefícios de penalidades contratuais	101.071,08	79.309,71	-21,53	55.780,27	-29,67
Transferências de capital	657.072,09	678.825,75	3,31	815.339,02	20,11
Outros proveitos e ganhos extraordinários	136.598,75	585.577,98	328,68	767.481,19	31,06
Total	28.563.967,44	29.065.761,62	1,76	31.786.094,33	9,36

Os proveitos totais evidenciam um aumento em 9,4%, reflectindo, essencialmente, o acréscimo ocorrido nos proveitos relativos a imposto e taxas (+10,3%), transferências e subsídios obtidos (+20%) e proveitos e ganhos extraordinários (+21%). Em sentido inverso, salientam-se as quebras nos trabalhos para a própria entidade (-47%).

Vendas e Prestações de Serviços

Nesta conta são registadas todas as operações de venda, resultantes da actividade autárquica corrente. Complementarmente, registam-se ainda os proveitos referentes aos trabalhos e serviços prestados que sejam próprios dos objectivos ou das finalidades principais da autarquia.

Estes proveitos ostentam um valor total próximo de 1,4 milhões de euros e assinalam um aumento em 2,8% face ao volume verificado no ano anterior.

Os proveitos de maior relevância neste âmbito, são os relativos aos resíduos sólidos os quais ascendem a um valor próximo de 1,2 milhões de euros, e denotam um crescimento de 7%, face ao período homólogo.

De salientar a quebra verificada nos proveitos resultantes da tarifa de ligação ao saneamento (-35%), bem como do parque de estacionamento (-87%), embora esta última quebra derive da transferência da responsabilidade de gestão do estacionamento tarifado para uma empresa do sector empresarial local.

Impostos e Taxas

Esta conta destina-se ao registo das operações respeitantes a impostos e taxas das autarquias locais, os quais são discriminados de acordo com a elencação destas receitas definidas na Lei das Finanças Locais.

Os proveitos com impostos e taxas situaram-se em 8,8 milhões de euros e evidenciam um crescimento ligeiramente superior a 10%.

No âmbito dos impostos directos registam-se os crescimentos obtidos no imposto municipal sobre imóveis (31%), no Imposto municipal sobre veículos/IUC (6,4% e no imposto municipal sobre transmissões (12%). O IMI assinala um valor superior a 7,4 milhões de euros, e o IMT, próximo de 2 milhões de euros, ou seja, este último ainda manifestamente inferior ao valor registado em 2008 (\pm 2,6 milhões de euros). Em sentido inverso apresenta-se a derrama com uma quebra em 16,4%.

Relativamente aos impostos indirectos e taxas, no seu cômputo denota-se uma quebra próxima de 13%, essencialmente decorrente da diminuição verificada nos mercados e feiras (-4,5%) e loteamentos e obras (-40%) e apesar do acréscimo verificado nos proveitos inerentes a publicidade (+73%) e no saneamento (+15%).

Proveitos Suplementares

Neste contexto, são registados os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das actividades que não sejam próprias dos objectivos da autarquia.

Estes proveitos apresentam um aumento de aproximadamente 28%, face ao volume verificado no ano anterior. No seu cômputo geral estes proveitos são na ordem dos 169 mil euros.

Transferências e subsídios obtidos

Nestas conta registam-se as transferências a que as autarquias têm direito, designadamente nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento de Estado respeitante a cada ano económico, que sejam de natureza corrente ou de capital, excepcionando as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinados por lei, por protocolo o por contrato-programa, as quais configuram um subsidio ao investimento.

O ano de 2010 denota um acréscimo destes proveitos em 20%, ou seja, verificando-se uma variação absoluta próxima de 2,8 milhões de euros, essencialmente resultantes da delegação de competências assumida na área da Educação. No seu cômputo geral estes proveitos situam-se próximos de 16,7 milhões de euros.

Outros proveitos e ganhos operacionais

Nesta conta registam-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das actividades que não sejam próprias dos objectivos principais da autarquia.

Em 2010 não se verifica a existência de qualquer proveito desta natureza.

Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica regista os trabalhos que a autarquia realiza para si mesma, sob a sua administração directa, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que sejam destinados ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios.

Relativamente a estes proveitos, verifica-se uma expressiva quebra (-47%), totalizando estes, em 2010, um montante próximo de 1,5 milhões de euros, em detrimento dos 2,8 milhões de euros ocorridos em 2009.

Proveitos e ganhos financeiros

Nesta conta registam-se designadamente, os proveitos inerentes aos juros obtidos, aos ganhos em entidades participadas, aos rendimentos de imóveis, aos rendimentos de participações de capital, às diferenças de câmbio favoráveis, aos descontos de pronto pagamento obtidos e aos ganhos na alienação de aplicações de tesouraria.

Os proveitos totais apurados neste âmbito são na ordem de 1,6 milhões de euros e denotam uma variação positiva, face ao volume verificado no ano anterior, em 4,2%.

Para a referida circunstância contribuiu o aumento verificado nos rendimentos de imóveis 5,2%.

Proveitos e ganhos extraordinários

Nesta conta são registados, nomeadamente, os proveitos relativos à restituição de impostos, à recuperação de dívidas, aos ganhos em existências, aos ganhos em imobilizações, aos benefícios de penalidades contratuais, às correcções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes proveitos manifestam um aumento em 21%, decorrente do aumento verificado nas transferências de capital (+20%) e nos outros proveitos e ganhos extraordinários (31%), não obstante a quebra nos ganhos em imobilizações (-97%) e nos benefícios de penalidades contratuais (-30%).

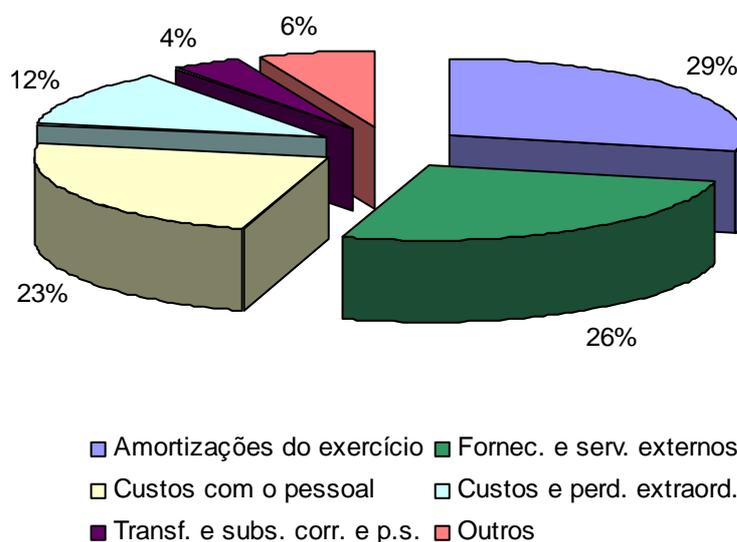
7.1.3 Custos

7.1.3.1 Estrutura dos custos

Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem as amortizações do exercício e os fornecimentos e serviços externos, os quais representam, respectivamente, 29% e 26% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos com pessoal (23%), com custos e perdas extraordinárias (12%) e com as transferências e subsídios correntes e prestações sociais (4%).

Gráfico - Estrutura dos Custos



7.1.3.2 Evolução dos custos

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes

uni: Euro

Custos	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Custo das merc. vend. e mat. cons.	656.802,12	1.377.022,44	109,66	914.308,99	-33,60
Fornecimentos e Serviços Externos	8.915.451,84	8.556.127,37	-4,03	9.552.379,53	11,64
Electricidade	1.120.906,84	1.206.463,39	7,63	1.335.038,80	10,66
Combustíveis	381.460,70	40.893,59	-89,28	23.840,45	-41,70
Água	25.446,05	25.171,77	-1,08	28.444,68	13,00
Material de Escritório	56.360,28	33.955,68	-39,75	23.897,80	-29,62
Rendas e Alugueres	218.600,92	174.399,85	-20,22	134.911,83	-22,64
Comunicação	82.991,77	81.742,17	-1,51	82.239,03	0,61
Seguros	65.637,33	69.343,64	5,65	61.633,52	-11,12
Deslocações e Estadas	36.611,85	9.249,23	-74,74	16.633,55	79,84

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Honorários	12.135,83	13.266,21	9,31	74.631,81	462,57
Conservação e reparação	293.702,51	887.427,26	202,15	852.854,54	-3,90
Publicidade e propaganda	42.524,99	8.687,40	-79,57	66.279,00	662,93
Limpeza, Higiene e Conforto	136.657,72	139.242,23	1,89	126.680,40	-9,02
Vigilância e Segurança	134.150,95	161.032,55	20,04	191.484,44	18,91
Trabalhos Especializados	915.148,10	243.311,54	-73,41	586.659,57	141,11
Edições e Publicações Periódicas Municipais	86.815,84	43.440,60	-49,96		-100,00
Exploração e Manutenção de ETAR's	589.787,34	617.169,69	4,64	777.250,55	25,94
Encargos de Cobrança	208.906,08	176.656,78	-15,44	191.540,59	8,43
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1.504.621,34	1.316.562,28	-12,50	1.502.156,08	14,10
Transportes Escolares	866.842,88	1.006.541,51	16,12	1.123.558,76	11,63
Manutenção de espaços verdes	501.143,79	550.141,58	9,78	459.276,46	-16,52
Limpeza Urbana	395.861,30	300.540,14	-24,08	364.903,88	21,42
Fornecimento de refeições	546.354,41	714.147,99	30,71	663.874,81	-7,04
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	692.783,02	841.084,36	21,41	962.924,15	14,49
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	1.395.950,96	1.973.014,08	41,34	1.512.749,48	-23,33
Transferências Correntes Conced.	1.077.766,03	1.410.471,74	30,87	824.639,22	-41,53
Freguesias	284.453,57	589.702,07	107,50	43.830,65	-92,57
Associações de Municípios	19.277,99	533,58	3975,04	202,92	-61,97
Instituições s/fins lucrativos	746.988,12	785.052,92	5,10	703.340,09	-10,41
Famílias	13.346,35	28.473,17	113,34	56.204,56	97,39
Outras transferências correntes concedidas	13.700,00	28.473,17	107,83	56.204,56	97,39
Subsídios Correntes Concedidos	318.184,93	562.542,34	76,80	688.110,26	22,32
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	316.834,93	559.842,34	76,70	685.410,26	22,43
Custos com o Pessoal	5.251.706,06	5.777.063,47	10,00	8.474.264,85	46,69
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	361.170,85	397.920,08	10,18	554.013,60	39,23
Remunerações do pessoal	4.019.925,32	4.475.558,41	11,33	6.558.208,12	46,53
Pensões	320,14	3.968,85	1139,72	4.749,27	19,66
Encargos sobre remunerações	611.588,91	676.951,37	10,69	1.041.872,72	53,91
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	41.603,21	41.656,63	0,13	51.583,16	23,83
Outros custos com pessoal	217.097,63	181.008,13	-16,62	263.837,98	45,76

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Outros custos e perdas operacionais	128.341,20	134.672,47	4,93	135.203,31	0,39
Amortizações do exercício	10.357.585,89	10.486.202,50	1,24	10.440.584,62	-0,44
Provisões do Exercício	7.299,47	0,00	-	913.375,55	--
Custos e perdas financeiros	1.022.026,12	648.090,89	-36,59	333.269,35	-48,58
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	761.716,60	623.332,71	-18,17	308.928,21	-50,44
Outros custos e perdas financeiros	260.309,52	8.972,44	-96,55	8.555,40	-4,65
Custos e Perdas Extraordinários	3.046.654,16	2.569.817,52	-15,65	4.326.414,89	68,35
Transf. de capital concedidas	2.535.130,57	2.435.574,84	-3,93	3.612.145,01	48,31
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.345.594,06	1.308.054,78	-2,79	1.312.627,26	0,35
Freguesias	179.423,15	570.474,60	217,95	1.951.930,05	242,16
Associações de Municípios	7.544,67	11.947,49	58,36	2.687,52	-77,51
Instituições s/fins lucrativos	1.002.568,69	545.097,97	-45,63	344.900,18	-36,73
Outras transferências de capital concedidas	0,00	0,00	-	0,00	--
Outros custos e perdas extraord.	511.523,59	163,89	-99,97	5.489,79	3249,68
Total	30.781.817,82	31.522.010,74	2,40	36.602.550,57	16,12
Total (s/amortizações)	20.424.231,93	21.035.808,24	2,99	26.161.965,95	24,37

Os custos totais apresentam um aumento em aproximadamente 16%, significando, em volume monetário, um valor total na ordem dos 36,6 milhões de euros, ou seja denotando uma variação absoluta superior a 5 milhões de euros. Extraído dos custos totais os custos relacionados com as amortizações, a variação ocorrida terá sido superior, assinalando um acréscimo superior a 24% (aumento em ± 5,1 milhões de euros).

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Esta conta serve de registo das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou consumo (integração no processo produtivo).

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas reflectem uma diminuição próxima de 34% e estão relacionadas com a diminuição do volume de obras efectuadas por administração directa, comparativamente ao verificado no ano anterior.

Fornecimentos e serviços externos

Nesta conta registam-se todos os custos incorridos com a aquisição de bens de consumo corrente (não armazenáveis) e/ou de serviços prestados por terceiros.

Os custos desta natureza sofreram um aumento na ordem dos 11,6%, que em termos absolutos significa uma variação ligeiramente superior a 996,3 mil euros, atingindo no seu cômputo um valor próximo de 9,6 milhões de euros. Os custos com electricidade, recolha, tratamento e transporte de rsu's e transportes escolares, são os mais representativos, significando 43% do total destes fornecimentos e serviços externos.

A variação ocorrida deriva, essencialmente, do aumento verificado na electricidade (+10,7%), água (+13%), deslocações e estadas (+80%), honorários (+462,6%), publicidade e propaganda (+663%), vigilância e segurança (+19%), trabalhos especializados (141%), exploração e manutenção de ETAR's (+26%), recolha, transporte e tratamento de RSU's (+14%), transportes escolares (+12%), limpeza urbana (+21%) e encargos de cobrança (+8,4%).

O aumento relativo aos trabalhos especializados decorreu, essencialmente, da existência de um novo contrato-programa coma empresa municipal Ambiourém relacionado com o Apoio às Juntas de Freguesia e Promoção do Desenvolvimento Rural, bem como as prestações de serviços de fiscalização de construções da APDAF e do Centro Bem Estar do Bairro.

De referir em oposição, a quebra dos custos inerentes a material de escritório (-30%), rendas e alugueres (-23%), seguros (-11%), limpeza, higiene e conforto (-9%), edições e publicações periódicas municipais (-100%), manutenção de espaços verdes (-17%) e fornecimento de refeições (-7%).

Relativamente à quebra reportada relativa a combustíveis (-42%), será de mencionar que, sendo este bem provisionado no Estaleiro Municipal, desde 2009, que o que se reporta a aquisições para armazenamento passou a ser imputado em conta específica inerente aos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas. Deste modo,

será de referenciar que os custos totais com combustíveis em 2010, foram na ordem dos 330,6 mil euros (307,2 mil euros em 2009), circunstância que significou um aumento de 7% face ao volume verificado no período anterior, condição que face à escalada dos preços deste bem observada ao longo do ano em análise, indicia que não terá ocorrido um aumento real dos consumos verificados.

Transferências e subsídios correntes concedidos

Nesta conta são registadas as transferências correntes concedidas às unidades institucionais, ou seja, as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador. Complementarmente incluem-se ainda os subsídios concedidos com o objectivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos factores de produção, sem contrapartida a unidades produtivas, como é o caso das empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas.

Os custos desta natureza ostentam uma quebra ligeiramente superior a 33%, em resultado da quebra das transferências correntes concedidas para as Freguesias (-93%) e instituições sem fins lucrativos (-10%). Com um acréscimo surgem os custos desta índole inerentes às famílias (+97%), e as empresas públicas municipais e intermunicipais (+22%).

Custos com pessoal

Nesta conta registam-se as remunerações ilíquidas de todo o pessoal afecto ao Município, bem como todos os encargos patronais associados, designadamente: subsídio de refeição; abono para falhas; ajudas de custo; vestuário e artigos pessoais; prestações sociais directas e a ADSE.

Estes custos denotam um aumento em 47%, sendo generalizado o seu aumento nas respectivas sub-rúbricas: remuneração dos membros dos órgãos autárquicos (+39%); remunerações do pessoal (+47%); pensões (+20%); encargos sobre remunerações (+54%); seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (+24%) e outros custos com pessoal, onde se incluem as despesas de saúde (+46%).

A variação ocorrida é resultante do estabelecimento do Protocolo de Delegação de Competências celebrado com o Ministério da Educação, do qual resultou a transferência de 189 trabalhadores do Ministério da Educação para o Município.

Amortizações do exercício

Esta conta destina-se ao registo da depreciação das imobilizações corpóreas (excepção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens do domínio público, atribuída ao exercício, e desde que não tenham carácter extraordinário. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respectivo imobilizado.

Estes custos denotam uma ligeiríssima variação negativa em 0,4% e ascendem a um valor total na ordem dos 10,4 milhões de euros.

Custos e perdas financeiras

Nesta conta registam-se designadamente, os custos inerentes aos juros suportados, perdas em entidades participadas, amortizações de investimentos em imóveis, provisões para aplicações financeiras, diferenças de câmbio desfavoráveis e perdas na alienação de aplicações de tesouraria

Os custos totais apurados neste âmbito são na ordem de 333,3 mil euros e denotam uma variação negativa, face ao volume verificado no ano anterior, em 68%.

Para a referida circunstância contribuiu a diminuição dos juros suportados com empréstimos bancários de médio e longo prazo (-50,4%), decorrente da existência de taxas de juro de referência historicamente baixas.

Custos e perdas extraordinárias

Nesta conta são registados, nomeadamente, os custos relativos às transferências de capital concedidas, às dívidas incobráveis, às perdas em existências, às perdas em imobilizações, às multas e penalidades, aos aumentos de amortizações e de

provisões, às correcções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes custos manifestam um aumento em 68%, decorrente do aumento verificado nas transferências de capital concedidas (+48%), nas quais assumem destaque as Freguesias (+242%). Em sentido inverso regista-se a quebra nas transferências de capital concedidas a instituições sem fins lucrativos (-37%).

7.1.4 Resultados

7.1.4.1 Resultado operacional

Quadro – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro

Resultado Operacional	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	-3.147.680,09	-2.127.862,06	-32,40	-3.399.114,52	59,74

O resultado operacional apresentou um aumento em aproximadamente 60%. Desta forma, o resultado foi negativo, num valor próximo de 3,4 milhões de euros.

7.1.4.2 Resultado financeiro

Quadro – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	463.186,14	890.635,54	92,28	1.270.232,22	42,62

Este indicador denota uma melhoria deste resultado em 43%, atingindo um valor positivo próximo de 1,3 milhões de euros.

7.1.4.3 Resultado corrente

Quadro – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

uni: Euro

Resultado Corrente	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Total	-2.684.493,95	-1.237.226,52	-53,91	-2.128.882,30	72,07

O quadro apresentado demonstra que o resultado corrente sofreu uma deterioração, em 72%, apresentando-se negativo na ordem dos 2,1 milhões de euros.

7.1.4.4 Resultado Líquido do Exercício

Quadro – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

uni: Euro

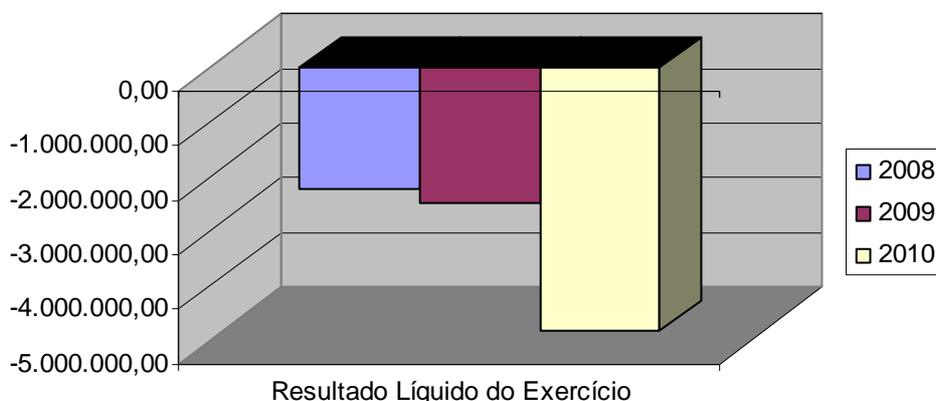
Resultado Líquido do Exercício	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Resultado Líquido do Exercício	-2.217.850,38	-2.456.249,12	10,75	-4.816.456,24	96,09

Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo quer com os objectivos das autarquias locais, quer sob a óptica conceptual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efectuada com base nos conceitos vigentes para o sector privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o sector privado.

Porém, será importante constatar que esta autarquia continua a evidenciar a existência de um resultado líquido do exercício negativo, o qual, em 2010 se agravou substancialmente, tendo-se situado superior a 4,8 milhões de euros.

Gráfico - Resultado Líquido do Exercício



7.2 Análise da Situação Financeira

7.2.1 Condições Financeiras

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de activos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afectar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente não se encontra coberto pelo activo corrente. Desta forma, o fundo de maneio reflecte-se num valor negativo, indicando que a curto prazo a autarquia irá ter alguma dificuldade em fazer face ao exigível a curto prazo.

Em 2010, este indicador sofreu uma deterioração, pelo que o valor negativo apresentado se situou na ordem dos 7,6 milhões de euros, ou seja, evidenciando uma variação absoluta negativa, face ao ano anterior, na ordem dos 3,7 milhões de euros.

Quadro – Mapa de condições financeiras

Designações	Exercícios	
	2010	2009
(Fundo de Maneio)	-7.606.580,27 €	-3.940.752,99 €
(Cash Flow Estático (MLL))	6.537.503,93 €	8.029.953,38 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	3,61	3,85
1.2 Autonomia	0,72	0,74
1.3 Estabilidade (s.r.)	2,61	2,85
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,72	0,74
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,85	0,87
2.3 Peso Relativo do A.I. no Activo Total	93,87%	93,83%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	0,49	0,66
3.2 Liquidez Reduzida	0,47	0,63
3.2 Participação - Existências no Activo Corrente	3,83%	3,42%
3.4 Financiamento do Activo Corrente	-1,03	-0,52
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,38	0,35
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	-3,16	-6,40
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	9,44	12,35
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,25	0,21
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,12	0,13
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,25	0,22

Cash Flow Estático

O cash flow revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao

R.L.E.. O ano de 2010 denota uma variação negativa deste indicador, o qual se situa agora na ordem dos 6,5 milhões de euros.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Activo

No que diz respeito à estrutura do activo, regista-se um aumento da cobertura do activo imobilizado em capitais permanentes. O peso relativo do activo imobilizado no activo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 94%.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados demonstram uma deterioração destes indicadores, evidenciando a ocorrência de valores manifestamente débeis. Desta forma, salienta-se a existência de dificuldades em satisfazer os compromissos de curto prazo.

A representatividade das existências no total do activo corrente registou uma ligeira variação, significando, em 31 de Dezembro, 3,8% deste total.

O financiamento do activo corrente agravou a sua negatividade, reflectindo o agravamento e o teor do fundo de maneo obtido

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma ligeira deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida na Lei das Finanças Locais, pelo que para melhor compreensão se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O financiamento do fundo de maneo pelo passivo de financiamento permanece negativo, embora tenha sofrido uma melhoria.

O grau de dependência do activo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo reflecte que 12% do activo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor reduzido, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

7.2.2 Dívidas de terceiros

No que concerne a dívidas de terceiros de curto prazo, estas situam-se na ordem de 1,4 milhões de euros, tendo sofrido um aumento em 5,6%. De salientar que a dívida respeitante a alienação de activos à entidade MaisOurém se considerou de médio longo prazo, face ao teor do contrato subjacente.

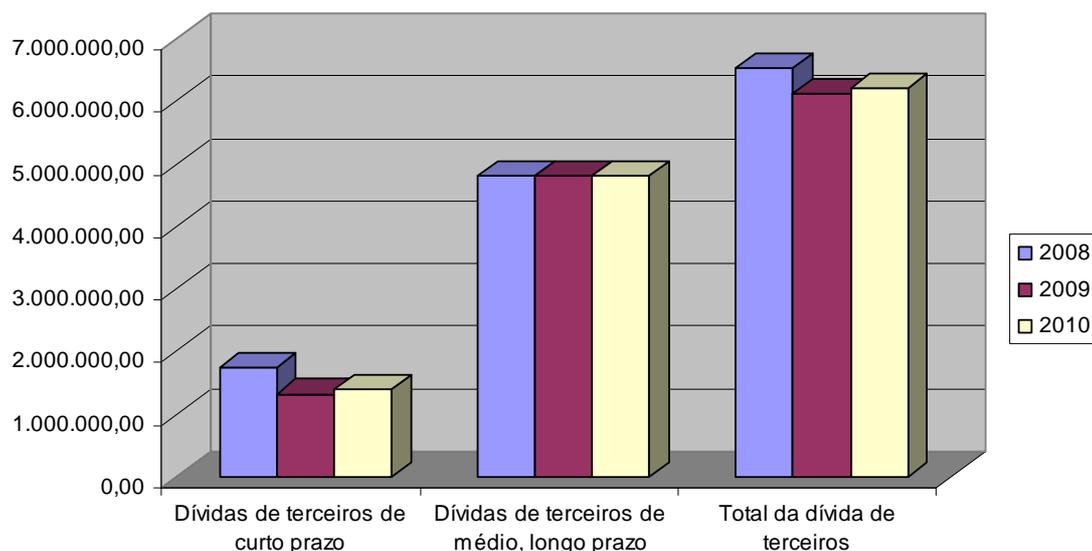
O volume total das dívidas de terceiros ascendeu a um valor na ordem dos 6,2 milhões de euros, apresentando, em termos absolutos, uma variação positiva em 73,8 mil euros.

Quadro – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	1.746.473,61	1.326.226,33	-31,69	1.400.043,71	5,57
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	-	0,00	--
Clientes c/c	41.978,50	48.148,22	12,81	15.876,99	-67,02
Contribuintes c/c	186.666,06	173.307,62	-7,71	0,00	-100,00
Utentes, c/c	320.771,77	391.686,05	18,10	115.441,48	-70,53
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	-	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	-	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	-	0,00	--
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	-	0,00	--
Administração autárquica	0,00	0,00	-	0,00	--
Outros Devedores	1.197.057,28	713.084,44	-67,87	1.268.725,24	77,92
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4.801.500,00	4.801.500,00	0,00	4.801.500,00	0,00
Total da dívida de terceiros	6.547.973,61	6.127.726,33	-6,86	6.201.543,71	1,20

Gráfico - Evolução das dívidas de terceiros



7.2.3 Dívidas a terceiros

No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, denota-se um acréscimo destas em 31%, as quais ascenderam, em 2010, a um valor próximo de 10,6 milhões de euros, evidenciando um aumento absoluto próximo de 3,3 milhões de euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em 4,2% que, em termos absolutos, significou uma quebra ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros. No cômputo geral, as dívidas desta natureza situam-se em 27,1 milhões de euros.

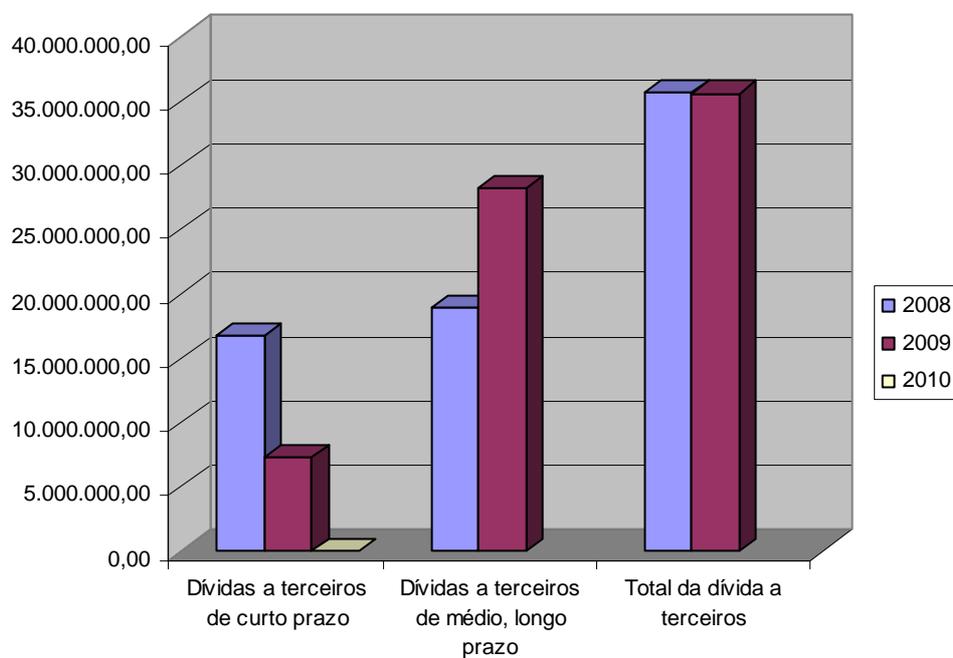
O valor total das dívidas a terceiros apuradas situa-se próximo de 37,7 milhões de euros e apresenta um aumento em 5,6%, face ao valor registado no ano anterior.

Quadro – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2008	2009	var. (%)	2010	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	16.777.336,06	7.295.012,39	-129,98	10.550.032,38	30,85
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores, c/c	5.365.713,51	1.265.143,01	-324,12	2.395.843,80	47,19
Fornecedores, c/c - Facturas em recep. e conf.	868.736,69	2.056.420,18	57,75	1.519.404,46	-35,34
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes e utentes c/cauções	23.220,33	25.256,73	8,06	0,00	--
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	8.853.700,74	2.861.877,29	-209,37	2.183.812,71	-31,05
Estado e outros entes públicos	331.394,68	191.578,72	-72,98	196.407,63	2,46
Administração autárquica	529.048,03	259.188,88	-104,12	282.602,94	8,29
Outros Credores	646.234,93	373.097,17	-73,21	3.162.096,88	88,20
Fornecedores de imobilizado - Fact. em recep. e conf.	159.287,15	262.450,41	39,31	809.863,96	67,59
Dívidas a terceiros de médio, longo prazo	18.880.849,32	28.271.501,71	33,22	27.142.299,22	-4,16
Dívidas a instituições de crédito	16.567.660,95	26.438.606,99	37,34	24.958.486,51	-5,93
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	413.188,37	282.894,72	-46,06	158.812,71	-78,13
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	1.900.000,00	1.550.000,00	-22,58	2.025.000,00	23,46
Total da dívida a terceiros	35.658.185,38	35.566.514,10	-0,26	37.692.331,60	5,64

Gráfico - Evolução das dívidas a terceiros



8. Contabilidade de custos

Enquadramento

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) veio estabelecer a obrigatoriedade da Contabilidade de Custos (CC) no apuramento dos custos de funcionamento das autarquias locais (ponto 2.8.3 do DL 54-A/99 de 22/2).

O sistema de CC, previsto neste diploma, visa disponibilizar informação fundamental de apoio à decisão, na área da gestão pública, através do apuramento dos custos por funções e dos custos subjacentes à determinação das tarifas e preços dos bens e serviços.

Neste sentido, o Município de Ourém, no exercício de 2009, implementou um sistema contabilístico, o qual permitiu o apuramento dos custos do Município por funções, Centros de Responsabilidade e por Bens e serviços.

Todos os custos (óptica económica) do Município são tratados, tendo sido repartidos por custos directos, indirectos e não incorporáveis. Complementarmente, a autarquia optou por tratar também os proveitos, embora o POCAL não exija o seu registo. Os proveitos são reconhecidos quando estes são obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respectivos custos directos e indirectos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeira.

A imputação dos custos indirectos é efectuada após o apuramento dos custos directos por função através de coeficientes. O coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada função corresponde à percentagem do total dos respectivos custos directos no total geral dos custos directos apurados em todas as funções.

O coeficiente de imputação dos custos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respectivos custos directos no total dos custos directos da função em que se enquadram.

Os custos indirectos de cada função resultam da aplicação do respectivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indirectos apurados. Os custos indirectos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indirecto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente coeficiente de imputação dos custos indirectos.

Em 2010, pretendeu-se melhorar e aprofundar este sistema que permitiu o apuramento dos custos do Município por funções, Centros de Responsabilidade e por Bens e serviços, tendo em vista os seguintes objectivos:

- Valorizar o custo das actividades e da prestação de serviços públicos, em relação aos quais se vai exigir como contraprestação taxas, tarifas e preços;
- Apoiar a tomada de decisão sobre a produção de bens ou sobre a prestação de serviços;
- Valorizar os activos gerados pela actividade do sector público;
- Analisar, numa perspectiva de eficiência, o uso dos recursos públicos;
- Proporcionar informação adequada ao gestor;.

Consequentemente, tendo em observância os objectivos delineados, este deve:

- Fornecer informação adequada para valorizar os inventários e os trabalhos para a própria instituição;
- Informar sobre o custo dos produtos de actividades com fins lucrativos e compará-los com as receitas obtidas na sua venda;
- Realizar a planificação e controlo dos processos para avaliar responsabilidades;
- Informar sobre o custo por actividades e/ou centros de responsabilidade.

Apuramento de resultados da Contabilidade de Custos

Através da análise dos resultados finais produzidos pela aplicação AIRC/SCA relativa aos quadros CC7 – apuramento de custos por bens, serviços e CC9 – apuramento de

custos por funções e relação de movimentos, procedeu-se à elencagem de alguns mapas que se consideram mais relevantes

É de referir que da análise do resultado dos mapas CC's atrás referidos, não foram incluídos os custos indirectos, pelo facto destes serem superiores a 50% dos custos directos e poderem vir a desvirtuar a análise dos dados. Note-se que, em 2011, está previsto serem implementados novos modelos de imputação, com o propósito de diminuir o volume existente de custos indirectos, ou seja, constituindo uma parte significativa dos custos indirectos em custos directos, de modo a ser obterem dados mais assertivos.

A Função Administração Geral compreende os custos com as actividades de âmbito geral do município.

Abaixo apresentamos os centros de custo da Função Administração Geral com maior relevância.

Administração Geral			
	2009	2010	Var. (%)
Actas	21.212,39 €	16.709,43 €	-26,95
Processo eleitoral	7.265,57 €	23.654,42 €	69,28
Recepção e registo de correspondência	7.580,82 €	23.802,25 €	68,15
Formação de Pessoal	7.187,87 €	46.834,16 €	84,65
Reparação/Manutenção de edifícios Municipais	--	21.977,66 €	--
Limpeza de Instalações Municipais	--	62.077,99 €	--
Vigilância Ed. Paços do Concelho	64.242,46 €	87.558,98 €	26,63

Neste contexto, verifica-se que a maior aumento ocorreu no âmbito da formação de pessoal. Relativamente à reparação/manutenção de edifícios municipais e Limpeza de Instalações Municipais, não é possível dispor de valor comparativo, pois em 2009, este centro de custo ainda não tinha sido constituído.

A função protecção civil e luta contra incêndios compreende os serviços de prevenção, combate a incêndios e socorro às populações, bem como subsídios concedidos às instituições que prosseguem tais objectivos.

Protecção civil e luta contra incêndios			
	2009	2010	Var. (%)
Associação Humanitário Bombeiros Voluntários de Caxarias	0,00 €	19.685,33 €	100,00
Associação Humanitário Bombeiros Voluntários de Fátima	0,00 €	27.578,43 €	100,00
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém	0,00 €	114.035,35 €	100,00

Embora os centros de custo identificados no quadro acima já estivessem criados em 2009, os mesmos não apresentam valores, pois a conta patrimonial associada não estava definida como tal.

A função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino reúne todos os apoios a estudantes em matéria de transportes escolares, bem como a recuperação, conservação e manutenção dos edifícios escolares.

Ensino não superior/Serviços auxiliares de ensino			
	2009	2010	Var. (%)
Prolongamento de horário	232.438,17 €	220.262,14 €	-5,53
Fornecimento de refeições pré escolar	256.246,59 €	285.807,27 €	10,34
Actividades de enriquecimento escolar	464.828,26 €	382.588,67 €	-21,50
Fornecimento de refeições Ensino Básico	435.003,45 €	411.088,53 €	-5,82
Transporte pré-escolar e 1º CEB	699.330,90 €	224.499,39 €	-211,51
Transporte de alunos para as refeições	17.380,48 €	47.805,14 €	63,64
Transportes alunos p/ piscinas - 1º CEB	6.449,25 €	13.210,44 €	51,18
Transportes alunos p/ piscinas - Pré-escolar	1.148,72 €	3.630,49 €	68,36
Transporte escolar 2º e 3º ciclos	152.283,89 €	449.992,30 €	66,16
Transporte escolar Secundário e Profissional	135.267,53 €	348.452,49 €	61,18
Visitas de estudo	11.938,50 €	25.894,22 €	53,90
Manutenção de espaços verdes nas escolas	132.608,87 €	83.985,83 €	-57,89
Recolha de efluentes e limpeza de fossas	1.385,60 €	1.134,40 €	-22,14
Reparação e Manutenção das escolas	56.824,90 €	110.146,41 €	48,41
Aquecimento das escolas	36.087,45 €	50.712,87 €	28,84

Da análise ao quadro acima, verifica-se que houve uma variação negativa bastante acentuada no centro de custo – Transporte escolar e 1º CEB e uma variação inversa nos Transporte escolar 2º e 3º ciclos e Secundário e Profissional. Esta situação deve-se ao facto do primeiro centro de custo receber até 14/08/2009 todos os movimentos respeitantes a Transporte escolar 2º e 3º ciclo e secundário e profissional, dado que até esta data ainda não tinham sido criados estes Serviços.

A função Acção social absorve designadamente subsídios a infantários, terceira idade, deficientes e a outras instituições de assistência e de solidariedade social.

Acção Social			
	2009	2010	Var. (%)
Centro Bem Estar e Social - Bairro	14.414,43 €	56.969,01 €	74,70
APDAFF - Assoc. Prom. Din. Apoio à Família	18.496,50 €	135.347,83 €	86,33
Centro Desp. Social Cult. Cercal - Vales e Ninho Águia	--	126.699,27 €	--
Centro de Apoio do Olival	--	35.136,55 €	--

Destaca-se, essencialmente, os apoios concedidos a algumas instituições sem fins lucrativos, no âmbito do PARES, os quais representam cerca de 72% no peso total desta função. Note-se que existem centros de custo em 2009 que não apresentam valores, esta situação deve-se ao facto da conta patrimonial associada não estava definida como tal.

A função saneamento compreende todo o sistema de drenagem de águas residuais.

Saneamento			
	2009	2010	Var. (%)
Exploração e manutenção de Etar's	371.303,69 €	439.299,62 €	15,48
Recolha domiciliária de efluentes	41.303,98 €	25.539,47 €	-61,73
Manutenção das redes e sistemas de saneamento	93.945,18 €	86.991,05 €	-7,99

Na Função Resíduos sólidos está representada a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos, que comparativamente a 2009 teve uma variação positiva de 21,88%.

Resíduos Sólidos			
	2009	2010	Var. (%)
Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1.178.788,06 €	1.508.880,62 €	21,88

A Função Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, compreende a higiene pública, cemitérios e a protecção, conservação e valorização do património natural.

Protecção do meio ambiente e conservação da natureza			
	2009	2010	Var. (%)
Limpeza Urbana			
Fátima	139.577,55 €	171.476,13 €	18,60
Ourém	102.199,93 €	123.585,60 €	17,30
Sedes de Freguesia	56.649,80 €	42.063,57 €	-34,68
Defesa do meio ambiente			
Manutenção de espaços verdes públicos	406.574,84 €	380.404,89 €	-6,88
vigilância de espaços verdes públicos	65.894,31 €	44.482,27 €	-48,14
Higiene Pública			
Recolha de animais abandonados	12.768,28 €	6.072,09 €	-110,28
Sanitários públicos	14.714,42 €	14.713,57 €	-0,01

Relativamente à Função Cultura do Município, a actividade com maior peso são as Festas do Concelho, sendo ainda de referenciar uma variação positiva na ordem dos 82%, no que respeita aos apoios concedidos ao associativismo cultural.

Existem actividades que não registam valor em 2009, pelo facto delas não existirem nessa data.

Cultura			
	2009	2010	Var. (%)
Festas de Ourém	89.685,21 €	136.499,24 €	34,30
Via-sacra	8.824,73 €	8.704,13 €	-1,39
Passeio dos Idosos	40.081,08 €	20.568,50 €	-94,87
Carnaval	--	39.563,41 €	--
Semana da Educação	--	15.798,88 €	--
Eco-Escolas	--	39.326,92 €	--
Feira do livro	--	16.360,62 €	--
Galeria Municipal	8.379,47 €	22.716,24 €	63,11
Festival de Música Inter-escolas	9.631,76 €	16.459,05 €	41,48
Apoio ao associativismo cultural	18.845,25 €	103.135,91 €	81,73

O quadro apresentado na página seguinte indica a imputação dos custos dos bens da Função 331 – Transportes Rodoviários, cujas obras foram concluídas e efectuadas por administração directa e que dizem respeito a intervenções realizadas em diversas estradas e caminhos municipais.

Será ainda de referir que a contempla ainda também as transferências que foram efectuadas às Juntas de Freguesia, por delegação de competência em matéria de rede viária.

Comunicações e transporte			
	2009	2010	Var. (%)
Rede Viária			
Freguesia de Alburitel	1.994,51 €	99.262,39 €	97,99
Freguesia de Atouguia	39.533,39 €	28.076,51 €	-40,81
Freguesia de Casal dos Bernardos	5.495,69 €	39.714,22 €	86,16
Freguesia de Caxarias	22.722,88 €	13.783,53 €	-64,86
Freguesia de Cercal	9.473,55 €	14.306,90 €	33,78
Freguesia de Espite	14.323,45 €	49.970,63 €	71,34
Freguesia de Fátima	112.978,30 €	150.013,89 €	24,69
Freguesia de Formigais	7.229,53 €	18.596,45 €	61,12
Freguesia de Freixianda	13.476,58 €	60.386,51 €	77,68
Freguesia de Gondemaria	3.388,98 €	94.420,13 €	96,41
Freguesia de Matas	27.875,59 €	83.545,43 €	66,63
Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	72.871,14 €	64.120,08 €	-13,65
Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	62.356,92 €	62.736,37 €	0,60
Freguesia de Olival	120.905,22 €	115.988,16 €	-4,24
Freguesia de Ribeira do Fárrio	6.470,01 €	5.679,56 €	-13,92
Freguesia de Rio de Couros	23.340,60 €	85.944,14 €	72,84
Freguesia de Seiça	9.349,32 €	49.323,95 €	81,05
Freguesia de Urqueira	65.527,11 €	121.718,13 €	46,16
Sinalização Viária do Concelho			
Sinalização semafórica	36.717,84 €	24.717,38 €	-48,55
Sinalização vertical diversa	102.375,54 €	78.162,64 €	-30,98
Sinalização horizontal	40.791,77 €	21.054,93 €	-93,74

Relativamente à Função Mercados e Feiras, salientamos o serviço de vigilância e a Conservação e manutenção do Mercado Municipal, por serem as actividades mais relevantes da função.

Mercados e Feiras			
	2009	2010	Var. (%)
Mercado Municipal	55.286,11 €	80.788,51 €	31,57
Serviço de vigilância do mercado municipal	22.363,79 €	49.618,21 €	54,93

Demonstração de Resultados por Funções

Função	2009		2010		Variação Absoluta	Var. %
	Custos p/ função	%	Custos p/ função	%		
1 Funções Gerais	350.790,03 €	1,49	850.497,76 €	2,61	499.707,73 €	58,75
110 Serviços gerais de administração pública						
111 Administração geral	298.130,14 €	1,26	561.694,61 €	1,73	263.564,47 €	46,92
120 Segurança e ordem públicas						
121 Protecção civil e luta contra incêndios	52.659,89 €	0,22	288.803,15 €	0,89	236.143,26 €	81,77
122 Polícia Municipal	0,00 €		0,00 €		- €	
2 Funções Sociais	12.641.094,40 €	53,62	18.663.870,76 €	57,33	6.022.776,36 €	32,27
210 Educação						
211 Ensino não superior	4.295.372,78 €	18,22	5.905.472,24 €	18,14	1.610.099,46 €	27,26
212 Serviços auxiliares de ensino	655,42 €	0,00	1.324.118,41 €	4,07	1.323.462,99 €	99,95
220 Saúde	5.126,16 €	0,02	12.375,28 €	0,04	7.249,12 €	58,58
221 Serviços individuais de saúde	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00		0,00
230 Segurança e acção sociais						
231 Segurança Social	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	- €	0,00
232 Acção social	85.936,07 €	0,36	489.654,57 €	1,50	403.718,50 €	82,45
240 Habitação e serviços colectivos						
241 Habitação	87.490,99 €	0,37	82.125,64 €	0,25	-5.365,35	-6,53
242 Ordenamento do território	505.465,98 €	2,14	1.139.648,93 €	3,50	634.182,95 €	55,65
243 Saneamento	1.715.293,27 €	7,28	2.114.866,44 €	6,50	399.573,17 €	18,89
244 Abastecimento de água	2.112.010,00 €	8,96	2.085.648,69 €	6,41	-26.361,31	-1,26
245 Resíduos Sólidos	1.786.273,56 €	7,58	2.325.992,17 €	7,14	539.718,61 €	23,20
246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	965.401,83 €	4,10	1.044.622,33 €	3,21	79.220,50 €	7,58
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos						
251 Cultura	487.343,90 €	2,07	734.538,74 €	2,26	247.194,84 €	33,65
252 Desporto, recreio e lazer	588.838,20 €	2,50	1.394.615,32 €	4,28	805.777,12 €	57,78
253 Outras actividades cívicas e religiosas	5.886,24 €	0,02	10.192,00 €	0,03	4.305,76 €	42,25
3 Funções Económicas	10.509.314,20 €	44,58	13.020.117,08 €	39,99	2.510.802,88 €	19,28
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	- €	0,00
320 Indústria e energia	954.718,32 €	4,05	1.117.632,46 €	3,43	162.914,14 €	14,58
330 Transporte e comunicações						
331 Transportes rodoviários	9.226.334,97 €	39,14	11.420.140,79 €	35,08	2.193.805,82 €	19,21
332 Transportes aéreos	4.155,62 €	0,02	877,87 €	0,00	-3.277,75	-373,38
333 Transportes fluviais	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	- €	0,00
340 Comércio e turismo						
341 Mercados e Feiras	126.192,58 €	0,54	160.477,76 €	0,49	34.285,18 €	21,36
342 Turismo	37.667,90 €	0,16	250.297,76 €	0,77	212.629,86 €	84,95
350 Outras funções económicas	160.244,81 €	0,68	70.690,44 €	0,22	-89.554,37	-126,69
4 Outras funções	73.563,09 €	0,31	23.269,65 €	0,07	-50.293,44 €	-216,13
410 Operações da dívida autárquica	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	- €	0,00
420 Transferências entre administrações	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	- €	0,00
430 Diversas não especificadas	73.563,09 €	0,31	23.269,65 €	0,07	-50.293,44	-216,13
TOTAL	23.574.761,72 €	100,00	32.557.755,25 €	100,00	8.982.993,53 €	27,59

Disposições complementares no âmbito da contabilidade de custos

Face à extensa lista de dados que são dispostos por esta valência, no decurso de 2011, serão efectuadas análises pormenorizadas por área, circunstância que permitirá uma avaliação exaustiva dos custos e proveitos referentes a cada actividade municipal, numa perspectiva de facultar importantes elementos que auxiliem as tomadas de decisões, numa óptica de uma sustentabilidade do Município de Ourém, a médio prazo.

9. Consolidação das contas do município com as empresas municipais

Nos termos do n.º 1 do artigo 46º da Lei n.º 2/2007 (Lei das Finanças Locais), de 15 de Janeiro, “ *as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos*”.

Complementarmente, refere o n.º 2 do artigo anteriormente citado que “*os procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais o intermunicipais são os definidos no POCAL*”. Ora, neste âmbito, verifica-se que o POCAL não dispõe de quaisquer procedimentos ou normativos adjacentes à referida consolidação, aguardando-se já há longo tempo que, o legislador, promova a elaboração e publicação dos referidos procedimentos.

Relativamente ao ano económico de 2007, não obstante as limitações decorrentes da ausência de procedimentos contabilísticos estabelecidos para a referida consolidação, bem como a circunstância de as empresas municipais adoptarem o POC e não o POC sectorial adstrito às autarquias locais (POCAL), facto que induz a necessidade de existência de uma matriz de consolidação entre os dois sistemas de contas (nunca publicado), o Município de Ourém, apresentou contas consolidadas com as empresas do sector local, nas quais detém a totalidade do capital.

No decurso de 2008, em contacto ocorrido com a DGAL, esta autarquia constatou que foi das únicas que (terão apresentado contas consolidadas, 3 municípios), relativamente à prestação de contas do ano económico de 2007, dispôs de consolidação de contas.

Consequentemente, face às condicionantes existentes (inexistência de procedimentos estabelecidos nem matriz de consolidação entre o POC e o POCAL), bem como o facto de a quase totalidade dos municípios não apresentarem consolidação (presume-se que decorre das limitações existentes já referidas), o Município de Ourém, não apresentou contas consolidadas em 2008.

Contudo, atendendo à pertinência das mesmas, pois permitem uma análise a todo o grupo autárquico do Município de Ourém, relativamente a 2009, voltaram-se a dispor contas consolidadas não obstante as limitações referenciadas.

Posteriormente foi publicada a Portaria n.º 474/2010 de 1 de Julho, a qual estabeleceu os princípios que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas, no âmbito do POCP, referenciando que seria urgente enquadrar, em normativo específico, os princípios orientadores à consolidação de contas por parte do universo das administrações públicas.

Neste contexto, recentemente, o SATAPOCAL (subgrupo de apoio técnico na aplicação do POCAL, integrado na DGAL), elaborou instruções normativas tendo em vista a consolidação de contas pelos Municípios.

Face ao disposto, o SATAPOCAL estabeleceu que, excepcionalmente, dada a manifesta impossibilidade de se cumprirem os prazos definidos no artigo 47.º da Lei das Finanças Locais, excepcionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas poderão ser apreciadas pelo órgão deliberativo na sessão ordinária do mês de Junho.

Em observância às referidas circunstâncias, o Município irá elaborar, no decurso do mês de Abril de 2011, um manual de consolidação, o qual será objecto de posterior apreciação pelo órgão executivo. Após a referida ocorrência irá proceder à efectiva consolidação das contas inerentes ao ano económico de 2010, em tempo útil de estas poderem ser apreciadas em Junho, pela Assembleia Municipal.

Consequentemente, atendendo ao exposto, no presente relato ainda não é disposto qualquer elemento financeiro relativo às contas consolidadas.

10. Outras disposições

10.1 Proposta de aplicação de resultados

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ourém, referente a 2010, é negativo em 4.816.456.24€, não se propõe qualquer aplicação, devendo o mesmo permanecer em “Resultados Transitados”.

10.2 Evolução previsível da actividade

A evolução previsível da actividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico, e em particular, no Orçamento para 2011 e Opções do Plano para o quadriénio 2011-2014.

10.3 Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Após o término do ano económico em análise, não ocorreram factos relevantes dignos de registo.